Piracicaba - Rio das Pedras
São Pedro - Águas de São Pedro
Mombuca - Saltinho - Anhembi
Charqueada - Laranjal Paulista
Jumirim - Cerquilho - Iracemápolis

A TRIBUNA PIRACICABANA

atribuna@atribunapiracicabana.com.br
www.atribunapiracicabana.com.br
Tel: (19) 2105-8555

Diretor: Evaldo Vicente
(19) 99787-0969

Sexta-feira, 26 de abril de 2024

Ano 50
nº 13.328
Filiado à Adjori-SP e Sindjori-SP
R$ 2,00

Campanha 'Sob Pressão' busca doadores de sangue na cidade

Prefeitura e Hemonúcleo unem esforços à iniciativa regional da EPTV Campinas para reverter queda nas doações e abastecer estoques

A Secretaria de Saúde convoca piracicabanos para doarem sangue no sábado (27) no Hemonúcleo de Piracicaba. O estoque está em alerta e todos os tipos são necessários, especialmente O+ e B-. Para Augusto Muzilli Júnior, secretário de Saúde, participar desta ação é uma forma de colaborar com o atendimento de prestado pelos hospitais da cidade. "Vem em uma boa hora uma vez que as doações tiveram queda nos últimos meses. O Hemonúcleo faz um trabalho excelente na cidade e precisa de todo o apoio possível, por isso convidamos os piracicabanos a participarem desta ação", convida. Luciana Sacheto Bueno, assistente social do Hemonúcleo de Piracicaba, lembra que a campanha é bem-vinda já que o estoque de sangue do Hemonúcleo está em nível de alerta e todos os tipos sanguíneos são importantes, neste momento, especialmente dos tipos O+ e B-, cujos estoques estão muito baixos. **A7**

Divulgação

ENCONTRO DE EMEDEBISTAS

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) — cuja história nacional está alicerçada em Ulysses Guimarães e Orestes Quércia — está movimentando o seu Diretório Municipal, com as visitas do seu presidente, André Augusti (ao centro), acompanhado pelo cientista político Everton Santos, vice-presidente. Eles almoçaram esta semana com o ex-vereador e pré-candidato a vereador José Marcos Abdala e o prato principal, além da ótima refeição no Palatino Paulista, foi a estratégia que a legenda usará para as eleições de outubro. Há algum racha, depois que o partido passou a apoiar o ex-prefeito Barjas Negri (PSDB)? A conferir.

Divulgação

NAS RUAS

A OAB SP com as Subsecções do Estado realiza evento de atendimento social para tirar dúvidas do Direito Previdenciário. Será dia 4 de maio, das 9 às 14 horas, na Praça José Bonifácio. A organização será da Comissão de Direito Previdenciário.

Divulgação

EM DEFESA DO IAMSPE

No ato público, ontem (25), a deputada Professora Bebel (PT) criticou o governador Tarcísio Freitas (Republicanos), que ataca servidores estaduais. **A9**

Guilherme Leite

VEREDITO FAVORÁVEL

Juiz nega improbidade administrativa contra vereador Cássio Fala Pira. Ação iniciada em maio de 2021, após uma denúncia anônima, acusava o parlamentar de praticar 'rachadinha' em seu gabinete. O processo foi extinto. **A7**

PESQUISA
Divulgada neste mês, a pesquisa Vox Brasil/SBT, a pesquisa deixa claro que não existe um segundo lugar, todos os cinco pré-candidatos estão em segundo lugar, já que a margem de erro é de 4% para mais ou para menos, ou seja, não há diferença estatística entre os cinco candidatos. Não seria muito cedo para pensar que as pesquisas, num universo pequeno, conseguem definir algo novo para outubro?

DEMISSÃO
O poeta Esio Antonio Pezzato, dos mais destacados poetas que Piracicaba tem até hoje, o campeão dos sonetos, acaba de deixar o Codepac (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Município de Piracicaba).

CASSADOS — I
Na sessão plenária de terça (23), o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) cassou dois vereadores de Itararé, na região sudoeste do Estado. O vereador Rodrigo Pimentel Fadel, eleito pelo Podemos, teve o seu diploma cassado por uso indevido de meio de comunicação social.

CASSADOS — II
Já o vereador Reinaldo Roberto Diogo foi cassado em decorrência de penalidade aplicada ao seu partido por fraude à cota de gênero no registro de candidaturas — ele foi eleito em 2020 pelo Democratas (que se fundiu ao PSL para formar o partido União Brasil).

RIVERSIDE — I
Leitores e seguidores desta coluna enviaram protestos porque a Prefeitura Municipal chama de "Riverside" a pista para bicicletas na Rua do Porto. O termo é da Língua Inglesa e significa "ao lado do rio". "Nosso vocabulário tão rico, nossos ex-atletas tão reconhecidos, nossos cidadãos de história marcantes são tantos, nossa fauna e flora tão diversificadas e temos que engolir Riverside?", perguntam, em sinal de protesto.

RIVERSIDE — II
Não acham, portanto, que em Inglês fica melhor. Poderia ser "Trilha do Nhô Lica", por exemplo? Ou algo mais próximo da cultura caipiracicabana? "Nossa consciência começa nas pequenas coisas do dia a dia. Não seria interessante nome para pontos públicos com placas do porque e quem, o que representa para nossa história?", reafirma a pergunta a este idoso e cansado Capiau.

ATÉ 21 HORAS
O assessor especial do prefeito Luciano Almeida (PP), Edvaldo Brito (Avante), anunciou, ontem (25), pelas redes sociais que há, em Piracicaba, cinco Postos de Saúde (PS) que funcionam até as 21 horas. Há contestações, mas Brito desafia para que conheçam e está aberto ao debate com pré-candidatos a prefeito. Só que o pré-candidato é o prefeito Luciano Almeida.

TIRADENTES
O presidente do Sindicato da Construção de Piracicaba e Região, Milton Costa, esteve na Cerimônia Cívica de Reconhecimento de Mérito em Comemoração ao Mês de Tiradentes na Sociedade Brasileira de Heráldica e Humanística na noite de segunda (22), em São Paulo.

By Elson de Belém

A14 a A16

Edição: 28 páginas

Porque amanhã é sábado

Alê Bragion

Sentir em Quatro Tempos

1. CLARABOIA
No telhado, os aviões me atam à cama. Prendo-me à sina de cada turbina a ecoar na noite o seu grave marítimo. E migro. Migro em mim num voo íntimo e solitário que me salva e põe à prova. Em cada nova decolagem, sumo solene e veloz entre nuvens de travesseiros e a vidraça da janela do meu quarto.

Não há distância maior que entre mim e o mundo se faça, nem mais seguro transporte e destino. À música dos grandes aviões sobre a laje, decolo sonhos idos num existir que fica e transcende, que estanca e passa. Depois, viajo raiz. Finco no chão minhas mãos de arado sem garra e deixo a terra escapar entre os dedos como lençóis a escorregar do colchão. Ouço outro avião.

Não há nada que me prenda ao colo quente do ninho - a não ser o sempre desejo de ir sem nunca querer ter partido.

2. AQUÁRIO
Um passo à frente é sempre um passo atrás, porque contra a corrente o peso da onda se faz. A força segue adiante, os pés cravam a areia, mas a vaga que se levanta devolve à praia o corpo que mareia.

Um barco se lança ao mar quebrando a rebentação. Porém, o seu remo torto só faz a rota que retorna ao porto. Não há trégua e não há mágoas, há apenas a vida cansada que da terra desprendida quer voltar a ser água.

As sereias agora cantam seus reversos ao vento, desentoando à cada canção a desinibição de um advento. À margem, Ulisses-renitente ainda não descobriu que para chegar ao paraíso navegar não é preciso, é preciso primeiro ser semente.

3. PASSAPORTE
Não tenho bilhetes para acompanhar sua viagem, nem espero você em qualquer porto de partida. Meu estar é sempre aqui em despedida vendo você ao longe abandonar a margem. Fico raiz em corpo de terra feito a arado. Semeio minhas tristezas e as colho com as mãos. Depois, me sopro pólen e me espalho orvalho estando em casa em plena amplidão.

> **Não há nada que me prenda ao colo quente do ninho - a não ser o sempre desejo de ir sem nunca querer ter partido**

Por isso, talvez Lisboa também corra em meus dedos e Luanda seja meus nervos e minha pele. Moçambique, as pintas que me nascem em segredo sem que eu saiba delas ou me rebele. Paris, assim, está em minhas costas. Nova Deli é, pois, o meu nariz. Meus pés, pela manhã, Amsterdã, meus olhos a Madri que eu sempre quis. Toronto é aqui, diante do espelho. Roma é onde bate o coração. Numa gare de cores nos cabelos, em Londres sou o chefe da estação. Não tenho, mesmo, os seus bilhetes, as suas passagens, os seus ingressos.

Ao fim da tarde, porém, venho de regresso a casa com o vento e recolho-me na varanda coberta de folhas secas rodeada de lavandas. E antes que meu dia acabe, subo à gávea lunar onde, cansado, na sacada pastoreio os astros. E adormeço vendo seus passos, no caminho divino, pelo mundo a desvelar ciranda sem rastros: papel feito mapa atento e sério do universo de mistérios por onde você anda.

4. DOSSEL
Sozinha, no breu, a noite lá fora sou eu. Na janela, hora a hora, minuto a minuto, a noite sou eu e sou ela - em nossa união resoluta de escuridão e pedra bruta.

Não há antecipações de porvir. Não há sobreposições de graus. Não há velocidades remotas. Lá fora, a noite, que sou eu, em mim espera estelar e sem pressa - go-te-jan-do-segun-dos - pelo sonho em claro, visão de luzes-pensamento, que ao longe no firmamento ainda dorme aqui dentro.

Alexandre Bragion, cronista deste matutino desde 2017.

Liberdade política sem liberdade econômica é ilusão

Samuel Hanan

O filósofo, cientista político e escritor norte-americano John Kenneth Galbraith (1908-2006), um dos mais influentes economistas liberais do Século XX, imortalizou um pensamento que merece ser revivido no Brasil de hoje. Escreveu Galbraith: "Nada mais eficaz para limitar a liberdade, incluindo a liberdade de expressão, como a total falta de dinheiro".

Cabe, então, uma reflexão que começa pela liberdade econômica do cidadão brasileiro com base no Index - Economic Freedom, da Heritage Foundation e The Wall Street Journal, de 2023.

Esse estudo englobou 186 países e avaliou o Estado de Direito, o tamanho do governo, a eficiência regulatória e os mercados financeiros. O resultado foi vexatório para o Brasil, que amargou a 127ª posição, bem atrás do Chile, do Uruguai, do Paraguai e da Rússia (125ª).

Analisemos, agora, a questão da liberdade de expressão. De acordo com o Relatório Anual sobre Liberdade de Expressão no Mundo, produzido pela organização não-governamental Artigo 19, sediada em Londres e com atuação na defesa e promoção dos direitos à liberdade de expressão e de acesso à informação, também nesse quesito o Brasil ocupa posição vergonhosa. Em 2022 ficou em 89º lugar entre 161 nações analisadas com base em 25 indicadores como liberdade de expressão geral, human score, liberdade de imprensa, liberdade de expressão de ativistas e fatores como violência policial contra civis, e assassinatos de ativistas de direitos humanos e de jornalistas onde há guerras, dentre outros.

Isso apesar de os direitos à liberdade de imprensa e à livre manifestação estarem previstos na Constituição Federal, mais precisamente no artigo 5º, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, incisos IV, V, X, XIII e XIV, e no artigo 220, que trata da Comunicação Social, respectivamente.

No ranking mundial de 2023 produzido pela organização internacional Repórteres Sem Fronteiras com base na avaliação da organização de seus registros sobre liberdade de imprensa, o Brasil ficou com a 92ª colocação entre 180 países. Uma classificação muito ruim mesmo nas Américas. Exemplos do resultado nessa parte do mundo: Costa Rica (10º), Canadá (18º), Uruguai (20º), Chile (38º) Estados Unidos (45º), Argentina (52º) e Peru (88º).

A posição do Brasil somente é confortável perante o Brics, grupo de países emergentes que tem como objetivo a cooperação econômica e o desenvolvimento em conjunto. Nesse bloco, todas as demais nações têm desempenho pior: Índia (138º), Rússia (148º), Egito (161º), Irã (164º), Arábia Saudita (169º) e China (176º), todos países de regimes políticos com reconhecidos problemas no respeito aos direitos individuais.

O estudo desses dados insuspeitos conduz à necessária análise sobre a interdependência da liberdade econômica, da liberdade política e da liberdade de expressão. São valores fundamentais no estado democrático de direito e que não conseguem existir uns sem os outros. Quem prega o contrário está vendendo ilusões.

> **Caminhamos na direção contrária das almejadas liberdade política, liberdade de expressão, liberdade de imprensa e liberdade econômica consolidadas e perenes**

Cabe, então, uma pergunta: existe, de fato, liberdade política em um país onde 60,2% da população tem renda bruta mensal de até um salário-mínimo (ou R$1.412,00), que com os descontos previdenciários de 7,5% cai para R$1.306,10 líquidos/mês. Existe essa tal liberdade em um país no qual 12,6% de seus habitantes vivem na extrema pobreza, no qual 21% da população não tem nenhuma renda de trabalho e onde 36% dos jovens entre 18 e 24 anos de idade não trabalham nem estudam?

Nunca o Brasil esteve tão dividido entre direita e esquerda, entre os progressistas (especialmente do Sul) e os conservadores, e entre os donos do poder (donatários do Século XXI) e 92% da população (classes C, D e E - vassalos modernos, sem direitos, apenas com deveres e submetidos a todos os tipos de necessidade).

E isso, obviamente, não é nada bom. Em nada contribui para a construção do país que todos os brasileiros almejam, com mais justiça social, menos desigualdade, oportunidades para todas as classes sociais, desenvolvimento e qualidade de vida para a população.

Caminhamos na direção contrária das almejadas liberdade política, liberdade de expressão, liberdade de imprensa e liberdade econômica consolidadas e perenes.

Diante de tantas encruzilhadas, a estrada segura para o país está na ampla reforma política com ampla e efetiva participação da sociedade civil. Somente ela será capaz de reconduzir o Brasil na direção de uma sociedade livre, justa e solidária que hoje existe somente no artigo 3º da Constituição Federal de 1988, sem que ainda tenha a necessária concretude na vida de todos os 203 milhões de cidadãos deste país.

Samuel Hanan, engenheiro com especialização nas áreas de macroeconomia, administração de empresas e finanças, empresário, e foi vice-governador do Amazonas (1999-2002). Autor dos livros "Brasil, um país à deriva" e "Caminhos para um país sem rumo". Site: https://samuelhanan.com.br

A IA como aliada para segurança

Jacqueline Gagliano

A Inteligência Artificial (IA) já é uma realidade e tem desempenhado um papel importante em diversos setores ao longo dos anos, e nas questões relacionadas à segurança isso não é diferente. O aumento da criminalidade, seja física ou cibernética, exige soluções inovadoras e eficazes para proteger pessoas, propriedades e informações.

Nesta situação desafiadora, a inteligência artificial torna-se uma aliada fundamental, fornecendo uma variedade de ferramentas e recursos para modernizar e melhorar as operações de segurança em diversas áreas.

Com os avanços tecnológicos, as soluções baseadas em IA têm sido utilizadas com sucesso para identificar e responder as novas ameaças, com maior agilidade e precisão. Desde análise de dados, reconhecimento facial, previsão de crime, monitoramento de redes sociais e defesa cibernética, a inteligência artificial tem se mostrado não apenas como uma tecnologia autônoma, mas também um complemento que potencializa outras soluções de segurança.

Contudo, é importante lembrar que o uso da IA deve obedecer às normas e regulamentos legais. As empresas devem compreender as regras para garantir que estas tecnologias sejam desenvolvidas e utilizadas de forma responsável, respeitando os direitos humanos, a privacidade e os princípios éticos.

APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SEGURANÇA - Reconhecimento facial: Através do uso de imagens captadas por câmeras de vigilância em espaços públicos, a inteligência artificial consegue identificar comportamentos suspeitos e reconhecer indivíduos em tempo real.

> **O aumento da criminalidade, seja física ou cibernética, exige soluções inovadoras e eficazes para proteger pessoas, propriedades e informações**

Análise de vídeos de vigilância: Além do reconhecimento facial, a inteligência artificial é utilizada na análise de vídeos de monitoramento para detectar comportamentos suspeitos ou atividades criminosas. Por meio de algoritmos de visão computacional, é possível monitorar grandes quantidades de vídeos em tempo real e alertar as autoridades sobre situações que demandam intervenção.

Segurança residencial inteligente: Uma das aplicações mais acessíveis da inteligência artificial está na área da segurança particular, por meio de sistemas inteligentes. Essas soluções empregam algoritmos de IA para identificar intrusos, vigiar ambientes e gerenciar dispositivos domésticos. Por exemplo, as câmeras de segurança com inteligência artificial conseguem distinguir entre movimentos normais e atividades suspeitas, enviando notificações aos proprietários em caso de invasão. Além disso, esses sistemas podem se integrar a fechaduras eletrônicas e sistemas de alarme, dando mais proteção e controle sobre a segurança da residência.

Rastreamento de ativos: As empresas podem se beneficiar da IA para monitorar em tempo real a localização de ativos valiosos, como veículos e cargas. Os algoritmos analisam dados de GPS, sensores e outras fontes para fornecer informações precisas sobre a localização dos equipamentos. Isso não apenas ajuda a evitar perdas e roubos, mas também otimiza a logística e o gerenciamento de frota, melhorando a eficiência operacional.

Previsão de Crimes: Os algoritmos de IA têm sido utilizados na previsão de crimes, analisando um grande volume de dados para identificar padrões e tendências. Isso permite uma resposta mais rápida e eficiente na identificação de atividades ilícitas.

Monitoramento de redes sociais: A IA também ajuda a monitorar as redes sociais em busca de possíveis ameaças. As ferramentas são ensinadas para detectar padrões de comportamento e linguagem associados a atividades criminosas, como discurso de ódio, planejamento de atos violentos ou compartilhamento de fake news. Com a identificação antecipada dessas ações, as autoridades podem intervir de forma mais eficaz.

A inteligência artificial representa uma evolução para o setor de segurança para diferentes aplicações. Com uso consciente e responsável da ferramenta é possível ampliar a segurança em diversos setores, contribuindo de forma positiva para a segurança e o bem-estar de nossa sociedade.

A IA será um dos assuntos amplamente abordados na ISC Brasil 2024, de 03 a 05 de setembro, no Distrito Anhembi-SP. Programe-se para participar e fazer parte da elite do mercado de segurança integrada no país.

Jacqueline Gagliano, gerente da ISC Brasil

Desvios de atitudes

Eloah Margoni

Técnicos das mais diversas áreas estão em falta no país; assim, mudanças de atividade por parte de certas pessoas são mais do que lamentáveis. Eventualmente prejudiciais à população também, por graves questões adicionais. Uma dessas adições é o personagem sair atirando mentiras com facilidade em direção a holofotes, visando às eleições é claro. Esperança de jamais tal voltar a trabalhar em sua área original? Deve ser isso; trabalhar em qualquer área é difícil. Vai daí escolher como alvo para ofensas o maior movimento popular da cidade, o forte e espontâneo "Salve a Boyes". Atacou sim de modo vil, nada mais e nada menos, do que o "Salve a Boyes"! Muita ousadia do personagem, sobre o qual pesa a suspeita de agressão à mulher.

O movimento mencionado, que ajuda a socorrer o meio ambiente de Piracicaba, é grande, sonante e já vitorioso. Arrebanha tantos segmentos e cidadãos! Gente de setores diversos, profissionais qualificados em suas áreas; pessoas maduras e jovens que são ou foram ligadas às universidades, ex-prefeitos, intelectuais, grupos esalqueanos, artistas e muitas pessoas idosas, também crianças acompanhando os pais.

Pessoas deficientes, que tanto trabalham voluntariamente no grupo, foram humilhadas com agressões do sujeito indecoroso (e tão mal decorado), vilmente acusadas de farras, de "fumarem maconha e comerem cogumelos", nas manifestações coletivas da resistência. Ideia surreal de um cara fixado no assunto ou é especialista no tema de drogas? Só pode. Esse achincalhador deve responder por isso. Não pode haver tanta impunidade neste município, ou recorrentes más escolhas por parte da população.

> **Pessoas deficientes, que tanto trabalham voluntariamente no grupo, foram humilhadas com agressões do sujeito indecoroso**

Embora saibamos que "os cães ladram enquanto a caravana passa", assim mesmo nem sempre se deve dispensar um "passa moleque" para os que se comportam como tal, como verdadeiros irresponsáveis fedelhos.

Eloah Margoni, médica

Crédito consignado e mais golpe de milhões de reais

Jorge Calazans

No mundo das fraudes financeiras, é sabido que os mais diversos métodos de operação são utilizados para o mesmo objetivo: atrair o maior número possível de vítimas e o máximo volume de dinheiro delas. Esse, inclusive, era o foco do grupo Live Promotora, que se apresentava como uma empresa de serviços de concessão de empréstimos para pessoas físicas. Estima-se que a empresa fraudulenta tenha enganado mais de mil vítimas e retido aproximadamente 22 milhões de reais.

O caso, contudo, tem caminhado na Justiça, onde muitas dessas vítimas tentam buscar seus valores investidos e a dignidade de volta. Dos suspeitos de liderarem a fraude, foram apreendidos até o momento cerca de R$ 200 mil.

Os serviços oferecidos pelo grupo consistiam em crédito consignado, portabilidade de crédito e consultoria financeira. Eles captavam as vítimas dizendo ser representantes de bancos que atuavam com empréstimos consignados, garantindo que, em caso de realização de empréstimo, reduziriam o valor das parcelas pagas pela pessoa física, de modo a proporcionar um lucro resultante da diferença entre o valor pago no empréstimo e o valor que receberiam com o retorno das financeiras.

Além do retorno financeiro previsto com essa redução, o grupo também prometia a aplicação do montante no mercado financeiro e a devolução acrescida de uma rentabilidade de 13,3%, o que cativava ainda mais as vítimas. Isso, contudo, jamais aconteceria.

> **Cabe aos departamentos de polícia a investigação e à justiça a condução dessas ações, de modo a recuperar os valores perdidos**

Apesar do caso correr em segredo de justiça, o Instituto de Proteção e Gestão do Empreendedorismo e das Relações de Consumo (IPGE) demandou uma Ação Civil Pública que visa representar coletivamente as vítimas de mais esse golpe devastador.

O crime de pirâmide financeira cresce assustadoramente ano após ano no país. Cada vez mais, golpistas dão roupagens diferentes para tal prática, com a mesma finalidade: enganar as pessoas e tirar delas todo recurso possível. Cabe aos departamentos de polícia a investigação e à justiça a condução dessas ações, de modo a recuperar os valores perdidos por milhares e até mesmo milhões de vítimas, bem como punir exemplarmente quem comete esse tipo de golpe.

Jorge Calazans, advogado especialista na área criminal, conselheiro estadual da Anacrim e sócio do escritório Calazans & Vieira Dias Advogados, com atuação na defesa de vítimas de fraudes financeiras

A TRIBUNA
PIRACICABANA
Data da fundação: 01 de agosto de 1.974
(diário matutino - circulação de terça-feira a domingo)
Fundador e diretor: Evaldo Vicente (celular 19-9.9787-0969)
Gerente comercial: Sidnei Borges (celular 19-9.7407-4221)
Rua Tiradentes, 1.111 - Centro - CEP: 13.400-765
Tel (19) 2105-8555
IMPRESSÃO: Jornais TRP Ltda, rua Luiz Gama, 144 – CEP 13.424-570 Jardim Caxambu - Piracicaba-SP, tel 3411-3309

QUINQUÊNIO

Causa perplexidade quando uma iniciativa descabida (quinquênio) parte justamente do Presidente do Senado Federal. Vida difícil, contas do governo não fecham, greves por causa de salários, salário mínimo vergonhoso e uma alta autoridade apresenta uma PEC para beneficiar quem ganha bem e com direitos a vários benefícios. Quando se trata, por exemplo, dos aposentados, veta-se a desaposentadoria e a revisão da Vida Toda. E, é justamente Rodrigo Pacheco (PSD), um parlamentar com um mandato fraco, que quer ser governador de Minas Gerais, um estado que tem uma dívida impagável. Como comandar um cenário quase falido com tal mentalidade? Medida inconsequente e uma afronta a uma população que ganha mal, com milhares sem trabalho e que sofre com a desigualdade social.

PONTO FINAL

Impressiona e preocupa o fato da população brasileira desprezar vacinas. Num mundo marcado por doenças avançando, a prevenção é um seguro que vale ouro.

EducaTrilha

Escolas vencedoras recebem homenagens

Assessoria Parlamentar

As moções de aplausos foram entregues pela vereadora Silvia Morales (PV)

As escolas vencedoras da edição de 2023 do Programa EducaTrilha foram homenageadas em ato solene realizado nesta segunda-feira (22), no salão nobre da Câmara. As moções de aplausos de nº 8, 9, 10, 12, 13 e 14/2024 foram entregues pela vereadora Silvia Morales (PV), do mandato coletivo A Cidade é Sua, ao Espaço Cirandarte, à Escola Municipal "Professora Tercilia Bernadete Sanches Costa", à Escola Municipal "Professor Tomaz Caetano Cannavam Rípoli", à Escola Estadual "Felipe Cardoso", à Escola Estadual "Doutor João Sampaio" e à Escola Estadual "Professor João Alves de Almeida", todas com representantes na cerimônia.

"O programa é muito importante junto à educação formal das redes municipal, estadual e particular de ensino ao propiciar o desenvolvimento da análise crítica nos professores e alunos envolvidos, a partir de atividades multidisciplinares voltadas às questões ambientais e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas", salientou Silvia Morales, ao ressaltar que "a educação é a base para o desenvolvimento econômico e para a construção de qualquer sociedade sustentável".

O Programa EducaTrilha tem como pilares a educação ambiental, cultural e de promoção de saúde e bem-estar e é realizado em escolas municipais, estaduais e particulares, por meio de um processo formativo e de um concurso de projetos educativos que incluem visitas à Estação Experimental de Tupi. A iniciativa também oferece encontros formativos e de tutoria aos professores e tem um papel de integração em relação às demais ações de educação ambiental e cultural no âmbito escolar.

A realização do programa, que chegou à sua quarta edição, é do IPA (Instituto de Pesquisas Ambientais), da Prefeitura, via Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente; do Laboratório de Educação e Política Ambiental - Oca/Esalq/USP; e da Fundação Florestal.

Tem o apoio da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal da Ação Cultural, da Diretoria de Ensino da Região de Piracicaba, do Grupo Multidisciplinar de Educação Ambiental, do Programa Germinar, da organização civil Pira21, da Fundação Triunfo, do Movimento Tô Aqui, da Aiôn Socioambiental, do Movimento pela Educação Humanizadora, do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), do Instituto Olinto Marques de Paulo e da Esalq (Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"), por meio do Grupo de Estudos Desafios da Prática Educativa, do Programa USP Recicla, do Grupo de Estudos e Práticas para o Uso Racional da Água, do Centro de Estudos e Pesquisa para Aproveitamento de Resíduos Agroindustriais, do Centro de Referência em Ensino de Ciências da Natureza, do Museu de Ciências, Educação e Artes "Luiz de Queiroz", da Pet Ecologia e do Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão Universitária em Educação e Conservação Ambiental. As empresas OJI Papéis e CJ do Brasil patrocinam o programa.

Fotos: Divulgação/CCS

USF Santa Fé passa por reformas e atendimento dos usuários está acontecendo na UBS Novo Horizonte

USF Mário Dedini 2 já está passando por reformas, e faz parte do plano de conclusão até dezembro

Saúde

Prefeitura inicia obras de reforma em 11 unidades

Investimento de R$ 3,11 milhões; as reformas devem ser finalizadas até dezembro; primeiras unidades são USF Mário Dedini 2 e USF Santa Fé

Com investimento de R$ 3,11 milhões, a Prefeitura de Piracicaba, por meio das Secretarias de Saúde (SMS) e Obras (Semozel), deu início a um pacote de obras, dividido em três etapas, que vai reformar 11 unidades de saúde até o final deste ano. As duas primeiras unidades a receberem intervenções são as Unidades de Saúde da Família (USFs) Mário Dedini 2 e Santa Fé, com previsão de conclusão em até 90 dias.

Durante o período de reforma, as unidades ficarão fechadas para evitar qualquer tipo de transtorno no atendimento, desta forma, os usuários da USF Mário Dedini 2 serão atendidos temporariamente na USF Mário Dedini 1, localizada à avenida Nadir Eraldo Stella, 137. Já os usuários da USF Santa Fé serão atendidos na Unidade Básica de Saúde (UBS) Novo Horizonte – Antigo Crab – que fica à rua Moacir Martins, 255. "Pedimos compreensão da população neste período de obras. É necessário fazer essas reformas para um melhor atendimento à população e, também, garantir um bom ambiente de trabalho aos servidores", apontou Augusto Muzilli Júnior, secretário de Saúde.

Na USF Mário Dedini 2, a reforma contempla troca dos pisos, pintura geral, adaptação do layout interno, construção de estacionamento e cercamento com muro e gradil no entorno do terreno. Na USF Santa Fé a ação contempla adaptação dos sanitários, cozinha e fachada; execução de pintura interna e externa, reformas dos abrigos de gás, compressores e lixo, além da construção de muro de arrimo.

Para a realização destas obras, o prefeito Luciano Almeida visitou diversas unidades de saúde do município, desde o início do seu mandato, momento em que conversou com a população e servidores públicos para saber das necessidades de cada um, principalmente, sobre a infraestrutura dos prédios em que trabalham. Desta forma, foram realizados estudos para dar início às obras nas unidades em que os pedidos se fizeram mais urgentes.

Com ordem de serviço já assinadas, nas próximas semanas, a Prefeitura vai começar as obras nas seguintes unidades: USF Algodoal, USF Eldorado 2, USF Kobayat Libano, USF Artemis 1 e 2, UBS Jardim Planalto, USF Tupi, USF Monte Líbano II e UBS Cecap (antigo Crab). Recentemente, a Prefeitura abriu licitação – ainda em curso – para a etapa IV de reformas de unidades de saúde por meio do edital de concorrência nº 07/24 para execução de obras na USF e Farmácia do Cecap e da USF Jaraguá I.

O fim da excessiva judicialização da política

Dirceu Cardoso Gonçalves

Tramita pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados, o projeto nº 3640/2023, de autoria do deputado Marcos Pereira (Republicanos/SP), que restringe o acesso ao Supremo Tribunal Federal (STF) aos 12 partidos e federações partidárias que nas ultimas eleições que alcançaram a clausula de barreira e, com isso, obtiveram o status de agremiação nacional. Resultado de estudos e sugestões de juristas, inclusive ministros do próprio STF, a propositura terá o fim de dificultar a judicialização contumaz das matérias aprovadas pelo Congresso Nacional, ação de que os nanicos têm usado e abusado quando perdem a votação nas suas casas legislativas.

A clausula de barreira (ou desempenho) exige que o partido ou federação tenha eleito, nas ultimas eleições (2022), 11 deputados, em pelo menos 9 Estados e somado 2% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, também em 9 Estados. Atualmente são detentores desse requisito as federações PT/PCdoB/PV, PSDB/Cidadania e Psol/Rede, e os partidos MDB, PDT, PL, Podemos, PP, PSB, PSD, Republicanos e União Brasil. Os outros 16, entre os 28 registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ficaram fora, em razão do baixo desempenho nas urnas, e não têm direito às verbas do fundo eleitoral e nem aos recursos de propaganda. Aprovado o projeto 3640, também terão vedado o caminho ao STF.

A judicialização tem sido um complicador. Da forma que tem ocorrido, serve de instrumento para parlamentares e agremiações sem votos impedirem a concretização do processo legislativo definido pela maioria. Ao não conseguirem os votos necessários para impor suas propostas, os nanicos argumentam impedimentos e irregularidades e levam o assunto ao STF onde os ministros, muitas vezes, atendendo ao convencimento próprio, absorvem a argumentação e revogam a produção da Câmara, do Senado ou até do Executivo. É a forma que encontraram para vencer sem ter representatividade. Além do resultado muitas vezes injusto, ocorrem paralelamente o acúmulo de serviços no Poder Judiciário e a periclitação do relacionamento dos Três Poderes. O STF, cuja função é guardar a Constituição, interfere na atividade dos outros dois poderes.

> **Poderia, ainda, contemplar a possibilidade de os parlamentares, independente de seus partidos, só poderem recorrer ao Judiciário mediante o requerimento de 10% dos componentes da casa legislativa**

O projeto - que é relatado na CCJ pelo deputado Alex Manente (Cidadania/SP), também propõe diminuir as decisões monocráticas do STF ao mínimo indispensável, reservado apenas aos tempos de recesso e sujeitas à revisão do plenário quando este voltar a se reunir. Também visa impedir a anexação de temas diferentes do original aos processos em andamento para evitar os chamados "jabutis" que não possuem relação ao tema principal mas, por algum tipo de conveniência, acabam colocados sob a mesma votação.

Aprovado pela Câmara e referendado pelo Senado, o PL 3640/2023 será um grande instrumento em favor das esquisitices que têm instabilidade o processo político brasileiro. Ainda propõe limites à atuação de ONGs e outras entidades da sociedade na contestação de leis aprovadas. Poderia, ainda, contemplar a possibilidade de os parlamentares, independente de seus partidos, só poderem recorrer ao Judiciário mediante o requerimento de 10% dos componentes da casa legislativa. No caso, 52 deputados na Câmara (de 513 membros) ou 9 senadores no Senado (de 81 cadeiras).

Entendemos que é importante criar parâmetros para certas atividades e, principalmente, para evitar abusos e ações nos republicanos, como a de um parlamentar ou grupo sem votos impedir o vigor e a execução das leis aprovadas pela maioria do Congresso Nacional. São espertezas que têm de ser colocadas explicitamente à margem da legalidade.

Tenente Dirceu Cardoso Gonçalves, dirigente da Associação de Assistência Social dos Policiais Militares de São Paulo); e-mail: tenentedirceu@terra.com.br

Casamento se faz com amor e reconquista

Déa Jório e Jal Reis

Com os anos de relacionamento, não é incomum que todo aquele encanto, a alegria, o prazer de estar com a pessoa amada enfraqueça, diminua, encolha e desbote. Em outras palavras, a conexão vai se perdendo. E, com ela, a intimidade.

Com a convivência, o desgaste, problemas que todo casal enfrenta, a conexão se reduz ou até desaparece. O grande desafio é mantê-la, é recolocá-la na rotina, é renová-la, reerguê-la. E mesmo fortalecê-la, caso não tenha se perdido. Porque nunca é demais estar cada vez mais ligado a quem se ama.

É preciso entender, antes de tudo, que as formas de se manter conectado a alguém mudam com o tempo. A afinidade inicial, que deu o clique lá atrás, quando vocês começaram o namoro, pode não ser mais a mesma.

Se, com o passar dos anos, você quer voltar ao que o(a) aproximava de seu amor, pode ser que reencontre exatamente aquela conexão inicial - mas pode ser também que ela tenha ficado no passado mesmo, para sempre.

Por isso é importante você conhecer seu(sua) parceiro(a), se interessar por ele/ela, procurar o que a(o) liga a ele/ela agora. Às vezes, como no filme Casal improvável, essa conexão pode estar nos momentos mais banais, mais triviais, mais simples da vida.

Portanto, ela começa de algo que vocês já têm. Não é preciso inventá-la. Claro que não é fácil manter compatibilidade em todas as áreas da vida ao mesmo tempo. As conexões são dinâmicas, como a vida. Por isso, em cada momento, é indispensável saber o que o outro deseja, o que ele/ela pensa, quais são suas demandas e carências.

É a partir daí que novas conexões se tornam possíveis. Isso não quer dizer que elas sejam fáceis. Aliás, é exatamente nos momentos mais difíceis que essa ligação é posta à prova. É fácil conectar-se quando tudo está bem.

Porém, quando seu(sua) companheiro(a) está passando por um mau momento ou quando ele/ela está errando com você, aí é muito trabalhoso manter ou gerar conexão. Ela é a forma como a outra pessoa se sente percebida e amada. Tudo parte daí.

> **É preciso entender, antes de tudo, que as formas de se manter conectado a alguém mudam com o tempo**

É preciso ser um "operário do amor" e trabalhar muito para que a afinidade não se perca e sempre se renove. Porque, uma vez que diminui, a tendência é que, com o tempo, a distância entre o casal só aumente. A relação madura entre um homem e uma mulher é algo desafiador. É necessário ser criativo(a), interessado(a), paciente, sensato(a). E, principalmente, mobilizar toda a sua capacidade de amar.

Quando falamos em conexão, o objetivo é entender que essa reaproximação, essa reconquista da intimidade transmite ao(à) seu(sua) companheiro(a) a certeza de que ele/ela é amado(a), admirado(a). Isso propicia segurança. A pessoa se solta, se desinibe, se conecta somente num ambiente em que se sente segura. As relações afetiva e física dificilmente serão boas num ambiente de insegurança e de desconfiança.

O relacionamento amoroso é uma ótima forma de desenvolvimento pessoal. Observe quanta capacidade, quanta habilidade você precisa desenvolver para manter um namoro ou um casamento. Ou seja, a partir de um relacionamento saudável você se prepara para lidar com o trabalho, com as amizades, com os filhos, com os pais. É em casa que aprendemos a cuidar, a amar. A conexão gera harmonia e entendimento.

Déa Jório, fisioterapeuta especialista em Saúde da Mulher, e Jal Reis, terapeuta e educador sexual, casados há 10 anos e autores do livro "21 Hábitos para Apimentar o Relacionamento"

Transporte

Nova empresa começa a operar no início de junho

Prefeitura prorrogou contrato emergencial para fase de transição do serviço; nova frota tem parte dos veículos equipados com wi-fi, entradas USB e ar-condicionado

A nova frota do transporte público, que terá parte dos veículos equipados com wi-fi (internet sem fio), entradas USB e ar-condicionado, começa a rodar dia 09 de junho, quando a empresa contratada, a Rápido Sumaré LTDA., inicia a operação do sistema em Piracicaba. Para garantir a transição segura dos serviços prestados, a Prefeitura prorrogou o contrato emergencial com a empresa Tupi, que vence hoje (26).

De acordo com a Secretaria de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes (Semuttran), a fase de transição do serviço inclui, entre outras ações, transferência de linhas para a nova empresa, cadastramento do usuário nos novos cartões, contratação de pessoal, implantação do sistema de monitoramento nos ônibus e limpeza e manutenção dos terminais.

"Essa fase de transição é muito importante e necessária para que a nova empresa valide os levantamentos apontados na transição e tenha pleno conhecimento de todos os serviços prestados e como eles funcionam. O sistema do transporte público vai ter um salto de qualidade, com veículos que vão oferecer acesso à internet ao usuário, ar-condicionado e acessibilidade. A prorrogação do contrato vai dar o tempo necessário para que essa troca de informações aconteça de forma precisa, para um início seguro", disse Jane Franco de Oliveira, secretária da Semuttran.

Divulgação/CCS

Terminal de Ônibus da Paulicéia: novo sistema de transporte público começa a funcionar em junho

Todos os veículos da nova frota, em atendimento à legislação federal, serão 100% acessíveis e com plataforma elevatória para cadeirantes, além de dispositivos internos que facilitam a acessibilidade, como assento para pessoas com deficiência visual com cão guia, local reservado com cinto de fixação para cadeira de rodas, botão de acionamento de campainha acessível e piso dos ônibus revestido com material antiderrapante.

Os veículos deverão ter monitoramento por câmeras em seu interior e sistema de rastreamento (GPS) e serão monitorados em tempo real pela Central de Controle Operacional (CCO) da Semuttran. A empresa também será responsável, ainda, pela construção da garagem e da manutenção dos terminais. A empresa deve operar tanto as linhas urbanas e rurais quanto o Transporte Especial Elevar, que será ampliado, serviço esse destinado a pessoas que usam cadeira de rodas. Os veículos deverão ter, ainda, idade média de cinco anos e idade máxima de dez anos.

O edital ainda exige que seja fornecido gratuitamente ao público interessado, por meio de aplicativo, serviço de informação que possibilite ao usuário ver os horários previstos atualizados em tempo real de chegada dos ônibus aos pontos de embarque, além do itinerário das linhas.

A Rápido Sumaré foi escolhida para operar o sistema de transporte público de Piracicaba porque ofereceu a menor tarifa. O valor estimado do investimento anual é de R$ 110.807.577,08.

Reabilitação

Programa realiza oficina de inclusão no CCInter Jaraguá

Crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Centro de Convivência Intergeracional (CCInter) Jaraguá participaram na tarde de quarta-feira (24) da oficina de inclusão realizada pelas equipes do Programa de Habilitação e Reabilitação (PHR) e do projeto TEAcolhe executados pela Associação de Pais e Amigos dos Autistas (Auma), em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) São José.

As atividades tiveram início com uma dinâmica envolvendo papel e lápis, onde os representantes do PHR e projeto TEAcolhe indicavam traços que os participantes deveriam desenhar na folha de papel. Ao final, a reflexão de que, apesar das mesmas orientações, os desenhos saíram totalmente diferentes. "Nossa ideia foi desafiá-los a pensar sobre as diferenças e assim, abordar a questão do transtorno do espectro autista, o TEA", explicou Marly Elisama Cano, pedagoga do projeto TEAcolhe.

Pietro Gabriel Almeida, 09 anos, ficou animado com a ação. "Gostei muito de participar dessa oficina; aprendi que as pessoas autistas são iguais a nós, mas recebem informações de maneira diferente", comentou.

"A oficina foi planejada como instrumento de inclusão, articulada de forma a trabalhar a temática no sentido de informar e orientar o público em geral e também as pessoas com autismo e suas famílias para que tenham maior autonomia e qualidade de vida", enfatizou Caroline Freitas Ferreira da Silva, pedagoga do PHR.

O PHR, desenvolvido pelas organizações Auma, Espaço Pipa, Avistar e Apaspi, tem como objetivo principal promover a inclusão de pessoas com deficiência nos serviços e benefícios socioassistenciais da Proteção Social Básica. Através de ações coordenadas no território, ele busca sensibilizar as redes locais, mobilizar a identificação de pessoas com deficiência e enfrentar as barreiras para sua inclusão plena. Este programa representa um compromisso concreto com a igualdade e a justiça social, capacitando as pessoas com deficiência a acessarem e desfrutarem de todos os direitos disponíveis.

Divulgação

Ao centro, Marly Elisama Cano fala com as crianças e os adolescentes do CCInter Jaraguá

Já o projeto TEAcolhe, financiado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes (Fumdeca), atende crianças e adolescentes, entre 12 e 17 anos, com a proposta de atividades em grupos, através de oficinas e jogos sociais, visando a estimulação da comunicação, interação social, autonomia e independência, e o fortalecimento dos vínculos familiares.

Recapeamento

Gustavo Pompeo fiscaliza obra na rua Nossa Senhora do Carmo

O vereador Gustavo Pompeo (Avante) fiscalizou nesta segunda-feira (22) a obra de recapeamento executada pela Prefeitura na rua Nossa Senhora do Carmo, em Santa Teresinha. O parlamentar, que é presidente do Fórum de Educação para o Trânsito na Câmara, lembra ter reforçado "por diversas vezes" a necessidade de melhorias na pavimentação asfáltica em diversos bairros.

"Isso inclui a rua Nossa Senhora do Carmo, que é um dos principais acessos para quem trafega por Santa Teresinha e quer acessar a rodovia", salienta. A avenida receberá novo pavimento em toda a sua extensão, porém por etapas para não prejudicar o fluxo de veículos e impactar o menos possível no trânsito, ressalta o vereador.

Gustavo Pompeo destaca que a rodovia Geraldo de Barros apresenta "diversos pontos" que geram riscos de acidentes, entre eles as rotatórias em nível. O vereador conversou com moradores a respeito do anúncio, feito no último dia 1º, para a antecipação da construção de dois dispositivos viários nos quilômetros 169 e 171 da rodovia, na altura da Balbo e do posto Bigaton. Tais dispositivos visam reduzir os riscos verificados nas rotatórias em nível, diminuindo o número de acidentes e trazendo mais fluidez e segurança ao trânsito.

"As duas notícias, tanto o recapeamento quanto os dispositivos viários que serão construídos, são importantes para a região. Santa Teresinha é um importante polo comercial e residencial da cidade e essas melhorias trazem segurança e fluidez ao trânsito, há muito aguardadas e que agora estamos acompanhando o avanço nesse sentido", disse.

Assessoria Parlamentar

Avenida receberá novo pavimento em toda a sua extensão, porém por etapas para não prejudicar o fluxo de veículos e impactar o menos possível no trânsito

Pesquisa

Vox Brasil/SBT confirma 1º lugar para Barjas Negri

Divulgada neste mês a pesquisa Vox Brasil/SBT no cenário espontâneo quando não são informados os nomes dos pré-candidatos a prefeitura de Piracicaba, o ex-prefeito Barjas Negri (PSDB) aparece em 1º lugar com 30,13%, em segundo lugar Alex Madureira (PL) com 2,98%, seguido de Luciano Almeida (PP) com 1,32%, Helinho Zanatta (PSD) 0,99%, Paulo Campos (Podemos) 0,66% e a professora Bebel (PT) com 0,66. Somando os cinco pré-candidatos, a soma é de 6,61% das intenções de votos.

No cenário do voto estimulado, quanto são apresentados os possíveis pré-candidatos, Barjas Negri (PSDB) aparece com 49,64%, seguido de Helinho Zanatta com 10,62%, Alex Madureira (PL) com 8.61%, Paulo Campos (Podemos), com 9,27%, Luciano Almeida (PP) aparece com 2,98%, professora Bebel (PT) com 3,31%. Votos brancos e nulos com 4,97% e indecisos 10,60%. Tirando o pré-candidato Barjas Negri, a soma dos demais candidatos chega 26,49%.

No quesito rejeição a liderança é do atual prefeito Luciano Almeida (PP) com 57,28%. A menor rejeição é do ex-prefeito Barjas Negri (PSDB) com 2,98%. Helinho Zanatta (PSD) com 3,97%, Alex Madureira (PL) com 4,97%, Paulo Campos (Podemos) 5,63%, professora Bebel (PT) com 8,94%. Responderam que não rejeitam nenhum pré-candidato, 23,51%.

A pesquisa deixa claro que não existe um segundo lugar, todos os cinco pré-candidatos estão em segundo lugar, já que a margem de erro é de 4% para mais ou para menos, ou seja, não há diferença estatística entre os cinco candidatos.

Santa Rita

Prefeitura inicia obras para pavimentação

Divulgação

No momento, a equipe executa abertura de caixa e compactação da base

A Prefeitura, por meio da Secretaria de Obras e Zeladoria (Semozel), iniciou nesta semana obras para pavimentação de trecho da rua José Antonio Tricânico, no bairro Santa Rita; a equipe executa, neste momento, abertura de caixa e compactação da base.

Esta é a primeira de quatro vias que receberão os serviços no bairro. Além da rua José Antonio Tricânico, serão atendidas ainda a rua José Abdalla e as avenidas João Flávio Ferro e Dr. Alexandre Guimarães dos Santos.

A área total de pavimento será de 1.499,02 metros quadrados para tráfego leve, e 9.021,62 metros quadrados para tráfego médio. Os trechos que serão pavimentados são os que dão acesso à rotatória que liga as ruas indicadas; a rua José Tricânico, entretanto, será pavimentada no trecho entre a avenida João Flávio Ferro até a rua Antônio Honório. Também serão executados serviços de construção de guias, sarjetas e calçadas.

Os serviços visam melhorar a integração das vias no bairro, aprimorando a mobilidade urbana, já que os trechos ainda não são pavimentados. O investimento total das obras é de R$ 1.879.000,00.

Cestas básicas

Distribuição para os servidores públicos começa segunda-feira

A Prefeitura publicou, no Diário Oficial do Município, o contrato emergencial para aquisição de cestas básicas para os servidores municipais. A contratação é para nove meses ou até a conclusão do pregão eletrônico 571/2023. Segundo a Secretaria Municipal de Administração (Semad), o servidor poderá usar o mesmo cartão que já tem em mãos, usado para a retirada das cestas entregues em janeiro, fevereiro e março. A distribuição das cestas para os servidores ativos, inativos e pensionistas no mês de abril será do dia 29/04 a 14/05. Para saber as datas dos demais meses é só consultar o calendário disponível no site da Prefeitura: piracicaba.sp.gov.br. A retirada é feita na rua José Pinto de Almeida, 1.636, próximo ao Terminal Rodoviário Intermunicipal (TRI).

TURISMO

Agência organiza excursão em prol do Lar dos Velhinhos

A empresa Planeje Turismo, atuando em Piracicaba há mais de 30 anos, organiza para o fim de maio passeio solidário de um dia para Cotia e São Roque, com parte da renda destinada ao Lar dos Velhinhos de Piracicaba. Essa excursão foi pensada com muito carinho e prevê horas agradáveis divididas em duas partes: pela manhã os participantes conhecerão a maravilhosa Basílica de Cotia. À tarde, irão até a vizinha cidade de São Roque para um tour parcial pela sua 'Rota do Vinho'.

O roteiro prevê saída de Piracicaba às 5h30 do domingo (26), com desembarque às 8h30 na Basílica Nossa Senhora do Rosário de Fátima, em Cotia. Lá os participantes vão admirar sua impressionante arquitetura neogótica e os belíssimos vitrais. Às 9 horas, assistirão à Missa em estilo gregoriano celebrada pelos Arautos do Evangelho, com seu afinadíssimo coral infanto-juvenil acompanhado de solenes acordes de instrumentos de sopro.

Às 11 horas, rápido city tour por São Roque, parando na Praça Central para fotos, informações turísticas e históricas. Em seguida, almoço à vontade numa churrascaria. A partir das 13h30, tour parcial pela 'Rota do Vinho', visitando três vinícolas e acolhedoras lojinhas que comercializam produtos regionais e artesanato. Às 17 horas, retorno a Piracicaba e chegada às 19 horas.

O investimento por pessoa será de R$ 296,00 à vista (pode ser parcelado em até três vezes no PIX). Esse valor inclui seguro de vida com assistência durante todo o passeio, transporte em ônibus turismo, lanche de bordo, dois guias acompanhantes, visita a Basílica de Cotia, almoço a vontade (bebidas e sobremesa cobrados à parte) e rota do vinho parcial em São Roque. Mais informações e reservas de assentos pelo e-mail michelfrancisco @planejeturismo.com.br ou WhatsApp (19) 99347-0531.

PIONEIRA — A Planeje Turismo é pioneira no Brasil no chamado Turismo Solidário, onde parte do valor das passagens é destinado a instituições beneficentes ou culturais. Está à disposição de grupos de terceira idade, entidades e ONGs que se interessem em organizar seus próprios grupos turísticos para arrecadar fundos.

EDITAL

Legislativo abre licitação para serviços de apoio operacional

A Câmara Municipal de Piracicaba abriu processo licitatório para contratação de empresa terceirizada para a prestação de serviços de apoio operacional. O edital 86/2024 está disponível no Portal da Transparência. A empresa Port Lopes Portaria e Servicos Ltda apresentou o melhor lance e foi a vencedora do pregão eletrônico, já homologado.

Requisitada pelo Departamento Administrativo e de Documentação da Câmara, através do Setor de Infraestrutura e Logística, a licitação para contratação de empresa terceirizada "visa possibilitar o pleno funcionamento da instituição, visto que se trata de atividades acessórias e indispensáveis para que a Câmara Municipal de Piracicaba desempenhe suas funções adequadamente".

Serão necessárias a contratação dos seguintes postos para prestação de apoio operacional: coordenador de equipe (1), recepcionistas (12), porteiros (3), auxiliares de manutenção (3), auxiliares de serviços gerais (4), oficiais de manutenção predial com conhecimento e habilitação em hidráulica, alvenaria e pintura (2), e técnico eletricista (1).

A quantidade de postos necessária foi definida considerando as demandas específicas dos prédios Principal e Anexo da Câmara Municipal. Isso inclui recepcionistas para as entradas, porteiros para a guarita do estacionamento e pessoal para serviços gerais e de manutenção.

No edital, a Câmara solicita que a empresa contratada forneça todas as ferramentas e equipamentos para a execução dos serviços, para garantir economia.

Assessoria Parlamentar

JARDIM ALVORADA

O vereador Pedro Kawai (PSDB) protocolou nesta terça-feira (23) a indicação 1.739/2024, solicitando ao Executivo o corte do mato, a manutenção dos brinquedos e a limpeza geral do parque infantil localizado na praça Diomedes Borges da Silva Pernambuco, situada na rua Mauro Gonçalves, próximo à rua Raul Seixas, no Jardim Alvorada. "O parque está tomado pelo mato, alguns brinquedos estão quebrados e outros têm peças faltando. Há resíduos de materiais de construção descartados de maneira irregular, supostamente provenientes de obras da Prefeitura, conforme relatos dos moradores", afirmou Kawai.

NOVA SUÍÇA

Moradores cobram reparo em ponte que corre risco de ceder

A presidenta Delvita Rodrigues, do Centro Comunitário de Vila Cristina, esteve no bairro reunida com moradores, representando a deputada Professora Bebel (PT)

Moradores da região do bairro Nova Suíça estão cobrando da Prefeitura de Piracicaba reparos na ponte nas proximidades dos condomínios São Geraldo e Cristal Suíço. De acordo com a presidenta do Centro Comunitário do Vila Cristina, Delvita Rodrigues, que esteve no bairro nesta semana, reunida com moradores, representando a deputada estadual Professora Bebel (PT), a reclamação é de que sem a ponte, os moradores estão isolados, com as crianças em idade de escolar tendo que caminhar um longo trecho para ir à escola de aproximadamente dois quilômetros, uma vez que o ônibus circular deixou de passar pelos dois condomínios, assim como o caminhão que faz a coleta de lixo.

Conforme os moradores, o motorista que faz o transporte escolar alega que como a estrada que liga aos condomínios Cristal Suíço e São Geraldo está muito ruim, com muitos buracos e inclusive a ponte ameaçando ceder, é impossível passar apanhar as crianças, uma vez que o risco de acidente é muito grande. A alegação dos moradores, segundo Delvita, é de que além do ônibus que deixou de passar para apanhar os estudantes, o caminhão que faz a coleta de lixo também não está mais passando nos condomínios.

Sem o transporte escolar, os pais temem pela segurança dos seus filhos que estudam nas escolas municipal João Perin e na EE Paulo Luiz Valério. É que todos as crianças e jovens têm que caminhar um longo trajeto a pé, inclusive à noite. Diante do ocorrido, a deputada estadual Professora Bebel encaminhou ofício ao prefeito de Piracicaba, Luciano Almeida, solicitando providências urgentes para recuperar a ponte, e garantir que os moradores tenham suas vidas retornando à normalidade.

Fotos: Divulgação

Moradores decidiram colocar obstáculo para evitar a passagem de veículos pesados

Presidenta do Centro Comunitário do Vila Cristina, Delvita Rodrigues

Deputada Bebel (PT) encaminhou ofício ao prefeito de Piracicaba

PIRACICAMIRIM

Falta espaço para refeição de servidores no CRAB

Após reclamação de servidores do CRAB Piracicamirim, dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba e Região visitaram a unidade e constataram falta de local para realizarem a refeição, conforme consta na Norma Regulamentadora nº 24.

"Chegamos no CRAB e encontramos o local cheio de pessoas aguardando para atendimento. Verificamos que o espaço utilizado para refeição virou espaço para atender pacientes com suspeita de dengue", disse Valdir Martins, responsável pela Ouvidoria do Sindicato. "Ou seja, os servidores não têm local para realizar as refeições nesta unidade".

Segundo Martins, o local improvisado para realizar as refeições é na lavanderia, onde tem o tanque de lavar roupa, material de limpeza, lixo e apenas duas cadeiras para uma equipe de 28 servidores, além de ser insalubre e com muito sol.

"O horário de almoço se concentra, segundo apuramos, das onze às doze horas. Como 28 pessoas conseguem almoçar num espaço tão reduzido? Sem contar os dois funcionários do SISS e mais a equipe da UPA para testagem de dengue", questiona o Ouvidor do Sindicato.

Diante destes fatos, o presidente do Sindicato, José Valdir Sgrigneiro protocolou nesta quarta-feira (24) ofício para Luis Fernando Dagnone Cassinelli (Secretário Municipal de Administração), com cópia para Augusto Muzilli Júnior (Secretário Municipal de Saúde).

Em ofício, a diretoria do Sindicato questiona se a Prefeitura de Piracicaba tem conhecimento da situação do local? quais as providências serão adotadas para resolver a situação encontrada pelos dirigentes sindicais, já que os servidores trabalham em local insalubre?

Também são questionados quem responde pelo CRAB do Piracicamirim? Existe alguém dentro do CRAB que deveria observar estes problemas e saná-los? E se os servidores já relataram estes e outros problemas para a secretaria competente? Se sim, quando? Foi solicitada cópia deste encaminhamento.

Fotos: Divulgação

Dirigentes do Sindicato dos Municipais visitaram a unidade

Valdir Martins é o responsável pela Ouvidoria do Sindicato

RUA DA PALMA

Pedro Kawai solicita a poda de árvore na Paulista

Aprovado durante a 22ª Reunião Ordinária o requerimento 468/2024, de autoria do vereador Pedro Kawai (PSDB), que solicita ao Executivo, através de órgão competente, informações sobre poda de árvore localizada na rua da Palma, em frente ao número 2.403, no bairro Paulista, objeto da indicação 3460/2023.

"Em 11 de setembro de 2023, protocolei a indicação solicitando a poda da árvore, após morador próximo ao local ter me procurado informando que os galhos da mesma estavam grandes e reivindicando a sua poda", comentou o vereador.

Segundo ele em resposta a indicação apresentada, a secretaria competente informou que "o técnico do setor de arborização irá no local indicado para vistoriar as árvores e programar o manejo arbóreo correto", porém até a presente data, não houve o atendimento da demanda solicitada.

No requerimento Kawai questiona se o técnico do setor de arborização da Secretaria competente já realizou a vistoria da árvore, quando ocorreu a vistoria e qual será a programação para o manejo arbóreo.

Caso não tenha ocorrido a realização de vistoria no local, por qual motivo e se existe a possibilidade de atendimento desta demanda pelo Poder Executivo.

Diversidade

Prefeitura lança canal para denúncias de LGBTIfobia

Evento foi organizado para criação de grupos de trabalho que desenvolverão o Plano Municipal de Políticas Públicas para LGBTQIA+

A Prefeitura de Piracicaba, por meio da Secretaria de Governo (Semgov), em conjunto com o Conselho Municipal de Políticas Públicas para LGBT de Piracicaba (CMP-LGBT), lançou quarta-feira (24) um novo canal para denúncias de LGBTIfobia, por meio do sistema Sem Papel. O link direto para registro de denúncia é o https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/servico-info/320. O anúncio foi feito durante um encontro do Conselho LGBT, com apoio da Semgov, para a criação de grupos de trabalho que vão elaborar o Plano Municipal de Políticas Públicas para LGBTQIA+.

Divulgação

O presidente do Conselho LGBT, Anselmo Figueiredo, apresentou a metodologia e cronograma de trabalho do Plano Municipal

Representando o prefeito Luciano Almeida, a titular da Semgov, Tássia Espego, explicou sobre o novo canal. "Já temos um canal para denúncias via 156, mas fizemos um levantamento e constatamos que o acesso é baixo. Levamos isso ao Conselho e então surgiu a ideia de criar um canal, mais direto e efetivo, para receber essas denúncias, para, assim, podermos fazer os encaminhamentos necessários com agilidade. A iniciativa surgiu para ser mais uma ferramenta de apoio no atendimento e acolhimento das vítimas de LGBTIfobia", disse.

No encontro, o presidente do Conselho LGBT, Anselmo Figueiredo, apresentou a metodologia e cronograma de trabalho do Plano Municipal, bem como os eixos dos Grupos de Trabalho: saúde; educação; justiça, cidadania e segurança pública; assistência social, trabalho e renda; e cultura, esportes, lazer e turismo. "Os eixos foram definidos com base nas demandas que entendemos existir mais questões a serem sanadas por conta da LGBTIfobia. E, por isso, realizamos esse evento para discutir esses pontos, apresentar a metodologia dos trabalhos e, assim, montar o Plano Municipal de Políticas Públicas", destacou.

Participaram também do evento a secretária de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads), Euclidia Fioravante; o coordenador setorial de Promoção da Igualdade Racial e Étnica, Luiz Azal; e o coordenador estadual de Políticas para Diversidade Sexual, Rafael Calumby Rodrigues.

O evento contou ainda com intervenções artísticas de Rhuizz e Bruno Arte Drag.

Divulgação

Demóstenes Ferreira, da Esalq, deu aula sobre o futuro das cidades

Florestas

Especialista faz palestra sobre clima em reunião do CCECP

Aconteceu, na noite de quarta (17), a segunda reunião ordinária do Conselho Coordenador das Entidades Civis de Piracicaba (CCECP), com a presença marcante de conselheiros e convidados. Na ocasião, o presidente, Carlos Roberto Rodrigues, apresentou o professor e doutor em florestas urbanas, do Departamento de Ciências Florestais da Esalq, Demóstenes Ferreira, que proferiu a palestra "Como pensar nossas cidades no século 21 frente aos novos desafios da adaptação climática".

A palestra caracterizou o início de um movimento ambiental e educacional procurando demonstrar que se não se fizer daqui para frente um planejamento estratégico de arborização em nossa cidade, só com o que se tem atualmente, nos próximos anos, poderá haver, por causa das mudanças de condições climáticas, maiores problemas com enchentes, quedas de árvores com possíveis acidentes fatais, surgimento de ilhas de calor urbano mais acentuados e problemas de saúde da população.

Piracicaba possui 66 bairros e mais de duas centenas de loteamentos regulares e não regulares, por isso a necessidade de um plano exequível de arborização.

O governo municipal, a sociedade civil organizada e entidades ambientalistas têm de fazer cada um a sua parte, se movimentar o mais rápido possível para alavancar uma transformação de modelo de arborização que plante mais árvores, que assegure as que já existem e que não haja mutilação quando nas épocas de podas.

TV Câmara

Filha de prefeito cassado em 1969 é entrevistada no Câmara Convida

O programa Câmara Convida desta sexta-feira (26), exibido pela TV Câmara Piracicaba, terá como convidada especial Lídice Salgot, para uma entrevista sobre sua história familiar e as marcas deixadas pela ditadura militar no Brasil. Ela é filha de Francisco Salgot Castillon, um político que teve sua trajetória interrompida pelo regime ditatorial. Ele foi prefeito de Piracicaba na década de 1960 e, posteriormente, foi cassado pelo AI-5 em outubro de 1969.

A participação de Lídice Salgot no programa traz relatos e reflexões sobre os impactos pessoais e políticos da ditadura. Através das experiências de sua família, é possível compreender melhor os momentos de tensão, perseguição e resistência vivenciados durante aquele período da história do Brasil.

Fabrice Desmonts

Programa "Câmara Convida" vai ao ar nesta sexta-feira (26), a partir das 13h, na TV Câmara

Em suas memórias, Lídice compartilha detalhes sobre a prisão de seu pai, os dias de incerteza e temor, mas também a resiliência e a luta por justiça. O relato é de uma família que enfrentou os desafios impostos pela ditadura. A participação dela também é uma oportunidade para refletir sobre os desafios atuais da democracia e os riscos de retrocesso.

A entrevista é conduzida pelo jornalista Erich Vallim Vicente e tem participação de Bruno Didoné de Oliveira, servidor do Setor de Gestão de Documentação e Arquivo, que desenvolve trabalho de pesquisa sobre os impactos da ditadura na Câmara de Piracicaba. Esse material está publicado (em quatro reportagens no site oficial do Legislativo, na série Achados do Arquivo – Especial.

O programa Câmara Convida será exibido a partir das 13h, na TV Câmara Piracicaba, pelos canais 11.3 em sinal aberto de TV digital, 4 da Net/Claro e 9 da Vivo Fibra. Além disso, a transmissão estará disponível nas mídias digitais, no Facebook "Câmara Municipal de Piracicaba" e Youtube "TV Câmara Piracicaba".

Monte Rey

Vereador acompanha obras de recapeamento asfáltico

Assessoria Parlamentar

Paraná acompanhou na manhã de quarta-feira (24) a continuação das etapas das obras para recuperação da malha viária na avenida Euclides de Figueiredo

O vereador Valdir Vieira Marques (PSD), o Paraná, acompanhou na manhã desta quarta-feira (24) a continuação das etapas das obras para recuperação da malha viária na avenida Euclides de Figueiredo, no Parque Residencial Monte Rey, região de Santa Teresinha.

Paraná destacou que há muito tempo a população pede essa melhoria, e pontuou que as manutenções do asfalto até então realizadas não duravam muito tempo, sendo presentes muitos buracos, rachaduras e desníveis, o que trazia desconforto e insegurança para motoristas e usuários da via.

Além de pedidos encaminhados ao Executivo Municipal através da Semozel (Secretaria Municipal de Obras e Zeladoria) referentes à avenida Euclides de Figueiredo, e também a antigas pastas do governo, Paraná também encaminhou solicitações de manutenção asfáltica e operações tapa-buracos em outras vias da região, como as ruas Aristides Beduschi, Valentim Valler, Líbero Galani, Therezinha Beduschi Petineli, Libero Borguesi, José Malaguetta, Antenor Nicolau, Anízio Caetano da Silva, Claudemir Rodé, entre outras.

De acordo com o vereador, comerciantes e moradores da região estão satisfeitos e agradecidos com a realização dessas obras de recapeamento. "Agradeço ao secretário Marcio Marino e toda equipe da Semozel por estarem realizando a manutenção dessa via, o que irá trazer muito mais segurança e tranquilidade para toda população", comentou.

Pau D'Alhinho

Moradores solicitam manutenção em via

O vereador Pedro Kawai (PSDB) protocolou na manhã desta terça-feira (23) a indicação 1.733/2024 ao Executivo, em que solicita a manutenção da estrada municipal José Francisco Perez González, com o uso de raspas de asfalto, iniciando na altura da igreja do bairro, seguindo em direção ao Paredão Vermelho.

Kawai acolheu reclamações dos moradores sobre a condição ruim da via e destacou a importância da intervenção. "O trecho é uma estrada de terra repleta de buracos. Propomos a manutenção com raspas de asfalto, que não apenas preencherá os buracos existentes, mas também ajudará a reduzir a poeira e a lama na estrada", afirmou o vereador.

Guilherme Leite

ESCOLA LUIS CLÁUDIO ALVES

Os alunos da Escola Municipal Professor Luis Cláudio Alves, localizada no bairro Jardim Primavera participaram, na manhã desta quarta-feira (24), do programa "Conheça o Legislativo" da Câmara Municipal de Piracicaba. O grupo de 38 alunos do ensino fundamental assistiu a palestras sobre os aspectos históricos da formação das Câmaras no sistema político brasileiro e sobre a divisão dos poderes da República. Os alunos ainda participaram da simulação de uma reunião ordinária visando entender como é o trabalho dos vereadores. Os alunos vieram a convite do vereador Thiago Ribeiro (PRD) e foram acompanhados pelos professores: Marcia Nunes da Silva Camargo, Jaqueline Viviane Masson Ravelli, Daniele Cristina de Moraes e Daiane Oliveira de Moura.

HEMONÚCLEO

Prefeitura incentiva campanha de doação

Com nome Sob Pressão, campanha regional de doação de sangue realizada pela EPTV Campinas tem apoio da Secretaria Municipal de Saúde

Em parceria com o Hemonúcleo de Piracicaba, a Secretaria Municipal de Saúde participa e incentiva a campanha regional de doação de sangue Sob Pressão, promovida pela EPTV Campinas em toda sua área de cobertura. A ação solidária tem como "dia D" o sábado (27), quando todos os parceiros da campanha estarão envolvidos na ampliação de busca por doadores de sangue. Nesta data, a doação no Hemonúcleo acontece das 7h30 às 12h, por agendamento no site https://agendamento.hemocentro.unicamp.br/. Ao longo do mês, as doações acontecem de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 13h, sem necessidade de agendamento.

Para Augusto Muzilli Júnior, secretário de Saúde, participar desta ação é uma forma de colaborar com o atendimento de saúde prestado pelos hospitais da cidade. "Vem em uma boa hora uma vez que as doações tiveram queda nos últimos meses. O Hemonúcleo faz um trabalho excelente na cidade e precisa de todo o apoio possível, por isso convidamos os piracicabanos a participarem desta ação", convida.

Luciana Sacheto Bueno, assistente social do Hemonúcleo de Piracicaba, lembra que a campanha é bem-vinda já que o estoque de sangue do Hemonúcleo está em nível de alerta e todos os tipos sanguíneos são importantes, neste momento, especialmente dos tipos O+ e B-, cujos estoques estão muito baixos. "Se compararmos o primeiro trimestre de 2023 com o deste ano, tivemos uma queda brusca nas doações, em cerca de 13%. Foram 2.607 bolsas coletadas no primeiro trimestre do ano passado, contra 2.270 bolsas no mesmo período deste ano. Se analisarmos apenas o último mês houve uma queda de 26%, saindo de 907 bolsas em março de 2023 contra 669 no mesmo período deste ano. É uma queda geral, independente da tipagem sanguínea", afirmou.

Segundo Luciana, o sangue é essencial à vida e não pode ser substituído. "Portanto, doar é uma atitude de educação, amor e cidadania. Ao realizar uma doação de sangue, você está ajudando pelo menos três pacientes que necessitam de transfusão. A doação, respeitando os critérios técnicos, não acarreta nenhum risco para o doador e todo processo para a doação, que inclui cadastro, pré-triagem, triagem e coleta, leva menos de 80 minutos. Além desta ação, vamos abrir agendamento a partir do dia 29/04, para outra ação especial de doação aqui no hemonúcleo que será feita no sábado, 04/05, portanto, quem não puder vir agora, na próxima semana será uma segunda opção ao doador", diz.

A assistente social do Hemonúcleo destacou que, segundo nota técnica da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), quem teve dengue ou tomou a vacina para dengue deve aguardar 30 dias – 180 dias se a doença foi grave – para doar sangue novamente. "Já a vacina para Covid e gripe impedem a doação apenas por 48h, porém sintomas respiratórios ou gripais impedem por 15 dias após resolução dos mesmos. Acreditamos que isso possa impactar nas doações, que tiveram uma queda significativa recentemente", completou Luciana.

O QUE PRECISA PARA DOAR

– Apresentar documento de identidade original com foto recente.
– Se tiver sintomas gripais nos últimos 14 dias, não pode doar!
– Ter entre 16* e 69 anos, desde que a primeira doação tenha sido feita até 60 anos (menores de 18 anos precisam de autorização formal e presencial do responsável legal);
– Estar em boas condições de saúde;
– Pesar no mínimo 50 kg;
– Não pode estar em jejum, tomar café da manhã leve, mas não pode almoçar.
– Piercing, tatuagem e micropigmentação deve esperar de 06 meses a 12, sendo feito avaliação na triagem.
– Se tomou a vacina do Covid, se for Coronavac esperar 48 horas, as outras vacinas 7 dias após cada dose.
– Quem teve Covid, se não tiver sequelas, esperar 10 dias após completa recuperação.
– Esperar seis meses, após realizar endoscopia.
– Doador menor de 18 anos: Em vista da possibilidade de ocorrência de algum evento adverso à doação, é recomendado que o doador esteja acompanhado por um adulto no dia da doação. Esta autorização – disponibilizada no site do hemonúcleo – deverá ser acompanhada por uma cópia simples do documento oficial (RG) do responsável legal, que ficará retida na Instituição. O doador deverá apresentar o seu documento original e oficial, com foto recente que permita a identificação do candidato.

Divulgação

Doação de sangue no hemonuicleo tem apoio da Secretaria de Saúde

SERVIÇO

Campanha regional de doação de sangue Sob Pressão. Realização da EPTV Campinas, com apoio da Secretaria Municipal de Saúde de Piracicaba e Hemonúcleo de Piracicaba. Doações podem ser feitas à Av. Independência, 953, Bairro Alto (Santa Casa de Piracicaba - Estacionamento gratuito para doadores). No dia D, as doações acontecem das 7h30 às 12h, por agendamento (https://agendamento .hemocentro. unicamp.br/). De segunda à sexta-feira, o atendimento é das 7h30 às 13h, de forma espontânea. Informações pelos telefones (19) 3422-2019 ou 0800-722-8432.

CONSELHO

Paulo Soares encaminha demandas à Secretaria Municipal de Saúde

Divulgação

Paulo Soares pede medidas rápidas e eficazes no combate à dengue

Na tarde desta quarta-feira (24), o presidente do Conselho Municipal de Saúde, Paulo Soares, dedicou-se a importantes atividades no órgão. Soares empenhou-se na conclusão do Plano de Ações de Saúde (PAS) e do Relatório Anual de Gestão (RAG) referentes aos anos de 2023 e 2024. Os documentos foram elaborados e apresentados durante audiências públicas, nas quais foram ratificadas as metas e ações aprovadas em conferência municipal.

Além disso, o presidente Soares desempenhou papel proativo ao despachar ofícios à Secretaria de Saúde, instando-a a tomar medidas rápidas e eficazes no combate à dengue e na resolução da demora no atendimento nos prontos-socorros. Em declaração sobre essas questões, Soares enfatizou a urgência de ações imediatas para assegurar que a população tenha acesso a um atendimento digno e respeitoso nos serviços de saúde municipais.

"Temos a responsabilidade de garantir que nossa comunidade receba a assistência adequada e oportuna nos momentos de necessidade", afirmou Soares. "É fundamental que a Secretaria de Saúde responda prontamente aos desafios colocados pela dengue e pela demanda crescente nos prontos-socorros. Estamos comprometidos em trabalhar em colaboração para superar esses obstáculos e garantir o bem-estar de todos os cidadãos."

JUSTIÇA

Juiz julga improcedente ação por 'rachadinha' contra Fala Pira

Nesta quarta-feira (25), o Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Piracicaba, Wander Pereira Rossete Jr., deliberou pela improcedência da ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida contra o vereador Cássio Luiz Barbosa, conhecido como Cássio Fala Pira.

A ação, instaurada pelo 8º Promotor de Justiça, Luciano Gomes de Queiroz Coutinho, foi iniciada após uma denúncia anônima em maio de 2021, alegando que funcionários do gabinete do vereador eram compelidos a contribuir financeiramente para o que foi descrito como um "projeto social" do parlamentar, além de utilizar recursos da Câmara Municipal para o mesmo fim. Inicialmente, o Ministério Público solicitou a cassação do mandato do vereador, porém o pedido não foi acatado.

Segundo a acusação, Cássio teria exigido dos assessores o pagamento mensal de cerca de R$ 750,00 cada um, para custear as despesas do escritório Fala Pira, totalizando R$ 3.000,00 mensais. O juiz entendeu que a nova redação da lei 8.429/1992, com modificações introduzidas pela lei 14.230/2021, impossibilita a condenação do vereador pela prática do ato.

Para o magistrado, é fundamental exercer cautela ao analisar os acontecimentos retrospectivamente, considerando as implicações, uma vez que, de acordo com a nova redação da lei de improbidade administrativa, a condenação por modalidade culposa não é mais permitida.

Rossete destacou ainda que as testemunhas já colaboravam voluntariamente com o vereador no projeto assistencial 'Fala Pira' antes mesmo de sua eleição para o cargo, e que o fato de passarem a receber remuneração após sua eleição não configura, por si só, a prática de "rachadinha". Com base nesses fundamentos, o juiz decidiu pela extinção do processo com resolução de mérito.

Assessoria Parlamentar

Ação que acusava 'rachadinha' no gabinete do vereador foi extinta

SELAM

Com partidas de xadrez e damas, Vem Jogar movimenta o Engenho

O Armazém 14 do Engenho Central se transformou no palco de jogos na tarde de ontem (25) com a realização da segunda edição do Vem Jogar, a atividade criada pela Prefeitura de Piracicaba para o público com idade acima dos 50 anos. Com a organização da Selam (Secretaria de Esportes, Lazer e Atividades Motoras), o Vem Jogar movimentou os participantes numa tarde animada, onde o público teve a oportunidade de praticar e aprender as técnicas do xadrez e damas.

Com o apoio da Semac (Secretaria de Ação Cultural) e a APX (Associação Piracicabana de Xadrez) o Vem Jogar foi um sucesso absoluto, graças à coordenação das professoras de Educação Física da secretaria de esportes Beatriz Bresighello Beig, Renata Ganciar dos Santos e Rita de Cássia de Souza Fenalti.

Wilson Roberto Ali, tesoureiro da APX, foi um dos instrutores durante o evento e que ensinou o xadrez aos participantes. Segundo ele, o esporte é excelente para desenvolver a mente e, principalmente, uma ferramenta importante para desenvolver a mente das pessoas e, em se tratando de crianças e adolescentes, é uma maneira de afastá-los das mídias digitais", ressalta Roberto Ali.

Quem também esteve presente ao Vem Jogar desta quinta-feira foi Maria Edite Andrioli Medinilha, 70 anos, que encantou a todos com suas peças especiais de xadrez, que são réplicas do famoso Xadrez Bruxo do Harry Potter. "Como sou fã da série, ganhei as peças de um amigo em meu aniversário de 70 anos e com elas procuro ensinar meus sobrinhos a gostar do jogo, que é um delicioso passatempo."

Divulgação

Marcos Ribeiro ensina as técnicas da damas aos participantes do Vem Jogar

Maria Inocência de Luca, 83 anos, nunca teve a oportunidade de aprender a jogar damas, apesar das tentativas de sua neta de ensiná-la. "Hoje, finalmente, posso conhecer as regras e as técnicas para aprender a jogar corretamente a damas."

Assessoria Parlamentar

Bandeira é autor de duas indicações para melhorias no bairro

PERDIZES

Vereador indica corte de árvore e operação tapa-buracos no bairro

O vereador André Bandeira (PSDB) apresentou duas indicações para o bairro Perdizes, solicitando ações do Executivo. A primeira delas, 1696/2024, solicita a realização de uma operação tapa-buracos em toda a extensão da rua Amparo. Já a 1697/2024 pede o corte de uma árvore localizada na rua Uchoa, 219, esquina com a rua Aramina.

Os moradores entraram em contato com o gabinete do vereador para relatar os transtornos causados pelos buracos na rua Amparo, que afetam tanto os residentes quanto as pessoas que transitam pelo local. Sobre a indicação para a rua Uchoa, o parlamentar anexou fotografias que comprovam que a árvore está completamente torta e apresenta sinais de instabilidade, o que pode representar risco de queda.

Cidadania

Governo de SP amplia atendimento em Libras

No Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais (Libras), celebrado quarta (24), a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD) anuncia a ampliação do programa São Paulo São Libras para os 18 Centros de Integração da Cidadania (CIC), ligados à Secretaria da Justiça e Cidadania. O programa permite que intérpretes de Libras sejam acionados via videochamada por equipes de serviços estaduais, auxiliando a comunicação com pessoas com deficiência auditiva.

Esses intérpretes estão alocados em uma Central de Interpretação de Libras na capital, que fornece serviços de tradução simultânea, facilitando a comunicação efetiva entre pessoas surdas e servidores estaduais. Na prática, o intérprete conversa em Libras com a pessoa surda que está sendo atendida no serviço e transmite, em português, as informações da conversa ao servidor.

Inicialmente, a Central foi estabelecida em cerca de 1,3 mil delegacias em parceria com a Secretaria da Segurança Pública. Posteriormente, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o São Paulo São Libras ficou disponível em 20 Polos de Empregabilidade Inclusive (PEIs) e em 233 Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs). E agora, com auxílio da Secretaria da Justiça e Cidadania, foi expandido para os 18 CICs existentes no estado.

"A implementação em todos os serviços estaduais está sendo feita gradualmente, de forma que todas as equipes conheçam o programa e sua funcionalidade. É um trabalho que conta com a participação de todas as pastas estaduais, com mapeamento de seus equipamentos e muito diálogo para a viabilização da plataforma seja feita de forma eficaz", destaca o secretário de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Marcos da Costa.

"A prestação de serviços essenciais pelo Governo do Estado de São Paulo desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar, desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida dos cidadãos do estado", reforça o secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Fábio Prieto.

À medida que a implementação avança, é fornecido aos servidores um tutorial para uso do sistema e como requisitar a tradução de um intérprete. A Central opera ininterruptamente, 24 horas por dia, sete dias por semana, com cerca de cem intérpretes de Libras qualificados e com experiência em interpretação simultânea, contratados através de uma parceria com a organização da sociedade civil AME-SP.

Programa

Centros de Integração da Cidadania

O Centro de Integração da Cidadania (CIC) é um programa do Governo do Estado de São Paulo, desenvolvido pela Coordenação de Integração da Cidadania, da Secretaria da Justiça e Cidadania, que integra diversos órgãos públicos e organizações não governamentais em um único espaço, tais como: Defensoria Pública, Polícia Civil, Fundação Procon e Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

O programa tem como missão promover o exercício da cidadania por meio da participação popular e garantir formas alternativas de Justiça, tendo como objetivos o acesso à Justiça, a prestação de serviços gratuitos, a articulação e o fortalecimento de redes e ações comunitárias, e a educação para cidadania e direitos humanos. O CIC possui 18 unidades na Capital, na Grande São Paulo, no litoral e no interior do estado.

Terra Rica

Vereador envia indicações com demandas do bairro

Assessoria Parlamentar

Kawai pede melhorias para a área verde na rua Erasto Fonseca, próximo ao número 119

Nesta terça-feira (23), o vereador Pedro Kawai (PSDB) respondeu ao chamado de moradores do bairro Terra Rica, protocolando quatro indicações ao Executivo para a realização de melhorias na área verde situada na rua Erasto Fonseca, próximo ao número 119. Ele solicita a manutenção da calçada, a poda das árvores, a instalação de um parque infantil e a execução de serviços de corte de mato e limpeza no local. Os pedidos estão expressos, respectivamente, nas indicações 1.735, 1.736, 1.737 e 1.738/2024.

"A manutenção adequada das calçadas, a poda das árvores, a instalação de espaços de lazer para as crianças e a limpeza das áreas verdes são ações fundamentais para promover um ambiente mais agradável e seguro para todos", disse Pedro Kawai.

Manifestação

Em ato público, servidores públicos protestam em defesa do IAMSPE

Deputada Bebel repudiou as atitudes do governador do Estado de São Paulo: "Queremos mais qualidade, conselho administrativo paritário e deliberativo, atendimento em todo o Estado"

Divulgação

O ato público que reuniu centenas de servidores públicos estaduais foi realizado em frente ao Hospital dos Servidores

Centenas de professores e demais servidores públicos participaram na manhã de ontem (25) em defesa do IAMSPE, deixando claro que não aceitam a proposta de venda da sede da instituição pelo governador Tarcísio de Freitas. A manifestação foi realizada em frente ao Hospital do Servidor Público Estadual, em São Paulo, e contou com a participação da deputada piracicabana e segunda presidenta da Apeoesp, Professora Bebel (PT), que deixou claro que continuará lutando contra privatizações, terceirizações e o desmonte do nosso instituto.

Em sua fala, Bebel repudiou as atitudes do governador do Estado de São Paulo. "Queremos mais qualidade, conselho administrativo paritário e deliberativo, atendimento em todas as regiões do estado, atendimento aos professores da categoria O e demais servidores temporários, pagamento da cota-parte do Estado ao IAMSPE", disse Bebel, uma das coordenadoras da Frente Parlamentar em Defesa do IAMSPE e do Hospital do Servidor Público da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

No ato público, os servidores públicos repudiaram a proposta de venda do prédio sede do IAMSPE e reivindicaram a melhoria no atendimento do Hospital do Servidor Público Estadual e ampliação da rede conveniada em todas as regiões do Estado, como é o caso de Piracicaba que não conta com um hospital para atender as quase 30 mil vidas da região, assim como o aporte financeiro da cota-parte do Estado para o Instituto, a instalação do Conselho de Administração deliberativo e paritário no IAMSPE e a garantia de atendimento médico no IAMSPE aos professores da categoria O. "Atualmente, os servidores estaduais pagam a sua parte para ter assistência de qualidade e o governo estadual, além de não dar a sua cota-parte, ainda quer destruir o IAMSPE", diz a deputada Professora Bebel.

RECAPE ASFÁLTICO

Prefeitura homologa dois lotes da quarta etapa dos serviços

Ambos os lotes somam 47 pontos que receberão novo pavimento na cidade

A Prefeitura de Piracicaba, por meio da Secretaria de Obras e Zeladoria (Semozel), homologou dois lotes (B e D) do edital 58/2023, que integram a quarta etapa do recapeamento asfáltico do município e que atenderá 47 pontos no total, entre ruas e avenidas. Os serviços integram o pacote de 258 km de recape anunciado pelo prefeito Luciano Almeida.

O lote B foi arrematado pelo valor de R$ 14,3 milhões e a empresa vencedora é a Pontuali Construtora e Engenharia Ltda. Já o lote D tem investimento de R$ 19.770.346,00, e a empresa ganhadora do certame é a Pavinc Construtora e Pavimentadora Ltda. A escolha dos locais que receberão o recape asfáltico objetivou priorizar as vias rápidas, arteriais e coletoras, que são consideradas de acesso estratégico para a mobilidade urbana da cidade, e onde há intenso fluxo de veículos.

Entre os pontos que serão atendidos nestes dois lotes estão: rua Guerino Lubiani (toda extensão), rua Dona Idalina (toda extensão), rua Ingá (da avenida Raposo Tavares até a avenida Thales Castanho de Andrade), rua João Bottene (toda extensão), rua Governador Pedro de Toledo (toda extensão), rua Riachuelo (toda extensão), rua Visconde do Rio Branco (da avenida Antonio Fazanaro até a rua Floriano Peixoto) e avenida Dois Córregos (da avenida Alberto Vollet Sachs até a rodovia do Açúcar).

Divulgação

A rua Governador Pedro de Toledo, principal ponto comercial do centro da cidade, será recapeada em toda sua extensão

Os serviços realizados consistem nas etapas de fresagem, tratamentos e recapeamento das vias, sendo que a fresagem consiste na remoção do pavimento antigo, em vias com remendos em mau estado, áreas adjacentes a panelas, áreas com grande concentração de trincas e outros defeitos. Já os serviços de tratamentos e recapeamento asfáltico deverão ser executados conforme as espessuras de CBUQ (asfalto) já definidas pelos projetistas como tráfego leve e tráfego médio, além do trabalho de tratamentos superficiais e profundos que visam a troca da base ou até mesmo sub-base em áreas de deformidades extremas.

A empresa contratada também será responsável por toda a sinalização e segurança da obra, devendo apresentar projeto de desvio de trânsito local, com prováveis rotas de desvio, e sinalização vertical a serem implantadas, além do projeto de implantação de sinalização horizontal para rotas de desvio, caso necessário.

QUARTA ETAPA – Esta é quarta de quatro etapas de recapeamento. As etapas 1, de pavimentação em concreto, e 2, de recape asfáltico, já estão em andamento. A etapa 3 está em processo licitatório, assim como os dois lotes restantes (A e C) da quarta etapa. Ao todo, os quatro pacotes totalizam aproximadamente 258 km de malha viária da cidade a receber recape.

ARBORIZAÇÃO

Prefeitura plantou quase 24 mil árvores na área urbana

Durante o período de 2021 a 2023, a Prefeitura de Piracicaba plantou 23.991 mudas de árvores nativas dentro do perímetro urbano do município, considerando apenas plantios feitos em calçadas e áreas verdes. O balanço, realizado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Simap), apresentou um crescimento de aproximadamente 35% em comparação aos quatro anos anteriores a esta gestão, ou seja, de 2017 a 2020.

De acordo com os dados da Simap, em 2021 foram plantadas 4.542 árvores, sendo 409 na região central, 2.088 na região norte, 364 na região sul, 1.181 na região leste e 500 na região oeste.

Em 2022 foram plantadas 5.712 árvores, um aumento de 25% em relação ao ano anterior, sendo 856 na região central, 2.341 na região norte, 514 na região sul, 1.313 na região leste e 688 na região oeste.

Já em 2023 foram plantadas 13.737 árvores na área urbana, um aumento de 140% em relação ao ano anterior, sendo 280 na região central, 7.149 na região norte, 2.041 na região sul, 3.282 na região leste e 985 na região oeste.

Para efeitos comparativos, no período de 2017 a 2020, foram plantadas 17.724 árvores, sendo: 5.438 em 2017; 5.875 em 2018; 3.156 em 2019; e 3.255 em 2020.

"Essas ações e esforços são resultados de uma análise macro da gestão arbórea da cidade, o que nos garantiu o reconhecimento como Cidade Árvore do Mundo, pela ONU, no início de 2024", destacou Alex Gama Salvaia, titular da Simap.

SUPRESSÕES – Salvaia ainda explicou que os casos de supressões de árvores só são executados quando o indivíduo não for sadio ou não estiver equilibrado. "Ambas as situações tornam a árvore com alto grau de risco de queda e então, o direito ambiental cede força para outros direitos, como o de propriedade, pois a árvore pode cair e danificar alguma propriedade, e o direito à vida, uma vez que pessoas e animais podem ser

Divulgação/CCS

O balanço apresentou um crescimento de aproximadamente 35% em comparação ao período de 2017 a 2020

atingidos pela queda da árvore e perderem a vida", comentou.

Há também casos, conforme o secretário, em que é necessário também que a árvore, mesmo que sadia e equilibrada, seja suprimida, por conta de estragos em edificações, por impedir a locomoção de pessoas, risco de danos elétricos, bem como o risco de danificação da rede de água e esgoto, ou mesmo de tubulação de gás natural.

Cada pessoa pleiteia à Prefeitura a poda ou a supressão das árvores que entenda estar prejudicando algum direito individual seu, sendo dever da Prefeitura analisar cada caso e decidir o que será feito, sempre com base em normas técnicas vigentes no município.

USF IAA 1

Saúde Móvel da Mulher atende na região de Santa Teresinha

Após 15 dias atendendo a população feminina na Unidade Básica de Saúde (UBS) Parque Piracicaba, o Ônibus de Saúde Móvel da Mulher segue com sua itinerância na cidade e está estacionado no Varejão Municipal de Santa Teresinha, ao lado da Unidade de Saúde da Família (USF) IAA 1, até o próximo dia 3/5. O Varejão fica à rua João Pedro Corrêa, 810, e o atendimento das 9h às 17h.

A unidade oferta diariamente 40 exames de mamografia (rastreio), 36 de ultrassom transvaginal e outros 36 de ultrassom bilateral, todos voltados às mulheres classificadas como casos prioritários ou que estão há mais de dois anos aguardando por algum destes procedimentos. As pacientes são agendadas antecipadamente pelas equipes da Secretaria de Saúde, não havendo atendimento espontâneo ou de livre demanda no local.

A vinda do ônibus para esta região faz parte do projeto Zera

Divulgação

Na semana passada o atendimento aconteceu na região do Parque Piracicaba

Fila na Saúde, lançado no mês passado pelo prefeito Luciano Almeida, e consiste na contratação de serviços em diversas especialidades para encerrar com a lista de espera para consultas, exames e demais procedimentos represados durante os últimos anos, principalmente em decorrência da pandemia da Covid-19.

De acordo com o secretário de Saúde, Augusto Muzilli Júnior, a expectativa é de atender cerca de 12 mil mulheres nos próximos seis meses. "É importante lembrar que as pessoas que estão neste grupo prioritário serão contatadas pela Secretaria e informadas da disponibilidade dos exames e será realizado o agendamento, portanto, é muito importante que estas pacientes estejam com seu cadastrado atualizado no Posto de Saúde e no cartão Pira Cidadão", explicou.

Luiz Tarantini

Nhô Quim NEWS

- Huuummmm eu achando que "ocê iria acarma".

- O ex-presidente Luís Guilherme recorreu na "sentença" do conselho e vai "vortá".

- Ai eu vou ver "ocê brabinho de novo".

- A "cobra vai fuma".

- Na corrida política do clube caso confirme sua candidatura, praticamente será aclamado.

- Luís Beltrame disse nos microfones da Difusora que não se conforma com o estado atual do clube.

- Que se sente chateado e com a necessidade de fazer algo.

- Bom o que podemos dizer: "Vorta logo Luisão, e coloca o Nhô-Quim na série A1 de novo".

- Caso Luís Beltrame realmente se coloque a disposição para assumir a cadeira mais importante do clube, é só escolher quem será o vice.

- Torço muito para o nome de José Capranico ser lembrado pelo próximo "presida".

- Capranico conhece o clube como ninguém, por dentro e por fora, é muito bem relacionado em todos os segmentos e não tem opositores.

- Seria realmente uma dupla muito forte para fazer a noivas gestão.

- Vamos aguardar as cenas dos próximos capítulos da novela "Nhô-Quim dividindo paixões".

- O enredo é bem próximo desses enlatados mexicanos, um mocinho (XV), uma história de amor cheia de altos e baixos (torcida), um vilão que mora dentro da casa (?), vários vilões que rondam o local (?), amigos confidentes e os inimigos declarados.

- Deixando o "dramalhão" de lado um pouco, dentro de campo já temos um planejamento.

- Samarone ex-treinador do sub-20 assume o profissional com a missão de valorizar ainda mais a base do clube, que vem dando bons frutos.

- Vamos aqui deixar a nossa opinião que esses frutos são por méritos de quem atua diretamente com os garotos, Carlão, Samarone, Leandrinho e Marlon, contando com suas comissões técnicas.

- O perigo é a instabilidade emocional destes meninos em momentos de maus resultados, o que é normal no futebol.

- Será que em momentos difíceis terão agora a paciência e visão que não aconteceu com Cléber Gaúcho?

- Trabalhar com garotos é oito ou oitenta, ou eles arrebentam logo de cara ou a juventude prejudica na primeira vaia.

- O ponto positivo é que Samarone conhece cada um dos atletas mais do que ninguém, e sabe os potos fortes e as fragilidades de cada um, não está entrando em um quarto escuro.

- Douglas Pimenta disse nos microfones da Difusora que está no radar de contratar de sete a oito atletas. Acho muito pouco para a competição.

- Quem viver verá!

- Até semana que vem, "eita como nóis gosta desse time".

Luiz Tarantini é jornalista esportivo, diretor e apresentador do programa "Passe de Lertra" pela Rádio Difusora AM 650, repórter e chefe da equipe de esportes nas transmissões dos jogos do XV pela veterana AM 650, gestor comercial e apaixonado pelo XVZÃO "sem querer ser dono dele".

Fabrice Desmonts

Livro de Casamentos Acatólicos está preservado no Setor de Gestão de Documentação e Arquivo da Câmara

Memória

Livro de Casamentos Acatólicos revela aspectos da imigração

Para marcar os 150 anos do Registro Civil no Brasil, a Câmara Municipal de Piracicaba compartilha um verdadeiro tesouro histórico: o "Livro de Casamentos Acatólicos (1864-1888)". Este livro não apenas documenta uniões matrimoniais, mas também lança luz sobre um período crucial da história da cidade, especialmente no que diz respeito à imigração.

O Decreto 5.604, promulgado em 25 de abril de 1874, foi um marco significativo ao oficializar o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos, transferindo essa responsabilidade para o âmbito civil – até então estava sob a guarda da Igreja Católica. No entanto, antes dessa data, iniciativas precursoras já estavam em vigor.

O Decreto 1.144, de 11 de setembro de 1861, estendeu os efeitos civis dos casamentos a pessoas que professavam religiões diferentes daquela que era oficial do Estado, estabelecendo regulamentos para o registro e prova desses casamentos, bem como para os nascimentos e óbitos dessas pessoas. Já o Decreto 3.069 de 17 de abril de 1863, o qual é considerado o embrião do Registro Civil, regulava casamentos, nascimentos e óbitos de quem não professava a fé católica.

Segundo este decreto de 1863, as câmaras municipais passavam a ter a incumbência de fornecer os livros de registro civil e os casamentos acatólicos ficariam a cargo do Secretário da Câmara Municipal de Piracicaba.

Essa documentação está hoje preservada pelo Setor de Gestão de Documentação e Arquivo e, com o intuito de celebrar esse legado histórico e cultural, a Câmara disponibiliza na íntegra o Livro de Casamentos Acatólicos e pode ser acessado pela população no link Acervo Histórico do site oficial do Legislativo piracicabano. Com uma capa verde desgastada pelo tempo, suas páginas amareladas guardam 19 certidões de casamento, datadas do período de 1864 a 1888.

Uma análise das certidões revela não apenas uniões entre pessoas de diferentes localidades, mas também a presença significativa de estrangeiros, especialmente provenientes da Suíça, mais especificamente dos Cantões de Argóvia e Grisões.

"Devido à grafia, estado de conservação e presença de palavras estrangeiras, algumas dúvidas persistem quanto à precisão das transcrições", explica Giovanna Calabria, chefe do Setor de Gestão de Documentação e Arquivo da Câmara Municipal, que conduziu o trabalho de identificação, descrição e transcrição desses registros. Ela, inclusive, solicita a colaboração da população piracicabana para identificar eventuais erros ou lacunas que possam ter nas transcrições.

CRITÉRIOS – Entre as curiosidades do Decreto 3.069, de 1863, o qual regulava o registro de casamentos, nascimentos e óbitos, estão os detalhes para a produção do Livro de Registro Civil e que pode ser observado na publicação dos Casamentos Acatólicos preservada na Câmara.

No artigo 19 do decreto, são determinados três livros: um para o dos casamentos – que ficava para o Secretário da Câmara –, e dois para nascimentos e óbitos – sob responsabilidade do Escrivão do Juiz de Paz. Além da orientação sobre serem numerados, rubricados, abertos e encerrados pelo presidente da Câmara, também descrevia a diagramação da publicação, onde na parte esquerda de cada uma das páginas seriam feitos os registros de sua classe pela ordem que forem solicitados – com destaque no ano, mês e dia do lançamento –, não havendo entre um e outro apenas o intervalo de uma linha coberta por um traço horizontal, e na parte direita ficará uma margem em branco, contendo um terço da página, e separada por um traço perpendicular, para nelas se lançarem as notas e verbas necessárias.

"É interessante que você olha o Livro de Registro Civil e ela segue exatamente essa configuração que foi determinada pelo decreto", comenta Giovanna, ao brincar que era uma espécie de "formatação do Word da época".

A transferência dos registros civis da Igreja Católica para o Estado brasileiro – naquele período, ainda em formação –, e consequentemente para as câmaras municipais, demonstram que ao longo dos anos o Legislativo realizou diferentes funções e esse fato deixa como legado arquivos raros. O Livro de Casamentos Acatólicos permite a compreensão e a apreciação da diversidade cultural e a contribuição dos imigrantes para a história de Piracicaba.

Assembleia

Professores ameaçam deflagrar greve por melhores salários

Apeoesp, sindicato que representa a categoria, indica que professores deverão paralisar as atividades hoje (26)

Os professores da rede estadual de ensino podem decidir pela deflagração de greve em assembleia que acontece nesta sexta-feira, 26 de abril, às 16 horas, na Praça da República, em frente à Secretaria Estadual da Educação. A assembleia estadual, com paralisação de professores que deverão suspender as aulas nesta sexta-feira, foi marcada pela Apeoesp para que a categoria possa apontar os caminhos a serem seguidos em função de o governo estadual não abrir negociação salarial com a categoria e em função dos constantes ataques do governo estadual à educação e às condições de trabalho.

Com data-base em primeiro de março, na campanha salarial deste ano, os professore reivindicam reajuste do piso nacional no salário-base e os 10,5%bloqueados no STF, assim como emprego, salário e direitos para a categoria O, estabilidade da categoria F para os professores categoria O, pagamento imediato do ALE (adicional de local de exercício), fim das plataformas digitais, fortalecimento do IAMSPE, contra o corte de verbas da educação, não às escolas cívico-militares, a convocação e efetivação de todos os professores aprovados no concurso realizado no ano passado, uma vez que a rede estadual de ensino tem um déficit de 100 mil professores e a devolução do que foi confiscado dos aposentados e pensionistas, com a reforma da previdência estadual.

A deputada estadual Professora Bebel, segunda presidenta da Apeoesp, diz que os professores não suportam mais a chamada "plataformização" da gestão na rede estadual de ensino. De acordo com a parlamentar, por meio da Secretaria Escolar Digital, do aplicativo sou.sp.gov.br, do Centro de Mídias e de outros instrumentos digitais, os burocratas da Secretaria Estadual da Educação vigiam, fiscalizam, direcionam e ameaçam professores para que sigam cegamente a política educacional digitalizada do secretário estadual da Educação, Renato Feder. "Essa política foi aprofundada com a publicação de portaria do Coordenador do Coordenadoria Pedagógica da Secretaria Estadual da Educação, obrigando diretores, supervisores e coordenadores a prestar um suposto apoio presencial na sala de aula, que não passa de mais vigilância sobre professores e estudantes, prejudicando a naturalidade e a liberdade que caracterizam a relação entre professores e estudantes no processo ensino-aprendizagem", destaca a segunda presidenta da Apeoesp.

Divulgação

A segunda presidenta da Apeoesp, a deputada Bebel diz que somente com muita pressão, os professores conseguirão reverter os ataques ao magistério paulista

Bebel também enfatiza que a defasagem salarial e os ataques aos direitos dos professores são parte da política de extrema-direita do governo governador Tarcísio de Freitas e do secretário Renato Feder, e que somente com muita pressão os professores conseguirão reverter os ataques ao magistério paulista e à educação pública de qualidade. "A política deles é de desrespeito, precarização e desmonte da educação e dos serviços públicos, de restrição da liberdade de ensinar e aprender nas salas de aula e uma proposta educacional que empobrece o currículo, negando o direito a uma educação de qualidade no Estado de São Paulo", completa a Professora Bebel, convocando a todos para a assembleia estadual.

Esalq

Escola lança curso sobre 'ESG e Água' em aula magna com Paula Harraca

O Consórcio PCJ lançou na última terça-feira (23) no auditório da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq/USP), em Piracicaba (SP), o novo curso da Escola da Água e Saneamento, intitulado "ESG e Água". O evento contou com a aula magna da especialista e referência em ESG, Paula Harraca.

A abertura oficial do evento teve as presenças: do secretário executivo do Consórcio PCJ, Francisco Lahóz, representando a diretoria da entidade; do Prof. Fernando Campos Mendonça, docente do Departamento de Engenharia de Biossistemas, que estava representando a diretora da Esalq, Thais Maria Ferreira de Souza Vieira; Profa. Taitiâny Kárita Bonzanini, docente do PPGI/ESALQ e PROFCIAMB/USP; Prof. Luciano Mendes, Prefeito do Campus ESALQ/USP; Alex Gama Salvaia, Secretário de Meio Ambiente de Piracicaba, e Kátia Gotardi, responsável pela área de sustentabilidade da Fundação Agência das Bacias PCJ. Todos lembraram a importância da educação para transformação mundial.

A aula magna com Paula Harraca durou uma hora e meia e, na ocasião, a autora narrou um pouco sobre a sua trajetória profissional de sucesso e pontuou a importância de ESG em empresas. Para ela, o foco deve ser sempre em pessoas, em comunicação aberta e líderes que tragam idéias sustentáveis não só para os produtos, mas para os colaboradores.

"Para inovar, coragem; para aprender: humildade; para compartilhar: generosidade e para se comprometer: responsabilidade" complementou. Ao final, foram sorteados aos participantes do evento cinco exemplares do livro da autora "O Poder Transformador do ESG: como alinhar lucro e propósito".

J. J. Ortiz

Pianista venezuelano faz apresentação no teatro

O maestro e pianista venezuelano J. J. Ortiz apresenta hoje (26), às 20h, no hall do Teatro Municipal Dr. Losso Netto, um recital de música latino-americana, com obras de autores brasileiros e internacionais. A entrada é gratuita.

A apresentação, chamada Recital Interativo de Piano Latino-Americano, conta com a participação de alunos de Ortiz e propõe uma interação com o público, que poderá escolher algumas peças do repertório e fazer perguntas ao artista.

Segundo o pianista, "o recital tem como objetivo divulgar a riqueza e a diversidade da música latino-americana, e promover a cultura e a educação musical".

J. J. Ortiz é o nome artístico de José Jesús Ortíz, natural de Caracas, capital da Venezuela, que atua como pianista, cantor, compositor, maestro e professor de música. Ele iniciou seus estudos ainda no país de origem, na Escola Superior de Música Kimball, e é bacharel em Ciências e Educação na Universidade Nacional Aberta; cursou a Faculdade San Vicente de Paul, em Caracas, e estudou no Conservatório Simón Bolívar del Sistema de Orquestas da Venezuela.

Ortiz, ao longo dos anos, já participou nos Festivais Nacionais de piano, órgão e teclado da Yamaha, na Venezuela, onde ganhou o primeiro lugar por diversos anos consecutivos. Também fez diversas turnês mundiais para apresentação de recitais pelos principais centros culturais, além de ter atuado como pianista de cúpulas presidenciais nas Américas e na Europa.

SERVIÇO
Recital Interativo de Piano Latino-Americano com o pianista J. J. Ortiz. Sexta-feira (26), às 20h, no hall do Teatro Municipal Dr. Losso Netto. Na avenida Independência, 277. Entrada gratuita. Informações: 3434-2168.

Saúde

Unimed Piracicaba reinaugura o seu atendimento domiciliar

Telemonitoramento, Gestão de Recursos Próprios e Promoção de Saúde também funcionarão neste prédio, na sede da rua do Rosário

Esta semana, a diretoria da Unimed Piracicaba reinaugurou as instalações do atendimento domiciliar na sede Rosário durante cerimônia, que reuniu médicos cooperados, diretores e colaboradores. Há 28 anos, a Cooperativa oferece este diferencial para os mais de 200 mil beneficiários da cidade e região, proporcionando atendimento médico e multidisciplinar na residência de pacientes que necessitam de cuidados especiais.

"Estamos muito felizes em oferecer um ambiente moderno e acolhedor para nossos profissionais e beneficiários, após a revitalização do prédio. A Unimed Domiciliar é um serviço essencial para nossa Cooperativa, pois temos o compromisso de proporcionar atendimento de excelência", disse Carlos Joussef, presidente da Instituição.

Atualmente, as equipes médicas e multidisciplinares, que incluem profissionais de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, nutricionista, enfermagem, farmacêutico, atendem 816 pacientes. O prédio abriga também os serviços de Telemonitoramento (implantado para beneficiários com doenças crônicas), Gestão de Recursos Próprios (gestão das sedes externas da Cooperativa) e Promoção de Saúde (incentivo à prática de atividade física, alimentação saudável, saúde mental e ergonomia).

Renato Françoso Filho, médico cooperado e coordenador de Recursos Próprios da Cooperativa, destacou a importância da Unimed Domiciliar. "Oferecer atendimento médico e de suporte no ambiente familiar é fundamental para a recuperação e qualidade de vida dos pacientes. Estamos comprometidos em expandir ainda mais nossos serviços para atender às necessidades dos beneficiários", contou.

Já o médico cooperado Perci Bertolini, que auxiliou na implantação da assistência em domicílio pioneira na região, em 1996, demonstrou satisfação. "Ver como o serviço cresceu e se desenvolveu ao longo dos anos é incrível. Estou muito grato por ter feito parte dessa história", finalizou o especialista, que supervisiona as ações do departamento ao lado da equipe liderada pela enfermeira Rosana Pompermayer.

Filipe Paes/Studio47

Médicos e diretores desenlaçam faixa na sede Rosário

Divulgação

Penélope narra a trajetória de Penélope passa os dias numa rodoviária esperando o retorno de seu marido Ulisses

Aniversário

Nhô Cine promove sessão com seis curtas-metragens

O Nhô Cine, cineclube piracicabano do Cena 14, uma rede de produtores de audiovisual da cidade que promove sessões gratuitas na Biblioteca Municipal em parceria com a Semac (Secretaria Municipal da Ação Cultural) e Misp (Museu da Imagem e Som de Piracicaba), comemora nesta sexta-feira, 26/04, o segundo aniversário com uma seleção de seis curtas-metragens, em sessão especial a partir das 19h no anfiteatro da biblioteca, que destacam os realizadores locais e sua variedade de estilos.

Estão em cartaz nessa sessão especial os curtas: Coisas que se Faz Quando O Nada Acontece, Proerd com o Vovô, Penélope, Sétimo Dia, Os Pássaros já Não Cantam Mais e Quarto 664.

"Valorizamos o cinema produzido em Piracicaba e região, reconhecendo sua qualidade técnica e a diversidade de linguagens e narrativas presentes em nossas produções", comenta Gabriel Ávila, do Nhô Cine, que faz parte da curadoria do projeto, enfatizando a importância desta iniciativa e a felicidade em completar dois anos do projeto.

Após a exibição, haverá um bate-papo com os diretores e realizadores dos filmes, proporcionando uma experiência ainda mais próxima e imersiva com o cinema feito na comunidade piracicabana.

FILMES - Coisas que se Faz Quando O Nada Acontece, com direção de Beto Oliveira, é uma ficção infantil. Na história, três alunos são colocados de castigo por uma diretora severa e disciplinadora. Mas não existem castigos que limitem a imaginação de uma criança.

Proerd com o Vovô, com direção de Gabriel Ramiro, é uma ficção do gênero drama. João Paulo e seus amigos assistem uma palestra do Proerd na faculdade, mas a participação de seu avô Jerônimo abala o evento.

Penélope, dirigido por Luciana Jacob, mistura ficção e drama para narrar a trajetória de Penélope, que passa os dias numa rodoviária esperando o retorno de seu marido Ulisses. Ele, há dez anos, viajou para não mais voltar. A interminável espera e a solidão levaram a mulher ao delírio e à perda da sanidade.

Sétimo Dia, com direção de Jhoão Scarpa, é uma ficção de terror. Após um acidente, um homem é forçado a enfrentar seu passado em um evento inevitável.

Os Pássaros já Não Cantam Mais tem direção de Marco Escanhoela e Ana Paula Gomes. A ficção drama se passa em uma pequena cidade do interior, que mostra um colégio católico regido pelo padre Alberto, alvo de investigações criminais após um cruel assassinato de um de seus estudantes. O desenrolar do processo trará à tona segredos obscuros do colégio.

Já Quarto 664, com direção de Bruno Matos, é o segundo episódio da websérie de ficção drama da antológica Crônicas do Mundo Moderno, que apresenta problemas do cotidiano, com o intuito de levar o espectador a uma reflexão sobre pontos vividos pela humanidade nos últimos anos.

SERVIÇO
Exibição de curtas-metragens no cineclube Nhô Cine. Hoje (26), às 19h, no anfiteatro Alceu Maynard Araújo da Biblioteca Municipal Ricardo Ferraz de Arruda Pinto. Entrada gratuita. Na rua Saldanha Marinho, 333. Informações: 3433-3674.

Câmara

Dia do Escoteiro é celebrado com homenagens aos destaques do ano

"O movimento escoteiro transforma a sociedade e tem transformado ao longo dos anos, pois trabalha na essência, que são nossas crianças e adolescentes", declarou o vereador Pedro Kawai (PSDB) na reunião solene em comemoração ao "Dia do Escoteiro". De iniciativa do vereador, a solenidade foi realizada na noite desta terça-feira (23), data em que é celebrado o Dia do Escoteiro no município.

Foram homenageadas integrantes dos grupos Tamandaré, São Mário e Piracicaba. As homenageadas deste ano foram as escoteiras Livia Silveira Martins (Tamandaré), Camila Gibin de Oliveira (São Mário) e Rebeca Oliveira Lucas (Piracicaba).

Ao saudar as homenageadas, o comissário do 23º Distrito Escoteiro Abaeté e diretor de Planejamento do Grupo Escoteiro São Mário 144, Edison Luiz Benato, destacou a expansão do escotismo pelo mundo, incluindo a formação da Organização Mundial do Movimento Escoteiro (OMME), que hoje conta com milhões de membros em várias nações.

No contexto brasileiro, ele citou a introdução do escotismo em 1909 e o rápido crescimento do movimento, culminando na formação da União dos Escoteiros do Brasil em 1924. Segundo o comissário, o escotismo no Brasil conta atualmente com cerca de 120 mil membros na região de São Paulo, representando aproximadamente um terço do total nacional.

No distrito 23º Abaeté, há 12 grupos escoteiros, distribuídos em diferentes cidades, totalizando 905 integrantes. "O escotismo não pode parar, pois temos propostas de abertura na cidade de Rio das Pedras e na cidade de Charqueada. Assim me despeço com o nosso fraternal sempre alerta para melhor possível servir", afirmou.

O vereador Pedro Kawai destacou a relevância do movimento escoteiro como uma instituição que vai além de simples atividades recreativas, desempenhando um papel crucial na formação de cidadãos responsáveis e engajados. Ele enfatizou que o movimento é fundamental na construção da base da sociedade, impactando a educação de jovens em aspectos fundamentais como a solidariedade, a responsabilidade, o respeito mútuo e a capacidade de liderança.

"Então quero aqui em nome da Casa reconhecer e agradecer aos chefes (escoteiros), aos voluntários, às famílias e aos escoteiros, lobinhos, que fazem esse movimento acontecer na cidade. Porque não adianta nada ter voluntários se não tiver as crianças querendo participar, não adianta nada as crianças quererem participar e as famílias não participarem, não apoiarem. E é isso que faz a sociedade crescer também", declarou.

Ao parabenizar as homenageadas, Kawai reconheceu o esforço das escoteiras, que se tornaram "referência para o movimento escoteiro de Piracicaba, do São Paulo, do Brasil e do mundo. "Parabéns, é com muito orgulho que estamos hoje reconhecendo todo o esforço de vocês, o comprometimento e a dedicação", elogiou.

Ao final da solenidade, os presentes, em pé com os braços entrelaçados, acompanharam a execução da Canção da Despedida.

Rubens Cardia

Foram homenageadas integrantes dos grupos Tamandaré, São Mário e Piracicaba

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOMBUCA

A **Prefeitura Municipal de Mombuca/SP - CONVOCA** todos os candidatos que **tiveram suas inscrições DEFERIDAS** no **Processo Seletivo Nº 1/2024** para a função de **Motorista**, para a realização da **PROVA OBJETIVA**, que será aplicada no **dia 05 de MAIO de 2024 (DOMINGO), às 09h00, na EMEF Profª Argentina Francês - Rua XV de Novembro, 565 - Centro - Mombuca/SP**. **O EDITAL DE CONVOCAÇÃO COMPLETO**, encontra-se disponível nos sites www.publiconsult.com.br e www.mombuca.sp.gov.br

Mombuca, 25 de abril de 2024.

ROGÉRIO APARECIDO ALCALDE - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO
Rua Valentim Amaral, 748 – Centro - CEP 13520-000 – São Pedro/SP
www.saopedro.sp.gov.br - Tel.: (19) 3481-9200

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2024
Comunicamos que está aberta a licitação do Pregão Eletrônico- Registro de Preço nº 19/2024, Processo: 261/2024, que tem por objeto a aquisição de PNEUS NOVOS As propostas serão acolhidas com **início no dia 29/04/2024, às 10:00 horas até às 08:00 horas do dia 10/05//2024**. O início da sessão de disputa de preços ocorrerá às **09:00 horas do dia 10/05/2024**. Deve ser observado o horário de Brasília. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão publica por meio da Internet, por intermédio do Sistema BNC - acessível em www.bnc.org.br. O edital completo encontra-se à disposição no Departamento de Compras e Licitações, sito a Rua Valentim Amaral 748, no horário das 08h30 às 17h00. Fone: (19) 3481-9223 ou através do site: https://www.saopedro.sp.gov.br/licitacoes-publicas ou www.bnc.org.br.
São Pedro, 25 de abril de 2024. **Thiago Silvério da Silva - Prefeito Municipal**

Esta publicação custou R$ 132,00aos cofres públicos

Fotos: Paulo Preto Fortunato-Ori Audiovisual

Evento une grupos que mantêm a tradição do Samba de Lenço

Reencontro Ancestral chega a Casa do Povoador

Reencontro passou por Mauá e chega agora a Piracicaba

CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Casa do Povoador reúne grupos que mantêm tradição do Samba de Lenço

Iniciativa reunirá diferentes atividades e terá a participação de grupos de Samba de Lenço dos municípios de Piracicaba e Mauá

Com o objetivo de unir dois grupos que mantêm a tradição do Samba de Lenço, considerada a primeira manifestação do samba a surgir no estado de São Paulo, além de evidenciar toda a tradição da cultura afro-brasileira, acontece amanhã (27), a partir das 9h, na Casa do Povoador, em Piracicaba, o "Reencontro Ancestral", com a participação dos grupos Samba de Lenço de Piracicaba e Samba Lenço de Mauá. O evento é aberto ao público.

O encontro reunirá vivências, apresentações e rodas de conversa. Serão feitos registros de cada etapa, o que resultará, posteriormente, em um minidocumentário. A iniciativa contará, ainda, com formação virtual com a participação de um filósofo, pesquisador e batuqueiro, integrante do Samba de Lenço de Piracicaba, que abordará a história dos dois grupos, apresentando suas diferenças e semelhanças, com o objetivo de incentivar a transmissão de saberes.

O projeto foi contemplado pelo ProAc Editais 2023. A realização é do Governo do Estado de São Paulo; Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas; Grupo Samba de Lenço de Piracicaba; Grupo Samba Lenço de Mauá; ETC Produtora; Centro de Documentação, Cultura e Política Negra (CDCPN); Prefeitura de Piracicaba e Secretaria da Ação Cultural. Apesar de ambos os grupos participarem juntos de diferentes ações culturais como, por exemplo, o Revelando SP, além de fóruns e festivais, foi no dia 22 de agosto de 2009 que ocorreu o primeiro encontro entre eles em Piracicaba, no II Fórum em Defesa das Tradições Populares do município, promovido pelo Sesc. Na ocasião, eram comemorados os dois anos de retorno a apresentações públicas do Samba de Lenço de Piracicaba, uma tradição centenária na cidade, presente em festas e celebrações da família de Ediana Raetano.

ENCONTRO — O encontro em Piracicaba acontece uma semana depois do primeiro evento do projeto, realizado em Mauá (SP), no dia 20 de abril, com a mesma programação de atividades e a mesma proposta.

TRADIÇÃO (I)

Samba de Lenço de Piracicaba

Piracicaba é considerada um dos berços da cultura negra, devido à migração de negros bantos trazidos para o antigo oeste paulista durante os séculos XVIII e XIX, pelo fluxo de mão de obra escravizada, causado por fatores como o declínio das plantações de café do Vale do Paraíba Fluminense e Paulista e, anteriormente, das áreas produtoras de açúcar no Nordeste.

O município tem um destaque especial por manter tradições que podem ser enquadradas em um universo próprio, uma tradição afro-caipira, pois, além de manter as suas bases originárias na cultura africana recriada no Brasil, também conserva elementos comuns a outras manifestações do universo caipira, algo próprio do interior do estado de São Paulo e, mais especificamente, da região do Médio Tietê. No entanto, dentre essas manifestações do universo afro-caipira, o Samba Lenço era o gênero de menor visibilidade no espaço público local há décadas, embora sobrevivesse na memória de alguns núcleos familiares, transmitido pela oralidade.

Ediana é uma herdeira desta tradição, com forte influência de seu avô Antônio Carlos Ferraz, nome respeitado e admirado dentro da cultura afro piracicabana. Ela iniciou uma busca intensa para resgatar esta arte e, assim, conseguiu, em parceria com outros ativistas culturais, concretizar o antigo sonho de tornar o Samba Lenço novamente acessível para mais pessoas da comunidade negra piracicabana e demais interessados.

TRADIÇÃO (II)

Samba Lenço de Mauá

O legado do grupo Samba Lenço de Mauá é transmitido de geração para geração, com o intuito de preservar a tradição de uma manifestação cultural afro-brasileira que se desenvolveu desde a época da escravidão nas zonas rurais paulistas. O Samba Lenço é reconhecido como patrimônio imaterial do Estado de São Paulo, é registrado pelo Condephaat e atualmente passa pelo processo de registro pelo Iphan, para ser reconhecido como patrimônio imaterial nacional.

É também conhecido nos meios acadêmicos como uma das modalidades do Samba de Bumbo. O grupo tem as suas atividades culturais desenvolvidas desde a década de 1950.

A história do Samba Lenço é parte de um conjunto de narrativas que possibilita a fixação da memória e história do grupo e de seus descendentes, transmitidas a partir da tradição oral. Sob essa ótica, o grupo Samba Lenço dispõe, para a continuidade da prática da manifestação, o acervo de seus ancestrais, além de toda a memória e saberes desta tradição.

APROVADO

PL prevê que localização de radares seja divulgada

A Câmara Municipal de Piracicaba aprovou em segunda discussão, na noite desta segunda-feira (22), na 22ª Reunião Ordinária de 2024, projeto de lei que "dispõe sobre a divulgação da localização de todos os equipamentos eletrônicos de fiscalização de trânsito utilizados para aplicação de multas por infração no município, e dá outras providências".

De autoria de Pedro Kawai (PSDB), a propositura prevê que o Executivo deverá disponibilizar em seu sítio virtual institucional "a localização e o horário de funcionamento de todos os equipamentos eletrônicos destinados a realizarem a fiscalização de trânsito para a aplicação de multas por infração em nosso município, sejam radares, fixos, móveis, estáticos ou portáteis, ou através de câmeras de monitoramento".

O texto do projeto de lei 20/2024 ainda prevê que, além da divulgação da localização e horário de funcionamento, "para os equipamentos que se destinam a realizar a fiscalização de velocidade, deverá ser informado o limite máximo de velocidade permitido na via".

A regra, caso sancionada, será válida "a todos e quaisquer equipamentos de fiscalização de trânsito para a aplicação de multas por infração que vierem a ser utilizados pelo Município".

Pedro Kawai (PSDB), na justificativa da propositura, traz que "o Executivo municipal anunciou sua intenção de aplicar penalidades por infrações de trânsito flagradas por sistemas de vigilância eletrônica instalados em diversos pontos de nossa cidade. Dessa forma, torna-se imprescindível que o município disponibilize em seu portal oficial a relação das câmeras de monitoramento a serem utilizadas pelos agentes de trânsito para a autuação daqueles que incorrerem em alguma violação de trânsito".

Ele também defende que "é de suma relevância a ampla e prévia divulgação dos locais onde os dispositivos de controle eletrônico de velocidade (radares) estão posicionados, a fim de conferir maior legitimidade à própria fiscalização e eventual sanção administrativa a ser imposta ao condutor transgressor", e que "o presente projeto de lei não acarretará qualquer ônus financeiro ao Poder Executivo, o qual já dispõe de sítio virtual institucional, bem como de páginas próprias nas redes sociais, por meio das quais deverão ser anunciados os pontos de instalação de todos os dispositivos eletrônicos de fiscalização de trânsito utilizados para a aplicação de sanções pecuniárias por transgressão".

O projeto de lei 22/2024 foi autografado e encaminhado pelo Presidente da Câmara ao Prefeito Municipal que, agora, pode sancionar ou vetar a propositura.

CINETECA

Biblioteca exibe filme mudo e produção nacional no sábado

O anfiteatro da Biblioteca Municipal Ricardo Ferraz de Arruda Pinto, equipamento mantido pela Prefeitura, por meio da Semac (Secretaria Municipal da Ação Cultural), recebe duas sessões gratuitas neste sábado (27), dentro do projeto Cineteca: a produção nacional Em 97 Era Assim, às 15h, e um clássico do cinema mudo Gabinete do Dr. Caligari, às 19h. A entrada é gratuita.

As exibições acontecem por meio de uma parceria entre a Biblioteca e o Misp (Museu da Imagem e do Som de Piracicaba), com apoio do MIS (Museu da Imagem e Som) de São Paulo e do projeto Pontos MIS.

Divulgação

Em 97 Era Assim, lançado em 2016, traz a história de Renato, um garoto de 15 anos, e seus três melhores amigos

Em 97 Era Assim, lançado em 2016, traz a história de Renato, um garoto de 15 anos, e seus três melhores amigos querem perder a virgindade. A solução encontrada é recorrer a uma profissional, mas, para isso, precisam de dinheiro. Enquanto encaram os deveres escolares e os primeiros grandes amores, os quatro amigos tentam conseguir a verba necessária para cumprir seus objetivos e entrarem de vez na vida adulta. Nesta jornada, eles vão descobrir algo que não se ensina nos livros do colégio nem nas revistas masculinas: o valor da verdadeira amizade.

Já à noite, o filme é o clássico Gabinete do Dr. Caligari, um filme mudo de 1920. Os amigos Francis e Alan fazem uma visita ao gabinete do Dr. Caligari, um misterioso hipnotizador. Lá, eles conhecem Cesare, um homem sonâmbulo que dá previsões funestas que se concretizam. Francis, estão, começa a espionar Cesare e resolve se infiltrar no gabinete do misterioso Dr. Caligari.

SERVIÇO
Cineteca na Biblioteca Municipal Ricardo Ferraz de Arruda Pinto. Sábado (27), com os filmes Em 97 Era Assim (Classificação: 16 anos), às 15h, e Gabinete do Dr. Caligari (Classificação: 12 anos), às 19h. Na rua Saldanha Marinho, 333.

Divulgação

TAPA-BURACO NO JARDIM ALTAFIN

A rua Jornalista Tim Lopes, no bairro Jardim Altafin, recebeu serviços de manutenção através da operação tapa-buracos, promovida pela Semozel (Secretaria Municipal de Obras e Zeladoria). A intervenção foi requisitada pelo presidente da Câmara, vereador Wagner de Oliveira (PSD), o Wagnão, por meio da indicação 1721/2024. De acordo com o parlamentar, a via é a única rua asfaltada do bairro e possui alto fluxo de veículos pesados. Ele disse que essa situação tem gerado transtornos aos moradores, pois a via se encontra cada vez mais cheia de buracos, deixando-a perigosa e intransitável.

Assessoria Parlamentar

MANUTENÇÃO DE CALÇADA

Na tarde desta segunda-feira (22), o vereador Pedro Kawai (PSDB) protocolou a indicação 1717/2024, pedindo a manutenção da calçada localizada na rua Moraes Barros, próximo ao número 264, ao lado do prédio da antiga Pinacoteca Municipal "Miguel Dutra", no Centro. Segundo a justificativa apresentada pelo vereador Pedro Kawai, o calçamento ao lado do antigo prédio da Pinacoteca necessita de manutenção urgente para evitar possíveis acidentes aos pedestres que transitam pela região.

PIRARAZZI

BY ELSON DE BELÉM

- ESPAÇO PIRAMAZÔNIA -

Conheça a cantora paraense Thays Sodré

ORIGEM

Thays Sodré nasceu em São Domingos do Capim, no Pará, uma pequena cidade de beleza singular situada às margens dos rios Capim e Guamá, e conhecida como a "Capital da Pororoca". Desde a sua infância a música se fez presente, e a magia de sua arte e seu canto foram brotando em meio às exuberantes paisagens amazônicas, cenários de muitas riquezas e lendas contadas por seus pais e avós.

INICIAÇÃO MUSICAL

A rota artística de Thays começa aos 5 anos de idade nas aulas de flauta doce com Nazareno Moreira, o "Tio Neno", e alguns anos depois vieram o violão, o clarinete, e o gosto pelo canto. A MPB e a música POP das grandes capitais eram tocadas nas rodas de violão ao luar, e as trilhas naturais do ambiente eram os cantos de carimbó, o "brega" (que ela dançava com seu pai), a chamada MPP (música popular paraense). Aos 16 anos, ela rumou para o Rio de Janeiro e se encontrou com o universo musical nordestino, descobrindo nele uma grande paixão que a levou a lugares de grande destaque na cena brasileira do forró pé de serra.

PRIMEIRA BANDA

Sua primeira banda no RJ foi o "Canto do Uirapuru", onde iniciou sua carreira tocando flauta doce e cantando, e que além de uma grande escola, foi uma porta de entrada para o mundo do forró, estilo que iria marcar pra sempre seu caminho.

O DISCO

A arte de Thays Sodré é fruto de muitas paisagens, misturas e contrastes: entre a aridez nordestina e a fartura das águas paraenses, entre o amor e a desilusão, entre as suaves águas doces e as forças das águas do mar, em ondas musicais que percorrem e traçam o caminho de seu primeiro álbum, "Flor do Destino", recheado de lindas canções e belos arranjos que emolduram a sua voz doce e ensolarada.

Com lançamento no dia 10 de novembro de 2023, o álbum conta com uma produção primorosa, e mistura estilos e sonoridades como o baião, xote, canções, carimbó, "brega abolerado" e o samba. O álbum estará disponível nas principais plataformas de streaming como: Spotify, Deezer, YouTube, entre outras.

Grandes nomes da música brasileira dão um brilho especial às gravações:

Durval Pereira, zabumba (Luiz Gonzaga, Elba Ramalho, Sivuca)
Marcelo Bernardes, sopros (Chico Buarque, Maria Bethânia, Djavan)
Marcos Suzano, percussões (Lenine, Sting, Ney Matogrosso)
Alex Merlino, bateria (Júlia Vargas, Simone, Chico Chico)
Rafael Meninão, sanfona (Elba Ramalho, Dominguinhos)
Entre outros grandes artistas, como Jhasmyna, Évila Moreira, Daniel Zanotelli e Cosme Vieira.

Uma rica coleção de músicas compõe o repertório: "Flor do destino" canção que dá nome ao álbum é uma pérola composta por Nilson Chaves e Vital Lima, grandes nomes da MPP, música popular paraense. Compondo o conjunto de referências que remetem à MPP "Não vou sair" de Celso Viáfora integra o álbum, além de "Sabor Açaí" dos mestres Joãozinho Gomes e Nilson Chaves, canção que traduz o sentimento do amazônida paraense. "Carimbó da Pororoca" de Irelson Capim Show, está uma festa, mesclando elementos da raiz e outros modernos do carimbó, exaltando as belezas de São Domingos do Capim, onde Thays nasceu e se criou. Duas lindas composições da própria Thays são destaques: o samba "Confissão" e "Encanto", um "brega-abolerado" em parceria com o produtor musical Rodrigo Garcia.

Outro destaques, são as suas lindas interpretações para as canções de dois jovens e incríveis compositores: Gui Fleming e Bessa Rodrigues "Para Nos Molhar" e "Sertão" respectivamente, e também nas releituras de "Desilusão" (Dominguinhos e Anastácia) e "Tudo é bom e nada presta" (Ceceú), representando maravilhosamente o lado nordestino do trabalho. O trecho de "Todos Cantam Sua Terra" de João do Vale e Julinho retrata o sentimento da artista, a vontade de querer mostrar o que há de mais lindo na sua terra,

o Pará, o Brasil.

Como Bônus, uma faixa contando a "Lenda da Pororoca", ensinada pelo seu avô Pedro, com trilha de Rodrigo Garcia, expressa a magia das lendas amazônicas, e a influência que cultura que aquece o peito e que interfere diretamente na vida de um povo.

- FICHA TÉCNICA - Flor do Destino

Thays Sodré
Capa
Foto: Ângulo Criativo (Thiago Araújo)
Assistente de Fotografia: Edlene Sodré
Beleza: Andressa Larama
Arte capa: Emerson Ferreira
Selo: Porangareté
Distribuição: Believe

Fonte assessoria artistica

CURTIDINHAS

Douglas Ambrosano
Jornalista e publicitário

A cantora e compositora paraibana, Larissa Alves, mais conhecida como a "Nordestina da sofrência" foi uma das atrações do 1° "Fast Food da Catedral". No seu reportório canções de Zé Ramalho, Lauana Prado e Gusttavo Lima.

O Museu Prudente de Moraes, recebeu o show de Rubinho Ávilla. O cantor, compositor e pesquisador de música, apresentou o show "Violices de um Trovador", que aconteceu no Auditório Prudente de Moraes. Rubinho apresentou a cultura dos trovadores de um jeito abrasileirado em um repertório com maracatu, repente nordestino, cururu e cateretê do Sudeste.

A maestrina Cinthia Alireti vem se preparando para o próximo concerto da Orquestra Sinfônica de Piracicaba. Obras de Jean Sibelius e Edgard Grieg integram o programa, com apresentações.

A artista mirin Camila Contieri conquistou excelentes colocações no Festival Mercado Persa Brasil 2024 em São Paulo. A dançarina competiu e ficou em 2º lugar na categoria solo infantil e 3º lugar na categoria mestres e alunos ao lado da professora Emanuelle Teixeira.

A cantora Elis Justi, atingiu a marca de mais de 2 milhões de acessos no Youtube com seu novo hit "Aproveita". A música já é sucesso em outras plataformas e também no Tik Tok, onde a coreógrafa Rafinha Viscardi e as dançarinas do SBT, lançaram uma coreografia com a animada canção.

Palestra gratuita! A escritora e filósofa Djamila Ribeiro vem se preparando para sua palestra que acontecerá hoje (26) no SESC Piracicaba, onde irá discutir temas como ancestralidade negra e os desafios de criar filhos numa sociedade racista. Imperdível!

Representatividade! Sob a supervisão da Profª Elena Castilha e da Coordenadora Bernardete Favaretto, a coreógrafa Vitória Bertolucci e os MC's GC e RAS, fizeram uma linda apresentação de Hip Hop na Escola Estadual Profª Maria de Lourdes Silveira Cosentino no bairro Vila Sônia.

No último sábado (20), a Cevada Pura realizou a primeira edição de uma viagem pelas mais deliciosas rotas do universo em uma mistura de sabores, culturas e harmonizações cervejeiras de três países de características distintas: Estados Unidos, Inglaterra e México. O grande destaque foi a banda de rock "Os Londrinos", que proporcionou a trilha sonora ideal para acompanhar as degustações e conversas entre amigos na 1ª edição do "Cevada Pelo Mundo".

Marcio Sartório esta feliz da vida ao lado dos seus companheiros e integrantes da Banda Maracangalha. O motivo da felicidade são as comemorações dos 26 anos da banda, com shows agendados por toda cidade.

Apresentação! O ator André Martins divulgou em suas redes sociais que o Teatro: Cia de Artes Nissi realizou o espetáculo "A Geração de Dorcas" na IEQ Sede Piracicaba. Geração viva!

PIRARAZZI 5 ANOS

BY ELSON DE BELÉM

- NOTICIAS SEMAC -

Maestrina e pianista lideram concerto da OSP no Teatro do Engenho

Obras de Jean Sibelius e Edvard Grieg integram o programa, com apresentações

Duas mulheres estão à frente do próximo concerto da OSP (Orquestra Sinfônica de Piracicaba): na batuta, a maestrina Cinthia Alireti, e como solista, ao piano, Simone Leitão. Obras de Jean Sibelius e Edvard Grieg integram o programa, com apresentações no sábado, 27/04, às 16h e às 19h, no Teatro Municipal Erotides de Campos, o Teatro do Engenho. A entrada é gratuita e os ingressos poderão ser retirados online ou presencialmente, na bilheteria do teatro, uma hora antes do início do espetáculo. A OSP recebe subvenção da Prefeitura do Município de Piracicaba, por meio da Semac (Secretaria Municipal da Ação Cultural).

O programa dos concertos incluirá duas obras do compositor finlandês Jean Sibelius: a primeira é Finlândia, Op. 26, peça de 1899 que reflete o sentimento de despertar nacionalista do povo finlandês. A composição é considerada um símbolo da identidade nacional finlandesa e do nacionalismo musical do país, por ser criada para comemorar a independência do domínio russo.

Do mesmo compositor, a orquestra executa a Suíte Karelia, Op. 11, inspirada nas melodias folclóricas da Carélia, província localizada entre a Finlândia e a Rússia e que na época despontava por preservar as tradições musicais e poéticas do país. A obra foi uma encomenda que Sibelius fez para comemorar a inauguração de um novo teatro na Finlândia e teve sua estreia na capital Helsinque, em 1893.

Com a participação da pianista Simone Leitão, a OSP apresentará o Concerto para piano e orquestra, em Lá menor, Op. 16, de Edvard Grieg. A obra foi influenciada pelo estilo romântico do compositor alemão Robert Schumann e, nela, Grieg desafiou a estrutura tradicional dos concertos para piano, ao introduzir elementos como a ligação entre os movimentos e a presença de solos de piano no início do concerto.

Simone Leitão é uma pianista com uma sólida carreira internacional. Possui mais de 40 concertos anuais no Brasil, Europa, Estados Unidos e América Latina. É reconhecida por suas interpretações de Bach, Rachmaninoff, Beethoven, Villa-Lobos e Ginastera. É fundadora e diretora da Academia Jovem Concertante e da Semana de Música de Câmara do Rio (desde 2012).

A maestrina convidada Cinthia Alireti, regente titular e co-diretora artística da Orquestra Sinfônica da Unicamp (OSU), tem se destacado como diretora musical de diversas produções de óperas. Com colaborações como regente convidada no Brasil, na Alemanha, na França, no Equador e nos Estados Unidos, fomenta o desenvolvimento do ecossistema da música de concerto, por meio de eventos de discussão e informação com personalidades do meio, entre eles o Fórum Gestão Orquestral e Compromisso Social e o evento internacional Mulheres na Música de Concerto Hoje.

A retirada dos ingressos para os concertos deve ser feita a partir das 10h do dia 26/04, no site megabilheteria.com. A OSP disponibiliza ainda uma cota de 50 ingressos por sessão para serem retirados presencialmente, na bilheteria do Teatro, 30 minutos antes do início de cada apresentação. Solicita-se, na entrada do espetáculo, a doação de 1 quilo de alimento não-perecível, em prol do Fundo Social de Solidariedade.

A realização é da Prefeitura do Município de Piracicaba, por meio da Semac (Secretaria Municipal da Ação Cultural), com patrocínio prata das empresas Drogal, Hyundai e Phinia; parceria da Empem, Ibis Styles Piracicaba, Jornal de Piracicaba, Mega-Bilheteria, Monte Sul, Padaria do Vovô, Rádio Jovem Pan e Rádio Educativa FM; e apoio da Secretaria Municipal de Educação.

SERVIÇO - Temporada 2024 da Orquestra Sinfônica de Piracicaba. Sábado, 27/04, às 16h e às 19h, no Teatro Municipal Erotides de Campos. Na avenida Dr. Maurice Allain, 454. Informações: osp.art.br ou nas redes sociais (Orquestra Sinfônica de Piracicaba e instagram.com/sinfonicapiracicaba).

Fonte CCS

- CINEMA -

Nhô Cine comemora 2 anos com sessão especial

O Nhô Cine, Cineclube Piracicabano, comemora seu segundo aniversário com uma seleção de seis curtas-metragens que destacam os realizadores locais e sua variedade de estilos. Celebre o talento local e a diversidade cinematográfica de Piracicaba nesta sessão especial. Ingressos disponíveis na bilheteria do Anfiteatro da Biblioteca Municipal de Piracicaba. O projeto é uma realização Cena 14 - Rede de Produtores de Audiovisual de Piracicaba em parceria com MISP - Museu da Imagem e Som de Piracicaba, UNIMEP e Biblioteca Municipal. "Valorizamos o cinema produzido em Piracicaba e região, reconhecendo sua qualidade técnica e a diversidade de linguagens e narrativas presentes em nossas produções", comenta a curadoria do projeto, enfatizando a importância desta iniciativa e a felicidade em completar dois anos do projeto. Após a exibição, haverá um bate-papo com os diretores e realizadores dos filmes, proporcionando uma experiência ainda mais próxima e imersiva com o cinema feito na comunidade piracicabana.

INFORMAÇÕES DA EXIBIÇÃO

Data: 26/04/2024 (Sexta-feira)
Hora: 19:00
Local: Anfiteatro da Biblioteca Municipal de Piracicaba, Anfiteatro "Alceu Maynard Araújo", R. Saldanha Marinho, 333 - Centro - Piracicaba

FILMES EXIBIDOS:

"Coisas que se Faz Quando o Nada Acontece" (Dir. Beto Oliveira) Ficção/Infantil - 14 min - Livre - 2022 Sinopse: Três alunos são colocados de castigo por uma diretora severa e disciplinadora. Mas não existem castigos que limitem a imaginação de uma criança.

"Proerd com o Vovô" (Dir. Gabriel Ramiro) Ficção/Drama - 3 min - 12 anos - 2022 Sinopse: João Paulo e seus amigos assistem uma palestra do Proerd na faculdade, mas a participação de seu avô Jerônimo abala o evento.

"Penélope" (Dir. Luciana Jacob) Ficção/Drama - 14 min - Livre - 2021 Sinopse: Penélope passa os dias numa rodoviária esperando o retorno de seu marido Ulisses, que há dez anos viajou para não mais voltar. A interminável espera e a solidão levaram a mulher ao delírio e à perda da sanidade.

"Sétimo Dia" (Dir. Jhoão Scarpa) Ficção/Terror - 25 min - 16 anos - 2022 Sinopse: Após um acidente, um homem é forçado a enfrentar seu passado em um evento inevitável.

"Os Pássaros já Não Cantam mais" (Dir. Marco Escanhoela e Ana Paula Gomes) Ficção/Drama - 17 min - 12 anos - 2017 Sinopse: Numa pequena cidade do interior, um colégio católico regido pelo Padre Alberto é alvo de investigações criminais após um cruel assassinato de um de seus estudantes. O desenrolar do processo trará à tona segredos obscuros do colégio.

"Quarto 664" (Dir. Bruno Matos) Ficção/Drama - 5 min - Livre - 2016 Sinopse: Segundo episódio da websérie antológica Crônicas do Mundo Moderno que apresenta problemas do nosso cotidiano, com o intuito de levar o espectador a uma reflexão sobre pontos vividos pela humanidade nos últimos anos.

Fonte Gabriel Ávila

AVE TERRENA DEBATE LITERATURA PERIFÉRICA 'TRANSVESTIGÊNERE' NA ESTREIA DO CICLO PERSPECTIVAS EM PAUTA DIA 27 DE ABRIL NO GARAPA - TERRITÓRIO ANDAIME

No sábado, dia 27 de Abril, acontecerá a primeira edição do "Perspectivas em Pauta: Palestras e Conversas" e para marcar este início o Garapa - Território Andaime terá o prazer de receber Ave Terrena, dramaturga, diretora teatral, poeta e professora da Escola Livre de Teatro de Santo André. O evento, organizado como parte do projeto "Garapa como Unidade: Cultura, Comunidade e Arte", visa proporcionar debates substanciais sobre temas relevantes nas esferas da cultura, literatura, direitos humanos e arte.

Ave Terrena, cujo trabalho inclui dez textos encenados no Brasil, México e Portugal, , já lançou três livros, dois de dramaturgia e um de poesia. Entre seus trabalhos, se destacam "Fracassadas BR" (2023), "E lá fora o silêncio" (2022); "Lugar da Chuva", escrita em Macapá -AP; e "as 3 uiaras de SP city" (2018). Neste primeiro encontro, que se configura num formato de palestra, permitindo também a interação entre os participantes do evento, Ave Terrena explorará a literatura produzida nas periferias, com especial enfoque na temática "transvestigênere".

Será uma oportunidade para analisar como a literatura se apresenta enquanto plataforma para amplificar narrativas marginalizadas, desafiando estereótipos e dando visibilidade às experiências de grupos frequentemente à margem da sociedade.

Detalhes do Evento: Data: Sábado, 27 de Abril de 2024 Horário: 20h00 Local: Garapa - Território Andaime (Rua D. Pedro II, 1313 - Piracicaba / SP) Os ingressos para o evento são gratuitos, porém a participação requer inscrição prévia através do link acesse.dev/perspectivas-em-pauta.

O ciclo de eventos "Perspectivas em Pauta: Palestras e Conversas" é parte do projeto "Garapa como Unidade: Cultura, Comunidade e Arte", com apoio do Ministério da Cultura e da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Governo do Estado de São Paulo. Para mais informações, entre em contato pelas redes sociais e visite (https://www.instagram.com/andaimeteatro) e (https://www.instagram.com/culturagarapa).

Fonte Jennifer Garcia
Crédito da foto: José de Holanda

PIRARAZZI

BY ELSON DE BELÉM

Feirinha de Artes e Artesanatos acontecerá em maio no Espaço Cultural Bloco da Ema

O Espaço Cultural Bloco da Ema, Rua Moraes Barros, Nº 176 Centro, estará realizando nos dias 04 e 5 de maio/2024 das 09:00 às 17:00 horas a sua Feirinha de Artes e Artesanatos neste mês de maio dia que se comemora o da mães, a feirinha contará com onze expositores, com diversos produtos como; pinturas, fotografias, luminárias, bordados, instrumentos artesanais, entre outros, com preços variados e acessíveis ao publico, como também comidas o tradicional acarajé, pasteis de vários sabores, deliciosos bolos e pães caseiros e bebidas, sucos e refrigerantes no local.

Realização:
Ema Produções Artísticas

Maiores informações:
19 991255412
com Tony Azevedo
organizador da Feirinha

REDES SOCIAIS

Fece Book:
@tonyazevedo Azevedo

Instagram:
@ony_azevedo_bloco_da_ema
@blocodaema
@emaproduçõesartisticas

INTRODUÇÃO

O Espaço Cultural Bloco da Ema, tem a finalidade de manter um calendário de atividades durante o ano inteiro, realizando exposições individuais e coletivas, mostra de arte, oficinas de xilogravura, monotipias, desenhos, pinturas, máscaras, oficina de ritmos/canto/dança regionais,intercâmbios culturais entre os mestres e os fazedores da cultura popular afro brasileira, com o objetivo de valorizar, divulgar e fortalecer as ações voltadas para o movimento artístico e cultural da cidade e ao mesmo tempo mostrar os trabalhos desses artista/artesãos de Piracicaba, através dos mais variados estilos e técnicas e com preços acessiveis do publico.

O publico poderá conhecer de perto o espaço que é a sede e a morada da ema, onde as pessoas poderão ter um contato com a cultura popular do Norte Nordeste, especificamente Pernambuco estado onde nasceu o artista visual, musico e produtor cultural, criador do Bloco da Ema o Tony Azevedo, o publico irá encontrar um lugar agradável "arte por toda parte" desce o acervo particular do artista, que mora a mais de 18 anos na cidade, como também dos bonecos gigantes típicos da Cidade de Olinda, uma figura da ema articulada que dá nome ao bloco, e que encanta a multidão no carnaval e durante o ano inteiro circulando na cidade com aparições e performance através de shows e apresentações artísticas.

Fonte Tony Azevedo

Comissão FLIPIRA edição 2024 visita Semac

A comissão organizadora da Festa Literária de Piracicaba - FLIPIRA, edição 2024, formada por Raquel Delvage, Carmelina Piza, Ivana Negri e Elson de Belém, estiveram presentes na última quarta-feira em visita a Secretaria de Ação Cultural SEMAC, para a primeira reunião de planejamento da Festa literária que acontecerá no segundo semestre de 2024 e foram recebidos por Maurici Luis Scarpari, assessoria/projetos e Melysse Martim, Diretora da Biblioteca Municipal.

- ARTIGO -

ETARISMO! UM TEMA A SER DISCUTIDO NAS COMPANHIAS TEATRAIS

Um ponto que deve ser considerado no intuito de levar a reflexão, pois é comum haver hierarquia e uma certa dose de etarismo nos grupos teatrais, principalmente em companhias mais tradicionais ou com estruturas mais rígidas. Muitas vezes, atores mais experientes ou mais velhos são vistos como líderes ou figuras de autoridade dentro do grupo, o que pode gerar conflitos de poder e até mesmo exclusão de membros mais jovens ou menos experientes. No entanto, é importante ressaltar que nem todos os grupos teatrais funcionam dessa maneira e muitos valorizam a colaboração e o respeito mútuo entre todos os membros, independentemente da idade ou da experiência. A diversidade de perspectivas e habilidades pode enriquecer o trabalho em equipe e favorecer a criatividade nos processos de criação teatral. Portanto, é fundamental promover um ambiente saudável e inclusivo nos grupos ou companhias, onde cada membro se sinta valorizado e respeitado pelo seu talento e dedicação, independente da sua idade. O diálogo e a empatia são essenciais para lidar com questões de etarismo e garantir o bom convívio e o sucesso coletivo dentro do grupo teatral.

Pessoas que sofrem de preconceito por causa da idade podem se sentir menos valorizadas, menos capazes ou menos confiantes em si mesmas. Isso pode afetar não só a saúde mental, mas também a saúde física, já que o stresse emocional pode desencadear problemas de saúde como pressão alta, problemas cardíacos e até mesmo reduzir a expectativa de vida. Portanto, é importante combater o ageísmo e promover uma cultura de respeito e inclusão para todas as idades.

O fato de haver etarismo entre colegas de elenco e no mercado de trabalho é uma realidade que infelizmente ainda existe em muitas áreas, incluindo a indústria do entretenimento. O etarismo refere-se à discriminação ou preconceito baseado na idade, onde pessoas mais jovens ou mais velhas são tratadas de forma injusta devido à sua idade.

No caso de colegas de elenco, é comum que atores e atrizes mais velhos sejam preteridos em favor de atores mais jovens em papéis de destaque, mesmo que tenham talento e experiência para o papel. Isso pode limitar as oportunidades de trabalho para atores mais velhos e contribuir para a perpetuação do estereótipo de que a juventude é mais valorizada na indústria do entretenimento.

Recentemente a consagrada atriz Cristiana Oliveira, interprete do personagem "Juma" da novela Pantanal, sofreu críticas nas redes sociais por protagonizar um ensaio sensual. "As críticas que recebo, por exemplo, quando faço um ensaio mais sensual, muitas pessoas falam: 'quem é essa velha?', 'Já deu seu tempo', 'Se aposenta vovó'... Eles estão nessa ignorância de criticar os outros como se eles não fossem envelhecer. É tudo de uma forma pejorativa e muito agressiva", relatou a atriz. (www.terra.com.br)

Chacotas e brincadeiras relacionadas à idade podem ser consideradas formas de etarismo. Essas brincadeiras podem ser ofensivas e prejudicar a autoestima das pessoas mais velhas, tornando-se uma forma de bullying, que podem desencadear sintomas como ansiedade, depressão e outros problemas emocionais. É importante respeitar a idade das pessoas e evitar fazer piadas ou comentários que possam ser prejudiciais ou ofensivos. Todos devem combater o etarismo e promover um ambiente de trabalho inclusivo e diversificado, onde a idade não seja um fator determinante para as oportunidades de carreira. Valorizar a experiência, o conhecimento e a diversidade de diferentes faixas etárias pode trazer benefícios para o ambiente de trabalho e para a qualidade do trabalho produzido.

A melhor forma de combater esse preconceito etário é conscientizar a população, principalmente os mais jovens sobre os problemas que ele pode criar. A discriminação é baseada em estereótipos, disseminados, muitas vezes, pela mídia e pela indústria, que utilizam o discurso anti-idade em campanhas publicitárias, retratando o corpo mais velho como algo indesejável. (Citação da carta Supera sobre o combate ao etárismo).

Aqui estão algumas maneiras em que os atores mais jovens podem combater o etarismo:

- **Educação e sensibilização:** Os atores mais jovens podem educar-se sobre o etarismo e suas consequências, bem como sensibilizar os outros sobre o problema.
- **Promover a diversidade e inclusão:** Os atores mais jovens podem trabalhar para promover a diversidade e inclusão na indústria do entretenimento, defendendo a representação de pessoas de todas as idades.
- **Desafiar estereótipos:** Os atores mais jovens podem desafiar estereótipos relacionados à idade, tanto na mídia quanto na vida real, mostrando que as pessoas de todas as idades têm valor e talento.
- **Apoiar e colaborar com atores mais velhos:** Os atores mais jovens podem apoiar e colaborar com atores mais velhos, reconhecendo e valorizando sua experiência e talento.
- **Defender políticas e práticas justas:** Os atores mais jovens podem pressionar por políticas e práticas justas na indústria do entretenimento, garantindo que todas as idades sejam representadas de forma justa.

Em última análise, combater o etarismo requer um esforço coletivo e contínuo de todos os membros da comunidade do entretenimento, independentemente da idade. Os atores mais jovens têm um papel fundamental a desempenhar nesse esforço, contribuindo para criar uma indústria mais inclusiva e diversificada para todas as idades.

Elson de Belém, Colunista, ator e produtor cultural

INTROITO
CELEBRIDADES, PERSONALIDADES E BELDADES

Saudações caríssimos (as),
Na edição de hoje apresentamos a artista Thays Sodré, uma paraense que está brilhando no cenário artístico nacional. Curtidinhas com jornalista e publicitário Douglas Arruda Ambrosano. Agenda cultural recheada de eventos por toda cidade e região.
Pautas e coberturas de eventos no e-mail pirarazzi@gmail.com
Edição 252 de 26 de abril de 2024 - Piracicaba SP

PIRARAZZI: 10 ANOS PROMOVENDO VISIBILIDADE ARTISTICA

Elson de Belém
Colunista, artista, comunicador e produtor cultural
#espalhepaz

PIRARAZZI é uma Revista de entretenimento que objetiva levar informações culturais para todos os públicos, promovendo visibilidade a classe artística de Piracicaba e região, fomentando a produção da cultura local. A PIRARAZZI ocupa espaço na mídia impressa, rádio, TV, redes sociais e plataformas digitais, conquistando cada vez mais seu público e a classe artística pela qualidade, responsabilidade e credibilidade do seu conteúdo.
Idealizado pelo locutor, apresentador, ator, colunista e produtor cultural Elson de Belém no ano de 2012 na cidade de Piracicaba SP.

Divulgação

Equipe especialista da Santa Casa de Piracicaba

HIPERTENSÃO

Santa Casa de Piracicaba promove conscientização

No próximo dia 30 de abril e 2 de maio, o saguão principal da Santa Casa de Piracicaba será palco de uma importante ação de conscientização sobre a hipertensão arterial, uma condição que afeta milhões de pessoas em todo o mundo e representa fator de risco para uma série de doenças cardiovasculares. Coordenado pelo Nadep (Núcleo de Aprimoramento e Desenvolvimento de Pessoas), em colaboração com preceptores em cardiologia e estudantes de medicina, o evento visa não apenas realizar a aferição da pressão arterial, mas também fornecer informações importantes e de coinscientização sobre a prevenção e o tratamento da hipertensão.

Segundo Vanessa Múcio, enfermeira do Nadep da Santa Casa de Piracicaba, a abordagem ao paciente vai além do simples fornecimento de informações médicas. "É sobre estabelecer uma escuta ativa e envolver-se de forma holística no bem-estar de cada indivíduo", destaca. Essa busca ativa por parte dos profissionais de saúde e estudantes de medicina não só promove a conscientização sobre a hipertensão, mas também contribui para o desenvolvimento de competências essenciais para uma prática médica eficaz e compassiva.

Humberto Magno Passos, cardiologista coordenador do Pronto Atendimento Cardiológico e Unidade Coronária da Santa Casa de Piracicaba, ressalta a gravidade da hipertensão como fator de risco para uma série de doenças cardiovasculares. "Dos casos que atendemos com infarto agudo do miocárdio, 70% são pacientes que têm hipertensão", revela. Esse dado reforça a necessidade de uma ampla divulgação sobre a importância do diagnóstico precoce e do acompanhamento regular da pressão arterial.

A Liga Acadêmica de Cardiologia da Faculdade Anhembi Morumbi de Piracicaba também se engaja nessa causa. Segundo Gabrieli Vieira, presidente da Liga, o objetivo é levar educação em saúde e realizar uma abordagem preventiva e de conscientização acerca da hipertensão arterial, uma doença de alta prevalência e determinante de alta morbidade e mortalidade.

Para o cardiologista Pedro Xavier, da Santa Casa de Piracicaba, o controle pressórico é de suma importância na prevenção de complicações graves. "A pressão arterial alta, embora muitas vezes assintomática, é um fator de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares", explica. Xavier ressalta a necessidade de combater a resistência dos pacientes em receber o diagnóstico e em aderir ao tratamento farmacológico, enfatizando que a prevenção é fundamental para evitar complicações sérias.

De acordo com ele, a conscientização sobre a hipertensão arterial e a promoção de medidas preventivas são essenciais para reduzir o impacto dessa condição na saúde da população. "A ação realizada pela Santa Casa, em parceria com profissionais e estudantes de medicina, é um passo importante nesse sentido, destacando a importância do controle pressórico e da adoção de hábitos saudáveis para uma vida livre de complicações cardiovasculares", ressalta.

TERRAS

Alesp amplia prazo para regularização no Estado

Medida beneficia produtores rurais e nova data estipulada será 31 de dezembro de 2026; votação teve voto favorável do deputado Alex Madureira (PL)

Com apoio e o voto do deputado Alex Madureira, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou, na sessão extraordinária de quarta-feira (24), a ampliação do prazo para adesão ao Programa Estadual de Regularização de Terras. A nova data limite para a apresentação de propostas de acordos será 31 de dezembro de 2026, renovando o prazo que se extinguiu em janeiro deste ano.

"Essa importante medida representa uma significativa oportunidade para os produtores rurais do nosso Estado. Agora, com a extensão do prazo para adesão ao programa, esperamos uma maior participação e, consequentemente, a regularização de um maior número de propriedades", afirmou Alex Madureira.

A proposta que foi aprovada com 57 votos favoráveis e 14 contrários segue, agora, para sanção do governador Tarcísio de Freitas. "É importante lembrar ainda que, no ano de 2023, o Governo de São Paulo, por meio da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, já regularizou 1.737 propriedades rurais em todo o Estado", informou o parlamentar.

"A importância da regularização fundiária, medida que contribui para alcançar a paz e a segurança jurídica no campo, é um requisito fundamental para a retomada de investimentos privados e o fomento ao desenvolvimento das regiões menos favorecidas do Estado", completou Alex Madureira.

Aldo Guimarães

Alex Madureira (PL) é da base governista no Palácio Nove de Julho

ESCOLA DO LEGISLATIVO

Naturopata reforça a importância de hábitos alimentares saudáveis

A importância da adoção de hábitos alimentares saudáveis para uma melhoria sistêmica do funcionamento do organismo foi tema da palestra on-line "Melhore sua alimentação e melhore sua vida", promovida na tarde desta terça-feira (22) pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Piracicaba, ministrada pelo naturopata e especialista em saúde natural Marcos Vinícius Vasconcelos.

De acordo com o palestrante, a "naturopatia é uma prática integrativa e complementar, incentivada e disponibilizada pelo SUS, onde o naturopata atua como um educador em saúde, como um facilitador para o trabalho de médicos, nutricionistas e demais profissionais da área de saúde".

Segundo Vasconcelos, antes mesmo de se pensar na nutrição do corpo, é preciso nutrir a mente. Para tanto, o cultivo de ideias e pensamentos positivos, capazes de desencadear a adoção de novos hábitos, do autocuidado e da autopercepção, devem ser priorizados por aqueles que buscam uma vida mais saudável. "Fome na alma, nenhuma comida acalma", diz o naturopata.

SOBREPESO E OBESIDADE - Para ele, a necessidade de melhores hábitos alimentares pela população de forma geral pode ser notada a partir de uma simples observação nas ruas. "Eu atuo nessa área há cerca de 30 anos e, de lá para cá, o número de pessoas obesas não diminuiu, só aumentou. Desde 1970, as tecnologias de combate à obesidade aumentaram. Temos mais medicamentos, mais suplementos, mais equipamentos e mais ciência envolvida. Porém, o número de pessoas obesas aumenta cada vez mais", diz.

O sobrepeso e a obesidade, de acordo com o naturopata, podem ser sintomas do consumo elevado de produtos alimentícios, processados, em detrimento de alimentos em sua forma natural, além de outros hábitos não saudáveis, como a diminuição da prática de atividades físicas, que podem igualmente contribuir para o surgimento de problemas médicos, como diabetes, hipertensão, níveis elevados de colesterol e dores no corpo.

"Nosso colegas médicos e nutricionistas observam isso em seus consultórios e atendimentos, pessoas reclamando cada vez mais dos diversos problemas de saúde causados pela má alimentação. Precisamos fazer dos nossos alimentos os nossos remédios", defende.

Ele reforça, no entanto, que o ganho demasiado de peso corporal é um processo gradativo, resultado de acúmulos diários que, muitas vezes, não são prontamente percebidos.

"Ninguém deita num dia magro e levanta no outro dia acima do peso. Esse aumento de peso vai surgindo aos poucos. Se você aumentar 50 gramas por semana, isso não representa quase nada. Talvez seu celular pese mais que isso. Você não ficará cansado ou estressado por conta desses 50 gramas. Mas vamos multiplicar por 4 semanas e serão duzentos gramas. Ainda assim a roupa serve e a vida segue. Mas, se multiplicar por 12 meses, já chegamos a 2,4 quilos e talvez aquela roupa já não sirva mais e possa haver algum comprometimento na saúde. E se multiplicarmos por 10 anos? Teremos 24 quilos...", exemplifica.

EPIGENÉTICA - De acordo com Marcos Vinícius Vasconcelos, a constituição genética dos indivíduos deve ser analisada em conjunto com os fatores ambientais que os impactam, entre eles a alimentação.

"Muitas pessoas acham que tem problemas de saúde, pois as pessoas da família têm esses problemas. Hoje, nós sabemos que não é apenas a genética, é a epigenética, o meio ambiente. Você pode ter duas pessoas da mesma família que "saíram da mesma fábrica", uma com hábitos saudáveis e outra que não. Aquele que tem hábitos nocivos à saúde, ele pode disparas os gatilhos dos problemas de saúde. Você pode ter dois irmãos, um com todos os problemas de saúde predominantes na família e o outro não em função dos hábitos alimentares. Então, você não é refém da sua genética, você muitas vezes é refém dos seus hábitos alimentares e do seu estilo de vida. Muitas vezes a família adoece junto pois a doença 'está no prato', diz.

Divulgação

Marcos Vinícius Vasconcelos é naturopata, especialista em Saúde Natural, Terapia Ortomolecular, Fitoterapia e Gestão de Práticas Integrativas e Complementares

SONO REPARADOR E HIDRATAÇÃO - Além da alimentação saudável, com alimentos naturais, não processados, o sono é também apontado pelo naturopata como fundamental para o correto funcionamento do organismo: "o sono reparador é importante para que você recupere o seu organismo. Você precisa aprender a dormir no escuro total, que é fundamental para a liberação da melatonina, que vai ajudar na qualidade do sono, vai aumentar o hormônio do crescimento e vai liberar hormônios do emagrecimento. Se você não dorme no escuro total, você começa a ter vontade de comer mais carboidratos, mais massas à noite, o que faz com que haja uma tendência de aumento de gordura na região abdominal".

Para tanto, além de impedir a entrada de luzes pela janela, é igualmente importante, de acordo com o palestrante, que seja evitado o uso de aparelhos eletrônicos antes de dormir, como celulares, por exemplo, que também são fontes de luz. Ainda de acordo com o naturopata, a diminuição do consumo de carboidratos à noite, como pães, biscoitos, arroz, bolos e outros, também contribui para uma melhora sono.

Outro hábito que igualmente favorece a boa saúde do organismo e que pode auxiliar no processo de emagrecimento e na diminuição de inflamações e dores no corpo, de acordo com o palestrante, é a correta ingestão de água: "precisamos aumentar a ingestão de água de uma forma inteligente. Você deve tomar ao menos 30 ml de água por quilo de peso".

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

AVISO DE LICITAÇÃO

COLETA DE PREÇOS Nº 006/2024

A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Agência das Bacias PCJ torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta, por meio de seleção de propostas na modalidade de Coleta de Preços do tipo menor preço, a contratação de empresa para prestação de serviços visando a elaboração do Relatório Institucional da Agência das Bacias PCJ - 2024, por meio das diretrizes da Global Reporting Initiative - GRI Standard, subordinando-se às disposições da Resolução ANA nº 122/2019. Os envelopes com a documentação e as propostas deverão ser entregues na sede da Agência das Bacias PCJ, localizada à Rua Alfredo Guedes, nº 1949, sala 604, Edifício Rácz Center, Bairro Higienópolis, CEP 13.416-901, Piracicaba, SP, até às 09h00 do dia 15 de maio de 2024. O início da abertura dos envelopes será às 09h30 do dia 15 de maio de 2024 na Sala 803, situada à Rua Alfredo Guedes, nº 1949, Edifício Rácz Center, Bairro Higienópolis, CEP 13.416-901, Piracicaba, SP. O Ato convocatório completo encontra-se à disposição na sede da Fundação Agência das Bacias PCJ, na Rua Alfredo Guedes, 1949, Edifício Rácz Center, sala 604, Higienópolis, Piracicaba, SP, no site www.agencia.baciaspcj.org.br e no site www.comitespcj.org.br. Eduardo Massuh Cury - Presidente da Comissão de Licitações. Sergio Razera - Diretor-Presidente.

Igor Rodrigues

Juliano Borges, coordenador da Juventude

Divulgação

Legenda: Silvia Melo, CEO do Conexidades

EVENTO

7º Conexidades impulsiona dos jovens participação na política

Nesta edição, o evento vai reconhecer, em parceria com a Coordenadoria de Políticas para a Juventude, programas municipais voltados a esse público

A 7ª edição do Conexidades, que vai acontecer de 4 a 8 de junho em São Sebastião, Litoral Norte, vai contar com uma novidade que pretende estimular a presença dos jovens na política. Em parceria com a Coordenadoria de Políticas para a Juventude, integrada à Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, o evento será palco da entrega do primeiro Certificado Câmara Parceira da Juventude.

Essa é uma ação que visa reconhecer programas municipais para jovens, de forma que estes se preparem para se envolver de forma mais qualificada nas discussões das políticas públicas de juventude nos municípios.

A iniciativa reforça ainda que cada vereador ou vereadora é uma liderança e, sem dúvida, um exemplo e referência para jovens em seus municípios. Segundo o coordenador da Juventude, Juliano Borges, aproximar o legislativo local da juventude e trazê-los para somar com ideias e propostas de melhoria para cidade é canalizar esse potencial que há nos jovens em prol dos próprios jovens. "A participação desses adolescentes e jovens que de alguma forma exercem uma certa liderança em suas cidades em eventos como o Conexidades é importante para conhecer novas realidades e potencializar em seus municípios novas ideias".

Borges ressalta ainda que a inserção da agenda da governança e gestão de políticas públicas de juventude nos municípios no evento ganha importância em virtude da credibilidade e do alcance que tem o evento.

"Tanto o Governo do Estado, através da Coordenadoria da Juventude, órgão vinculado à Secretaria de Justiça e Cidadania, e a Uvesp, juntas, reconhecem a importância dos legislativos na formação cidadã e estímulo à participação social e política. E isso tem um desdobramento muito forte na ponta com mais Câmaras Municipais propiciando esse espaço aos jovens. Soma-se a isso o fato que, diante das inúmeras demandas juvenis nos municípios, é importante envolver todos e fazer esse diálogo para buscar respostas e soluções para melhor a qualidade de vida dos nossos jovens", explica.

Já a CEO do Conexidades, Silvia Melo, afirma que "a introdução do Certificado Câmara Parceira da Juventude é um passo vital para estimular o envolvimento juvenil em processos políticos significativos. Estamos extremamente animados com a entrega deste certificado nesta edição. Acreditamos firmemente que este reconhecimento não apenas valoriza os esforços dos municípios em engajar os jovens na política, mas também serve como um catalisador para novas políticas públicas que atendam às necessidades dos jovens. Esperamos que esta novidade inspire mais câmaras municipais a implementarem programas similares, fortalecendo assim o tecido social e político de nossas comunidades".

A entrega do Certificado Câmara Parceira da Juventude ocorrerá, em cerimônia solene, no dia 6 de junho de 2024 (quinta-feira), às 18h.

O Conexidades chega a sua sétima edição com um histórico de público e painéis de sucesso. O encontro de agentes públicos e privados, neste ano, tem como tema central a "Eficiência e Inovação para transformar cidades". Realizado pela Multiplicidades em parceria estratégica com a Uvesp – União dos Vereadores do Estado de São Paulo — está de volta ao Litoral Norte de São Paulo e vai ocorrer no Complexo Turístico Rua da Praia, em um amplo espaço que será montado na Avenida Dr. Altino Arantes.

A programação completa deve ser divulgada em breve. Mais informações e inscrições gratuitas em: conexidades.com.br

Rubens Cardia

Paulo Campos conferiu o novo asfalto de ruas como a Virgílio da Silva Fagundes

SANTA TERESINHA

Vereador vê saldo positivo com recapeamento em vias

O recapeamento das principais vias de tráfego do distrito de Santa Teresinha foi bem recebido por moradores, conforme constatado pelo vereador Paulo Campos (Podemos) em visita à região nesta segunda-feira (22). Ele destacou que o investimento feito pela Prefeitura na malha viária de diversos bairros ocorre após pacote milionário de recursos aprovado pela Câmara.

As vias em Santa Teresinha estão contempladas no segundo de quatro lotes de recapeamento, o qual abrange cerca de 78 quilômetros e mais de 50 pontos pela cidade, com investimento total de R$ 63,7 milhões. A depender do caso e segundo informações da Prefeitura, os serviços englobam preparação do solo e adequações no sistema de drenagem; fresagem, com a remoção da superfície antiga; tratamento do pavimento, com a retirada de borrachudos; e, por fim, aplicação da nova massa asfáltica.

Para o microempresário Silvio Gonçalo dos Santos, que havia falado da demanda ao vereador, o serviço executado pela Prefeitura trouxe melhorias "para a população em geral". "Fiz esse pedido pelo recapeamento há dois anos ao Paulo Campos e ele levou ao prefeito, que viu a necessidade do serviço para a melhoria dessas vias. Foi feito o recapeamento e ficou uma beleza, pois os carros trepidavam muito com as oscilações. Também foram feitas novas sinalizações nas lombadas e pinturas de solo", resumiu.

"O asfalto estava bem precário, com muitos buracos. Havia muitas ondulações, com risco de acidentes. E agora deram uma finalizada muito boa, o recapeamento ficou 'show de bola'. O bairro inteiro gostou. A obra foi bem rápida, facilitaram bastante o fluxo de veículos e não teve nenhuma obstrução demorada. Gostei", opinou o caldeireiro Widimarcos Santos.

Paulo Campos atestou o resultado da nova pavimentação nas ruas Virgílio da Silva Fagundes, recapeada em toda a sua extensão, e Nossa Senhora do Carmo, no trecho entre a Virgílio e a rodovia Geraldo de Barros (SP-304). Ele enfatizou que as ruas recapeadas são "vias de acesso importantes", inclusive para outros bairros da região.

"Aprovamos recentemente na Câmara um projeto de lei do Executivo que autorizou um pacote de investimentos em pavimentação para essa e outras regiões da cidade. Acertamos na aprovação, porque é aquilo que a população tanto clama: 'Pagamos nossos impostos, mas temos que ter a contrapartida'. E a contrapartida chegou, por meio do recapeamento que vai atender a população de Santa Teresinha", afirmou o parlamentar.

O vereador disse ter defendido o recapeamento das vias em conversas com a Secretaria Municipal de Obras e Zeladoria. "Essas vias realmente necessitavam dessa manutenção, algo que não ocorria há mais de 20 anos. Fizemos gestão de modo informal com o Executivo, que entendeu que de fato essas vias deveriam ser contempladas nesse pacote."

"Quando vemos uma obra concluída como essa, naturalmente você vê o resultado daquilo que faz e aprova na Câmara, e quem ganha com isso é a população. Então fico muito feliz com o resultado dessa obra e agradeço à administração, que teve a sensibilidade de reconhecer que essa região necessitava do recapeamento", completou o vereador.

CLJR

Cia de Dança, adicional e IPTU Verde recebem pareceres contrários

Três projetos de iniciativa parlamentar receberam pareceres contrários da CLJR (Comissão de Legislação, Justiça e Redação), em reunião realizada nesta quarta-feira (24) entre os vereadores Acácio Godoy (Avante), presidente da comissão, Thiago Ribeiro (PRD), relator e Paulo Camolesi (PSB), membro.

Nos três casos, os membros da comissão seguiram as notas técnicas elaboradas pela Procuradoria Legislativa, que apontaram inconstitucionalidade e ilegalidade nas matérias. O projeto de lei nº 57/2024, de autoria do vereador Pedro Kawai (PSDB), cria a Companhia Permanente de Dança no município. A nota técnica traz que, na iniciativa, houve intromissão no plano das atribuições privativas do Poder Executivo, uma vez que impõe obrigações e consequentes despesas à administração e ainda institui uma bolsa bailarino municipal no valor de R$1.300,00.

Fabrice Desmonts

CLJR realizou mais uma reunião nesta quarta-feira (24)

Já o PL 60/2024, de autoria do vereador Gustavo Pompeo (Avante), determina o pagamento de adicional de periculosidade para os trabalhadores do Semae (Serviço Municipal de Água e Esgoto) que usam motocicletas. No entanto, de acordo com a nota técnica, é de competência exclusiva do prefeito as medidas de alteração na remuneração dos servidores públicos municipais.

Por sua vez, o PL 65/2024, de autoria da vereadora Sílvia Morales (PV), do Mandato Coletivo A Cidade é Sua, cria o programa IPTU Verde, com o objetivo de conceder redução de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) para os imóveis que possuem iniciativas ambientais, como sistemas de captação de água da chuva, reuso de água, captação de energia solar/fotovoltaica e construção com materiais sustentáveis. O parecer contrário sustenta que a propositura não está acompanhada de estimativa de impacto orçamentário, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

"Algumas vezes, o vereador utiliza essa ferramenta para trazer o assunto ao debate", avaliou o presidente da CLJR, Acácio Godoy. "Não é raro, mesmo que a lei esteja partindo da Câmara e infrinja as regras constitucionais dos papeis do Poder Executivo e Legislativo, muitas vezes o vereador negocia politicamente e o Poder Executivo acaba implementando aquele programa. Mas na técnica, somos obrigados a dar parecer contrário por serem de competência exclusiva do Poder Executivo".

Os pareceres serão levados a Plenário para votação. Se forem acatados, os projetos serão arquivados. Se os pareceres forem rejeitados, os projetos seguirão em tramitação pelas demais comissões da Câmara até serem encaminhados ao Plenário para votação do mérito.

SEDE DO LEGISLATIVO – Na reunião desta quarta-feira (24), a CLJR ainda emitiu parecer favorável conjunto com as demais comissões da Casa em relação ao PL 69/2024, de autoria do Poder Executivo, que outorga cessão de uso do edifício "Prudente de Moraes", prédio anexo "Guerino Trevisan" e estacionamento para o Poder Legislativo. Os imóveis já são ocupados atualmente pela Câmara, mas, conforme apontamento do Tribunal de Contas, faltava a transferência de posse, situação que será regularizada com o projeto. A matéria tramita em regime urgência na Casa.

A CLJR também emitiu pareceres favoráveis a quatro projetos de decreto legislativo que concedem honrarias, três projetos de lei de iniciativa parlamentar e ao projeto de resolução nº 3/2024, de autoria da Mesa Diretora da Casa, que denomina de Carlos Gomes da Silva – Capitão Gomes, a Sala de Reuniões da Presidência, na sede do Poder Legislativo. Cinco moções também foram consideradas aptas.

TELAS PIRACICABA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. torna público que recebeu da SIMAP – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente, a Licença de Operação - Renovação nº 2024 – 025564, para a atividade de fabricação de esquadrias de metal, localizada a Avenida Nove de Julho, nº 546, bairro Jaragua, Piracicaba/SP.

DEDINI S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

CNPJ: 54.360.912/0001-01

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equival. de caixa	9	23	24	62	71
Contas a rec. de clientes	10	69	-	429	191
Estoques	11	54	54	54	54
Impostos a recuperar	12	1	1	747	715
Despesas antecipadas		-	-	2	1
Outros créditos	14	-	104	371	444
Total do ativo circulante		**147**	**183**	**1.665**	**1.476**
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras		-	-	643	1.244
Mútuo financeiro	13	18.171	16.742	125.697	118.123
Impostos a recuperar	12	-	-	353	346
Depósitos judiciais	15	3	2	139	124
Outros créditos	14	6.024	6.025	89.257	89.257
		24.198	22.769	216.089	209.094
Investimentos	17	1.064	1.096	430	430
Propr. para invest.	18 e 19	10.157	10.160	147.152	148.070
Imobilizado	20	-	-	64.827	74.774
Intangível	21	112	112	178	178
		11.333	11.368	212.587	223.452
Total do ativo não circulante		**35.531**	**34.137**	**428.676**	**432.546**
Total do ativo		**35.678**	**34.320**	**430.341**	**434.022**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Emprést. e financiam.	22	-	-	610	648
Fornecedores	23	10	8	415	684
Adiantamentos de clientes		13	13	270	287
Imp. e contrib. a recolher	24	44.017	43.591	227.517	225.800
Parcelamento de impostos	25	111	110	309.569	307.580
Outros parcelam. de imp.	26	-	-	11.536	11.031
Salários e férias a pagar		37	35	664	474
Outras contas a pagar		2.827	2.578	2.888	2.635
Total do passivo circulante		**47.015**	**46.335**	**553.469**	**549.139**
Não circulante					
Empréstimos e financiam.	22	-	-	-	610
Fornecedores	23	430	502	755	880
Parcelamento de impostos	25	767	768	48.822	50.775
Outros parcelam. de imp.	26	-	-	3.149	3.675
Mútuo financeiro	13	25.153	19.357	337.124	298.320
Prov. para perdas com invest. em controladas	17	547.357	512.331	-	-
Provisão	27	-	-	11.999	11.796
Passivos fiscais diferidos	16	1.618	1.619	69.213	72.667
Outras contas a pagar		7.240	9.807	7.240	9.807
Total do passivo não circ.		**582.565**	**544.384**	**478.302**	**448.530**
Patrimônio líquido	28				
Capital social		60.888	60.888	60.888	60.888
Reservas de capital		22	22	22	22
Reservas de reavaliação		83.309	83.586	83.309	83.586
Ajuste de avaliação patrimonial		126.048	132.292	126.048	132.292
Prejuízos acumulados		(864.169)	(833.187)	(864.169)	(833.187)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**(593.902)**	**(556.399)**	**(593.902)**	**(556.399)**
Participação de não controladores		-	-	**(7.528)**	**(7.248)**
Total do patrimônio líquido		**(593.902)**	**(556.399)**	**(601.430)**	**(563.647)**
Total do passivo		**629.580**	**590.719**	**1.031.771**	**997.669**
Total do pas. e do patrim. líq.		**35.678**	**34.320**	**430.341**	**434.022**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**60.888**	**22**	**83.969**	**140.908**	**(789.039)**	**(503.252)**	**(6.871)**	**(510.123)**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(383)	-	383	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(8.616)	8.616	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	(53.147)	(53.147)	(377)	(53.524)
Saldos em 31 de dez. de 2022	**60.888**	**22**	**83.586**	**132.292**	**(833.187)**	**(556.399)**	**(7.248)**	**(563.647)**
Saldos em 1º de jan. de 2023	**60.888**	**22**	**83.586**	**132.292**	**(833.187)**	**(556.399)**	**(7.248)**	**(563.647)**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(277)	-	277	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(6.244)	6.244	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	(37.503)	(37.503)	(280)	(37.783)
Saldos em 31 de dez. de 2023	**60.888**	**22**	**83.309**	**126.048**	**(864.169)**	**(593.902)**	**(7.528)**	**(601.430)**

Demonstrações do resultado abrangente (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado do exercício	(37.503)	(53.147)	(37.783)	(53.524)
Resultado abrangente total	(37.503)	(53.147)	(37.783)	(53.524)

Demonstração de resultados (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita	29	-	-	5.656	5.374
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30	-	-	(12.869)	(14.319)
Prejuízo bruto		-	-	**(7.213)**	**(8.945)**
Despesas de vendas	30	-	-	(19)	(22)
Despesas administrativas	30	(389)	(398)	(1.571)	(3.169)
Outras (desp.) operac. líq.	31	(465)	(13.113)	(469)	(16.052)
Res. da equival. patrimonial	17	(32)	11	-	-
Prov. para perdas de invest.	17	(35.026)	(36.467)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financ. líquidas e impostos		**(35.912)**	**(49.967)**	**(9.272)**	**(28.188)**
Receitas financeiras	32	1.493	1.285	9.525	8.767
Despesas financeiras	33	(3.085)	(5.122)	(41.490)	(38.858)
Financeiras líquidas		**(1.592)**	**(3.837)**	**(31.965)**	**(30.091)**
Res. antes dos impostos		**(37.504)**	**(53.804)**	**(41.237)**	**(58.279)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	-	-	-	(3)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	1	657	3.454	4.758
		1	657	3.454	4.755
Resultado do exercício		**(37.503)**	**(53.147)**	**(37.783)**	**(53.524)**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(37.503)	(53.147)	(37.503)	(53.147)
Acionistas não controladores		-	-	(280)	(377)
Resultado do exercício		**(37.503)**	**(53.147)**	**(37.783)**	**(53.524)**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(37.503)	(53.147)	(37.783)	(53.524)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	3	3	10.865	10.996
Baixa líquida do ativo imob. e intang.	-	-	(6)	1.900
Baixa de investim. não realizáveis	-	-	-	12
Prov. para créd. de liquidação duvid.	(28)	(151)	(486)	(154)
Resultado da equival. patrimonial	32	(11)	-	-
Provisão para perdas de invest.	35.026	36.467	-	-
Despesas financeiras líquidas	1.719	3.835	31.893	30.059
Imp. de renda e contrib. soc. corr.	-	-	-	3
Imp. de renda e contrib. social dif.	(1)	(657)	(3.454)	(4.758)
Constituição de prov. para conting.	-	-	203	203
Caixa prov. das ativid. operacionais	**(752)**	**(13.661)**	**1.232**	**(15.263)**
(Aumento) e redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	(42)	151	247	80
Estoques	-	-	-	306
Impostos a recuperar	-	-	(39)	432
Mútuos financeiros	3.069	(1.178)	(199)	(2.224)
Outros ativos	39	18	122	1.781
Aumento e (redução) nos passivos				
Fornecedores	(425)	(168)	(749)	(855)
Imp. e contrib. a recolher e parc.	426	312	1.687	1.351
Salários e férias a pagar	2	11	190	122
Adiantamento de clientes	-	(50)	(17)	(33)
Outras contas a pagar	(2.318)	12.192	(2.314)	12.024
Imp. de renda e cont. soc. correntes	-	-	-	(3)
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) ativid. operacionais	**(1)**	**(2.373)**	**160**	**(2.282)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Resgate de (aplicação em) aplicações financeiras	-	-	601	508
Venda de ativo imobilizado	-	2.375	6	2.540
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**-**	**2.375**	**607**	**3.048**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Financiamentos bancários pagos	-	-	(776)	(777)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**-**	**-**	**(776)**	**(777)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**2**	**(9)**	**(11)**
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	24	22	71	82
No fim do exercício	23	24	62	71
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**2**	**(9)**	**(11)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

A Dedini S.A. Administração e Participações ("DDN" ou "Companhia") tem como objetivo social a participação, na qualidade de sócia acionista ou cotista, em qualquer empresa nacional ou estrangeira, a venda de bens imóveis próprios, a compra de imóveis de terceiros e revenda, inclusive a realização de loteamento, sem exercer qualquer atividade relacionada com corretagem de imóveis. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a operação da Companhia concentrava-se exclusivamente na participação nas empresas controladas descritas na nota explicativa nº 2. Portanto, para fins deste relatório, a referência ao termo "Companhia" significa a DDN e suas controladas diretas e indiretas, em conjunto, exceto se especificado de outra forma. Parte significativa das operações da Companhia decorre das operações da sua controlada Dedini S.A. Equipamentos e Sistemas ("DES"). Como as operações da "DES" se concentram no arrendamento de ativos, na cobrança de "royalties" e na cessão de ativos intangíveis de sua propriedade para a companhia relacionada "DIB", a "DDN" depende do êxito das medidas incluídas no plano de recuperação financeira e operacional, principalmente da sua parte relacionada Dedini S.A. Indústrias de Base ("DIB"), para a continuidade de suas operações. O plano da "DIB" inclui dentre outras medidas, a recuperação financeira com captação de recursos através de empréstimos, principalmente visando à manutenção do capital de giro, a equalização dos impostos vencidos bem como, redução das dívidas e alongamento dos prazos de pagamento, permitindo, desta forma, que a Companhia possa voltar a crescer de forma sustentável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a DIB apresentou receitas líquidas no montante de R$ 886.391 (R$ 789.674 em 31/12/2022), observando-se, portanto, um aumento relevante das receitas equivalente a 12% em relação ao exercício anterior, sendo gerado lucro no exercício correspondente a R$ 12.294. Se constatou também que a Companhia implementou os pagamentos consignados no Plano de Recuperação Judicial, além dos relativos às obrigações correntes. Por outro lado, a administração está implementando esforços no sentido de, conforme permissiva legal utilizar os prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro em créditos passivos para abatimento da dívida consolidada dos impostos federais, cujos efeitos serão refletidos nos exercícios subsequentes. Em decorrência dos fatos descritos, corroborado principalmente pelo significativo aumento das receitas, aliados aos demais mencionados, se configuram minimizados os efeitos relacionados às incertezas quanto à continuidade operacional da Companhia.

Recuperação judicial

Em 15 de fevereiro de 2017, a Companhia e sua controlada "DES - Dedini S/A Equipamentos e Sistemas", obtiveram a homologação de seu Processo de Recuperação Judicial, na 2ª Vara Cível de Piracicaba-SP, dando continuidade ao Plano de Recuperação Judicial, ora aprovado na Assembléia Geral dos Credores no ano de 2016. Com isso reduziram em até 50% as dívidas existentes junto aos Credores homologados no Plano de Recuperação. Além disto, até 31 de dezembro de 2023 as Companhias já haviam liquidado cerca de 99% dos saldos trabalhistas em aberto, em conformidade ao regimento da Recuperação Judicial, bem como aprovação do Juiz responsável pelo acompanhamento da recuperação. Em junho de 2021 as Companhias, conforme definição do Meritíssimo Juiz responsável pela Recuperação Judicial, deixaram de ser fiscalizadas mensalmente pela sua "AJ - Administradora Judicial" em função de estarem cumprindo regularmente, até esse momento, as diretrizes definidas pelo Plano de Recuperação Judicial.

2 - Entidades incluídas na consolidação

As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

	Participação - % 2023	Participação - % 2022	Objeto social principal
Participação direta:			
Dedini S.A. Equipamentos e Sistemas ("DES")	97,24	97,24	a. Cessão de ativos intangíveis de sua propriedade, através da cobrança de "royalties"; b) arrendamento de imóveis, máquinas e equipamentos industriais para a coligada Dedini S.A. Indústrias de Base; e c) industrialização e comercialização de bens de capital, elaboração e execução de projetos e "engineering".
Dedini Service Projetos, Construções e Mont. Ltda. ("DSE")	99,98	99,98	Prestação de serviços de montagem e manutenções industriais, elaboração de projetos e construção civil.
Dedini Refratários Ltda. ("DRE")	99,96	99,96	Fabricação e comércio de produtos cerâmicos, refratários e prestação de serviços.
Comercial Paraisolândia Ltda. ("CPL")	73,02	73,02	Venda de bens imóveis próprios, compra de imóveis de terceiros e revenda, inclusive realização de loteamento, sem exercer atividade de corretagem de imóveis.

A consolidação foi feita de forma integral para todas as controladas diretas e indiretas, por haver influência significativa na administração das controladas, com destaque da participação dos demais cotistas.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação: **(a)** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas. **(b)** Quando significativos, eliminação dos lucros contidos nos estoques decorrentes de operações entre as companhias. **(c)** Eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das companhias controladas. **(d)** Eliminação dos saldos de receitas, custos e despesas decorrentes de negócios entre as companhias. **(e)** Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas. Os principais grupos de contas que compõem os balanços patrimoniais e o resultado das operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 das controladas diretas com maior representatividade no Consolidado são demonstrados a seguir:

	Dedini S/A Equipamentos e Sistemas ("DES") 2023	2022	Dedini Service Projetos, Construções e Montagens Ltda. ("DSE") 2023	2022	Dedini Refratários Ltda. ("DRE") 2023	2022
Ativo:						
Circulante	1.056	1.021	53	51	397	205
Não circulante	390.832	395.729	-	-	6.881	6.735
Total do ativo	391.888	396.750	53	51	7.278	6.940
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	448.552	444.774	22.572	22.551	35.328	35.477
Não circulante	224.062	223.015	141.433	125.131	82.392	72.618
Patrimônio líquido	(280.726)	(271.039)	(163.952)	(147.631)	(110.442)	(101.155)
Total do passivo e do patrimônio líquido	391.888	396.750	53	51	7.278	6.940
Receita	5.656	5.366	-	-	-	8
Lucro ou (Prejuízo bruto)	(6.999)	(8.481)	-	-	(214)	(464)
Resultado antes dos impostos	(13.137)	(17.853)	(16.321)	(13.964)	(9.290)	(9.132)
Resultado do exercício	(9.687)	(13.761)	(16.321)	(13.964)	(9.287)	(9.123)

3 - Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 5 de abril de 2024.

4 - Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 - Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 20 - Ativo imobilizado;
- Nota nº 27 - Provisões; e
- Nota explicativa nº 16 - Ativos e passivos ficais diferidos

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. A avaliação é revisada regulamente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivativo de preços).

6 - Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

7 - Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com transação. As demonstrações financeiras consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de empresas coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Companhia, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma empresa investida por equivalência patrimonial exceder a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da empresa investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

(ii) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora. Nas demonstrações financeiras da Controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros disponíveis para a venda e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos da Companhia e suas controladas em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Instrumentos patrimoniais que não tenham preço de mercado cotado em mercado ativo e cujo valor justo não possa ser confiavelmente medido devem ser medidos pelo custo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, mútuo financeiro e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamentos de clientes, mútuo financeiro e outras contas a pagar.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Propriedades para investimento e imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e propriedade para investimentos são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A Companhia optou por reavaliar os ativos da propriedade para investimento pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo da propriedade para investimento tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Embora tenha ocorrido a adoção do valor justo como custo atribuído e consequentemente aumento da despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Companhia não alterará as políticas de dividendos.

(ii) Reclassificação para imobilizado

Quando o uso da propriedade muda de investimento para ocupada pelo proprietário, a propriedade é transferida para o imobilizado, sem mudança da forma de mensuração.

(iii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. A vida útil para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

Edificações	20-49 anos
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1-20 anos
Benfeitorias em propried, de terceiros e outras imobilizações	2-25 anos
Móveis e utensílios	2-25 anos
Veículos	2-10 anos
Equipamentos de informática	1-17 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. A vida útil e o valor residual do ativo imobilizado da Companhia foram revisados em 31 de dezembro de 2023 e não foram encontradas quaisquer alterações. As máquinas e os equipamentos, edificações e os móveis, de propriedade da controlada direta "DES", são alugados para a "DIB". Em 31 de dezembro de 2023, as receitas de aluguel dos ativos mencionados totalizaram o montante de R$ 1.800, os quais são acordados através de aditivo contratual, não incidindo atualização monetária sobre estas receitas. Referido aluguel não transfere a propriedade para investimento para "DIB" e compreende bens que podem ser utilizados por terceiros, à opção dos proprietários, ao final do contrato, se este não for renovado.

d. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

e. Ativos arrendados (leasing)

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos nos balanços patrimoniais da Companhia.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não - derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço patrimonial para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia e suas controladas não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou **Unidades Geradoras de Caixa - UGCs.**

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j. Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(i) Venda de bens

No caso das vendas de bens, a receita operacional no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de produtos a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue ao cliente.

(ii) Receita de royalties

A receita de royalties decorre da utilização de ativos intangíveis de propriedade da Companhia para a parte relacionada "DIB", calculada com base em percentual de faturamento dos equipamentos que se utilizaram destes ativos intangíveis por parte desta parte relacionada e é reconhecida no resultado no momento do faturamento por esta parte relacionada.

(iii) Receita de aluguéis

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Atualização de saldos com empresas relacionadas;
- Outras receitas financeiras;
- Despesa de atualização de saldos com empresas relacionadas;
- Juros e multa sobre impostos, encargos e outros;
- Juros sobre financiamentos; e
- Outras despesas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15%, (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda), e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

8 - Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

"Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;

- Contas a receber e outros recebíveis, mútuo financeiro, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia - o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação; e

- Empréstimos e financiamentos - Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

9 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos conta movimento	23	24	62	71
	23	24	62	71

A Companhia e suas controladas consideram como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa e banco de curto prazo, bem como aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez

10 - Contas a receber de clientes

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
No país (i)	1.050	1.271
	1.050	1.271
Menos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(621)	(1.080)
	429	191

A compos. dos saldos por idade de vencim. pode ser assim apresentada:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Valores a vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 365 dias	-	-
Acima de 365 dias	1.050	1.271
	1.050	1.271

(i) A provisão para crédito de liquidação duvidosa é reconhecida a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, tendo como base uma análise dos títulos vencidos e a vencer por cliente e a expectativa de perda considerando: a) a capacidade financeira de cada cliente em honrar tais obrigações; b) garantias prestadas por tais clientes; e c) possibilidade de renegociações e acordos realizados com tais clientes.

11 - Estoques

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lotes para venda	54	54	54	54
	54	54	54	54

12 - Impostos a recuperar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante				
ICMS sobre aquisição de insumos	1	1	481	459
IPI	-	-	184	184
PIS e COFINS	-	-	11	6
Imposto de renda e contribuição social	-	-	71	66
	1	1	747	715
Ativo não circulante				
INSS - Pedido de Restituição (a)	-	-	200	200
Imposto de renda e contrib. social (b)	-	-	153	146
	-	-	353	346
Total do circulante e não circulante	1	1	1.100	1.061

(a) O saldo registrado nessa rubrica, no Consolidado, é representado pelas retenções de impostos - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS -, efetuadas pelos clientes sobre as notas fiscais de prestação de serviços emitidas pela controlada DRE. No exercício de 2020 a companhia solicitou a restituição dos valores junto ao INSS, do saldo apresentado no ativo não circulante.

(b) O saldo registrado nesta rubrica refere-se basicamente a retenção de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores, o qual, a companhia e sua controlada (Dedini Service), solicitaram restituição à Secretaria da Receita Federal, para evitar a sua prescrição e estão no aguardo do deferimento, ou não, por parte da mesma.

13 - Partes relacionadas

a. Composição dos saldos

	Controladora 2023 Ativo não circul.	2023 Passivo não circul.	2022 Ativo não circul.	2022 Passivo não circul.
Oper. com empr. relacion.	18.171	25.153	16.742	19.357

	Consolidado 2023 Ativo não circul.	2023 Passivo não circul.	2022 Ativo não circul.	2022 Passivo não circul.
Operações com empresas relacionadas	125.697	337.124	118.123	298.320

b. Operações com empresas relacionadas

Controladora	2023 Ativo não circul.	2023 Passivo não circul.	2022 Ativo não circul.	2022 Passivo não circul.
Controladora:				
Doado S.A. Participações	8.806	-	8.288	-
Controladas:				
Dedini S.A. Equip. e Sistemas	107	-	107	-
Dedini Refratários Ltda.	447	-	395	-
	554	-	502	-
Relacionadas:				
Dedini S.A. Indústrias de Base (i)	-	25.153	-	19.357
DDP Participações S.A.	156	-	137	-
Codismon Metalúrgica Ltda.	1.388	-	1.228	-
Codistil do Nordeste Ltda.	3.775	-	3.339	-
Denel Dedini Ener. e Equip. Ltda	687	-	608	-
Nidar Participações Ltda.	1.518	-	1.429	-
AD Participações Ltda.	1.287	-	1.211	-
	8.811	25.153	7.952	19.357
Total	18.171	25.153	16.742	19.357

Consolidado	2023 Ativo não circul.	2023 Passivo não circul.	2022 Ativo não circul.	2022 Passivo não circul.
Controladora:				
Doado S.A. Participações (ii)	66.449	-	62.581	-
Empresas relacionadas:				
DDP Participações S/A	170	-	149	-
Dedini S.A. Indústrias de Base (i)	-	334.246	-	295.773
Codismon Metalúrgica Ltda.	571	-	506	-
Codistil do Nordeste Ltda.	-	2.878	-	2.547
Denel Dedini Ener. e Equip. Ltda	2.563	-	2.196	-
Nidar Participações Ltda. (ii)	27.364	-	25.773	-
AD Participações Ltda. (ii)	28.580	-	26.918	-
	59.248	337.124	55.542	298.320
Total	125.697	337.124	118.123	298.320

Os saldos a receber e a pagar entre as empresas relacionadas estão classificados de acordo com a expectativa de recebimento e liquidação da Administração da Companhia. Os principais saldos e operações entre as partes relacionadas têm as seguintes natureza e condições:

(i) Dedini S.A. Indústrias de Base: decorrente de adiantamento para compensação com saldo de Royalties a pagar e aluguéis de equipamentos, que vem sendo atualizado com juros que variam entre TJLP e 100% da CDI. Tal saldo vem sendo realizado com os seguintes valores: a) "royalties" advindos da utilização de ativos intangíveis de propriedade da DES. A remuneração acordada entre as partes foi calculada com base na aplicação do percentual de 0,5%, conforme contrato firmado e o cálculo é sobre a receita operacional líquida mensal da DIB. O referido contrato é de caráter não exclusivo e por tempo indeterminado; e b) aluguel de máquinas e os equipamentos, edificações e móveis, são alugados para a Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, as receitas de aluguel das propriedades mencionadas totalizaram o montante de R$ 1.800 (R$ 1.800 em 2022). O referido aluguel não transfere a propriedade dos ativos para a Companhia e compreende bens que podem ser utilizados por terceiros, à opção dos proprietários, ao final do contrato, se este não for renovado;

(ii) AD Participações Ltda., Doado S.A. Participações e Nidar Participações Ltda.: refere-se à cessão de créditos pela controlada Dedini International Trading, os saldos vem sendo atualizados pela TR + juros de 1% a.m.

c. Principais transações que afetaram o resultado

Os principais saldos que influenciaram os resultados dos exercícios em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas empresas relacionadas, conforme demonstrado a seguir:

Transações do Consolidado	2023 Vendas	2023 Receitas de aluguéis	2023 Compras	2023 Receitas de Royalties	2023 Receitas (despesas) Financeiras	2022 Vendas	2022 Receitas aluguéis	2022 Compras	2022 Receitas de Royalties	2022 Receitas (despesas) Financeiras
Controladora:										
Dedini S.A. Equip. e Sist. X Doado S.A. Partic.	-	-	-	-	3.316	-	-	-	-	3.124
Comercial Paraisolândia Ltda X Doado S.A. Particip.	-	-	-	-	33	-	-	-	-	31
Dedini S.A. Adm. e Partic. X Doado S.A. Participações	-	-	-	-	518	-	-	-	-	488
Total Controladora	-	-	-	-	3.867	-	-	-	-	3.643
Empresas relacionadas:										
Dedini S.A. Administr. e Partic. X Dedini S.A. Ind. de Base	-	-	-	-	(2.726)	-	-	-	-	(2.080)
Dedini S.A. Equip. e Sistemas X Dedini S.A. Ind. de Base	-	1.800	-	4.432	(10.918)	-	1.800	-	3.948	(10.274)
Dedini S.A. Equip. e Sist. X Codistil do Nordeste Ltda	-	-	-	-	(182)	-	-	-	-	(153)
Dedini Service Proj. Constr. Montag. Ltda. X Dedini S.A. Indústrias de Base	-	-	-	-	(16.281)	-	-	-	-	(13.777)
Dedini Refratários Ltda. X Dedini S.A. Indústrias de Base	-	75	-	-	(8.656)	3	-	-	-	(7.229)
Dedini Refratários Ltda. X Codistil do Nordeste Ltda	-	-	-	-	(586)	-	-	-	-	(495)
Dedini Refratários Ltda X Codismon Metalúrgica Ltda	-	-	-	-	(94)	-	-	-	-	(79)
Dedini Refratários Ltda X DDP Participações S/A	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Dedini Refrat. Ltda X Denel Dedini Energia Equip. Ltda	-	-	-	-	288	-	-	-	-	243
Com. Paraisolândia Ltda. X Dedini S.A. Indústrias de Base	-	-	-	-	(87)	-	-	-	-	(72)
Comercial Paraisolândia Ltda X AD Participações Ltda	-	-	-	-	14	-	-	-	-	13
Com. Paraisolândia Ltda X Nidar Participações Ltda	-	-	-	-	13	-	-	-	-	12
Dedini S.A. Adm e Partic. X Denel Dedini Ene. Equip. Ltda	-	-	-	-	79	-	-	-	-	67
Dedini S.A. Adm. e Participaões X DDP Participações S/A	-	-	-	-	18	-	-	-	-	14
Dedini S.A. Adm. e Partic. X Codistil do Nordeste Ltda	-	-	-	-	435	-	-	-	-	368
Dedini S.A. Adm. e Partic. X Codismon Metalurgica Ltda	-	-	-	-	160	-	-	-	-	135
Dedini S.A. Adm. e Partic. X AD Participações Ltda.	-	-	-	-	76	-	-	-	-	71
Dedini S.A. Adm. e Partic. X Nidar Participações Ltda.	-	-	-	-	89	-	-	-	-	84
Dedini S.A. Equip. e Sistemas X AD Participações Ltda.	-	-	-	-	1.572	-	-	-	-	1.480
Dedini S.A. Equip. e Sist. X Nidar Participações Ltda.	-	-	-	-	1.489	-	-	-	-	1.402
Total empresas relacionadas	-	1.875	-	4.432	(35.296)	3	1.800	-	3.948	(30.269)
Total	-	1.875	-	4.432	(31.429)	3	1.800	-	3.948	(26.626)

14 - Outros créditos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedores	-	104	371	444
Ativo não circulante				
Propriedades rurais (i)	-	-	83.578	83.578
Venda de part. acion. a receber (ii)	5.679	5.679	5.679	5.679
Outros valores a receber	345	346	-	-
	6.024	6.025	89.257	89.257
	6.024	6.129	89.628	89.701

(i) As propriedades rurais estão compostas por três fazendas adquiridas em 1999, acrescidas por reavaliação espontânea no montante de R$ 81.138, com base em laudo de avaliação fundamentado no potencial madeireiro das áreas. As fazendas fazem parte da Ação de Indenização por Desapropriação Indireta interposta pela controlada direta DES contra a União Federal, em trâmite perante a 4ª Vara Federal de Manaus - AM, processo nº 2004.32.00.004326-8, objetivando o recebimento de indenização em razão de o Decreto Federal nº 2.485/98 ter criado a Floresta Nacional de Humaitá, no Estado do Amazonas. Dentro da referida floresta encontram-se as Fazendas Mogno I, II e III, de propriedade da DES. Segundo conclusão do perito judicial, a desapropriação das Fazendas Mogno I, II e III foi procedida de forma ilegal, conferindo-se, por tal circunstância, a obrigatoriedade de indenização por parte da União Federal à DES. Em 2008 o laudo pericial do referido processo, no valor de R$ 94.607, foi aceito pelo perito judicial e atualmente está aguardando homologação pelo Juiz. A realização desse montante depende do desfecho favorável. Em 2012 o Juiz da Primeira Instância entendeu ter ocorrido a prescrição do direito à indenização. Em razão, o processo foi remetido para o TRF-1ª Região - Manaus- para decisão à respeito da ocorrência ou não do prazo prescricional. O Recurso de Apelação foi distribuído para a 3ª Turma do TRF-1ª Região, e, atualmente, encontra-se no aguardo de conclusão para relatório e voto, no Gabinete do Sr. Desembargador Federal, Mário Cesar Ribeiro e, portanto, ainda não houve julgamento conforme nossa última verificação em 14/02/2017. Em 23/11/2017 o Processo foi remetido para o gabinete do Juiz Federal Edison Moreira Grillo Junior, da 1ª Turma Recursal de Minas Gerais e até 28/02/2018 não houve definição alguma sobre o mesmo. Durante o exercício de 2018 o "processo" tramitou por diversas áreas e em 10/12/2018 estava no Gabinete do Desembargador DF Hilton Queiroz, para conclusão de relatório e voto. Até 10/04/2019, conforme verificação pela internet, não houve nenhuma definição sobre o assunto. Em 25/02/2020, em nova verificação ao processo, pela Internet, observamos que o mesmo foi redistribuído para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região-AM- e em março de 2024, após nova verificação pela internet, observamos que até 31 de dezembro de 2023 não houveram novas decisões.

(ii) Refere-se ao montante a receber, na Controladora DDN, relativo à venda da participação acionária ocorrida em 1998, o qual vem sendo cobrado judicialmente. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, é de opinião que esse valor será recuperado e, portanto, não constituiu provisão para perdas sobre a realização desse valor a receber.

15 - Depósitos judiciais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo não circulante				
Dep. judiciais - retenção clientes	3	2	139	124
	3	2	139	124

continua

FALECIMENTOS

SR. VALDEMIR LAUREANO faleceu anteontem, nesta cidade, contava 58 anos, filho do Sr. Jose Laureano e da Sra. Catarina Forti Laureano, já falecida, era casado com a Sra. Simone Adriana Trombim Silva Laureano; deixa os filhos: Paola Laureano, casada com o Sr. Henrique de Moraes Esteves; Vitoria Laureano; Isaque Laureano e Heitor Bartolomeu Mendes da Silva. Deixa netos, demais familiares e amigos. Seu sepultamento foi realizado ontem, tendo saído o féretro às 16h00 do Velório do Crematório Memorial Metropolitano de Piracicaba, sala "Esmeralda", para o Cemitério Municipal da Saudade. À família e amigos enlutados os sentimentos de pesar da Abil Grupo Unidas Funerais.

SRA. NILZA DE FATIMA RAMOS faleceu anteontem, nesta cidade, contava 58 anos, filha dos finados Sr. Joaquim Prudencio Ramos e da Sra. Julia de Souza Ramos, era viúva do Sr. João Mauro Soares Fernandes; deixa os filhos: Danilo Aparecido Ramos de Jesus, casado com a Sra. Amanda Raquel Ferreira de Jesus; Tiago Altair Ramos de Jesus, casado com a Sra. Sulycleia Oliveira Pereira Ramos; Jonatas Ramos Fernandes; Mauro Sergio Ramos Fernandes e Lucas Rafael Ramos Fernandes. Deixa netos, demais familiares e amigos. Seu sepultamento foi realizado ontem, tendo saído o féretro às 14h00 da sala "02" do Velório do Cemitério Municipal da Vila Rezende, para a referida necrópole. À família e amigos enlutados os sentimentos de pesar da Abil Grupo Unidas Funerais.

SRA. MARIA APARECIDA DOS SANTOS DE LIMA faleceu ontem, na cidade de Charqueada/SP, contava 67 anos, filha dos finados Sr. José Luiz dos Santos e da Sra. Maria dos Santos, era casada com o Sr. Mario Alves de Lima Filho; deixa os filhos: Rodrigo Alves de Lima e Aparecida Juliana Marissa, casada com o Sr. Marcos Hernesto Marissa. Deixa demais familiares e amigos. Seu sepultamento será realizado hoje, saindo o féretro às 09h00 do Velório do Cemitério Municipal da cidade de Charqueada/SP, para a referida necrópole. À família e amigos enlutados os sentimentos de pesar da Abil Grupo Unidas Funerais.

SRA. EDVIRGE SCOGNAMIGLIO faleceu ontem, na cidade de Rio das Pedras/SP, contava 82 anos, filha dos finados Sr. Vicente Scognamiglio e da Sra. Marcilia Galdino Scognamiglio. Deixa familiares e amigos. Seu sepultamento será realizado hoje, saindo o féretro às 15h00 do Velório Municipal de Santa Barbara D'Oeste/SP, para o Cemitério Campo da Ressurreição na cidade de Santa Barbara D'Oeste/SP. À família e amigos enlutados os sentimentos de pesar da Abil Grupo Unidas Funerais.

SR. ADEMIR LOPES DE CARVALHO faleceu ontem, na cidade de São Pedro/SP, contava 73 anos, filho dos finados Sr. Adriano Lopes de Carvalho e da Sra. Luzia Cação de Carvalho, era casado com a Sra. Sebastiana Elidia Dias de Carvalho; deixa os filhos: Ariovaldo Lopes de Carvalho; Alessandra Lopes de Carvalho, casada com o Sr. Henrique Ruiz e Amanda Lopes de Carvalho. Deixa demais familiares e amigos. Seu sepultamento será realizado hoje, saindo o féretro às 16h00 da sala "D" do Velório do Cemitério Parque da Ressurreição, para a referida necrópole. À família e amigos enlutados os sentimentos de pesar da Abil Grupo Unidas Funerais.

FALECIMENTOS

SRA. MARIA CRISTINA CALIL RODRIGUES DE MORAES faleceu anteontem na cidade de Piracicaba, aos 73 anos de idade e era casada com Dr. Rubens Rodrigues de Moraes Junior. Era filha do Sr. José Calil e da Sra. Maria Gerolamo Calil, falecidos. Deixa as filhas: Patricia Beozzo Rodrigues de Moraes casada com Miguel Maniero Neto, Amanda Calil Rodrigues de Moraes, Amalia Calil Rodrigues de Moraes. Deixa netos, demais parentes e amigos. O velório ocorreu ontem no Memorial Metropolitano de Piracicaba – Sala Safira das 08:00 as 14:45 horas, e as 15:00 horas houve a Cerimônia de Homenagens Póstumas no Salão Nobre no mesmo local. À família e amigos enlutados os sentimentos de pesar do Grupo Bom Jesus Funerais.

SR. AMAURI RODRIGUES faleceu ontem na cidade de Piracicaba, aos 66 anos de idade e era casado com a Sra. Angela Aparecida Benites Rodrigues. Era filho do Sr. João Rodrigues Netto e da Sra. Maria Caetano Rodrigues, falecidos. Deixa os filhos: Anderson Juliano Rodrigues, Alexandre Rogerio Rodrigues casado com Maria Lucia Alberoni e Andre Leandro Rodrigues. Deixa netos, demais parentes e amigos. O seu sepultamento deu-se ontem as 16:30 horas, saindo a urna mortuária do Velório no Parque da Ressurreição – Sala A, seguindo para o Cemitério Parque da Ressurreição. A família e amigos enlutados os sentimentos e pesar do Grupo Bom Jesus.

SR. MIGUEL JOSE DE OLIVEIRA faleceu ontem na cidade de Piracicaba, aos 72 anos de idade e era casado com a Sra. Ana Lucia Nicoletti. Era filho do Sr. Sudario José de Oliveira e da Sra. Benedita Geralda de Jesus, falecidos. Deixa os filhos: Adilson Ap. de Oliveira casado com Regina Maria Silva de Oliveira, Aline Ap. de Oliveira casada com Jonas Sabino da Silva, Antonio Donizete de Oliveira casado com Jane de Oliveira. Deixa netos, demais parentes e amigos. O seu sepultamento dar-se-a hoje as 09:00 horas, saindo a urna mortuária do Velório Municipal da Vila Rezende – Sala 01, seguindo para o Cemitério Municipal da Vila Rezende. A família e amigos enlutados os sentimentos e pesar do Grupo Bom Jesus.

SR. MARCIO HENRIQUE BAPTISTA faleceu anteontem na cidade de Piracicaba, aos 44 anos de idade. Era filho do Sr. José Luiz Grava Baptista e da Sra. Eunice Aparecida Frasseto Baptista. Deixa a filha: Isabella Valerio Baptista. Deixa o irmão Matheus Vinicius Baptista, demais parentes e amigos. O seu sepultamento deu-se ontem as 17:00 horas, saindo a urna mortuária do Velório da Saudade – Sala 06, seguindo para o Cemitério da Saudade. A família e amigos enlutados os sentimentos e pesar do Grupo Bom Jesus.

DR. JOÃO CARLOS JAPUR SACHS faleceu ontem na cidade de Piracicaba, aos 79 anos de idade e era casado com a Sra. Marilda Helena de Mello Sachs. Era filho do Sr. Carlos Sachs e da Sra. Josefina Japur Sachs, falecidos. Deixa os filhos: João Mauricio de Mello Sachs casado com Raquel Caruso Sachs, Roberto de Mello Sachs casado com Viviane Furlan Sachs, Luís Gustavo de Mello Sachs. Deixa 03 netos, demais parentes e amigos. O seu sepultamento dar-se-a hoje as 16:30 hs saindo a urna mortuaria do Velório "A" do Cemiterio Parque da Ressurreição seguindo para o Cemiterio Parque da Ressurreição. À família e amigos enlutados os sentimentos de pesar do Grupo Bom Jesus Funerais.

SRA. DILCE MARIA MERLOTI faleceu ontem na cidade de Piracicaba, aos 70 anos de idade e era casada com o Sr. Antonio Ernesto Merloti. Era filha do Sr. Possidonio Sabino Alves e da Sra. Maria Silveria Domingues Alves, falecidos. Deixa os filhos: Jose Luiz Merloti Neto casado com Eliane Ribeiro Albuquerque Merloti, Carlos Alberto Merloti. Deixa demais parentes e amigos. O Velorio ocorrerá hoje na Sala Diamante no Memorial Metropolitano de Piracicaba a partir das 07:30hs até as 15:45hs, em seguida haverá a Cerimônia de homenagens póstumas no Salão Nobre também no mesmo local. À família e amigos enlutados os sentimentos de pesar do Grupo Bom Jesus Funerais.

continuação

16 - Ativos e Passivos fiscais correntes e diferidos

a. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados	50.217	47.746	699.651	668.373
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Total	50.217	47.746	699.651	668.373
Benefício fiscal não regist. (34%)	17.074	16.234	237.881	227.247

As diferenças temporárias dedutíveis, os prejuízos fiscais e as bases negativas acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

b. Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos reconhecidos

Até 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos tributários sobre os seguintes valores base:

Controladora

	Saldo em 31/12/2021	Reconhec. no result.	Saldo em 31/12/2022	Reconhec. no result.	Saldo em 31/12/2023
Passivo não circulante					
Propriedade p/ investimento - custo atribuído	(3.858)	657	(3.201)	1	(3.200)
Prejuízos fiscais do imposto de renda	1.164	-	1.164	-	1.164
Base negativa da contribuição social	418	-	418	-	418
	(2.276)	657	(1.619)	1	(1.618)

Consolidado

	Saldo em 31/12/2021	Reconhec. no result.	Saldo em 31/12/2022	Reconhec. no result.	Saldo em 31/12/2023
Passivo não circulante					
Imobilizado - custo atribuído	(128)	-	(128)	128	-
Propriedade para investimento - custo atribuído	(74.520)	4.546	(69.974)	3.178	(66.796)
Propriedade para investimento - reavaliações	(2.516)	212	(2.304)	148	(2.156)
Difer. temporárias	(1.843)	-	(1.843)	-	(1.843)
Prejuízos fiscais do imposto de renda	1.164	-	1.164	-	1.164
Base negativa da contribuição social	418	-	418	-	418
	(77.425)	4.758	(72.667)	3.454	(69.213)

A Companhia, na medida em que existam diferenças temporárias tributáveis suficientes para compensação futura dos créditos fiscais não utilizados, reconheceu o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e adições temporárias.

A conciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado antes dos impostos	(37.504)	(53.804)	(41.237)	(58.279)
Alíquota efetiva - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
	12.751	18.293	14.021	19.815
Reconciliação para taxa efetiva:				
Diferenças temporárias:	10	51	166	52
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial / provisão para perdas em investimentos	(11.920)	(12.395)	-	-
Outras diferenças permanentes	-	(117)	(99)	(235)
	(11.920)	(12.512)	(99)	(235)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrado sobre prejuízo fiscal e base negativa	(840)	(5.175)	(10.634)	(14.880)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	-	-	-	3
	(840)	(5.175)	(10.634)	(14.877)
Subtotal	(12.750)	(17.636)	(10.567)	(15.060)
Total	1	657	3.454	4.755
Imposto de renda e contribuição social	1	657	3.454	4.755
Correntes	-	-	-	(3)
Diferidos	1	657	3.454	4.758

17 - Investimentos e provisão para perda com investimentos em controladas

a. Composição dos saldos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Investimentos:				
Particip. em empresas controladas	634	666	-	-
Outros investimentos	2.149	2.149	2.149	2.149
	2.783	2.815	2.149	2.149
Provisão para desvalorização de outros investimentos	(1.719)	(1.719)	(1.719)	(1.719)
Investimentos	1.064	1.096	430	430
Provisão para perdas em investimentos em Controladas	547.357	512.331	-	-

b. Movimentação dos saldos em empresas controladas

	Saldo em 31/12/2022	Resultado Equiv. Patrim.	Saldo em 31/12/2023
Dedini S.A. Equip. e Sistemas	(263.565)	(9.420)	(272.985)
Dedini Refratários Ltda.	(101.145)	(9.286)	(110.431)
Dedini Service Projetos, Construções e Montagens Ltda.	(147.621)	(16.320)	(163.941)
Comercial Paraisolândia Ltda.	666	(32)	634
Investimento	666	(32)	634
Prov. para perdas em invest.	(512.331)	(35.026)	(547.357)
	(511.665)	(35.058)	(546.723)

	Saldo em 31/12/2021	Resultado Equiv. Patrim.	Saldo em 31/12/2022
Dedini S.A. Equip. e Sistemas	(250.183)	(13.382)	(263.565)
Dedini Refratários Ltda.	(92.023)	(9.122)	(101.145)
Dedini Service Projetos, Construções e Montagens Ltda.	(133.658)	(13.963)	(147.621)
Comercial Paraisolândia Ltda.	655	11	666
Investimento	655	11	666
Prov. para perdas em invest.	(475.864)	(36.467)	(512.331)
	(475.209)	(36.456)	(511.665)

c. Informações das investidas

	Dedini S.A. Equipamentos e Sistemas 2023	Dedini S.A. Equipamentos e Sistemas 2022	Dedini Refratários Ltda 2023	Dedini Refratários Ltda 2022	Dedini Service Proj. Const. e Mont. Ltda 2023	Dedini Service Proj. Const. e Mont. Ltda 2022	Comercial Paraisolandia Ltda 2023	Comercial Paraisolandia Ltda 2022
Capital social	143.310	143.310	10.538	10.538	652	652	5.593	5.593
Quantidade de ações ou cotas possuídas (em milhares):								
Ordinárias	5.353	5.353	-	-	-	-	-	-
Cotas	-	-	10.538	10.538	652	652	5.593	5.593
Patrimônio líquido	(280.726)	(271.039)	(110.442)	(101.155)	(163.952)	(147.631)	869	912
Participação no capital social	97,24%	97,24%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	73,03%	73,03%
Valor do invest. (provisão para perdas)	(272.985)	(263.565)	(110.431)	(101.145)	(163.941)	(147.621)	634	666
Resultado do exercício	(9.687)	(13.761)	(9.287)	(9.123)	(16.321)	(13.964)	(43)	15
Resultado de equivalência patrimonial e provisão para perdas em investimentos	(9.420)	(13.382)	(9.286)	(9.122)	(16.320)	(13.963)	(32)	11

Os valores de ativos e passivos, circulantes e não circulantes, das investidas Dedini S.A Equipamentos e Sistemas, Dedini Service Projetos, Construções e Montagens Ltda. e Dedini Refratários Ltda. estão apresentados na nota explicativa nº 2.

18 - Propriedades para investimento (Controladora)

a. Custo

2023

	Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Edificações	51	-	-	51
Terrenos	10.153	-	-	10.153
Outras imobilizações	662	-	-	662
	10.866	-	-	10.866

2022

	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Edificações	51	-	-	51
Terrenos	12.528	-	(2.375)	10.153
Outras imobilizações	662	-	-	662
	13.241	-	(2.375)	10.866

b. Depreciação

2023

	Saldo em 31/12/2022	Depreciação	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Edificações	(46)	(3)	-	(49)
Outras imobilizações	(660)	-	-	(660)
	(706)	(3)	-	(709)

2022

	Saldo em 31/12/2021	Depreciação	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Edificações	(43)	(3)	-	(46)
Outras imobilizações	(660)	-	-	(660)
	(703)	(3)	-	(706)

c. Valor contábil líquido

	2023 Custo	2023 Deprec.	2023 Líquido	2022 Custo	2022 Deprec.	2022 Líquido
Edificações	51	(49)	2	51	(46)	5
Terrenos	10.153	-	10.153	10.153	-	10.153
Outras imobilizações	662	(660)	2	662	(660)	2
	10.866	(709)	10.157	10.866	(706)	10.160

19 - Propriedades para investimento (Consolidado)

a. Custo

2023

	Saldo em 31/12/2022	Aquis.	Baixas	Transf.	Transf. custo atribuído	Saldo em 31/12/2023
Edificações	56.424	-	-	-	-	56.424
Terrenos	104.821	-	-	-	-	104.821
	161.245	-	-	-	-	161.245

2022

	Saldo em 31/12/2021	Aquis.	Baixas	Transf.	Transf. custo atribuído	Saldo em 31/12/2022
Edificações	56.424	-	-	-	-	56.424
Terrenos	107.196	-	(2.375)	-	-	104.821
	163.620	-	(2.375)	-	-	161.245

b. Depreciação

2023

	Saldo em 31/12/2022	Deprec.	Baixas	Transf.	Transf. custo atribuído	Saldo em 31/12/2023
Edificações	(13.175)	(918)	-	-	-	(14.093)
	(13.175)	(918)	-	-	-	(14.093)

2022

	Saldo em 31/12/20	Deprec.	Baixas	Transf.	Transf. custo atribuído	Saldo em 31/12/2022
Edificações	(12.257)	(918)	-	-	-	(13.175)
	(12.257)	(918)	-	-	-	(13.175)

c. Valor contábil líquido

	2023 Custo	2023 Deprec.	2023 Líquido	2022 Custo	2022 Deprec.	2022 Líquido
Edificações	56.424	(14.093)	42.331	56.424	(13.175)	43.249
Terrenos	104.821	-	104.821	104.821	-	104.821
	161.245	(14.093)	147.152	161.245	(13.175)	148.070

As máquinas e os equipamentos, assim como parte das edificações e dos móveis, são alugados pela DES para a DIB. Em 31 de dezembro de 2023 as receitas de aluguel totalizaram o montante de R$ 1.800 e (R$ 1.800 em 2022).O referido aluguel não transfere a propriedade dos ativos para a "DIB" e compreende bens que podem ser utilizados por terceiros, à opção dos proprietários, ao final do contrato, se este não for renovado, conforme nota explicativa nº 13.

20 - Imobilizado (Consolidado)

a. Custo

2023

	Saldo em 31/12/2022	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Edificações	2.993	-	-	-	2.993
Máquinas, equip. e instalações indust.	260.090	-	(440)	-	259.650
Benfeitorias em propried. de terceiros e outras imobil.	13.516	-	-	-	13.516
Móveis e utensílios	4.557	-	-	-	4.557
Veículos	1.631	-	(38)	-	1.593
Equip. de informática	1.212	-	-	-	1.212
Imobil. em andamento	-	-	-	-	-
Terrenos	818	-	-	-	818
	284.817	-	(478)	-	284.339

2022

	Saldo em 31/12/2021	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Edificações	2.993	-	-	-	2.993
Máquinas, equipam. e instal. indust.	266.535	-	(6.445)	-	260.090
Benfeitorias em prop. de terceiros e outras imobilizações	13.516	-	-	-	13.516
Móveis e utensílios	4.557	-	-	-	4.557
Veículos	1.716	-	(85)	-	1.631
Equip. de informática	1.212	-	-	-	1.212
Imob. em andamento	-	-	-	-	-
Terrenos	818	-	-	-	818
	291.347	-	(6.530)	-	284.817

b. Depreciação

2023

	Saldo em 31/12/2022	Deprec.	Baixas	Transf.	Transf. Custo atribuído	Saldo em 31/12/2023
Edificações	(937)	(92)	-	-	(495)	(1.524)
Máquinas, equipam. e instalações industriais	(189.155)	(9.803)	440	(4)	495	(198.027)
Benfeitorias em propriedades de terceiros e outras imobil.	(12.584)	(43)	-	-	-	(12.627)
Móveis e utensílios	(4.525)	(6)	-	-	-	(4.531)
Veículos	(1.631)	-	38	-	-	(1.593)
Equipam. de inform.	(1.211)	-	-	1	-	(1.210)
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	-	-
	(210.043)	(9.944)	478	(3)	-	(219.512)

2022

	Saldo em 31/12/2021	Deprec.	Baixas	Transf.	Transf. Custo atribuído	Saldo em 31/12/2022
Edificações	(822)	(115)	-	-	-	(937)
Máquinas, equipam. e instalações indust.	(183.623)	(9.912)	4.380	-	-	(189.155)
Benfeitorias em propr. de terceiros e outras imobil.	(12.541)	(43)	-	-	-	(12.584)
Móveis e utensílios	(4.518)	(7)	-	-	-	(4.525)
Veículos	(1.716)	-	85	-	-	(1.631)
Equipam. de inf.	(1.210)	(1)	-	-	-	(1.211)
Imobilizações em and.	-	-	-	-	-	-
	(204.430)	(10.078)	4.465	-	-	(210.043)

c. Valor contábil líquido

	2023 Custo	2023 Deprec.	2023 Líquido	2022 Custo	2022 Deprec.	2022 Líquido
Edificações	2.993	(1.524)	1.469	2.993	(937)	2.056
Máquinas, equipamentos e instalações indust.	259.650	(198.027)	61.623	260.090	(189.155)	70.935
Benfeitorias em propriedades de terceiros e outras imobil.	13.516	(12.627)	889	13.516	(12.584)	932
Móveis e utensílios	4.557	(4.531)	26	4.557	(4.525)	32
Veículos	1.593	(1.593)	-	1.631	(1.631)	-
Equipamentos de inform.	1.212	(1.210)	2	1.212	(1.211)	1
Imobilizações em andam.	-	-	-	-	-	-
Terrenos	818	-	818	818	-	818
	284.339	(219.512)	64.827	284.817	(210.043)	74.774

As máquinas e os equipamentos, assim como parte das edificações e dos móveis, são alugados pela DES para a DIB. Em 31 de dezembro de 2023 as receitas de aluguel totalizaram o montante de R$ 1.800 e (R$ 1.800 em 2022). O referido aluguel não transfere a propriedade dos ativos para a DIB e compreende bens que podem ser utilizados por terceiros, à opção dos proprietários, ao final do contrato, se este não for renovado, conforme nota explicativa nº 13.

21 - Intangível

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Gastos de implantação de sistema de processamento de dados e licença de uso de software	56	56	449	449
Gastos com desenvolvimento de software e outros	112	112	2.945	2.945
Amortização acumulada	(56)	(56)	(3.216)	(3.216)
	112	112	178	178

22 - Empréstimos e financiamentos (a)

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Modalidade:	Moeda	Indexador/ Taxa	Garantias	Vencimento final	Consolidado 2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo
CCB	R$	1,10 % a.m.	(a)(b)	Outubro de 2024	648	648	1.425	1.425
(-) Custo de transação a apropriar					(38)	(38)	(167)	(167)
Total					610	610	1.258	1.258
Passivo Circulante					610	610	648	648
Passivo não Circulante					-	-	610	610

(a) Em outubro de 2020 a controlada "DES" firmou um empréstimo bancário na modalidade "CCB" junto ao Banco Daycoval S/A no montante de R$ 2.162 (dois milhões, cento e sessenta e dois mil reais). Esse empréstimo está garantido por uma aplicação financeira, aplicação esta efetuada no mesmo banco, com prazo de resgate para outubro de 2024.
(b) O saldo da aplicação financeira em 31/12/2023 é de R$ 643 (Seiscentos e quarenta três mil reais) e a mesma poderá ser resgatada assim que a "DES" cumprir todas as obrigações inerentes à quitação do empréstimo bancário junto ao Banco Daycoval.

23 - Fornecedores (a)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores vencidos	2	6	199	518
Fornecedores a vencer	438	504	971	1.046
	440	510	1.170	1.564
Passivo circulante	10	8	415	684
Passivo não circulante	430	502	755	880

(a) Com a homologação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas diretas "DES" e "DRE", os valores devidos a fornecedores, inclusos no referido Plano, sofreram deságio de 50% com prazo total de onze anos para quitação.

24 - Impostos e contribuições a recolher

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Impostos e contribuições a vencer	18	15	189	170
Impostos e contribuições em atraso: (a)				
COFINS (b)	1.131	1.131	20.083	19.475
PIS (b)	176	176	4.133	4.130
FNDE (c)	-	-	15.224	15.224
IRRF (d)	-	-	4.804	4.804
IRPJ (e)	28.791	28.791	32.489	32.489
CSLL (e)	10.395	10.395	11.727	11.727
INSS (f)	118	118	19.059	19.050
IPI (g)	-	-	7.908	7.900
IPTU	3.388	2.965	9.761	8.689
ICMS (h)	-	-	99.108	99.108
Outros	-	-	3.032	3.034
	43.999	43.576	227.328	225.630
	44.017	43.591	227.517	225.800

(a) O saldo é atualizado por juros e multas conforme determina a legislação vigente sem a aplicação dos encargos legais sobre os débitos em fase de execução, nos termos do Decreto Lei 1.025/69. Conforme descrito na nota explicativa nº35, a Companhia firmou acordo com a procuradoria para renegociação dos passivos tributários federais. O deságios concedidos, bem como compensações permitidas com prejuízos fiscais e o saldo atualizado do passivo fiscais será reconhecido em 2024. (b) Referem-se a débitos do Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), das mais diversas competências intermitentes dentro do período de janeiro de 2009 a dezembro de 2023, da controlada "DES" e também da controlada "DRE".
(c) O saldo apresentado para FNDE está registrado no passivo circulante da controlada "DES", apurado sobre a competência de agosto de 2008 a janeiro de 2020, atualizado mensalmente pela Selic. (d) O saldo de IRRF refere-se a valor contabilizado no passivo circulante da controlada "DES", o qual a Administração da Companhia está pleiteando junto a Receita Federal do Brasil, a quitação, através de penhora de bens de sua propriedade. (e) O saldo refere-se a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) apurados sobre o lucro tributável, conforme segue: a) na controladora "DDN", referente ao exercício de 2012, no montante de R$ 25.540; b) na controlada "DES", referentes ao exercício de 2009 e janeiro de 2010, no montante de R$ 14.849, os quais foram parcelados em 2010 através da Lei 10.522/2002 e posteriormente rompido em setembro de 2011, a Companhia foi executada pela Justiça Federal através das Execuções Fiscais nºs 23652820114036109 (CDA 80610062844-30/CSLL e CDA 80210030884-52/IRPJ) e 51529320124036109 (CDA 80212000784-09/IRPJ e CDA 80612002013-07/CSLL), nas quais apresentou defesas por entender serem indevidas as cobranças do IRPJ e CSLL com base em estimativas, defesas estas que se encontram aguardando decisão judicial. Em dezembro de 2016, através do rendimento auferido com o Leilão do prédio da Mecânica Pesada, a Secretaria da Receita Federal amortizou parte destes impostos sendo, R$ 8.197 de IRPJ e R$ 2.986 de CSLL, referente a controlada direta "DES". (f) Valor referente recomposição do artigo 3º da lei 11.941/2009, débito este não aceito pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na consolidação do Refis IV. A Companhia questiona judicialmente a sua exclusão, por meio do mandato de Segurança nº 0005780-19.2011-403.6109, na medida em que o ato praticado pela Procuradoria da Fazenda Nacional ocorreu, prematuramente, de forma incompatível com a legislação do REFIS, reconhecido com base da opinião dos seus assessores externos, que consideram provável o risco de perda de tal medida judicial. (g) O saldo apresentado refere-se a IPI vencido na controlada "DRE", de várias competências entre setembro de 2010 a novembro de 2022 e da controlada "DES" das competências de setembro, outubro e dezembro/2020. (h) Refere-se a débitos do ICMS das competências de janeiro de 1983 a julho de 2000, anteriormente parcelados em 120 meses, conforme Decreto nº 51.960, publicado em julho de 2007, denominado "PPI do ICMS", o qual foi rompido em Novembro de 2011, recalculado e transferido da rubrica "Outros impostos parcelados" para o passivo circulante.

25 - Parcelamento de impostos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
REFIS IV(a) e REFIS V(b):				
INSS	-	-	234.367	234.372
SESI	-	-	12.371	12.370
SENAI	-	-	4.959	4.951
Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	878	878	107.754	107.721
REFIS V - Outros Débitos (b)	-	-	30	34
(-) Depósitos judiciais	-	-	(1.090)	(1.093)
	878	878	358.391	358.355
Passivo circulante	111	110	309.569	307.580
Passivo não circulante	767	768	48.822	50.775

(a) Em novembro de 2009 a Companhia e suas controladas "DES", "DRE", "DSE", optaram pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias e impostos federais, vencidos até novembro de 2008, através da adesão ao REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. A Companhia e suas controladas, cujas atividades estão voltadas à industrialização de equipamentos para o setor de bens de capital, à elaboração e a execução de projetos de engenharia, à prestação de serviços relacionados, bem como à sua comercialização no País e no exterior, foi inevitavelmente atingida pela forte crise que afetou esse setor nos anos de 2008 a 2013, o que acarretou diretamente na redução de novos negócios e, consequentemente, redução de seu faturamento. Por essa razão, a Companhia deixou de pagar em 2011, 2012 e 2013 algumas das prestações mensais das modalidades "PGFN - Art. 1º - Demais débitos", "PGFN - Art. 3º - Demais débitos" e "PGFN - Art. 3º - Débitos previdenciários" do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (REFIS IV), tendo sido, por tal motivo, excluídas do parcelamento. Atualmente permanece adimplente a controlada "DRE" quanto REFIS IV Previdenciário. Os Recursos Administrativos interpostos tempestivamente contra as decisões de exclusão foram indeferidos, razão pela qual a Companhia permanece atualmente excluída dessas modalidades de parcelamento.A Companhia vem buscando alternativas para regularizar os débitos, e vem buscando reduzir o valor em cobrança por meio de petições apresentadas administrativa e judicialmente, bem como suspender a sua cobrança enquanto não apreciados seus pleitos e/ou até que seja aprovado o novo parcelamento de débitos de tributos e contribuições federais. (b) Em novembro de 2014 a empresa controlada,"DRE" optou pelo parcelamento de seus "demais débitos" (IPI, PIS e COFINS), das competências mai/2009 e mar/2010, através da adesão ao "REFIS V", instituído pela Lei 12.996 de 18 de junho de 2014. Como a Companhia optou pelo parcelamento em 180 parcelas, foi beneficiada com redução de 60% sobre as multas isoladas e 25% sobre os juros de mora. Nos termos da legislação vigente, as Empresas tem a obrigação de permanecer adimplente com relação aos pagamentos das parcelas mensais do referido parcelamento, como condição essencial à sua manutenção. O não cumprimento dessa obrigação acarretará a exclusão e o cancelamento dos benefícios concedidos e também a exigência imediata dos débitos vencidos e a vencer, no seu valor original, com incidência dos acréscimos legais até a data da exclusão. A controlada Dedini Refratários está, em 31/12/2022, adimplente em relação a esse parcelamento.Não há exigência legal referente à garantias para concessão do referido parcelamento.

26 - Outros Parcelamentos de impostos

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo circulante:		
ICMS (a)	5.910	5.910
FGTS (b)	5.568	5.092
Acordo de Transação Tributária - PGFN (c)	58	29
	11.536	11.031
Passivo não circulante:		
ICMS (a)	291	291
FGTS (b)	2.624	3.101
Acordo de Transação Tributária - PGFN (c)	234	283
	3.149	3.675
Total do passivo circulante e não circulante	14.685	14.706

(a) O saldo refere-se basicamente ao parcelamento dos débitos do ICMS, da controlada "DRE", das competências de fevereiro a dezembro de 2011, exceto julho e; das competências de janeiro, fevereiro, abril e julho de 2012, conforme contrato nº 20066196-5, referente adesão ao PEP do ICMS, na data de 30 de agosto de 2013 em 120 meses, conforme determina o decreto lei nº 58.811 de 27 de dezembro de 2012,e as competências setembro de 2009 e, outubro, novembro e dezembro de 2013, conforme contrato nº 20084993-0, referente adesão ao PEP do ICMS, na data de 27 de junho de 2014. A atualização monetária era efetuada mensalmente com base na taxa SELIC mas os referidos parcelamento foram rompidos pela Fazenda Estadual de SP por causa de inadimplência da controlada. (b) Referem-se a parcelamento de débitos compreendidos entre o período de fevereiro de 1995 a janeiro de 2003 da controlada DES. Durante 2000 e 2003 foram efetuados os parcelamentos desses débitos para pagamento de 82 a 180 meses. Os débitos eram atualizados pela Taxa Referencial - TR - acrescidas de juros de 3% ao ano porém os referidos parcelamentos foram rompidos pela Caixa Econômica Federal face à inadimplência da controlada. Como parte do acordo firmado do Grupo e a União, os saldos em atraso do FTGS serão regularizados junto a Caixa Econômica Federal. A Companhia tem perspectiva de reguralização dos débitos ao longo de 2024. (c) A controlada "DES - Dedini S/A Equipamentos e Sistemas" fimou junto à PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em dezembro de 2021 e em agosto de 2022, Acordos de Transação Excepcional, da seguinte maneira: - I - modalidade Tributária Previdenciária - INSS, de nº 5556393, num montante de R$ 128, a ser quitado em 60 parcelas sendo a última a vencer em novembro de 2026. - II - modalidade Demais Débitos - Multa CLT, de nº 6796892, num montante de R$ 181, a ser quitado em 120 parcelas sendo a última a vencer em julho de 2032.

27 - Provisões (Consolidado)

	Trabalhistas/ Previdenciárias	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	11.796	-	11.796
Atualização das provisões (a)	-	203	-	203
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	11.999	-	11.999

A controlada direta "DES" é parte em processo nos quais a administração, suportada pelos seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis e assim mantem a provisão com o saldo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 11.999. A provisão é atualizada mensalmente conforme índice judiciário.

Contingências ativas não registradas

A Companhia possui diversas contingências ativas não registradas, conforme determinam as práticas contábeis aplicáveis, nas quais, figura como autora, sendo o principal valor decorrente de uma ação de cobrança de "royalties", movida pela controlada "DES" cujo processo se encontra em fase final, existindo sentença favorável à Companhia, a qual julgou procedente a ação, emitida pela 17ª vara cível da capital paulista. Atendendo solicitação do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), o Laudo Pericial Técnico foi refeito, sendo mantida a conclusão favorável à Companhia. O referido Laudo não foi alterado, permanecendo o valor de R$ 74.668 para 31 de dezembro de 2023 (R$ 74.668 em 2022)

28 - Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 60.888 (idêntico em 2022), representado por 490.599 ações ordinárias e 227.973 ações preferenciais, sem valor nominal (idêntico número em 2022).

b. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c. Reservas de reavaliação reflexa

Constituída em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado das controladas: "Dedini Refratários Ltda.", "Dedini S.A. Equipamentos e Sistemas" e "Comercial Paraisolândia Ltda.", deduzidos os respectivos imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

d. Ajuste de Avaliação Patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

29 - Receita líquida

Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas bruta e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Venda de produtos	-	196
Royalties	4.432	3.948
Aluguéis	1.800	1.800
Receita bruta	6.232	5.944
Menos:		
Impostos sobre vendas	(576)	(570)
Total da receita contábil	5.656	5.374

30 - Despesas operacionais por natureza

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Matéria prima consumida	-	-	-	(571)
Serviços prestados por terceiros	(5)	(2)	(578)	(442)
Salários e encargos sociais	(312)	(271)	(1.732)	(3.165)
Depreciação e amortização	(3)	(3)	(10.865)	(10.996)
Aluguéis	-	-	(993)	(1.821)
Outros gastos	(69)	(122)	(291)	(515)
	(389)	(398)	(14.459)	(17.510)
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:				
Custos dos prod. vendidos e serv. prest.	-	-	(12.869)	(14.319)
Despesas de vendas	-	-	(19)	(22)
Despesas administrativas	(389)	(398)	(1.571)	(3.169)
Líquido	(389)	(398)	(14.459)	(17.510)

31 - Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Outras despesas:				
ICMS e IPI sobre outras entradas e saídas	-	-	-	(29)
Impostos e taxas diversas	(529)	(407)	(671)	(525)
Custo na baixa de imobilizado	-	(2.375)	-	(4.440)
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(62)	(59)	(393)	(410)
Outras	-	(12.930)	(313)	(13.538)
	(591)	(15.771)	(1.377)	(18.942)
Outras receitas:				
Receita na venda de imobilizado	-	2.375	248	2.540
Reversão da Provisão Diversas	64	151	523	158
Outras	62	132	137	192
	126	2.658	908	2.890
Líquido	(465)	(13.113)	(469)	(16.052)

32 - Receitas financeiras

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Atualização de saldos com empresas relacionadas	1.428	1.271	9.320	8.567
Outras	65	14	205	200
	1.493	1.285	9.525	8.767

33 - Despesas financeiras

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Atualização de saldos com empresas relacionadas	(2.726)	(2.080)	(40.749)	(35.193)
Juros e multas sobre impostos, encargos e outros	(355)	(3.031)	(525)	(3.227)
Atualização monetária sobre contingências	-	-	(203)	(203)
Outras	(4)	(11)	(13)	(235)
	(3.085)	(5.122)	(41.490)	(38.858)

34 - Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

35 - Evento subsequente:

Em 28 de dezembro de 2022, a coligada DEDINI S/A INDÚSTRIAS DE BASE e todas as demais Empresas "DEDINI" , apresentaram para a Procuradoria da Fazenda Nacional, proposta de Transação Tributária Individual, contemplando a negociação de todo passivo fiscal federal das companhias. A referida proposta recebeu o número de requerimento 20220467544 (Protocolo: 3638152022) e passou a tramitar na Unidade da PGFN da Terceira Região.Desde então foram negociados com a PGFN os descontos que serão aplicados à cada uma das CDAs, as garantias adicionais aos bens que já se encontravam penhorados em ações de execução fiscal, a compensação de parte do saldo devedor mediante a utilização de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, a utilização de direitos creditórios em desfavor da União para fins de amortização ou liquidação de saldo devedor da dívida transacionada, entre outros detalhes. As negociações avançaram até que em 10 de outubro de 2023, através do DESPACHO SICAR 20220467544, a Procuradoria da Fazenda Nacional confirmou que aceitou a proposta de pagamento apresentada pelas Empresas "DEDINI" e, por este motivo, aliado ao ajuste das garantias exigidas, e na medida que a conclusão da negociação depende exclusivamente de atividade da PFN, foi deferido o pedido de suspensão de todas execuções fiscais que apresentam risco de penhora ou expropriação de bens. Desde então a minuta do acordo vem sendo debatida entre Contribuintes e a Procuradoria, até que os termos finais foram aprovados no mês de fevereiro de 2024 e aguarda-se, por fim, a assinatura definitiva do Acordo de Transação ainda no primeiro trimestre do ano de 2024.

Dedini S.A. - Administração e Participações e Controladas

Conselho de Administração:
Giuliano Dedini Ometto Duarte
Marcos Dedini Ricciardi
Marcia Farah de Toledo Dedini

Diretoria:
Giuliano Dedini Ometto Duarte - Diretor Presidente
Marcos Dedini Ricciardi - Diretor Vice-Presidente

Juracy Roberto Sarto - Contador - CT - CRC 1SP 185620/O-4

DDP PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

CNPJ: 01.642.462/001-75

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equival. de caixa	6	-	-	5.153	3.932
Aplicações financeiras	6	-	-	1.603	1.633
Contas a receber de clientes	7	-	-	207.409	185.515
Estoques	8	-	-	98.306	175.680
Impostos a recuperar	9	-	-	11.667	37.250
Despesas antecipadas		-	-	631	386
Outros créditos	10	-	-	137.372	137.097
Total do ativo circulante		-	-	**462.141**	**541.493**
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras	6	-	-	453	453
Mútuo financeiro	11	64.854	60.808	407.272	363.898
Impostos a recuperar	9	-	-	12.218	11.584
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	52.037	155.207
Depósitos judiciais	13	-	-	13.494	14.539
Outros créditos	10	1	-	87	87
		64.855	60.808	485.561	545.768
Investimentos	14	-	-	18	18
Propriedades para investimento		-	-	2.311	2.311
Imobilizado	15	-	-	355.178	354.590
Intangível	16	-	-	10.276	10.286
		-	-	367.783	367.205
Total do ativo não circulante		**64.855**	**60.808**	**853.344**	**912.973**
Total do Ativo		**64.855**	**60.808**	**1.315.485**	**1.454.466**

Passivo e patrim. líquido	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Emprést. e Financiamentos	17	-	-	21.325	28.838
Fornecedores	18	-	-	80.398	86.145
Adiantamentos de clientes	19	-	-	75.071	212.353
Imp. e contrib. a recolher	20	8.953	8.952	1.417.957	1.371.803
Imp. dif. sob. cont. de const.	21	-	-	46.278	43.714
Parcelamento de impostos	22	1.871	1.670	358.835	345.629
Outros parcelam. de imp.	23	24	20	35.541	30.256
Salários e férias a pagar		1.758	2.961	31.029	31.594
Outras contas a pagar	24	110	237	35.830	45.814
Total do passivo circulante		**12.716**	**13.840**	**2.102.264**	**2.196.146**
Não circulante					
Empr. e Financiamentos	17	-	-	109.038	112.578
Fornecedores	18	-	-	139.937	152.157
Parcelamento de impostos	22	1.058	1.258	99.635	112.850
Outros parcel. de impostos	23	62	71	42.007	47.273
Mútuo financeiro	11	169.463	151.466	-	-
Provisão para perdas com investim. em controladas	14	1.336.762	1.349.015	-	-
Passivos fiscais diferidos	12	-	-	77.669	80.293
Outras contas a pagar	24	-	-	200.141	208.011
Total do passivo não circ.		**1.507.345**	**1.501.810**	**668.427**	**713.162**
Patrimônio líquido	25				
Capital social		45.145	45.145	45.145	45.145
Reservas de reavaliação		17.665	18.095	17.665	18.095
Ajuste de avaliação patrimonial		131.259	135.888	131.259	135.888
Prejuízos acumulados		(1.649.275)	(1.653.970)	(1.649.275)	(1.653.970)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**(1.455.206)**	**(1.454.842)**	**(1.455.206)**	**(1.454.842)**
Total do patr. líquido		**(1.455.206)**	**(1.454.842)**	**(1.455.206)**	**(1.454.842)**
Total do passivo		**1.520.061**	**1.515.650**	**2.770.691**	**2.909.308**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**64.855**	**60.808**	**1.315.485**	**1.454.466**

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1- Contexto operacional

A DDP Participações S.A. ("DDP" ou "Companhia") tem como objeto social a venda de bens imóveis próprios, a compra de imóveis de terceiros e a revenda, inclusive a realização de loteamento, sem exercer qualquer atividade relacionada com corretagem de imóveis, e a participação na qualidade de sócia acionista ou cotista em qualquer empresa nacional ou estrangeira. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a operação da Companhia concentrava-se exclusivamente na participação em sociedades controladas descritas na nota explicativa nº 2. Portanto, para fins deste relatório, a referência ao termo "Companhia" significa a DDP e suas controladas diretas e indiretas, exceto se especificado de outra forma.

Como resultado do fato de que a operação da Companhia se concentra exclusivamente na participação em sociedades controladas, a Companhia depende do êxito das medidas incluídas no plano de recuperação financeira e operacional, principalmente da sua controlada Dedini S.A. Indústrias de Base ("DIB") para a continuidade das suas operações. No ano de 2023, o setor de Bens de Capital sofreu queda geral de 11,0% nas vendas em relação ao ano de 2022, conforme análise dos Indicadores Estruturais da ABIMAQ, apesar do destaque positivo para as exportações de máquinas que cresceram 14,6% em relação ao período de 2022. A expectativa para o setor, quanto ao exercício de 2024, é de queda de 2,4% nos investimentos, segundo os analistas da "ABIMAQ" pois a elevada taxa de juros praticada pelo mercado inibe os investimentos e reduz atividades produtivas em diversos setores da economia que automaticamente reduz os investimentos em máquinas e equipamentos. No mercado o qual a Dedini atua, a "ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis" vêm divulgando amplamente as regras e normas do RenovaBio - Política Nacional de Biocombustíveis -, para incentivo à produção de biocombustíveis no país. A Dedini, como líder do mercado sucroenergético e uma das maiores empresas de bens de capital do Brasil, a única da América Latina a construir usinas completas - as chamadas 'Greenfield' ou chave na mão - está pronta para atender as demandas que serão geradas pelo RenovaBio. A empresa dispõe de engenharias de produto e plantas, e fabricação próprias, compostas de mecânica e caldeiraria pesadas, e fundição, com laboratório de ensaios metalográficos, apoio técnico e laudo de avaliação. Tem um sistema com profissionais altamente especializados, para atendimento customizado às usinas e reconhecido no mercado, com assistência técnica, otimização e reposição - o RGD Programado, que já atende todo o Brasil e qualquer outra parte do mundo. Atualmente, a Companhia está em ampla escala na produção de plantas de Etanol de segunda geração, conhecidas como "E2G", que permite mais eficiência na produção de Etanol e utilização do bagaço da cana-de-açúcar como insumo. A biomassa que é extraída do processamento da cana e produção do etanol de primeira geração (1G) e açúcar. Sendo um biocombustível avançado, ele tem potencial para elevar em cerca de 50% a capacidade de produtiva da cana processada.

Recuperação Judicial

Em 15 de fevereiro de 2017, sua principal controlada DIB obteve a homologação de seu Processo de Recuperação Judicial, na 2ª Vara Cível de Piracicaba-SP, assim dando continuidade ao Plano de Recuperação Judicial, o qual já havia sido aprovado na Assembleia Geral dos Credores no ano de 2016. Com isso sua controlada DIB reduziu em até 50% as dívidas existentes juntos aos Credores homologados no Plano de Recuperação. Além disto, até 31 de dezembro de 2023 sua Controlada DIB já havia liquidado cerca de 99% dos saldos trabalhistas em aberto, em conformidade ao regimento da Recuperação Judicial, bem como aprovação do Juiz responsável. No mês de junho de 2021, em função do cumprimento até dezembro de 2020, das obrigações estipuladas no Plano de Recuperação Judicial, o Meritíssimo Juiz encarregado da "RJ" da Companhia e a "AJ - Administradora Judicial", a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, em conjunto, optaram para que a Empresa fosse retirada da atual Recuperação Judicial. Dessa maneira, a Companhia continuará a cumprir com todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial porém, sem mais ser acompanhada mensalmente pela Administradora Judicial. Até a data da elaboração destas Notas Explicativas, ou seja, 5 de abril de 2024, a Companhia vêm cumprindo com todas as obrigações pré definidas no referido Plano de Recuperação Judicial.

2-Entidades incluídas na consolidação

As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

	Participação - % 2023	Participação - % 2022	Objeto social principal
Participação direta:			
Dedini S.A. Indústrias de Base ("DIB")	100,00	100,00	Industrialização de equipamentos industriais, elaboração e execução de projetos de engenharia, prestação de serviços relacionados, bem como sua comercialização no País ou no exterior, e participação em outras sociedades como acionista ou cotista no Brasil ou no exterior.
Participação indireta através da participação na DIB:			
Codistil do Nordeste Ltda. ("Codistil")	99,99	99,99	Fabricação, montagem, reforma e comercialização de máquinas e equipamentos envolvendo mecânica e caldeiraria pesada em geral.
Codismon Metalúrgica Ltda. ("Codismon")	99,99	99,99	Industrialização e comercialização de produtos metalúrgicos, montagens industriais, projetos de engenharia e construção civil.
Denel - Dedini Energia e Equip.. Ltda. ("Denel")	99,99	99,99	Desenvolvimento e coordenação de projetos relativos a termoelétricas e hidroelétricas e para produtores independentes de energia elétrica. Atualmente, a Empresa encontra-se sem operação.
Dedini Automação de Proc. Ltda. ("DAP")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à implementação de processo de automação de instalações industriais. Importação e exportação, comércio e distribuição de sistemas de softwares e hardwares para automação de plantas industriais.
Rio Plateado S.A.	100,00	-	Industrialização e comercialização em todas as suas formas, mercadorias, arrendamentos de bens, obras e serviços nos ramos de: máquina, metalurgia, informática, eletrônica e outros. Essa controlada localiza-se no exterior - Uruguai e teve suas operações encerradas em setembro de 2023.

A consolidação foi feita de forma integral para todas as controladas por haver influência significativa na administração das controladas, com destaque da participação de acionistas não controladores.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias. **b.** Quando significativos, eliminação dos lucros contidos nos estoques decorrentes de operações entre as companhias. **c.** Eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das controladas. **d.** Eliminação dos saldos de receitas, custos e despesas decorrentes de negócios entre as companhias. **e.** Destaque, quando for o caso, do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas. **f.** Os principais grupos de contas que compõem os balanços patrimoniais e o resultado das operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, da controlada direta DIB e das controladas indiretas com maior representatividade no Consolidado, são demonstrados a seguir. As informações financeiras das demais controladas não estão sendo apresentadas devido à irrelevância dos saldos:

	Dedini S.A. Indústrias de Base ("DIB") Consolidado 2023	Dedini S.A. Indústrias de Base ("DIB") Consolidado 2022	Codismon Metalúrgica Ltda. ("Codismon") 2023	Codismon Metalúrgica Ltda. ("Codismon") 2022	Codistil do Nordeste Ltda. ("Codistil") 2023	Codistil do Nordeste Ltda. ("Codistil") 2022	Dedini Automação de Processos Ltda. ("DAP") 2023	Dedini Automação de Processos Ltda. ("DAP") 2022
Ativo:								
Circulante	462.141	541.493	1.409	1.448	280	249	2	2
Não circulante	957.953	1.003.631	19.478	18.384	11.669	11.981	2.348	2.348
Total do ativo	1.420.094	1.545.124	20.887	19.832	11.949	12.230	2.350	2.350
Passivo e patrimônio líquido:								
Circulante	2.089.549	2.182.306	27.164	27.643	14.592	14.835	1.100	1.494
Não circulante	667.307	711.833	95.791	83.926	27.798	25.057	1.946	1.907
Patrimônio líquido - atribuível aos controladores	(1.336.762)	(1.349.015)	(102.068)	(91.737)	(30.441)	(27.662)	(696)	(1.051)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e do patrim. líquido	1.420.094	1.545.124	20.887	19.832	11.949	12.230	2.350	2.350

	Dedini S.A. Indústrias de Base ("DIB") Consolidado 2023	Dedini S.A. Indústrias de Base ("DIB") Consolidado 2022	Codismon Metalúrgica Ltda. ("Codismon") 2023	Codismon Metalúrgica Ltda. ("Codismon") 2022	Codistil do Nordeste Ltda. ("Codistil") 2023	Codistil do Nordeste Ltda. ("Codistil") 2022	Dedini Automação de Processos Ltda. ("DAP") 2023	Dedini Automação de Processos Ltda. ("DAP") 2022
Receita	886.391	789.674	-	-	-	-	-	-
(Prejuízo) lucro bruto	182.210	126.274	(6)	(5)	(14)	(13)	-	-
Resultado antes dos impostos	9.670	14.976	(10.331)	(8.433)	(2.787)	(2.306)	355	(26)
Resultado do exercício	12.294	17.619	(10.331)	(8.433)	(2.779)	(2.297)	355	(26)

3 - Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 5 de abril de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 2 - Consolidação ; determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; e
- Nota explicativa nº 7 - Contas a receber de clientes e Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 12 - Ativos e passivos fiscais diferidos; e

4 - Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a.Base de consolidação

(i)Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b.Moeda estrangeira

(i)Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, quando ocorrem, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

c.Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia no ativo financeiro transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, mútuo financeiro e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: fornecedores, mútuo financeiro e outras contas a pagar.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

d.Propriedades para investimento e imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Embora tenha ocorrido a adoção do valor justo como custo atribuído e o consequente aumento da despesa de depreciação nos exercícios futuros a Companhia, isso não alterará as políticas de dividendos.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Demonstrações de resultados (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita	26	-	-	886.391	789.674
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	-	-	(704.181)	(663.400)
Lucro bruto		-	-	**182.210**	**126.274**
Despesas de vendas	27	-	-	(33.990)	(28.294)
Despesas administrativas	27	(2.526)	(2.527)	(78.973)	(110.020)
Outras (desp.) oper., líq.	28	(152)	(676)	(92.026)	(1.971)
Prov. para perdas de invest.	14	12.294	17.619	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financ. líquidas e impostos		**9.616**	**14.416**	**(22.779)**	**(14.011)**
Receitas financeiras	29	3.678	3.441	57.188	64.729
Despesas financeiras	30	(13.618)	(11.836)	(37.357)	(47.340)
Financeiras líquidas		**(9.940)**	**(8.395)**	**19.831**	**17.389**
Resultado antes dos impostos		**(324)**	**6.021**	**(2.948)**	**3.378**
Imposto de renda e contribuição social					
Diferidos	12	-	-	2.624	2.643
		-	-	2.624	2.643
Resultado do exercício		**(324)**	**6.021**	**(324)**	**6.021**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(324)	6.021	(324)	6.021
Resultado do exercício		**(324)**	**6.021**	**(324)**	**6.021**

Demonstrações de resultados abrangentes (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado do exercício	(324)	6.021	(324)	6.021
Resultado do exercício	(324)	6.021	(324)	6.021

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

A vida útil anual para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

Edificações	20-49 anos
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1-20 anos
Benfeitorias em propr. de terceiros e outras imobilizações	2-25 anos
Móveis e utensílios	2-25 anos
Veículos	2-10 anos
Equipamentos de informática	1-17 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. A vida útil e o valor residual do ativo imobilizado da Companhia foram revisados em 31 de dezembro de 2023 e não foram encontradas quaisquer alterações.

e.Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Contratos de construção em andamento

Contratos de construção em andamento representam o valor bruto não faturado a ser cobrado de clientes por obras realizadas até a presente data. Elas são medidas pelo custo acrescido do lucro reconhecido até a presente data deduzido dos valores faturados e perdas reconhecidas. O custo inclui todos os gastos relacionados diretamente a projetos específicos e uma alocação de custos gerais de produção fixos e variáveis incorridos na fase de obtenção do contrato baseados na capacidade operacional normal.

Contratos de construção em andamento são apresentados como parte de contas a receber de clientes no balanço patrimonial para todos os contratos nos quais os custos incorridos acrescidos dos lucros reconhecidos excedam os valores faturados. Caso os valores faturados excedam os custos incorridos acrescidos dos lucros reconhecidos, então a diferença é apresentada como receita diferida no balanço patrimonial.

h.Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

i.Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k. Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(i) Receita com clientes

Em 2023, com base no Pronunciamento Técnico CPC 47, foram reconhecidos os contratos com clientes. A receita dos contratos compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

(ii) Venda de bens

No caso das vendas de bens, a receita operacional no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de produtos a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue ao cliente.

(iii) Prestação de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras.

l.Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15%, (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda), e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrim. Líq. atribuível aos controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**45.145**	**18.525**	**140.551**	**(1.665.063)**	**(1.460.842)**	**(1.460.842)**
Realização da reserva de reavaliação	-	(430)	-	430	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	(4.663)	4.663	-	-
Var. cambial Patrim. Líquido Rio Plateado	-	-	-	(21)	(21)	(21)
Resultado do exercício	-	-	-	6.021	6.021	6.021
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**45.145**	**18.095**	**135.888**	**(1.653.970)**	**(1.454.842)**	**(1.454.842)**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**45.145**	**18.095**	**135.888**	**(1.653.970)**	**(1.454.842)**	**(1.454.842)**
Realização da reserva de reavaliação	-	(430)	-	430	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	(4.629)	4.629	-	-
Var. cambial Patrim.o Líquido Rio Plateado	-	-	-	(40)	(40)	(40)
Resultado do exercício	-	-	-	(324)	(324)	(324)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**45.145**	**17.665**	**131.259**	**(1.649.275)**	**(1.455.206)**	**(1.455.206)**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Método indireto

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	**(324)**	**6.021**	**(324)**	**6.021**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	19.828	17.956
Baixa líquida do ativo imobilizado e intangível	-	-	-	82
Baixa de créditos fiscais não realizáveis	-	-	103.170	-
Baixa de débitos não realizáveis	-	-	(5.970)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(18.929)	(17.593)
Perdas na realização de ICMS ativo não circulante	-	-	135	62
Provisão para perdas de investimentos em controladas	(12.294)	(17.619)	-	-
Despesas financeiras líquidas	9.940	8.395	(20.006)	(25.521)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	-	(2.624)	(2.643)
Impostos diferidos sobre contratos de construção	-	-	2.564	27.706
(Reversão) constituição de provisão para contingências	-	-	(11.292)	(10.849)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**(2.678)**	**(3.203)**	**66.552**	**(4.779)**
(Aumento) e redução nos ativos				
Contas a receber	-	-	(7.980)	11.376
Estoques	-	-	77.399	(39.669)
Impostos a recuperar	-	-	24.814	(27.777)
Mútuo financeiro	4.023	3.181	(378)	1.627
Outros ativos e despesas antecipadas	(1)	-	525	(124.264)
Aumento e (redução) nos passivos				
Fornecedores	-	-	(17.674)	139.153
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	(15)	867	35.919	39.808
Salários e férias a pagar	(1.203)	(714)	(565)	(6.762)
Adiantamento de clientes	-	-	(134.307)	57.382
Outras contas a pagar	(126)	(131)	(17.853)	13.503
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	-	-	**26.452**	**59.598**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Resgate de (aplicações em) aplicações financeiras	-	-	30	(1.749)
Aquisição de ativo imobilizado, propriedade para investimento e intangível	-	-	(20.402)	(14.251)
Venda de ativo imobilizado	-	-	16	1.121
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos	-	-	**(20.356)**	**(14.879)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Financiamentos bancários tomados	-	-	125.857	192.423
Financiamentos bancários pagos	-	-	(130.732)	(236.022)
Pagamentos impostos e contribuições				
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	-	-	**(4.875)**	**(43.599)**
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	-	-	**1.221**	**1.120**
Demonstração da movimentação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	-	-	3.932	2.812
No fim do exercício	-	-	5.153	3.932
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	-	-	**1.221**	**1.120**

5 - Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos; Contas a receber e outros recebíveis, mútuo financeiro, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação; Empréstimos e financiamentos e mútuo financeiro estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes; e Instrumentos financeiros derivativos: o valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

6 - Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos conta movimento	5.153	3.932
Total de caixa e equivalentes de caixa	5.153	3.932
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos		
Circulante	1.603	1.633
Não circulante (a)	453	453
Total de aplicações financeiras vinculadas	2.056	2.086

A Companhia e suas controladas consideram como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. (a) Refere-se à aplicação financeira da controlada direta DIB, aplicação esta no Banco Santos, o qual está com falência decretada mas a DIB tem processo judicial buscando solução para resgatar o valor aplicado.

7 - Contas a receber de clientes

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
No país (i)	114.962	211.727
No exterior (i)	4.764	11.064
Clientes em recuperação judicial	33.135	34.317
Contratos de clientes / constr. em andamento (ii)	341.375	351.163
Adiant. recebidos por conta de val. a faturar - contratos de const. em andam. (nota 19) (ii)	(214.995)	(275.499)
	279.241	332.772
Menos:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	(51.845)	(71.360)
Vendas para entrega futura	(19.987)	(75.897)
	(71.832)	(147.257)
	207.409	185.515
Contas a rec. de clientes classif. no ativo circ.	207.409	185.515
Contas a rec. de clientes classif. no ativo não circ.	-	-

(i) A composição por idade pode ser assim apresentada:

Duplicatas a receber no país:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Valores a vencer	70.089	104.541
Vencidos:		
Até 30 dias	7.000	21.173
De 31 a 60 dias	7.615	40.578
De 61 a 90 dias	4.985	5.093
De 91 a 180 dias	5.762	3.632
De 181 a 365 dias	1.214	1.362
Acima de 365 dias	18.297	35.348
	114.962	211.727

Duplicatas a receber no exterior:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Valores a vencer	487	3.601
Vencidos:		
Até 30 dias	3.122	934
De 31 a 60 dias	275	295
De 61 a 90 dias	418	-
De 91 a 180 dias	343	222
De 181 a 365 dias	119	-
Acima de 365 dias	-	6.012
	4.764	11.064

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é reconhecida a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, tendo como base uma análise dos títulos vencidos e a vencer por cliente e a expectativa de perda considerando: **a)** a capacidade financeira de cada cliente em honrar tais obrigações; **b)** garantias prestadas por tais clientes; e **c)** possibilidade de renegociações e acordos realizados com tais clientes. **(ii)** A receita e os custos (transferência do custo para o resultado) associados ao contrato de clientes / construção são reconhecidas tomando como base à proporção do trabalho executado até a data do balanço. Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2023 e 2022 compreendem a receita associada ao contrato de cliente / construção tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço, aplicada sobre o valor total de cada contrato deduzindo a quantia de adiantamentos recebidos. Adicionalmente, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 47, a Companhia está divulgando para os contratos em curso na data do balanço: a quantia agregada de custos incorridos e lucros reconhecidos (menos perdas reconhecidas) até 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Valores contratados	1.156.717	1.116.689
Valor da receita reconhecida	661.619	919.469
Percentual médio de execução	57,20%	82,34%
(-) Faturamentos parciais	(320.243)	(591.206)
(-) Adiantamentos concedidos (Nota 19)	(214.995)	(275.499)
Saldo de contas a receber decorrentes de contratos de construção em andamento	126.381	52.764
Demonstrativos das margens incorridas nos contratos de execução em construção (a)		
Valor da receita reconhecida	661.619	919.469
(-) Impostos sobre vendas	(90.485)	(133.734)
(-) Custo incorrido	(346.354)	(659.382)
Lucro bruto	224.780	126.353
Margem sobre a receita líquida %	39,36%	16,08%
Demonstrativo das margens reconhecidas nas demonstrações de resultado do exercício (a)		
Mercado interno	881.988	829.354
Mercado externo	158.069	107.986
(-) Impostos sobre vendas e devoluções	(153.666)	(147.666)
(-) Custo dos produtos vendidos	(704.181)	(663.400)
Lucro bruto	182.210	126.274
Margem sobre a receita líquida %	20,56%	16,00%

(a) A margem reconhecida no resultado de 2023 de 19,26%, está reduzida em comparação a margem dos contratos em execução correspondente ao percentual de 39,36% em função de custos fixos e variáveis, decorrente de hora extra e custos fixos incorridos, extra orçamentários.

8 - Estoques

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Produtos em processo	178.172	266.204
Provisão para perdas	(11.994)	-
Custos incorridos sobre enc. em andamento	(174.238)	(225.677)
Matéria prima	74.166	84.989
Materiais diversos	2.399	2.621
Adiantamentos a fornecedores - mercado interno	17.217	25.777
Importação em andamento	12.584	21.766
	98.306	175.680

9 - Impostos a recuperar

Ativo circulante	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ICMS sobre aquisição de insumos **(a)**	2.314	21.786
IPI **(b)**	2.784	2.784
PIS e COFINS **(b)**	5.668	11.904
Imposto de renda e contribuição social **(c)**	892	775
Outros	29	1
Total do ativo circulante	11.667	37.250
Ativo não circulante		
ICMS sobre aquisição de insumos **(a)**	251	251
PIS e COFINS (b)	29	29
ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado (a)	1.199	565
INSS pedido restituição **(d)**	2.654	2.654
IRCS pedido restituição	19	19
Outros	8.066	8.066
Total do ativo não circulante	12.218	11.584
Total do ativo circulante e não circulante	23.885	48.834

(a) As controladas direta "DIB" e indireta "Codistil" possuem créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, decorrentes de: **a)** aquisições de insumos tais como matérias-primas e energia elétrica no montante de R$ 2.314 (R$ 21.786 em 2022), alocados no ativo circulante, segundo a perspectiva de realização da Administração; **b)** aquisições de insumos no montante de R$ 251 (R$ 251 em 2022) registrado como ativo não circulante, por não haver expectativa de realização do mesmo no exercício de 2024. A controlada DIB possui também saldo de ICMS no montante de R$ 1.199 (R$ 565 em 2022) referente aquisição de ativo imobilizado, alocado no ativo não circulante conforme natureza da rubrica. **(b)** Os créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são decorrentes de compras de insumos e estão disponíveis para compensação com o imposto a ser recolhido em decorrência das vendas das controladas, ou para compensação com outros tributos federais **(c)** Referem-se ao imposto de renda e contribuição social retidos na fonte sobre aplicações financeiras e prestação de serviços, os quais estão disponíveis para compensação com impostos federais de qualquer natureza. Os valores estão classificados com base na expectativa de realização da Administração da Companhia. **(d)** O saldo dessa rubrica, R$ 2.654, registrado no ativo não circulante é representado basicamente pelas retenções de impostos do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, efetuadas pelos clientes sobre as notas fiscais de prestação de serviços emitidas pela controlada direta Codismon.

10 - Outros Créditos

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Outros créditos		
Direito Creditório **(a)**	132.000	132.000
Outros	5.459	5.184
	137.459	137.184
Ativo circulante	137.372	137.097
Ativo não circulante	87	87

a) A companhia firmou em 03 de novembro de 2022 um Contrato Particular de Compra e Venda de Direito Creditório com perspectiva de realização em até 365 dias.

11 - Partes relacionadas

a.Composição dos saldos

Controladora

	2023 Ativo não circul.	2023 Pas. não circul.	2022 Ativo não circul.	2022 Pas. não circul.
Oper. com empresas relacionadas	62.630	169.463	58.584	151.466
Operações com acionistas	2.224	-	2.224	-
Total do não circulante	64.854	169.463	60.808	151.466

Consolidado

	2023 Ativo não circul.	2023 Pas. não circul.	2022 Ativo não circul.	2022 Pas. não circul.
Operações com partes relac.	405.048	-	361.674	-
Operações com acionistas	2.224	-	2.224	-
Total do não circulante	407.272	-	363.898	-

b. Operações com empresas relacionadas:

Controladora

	2023 Ativo não circul.	2023 Pas. não circul.	2022 Ativo não circul.	2022 Pas. não circul.
Controladora:				
DOADO S.A. Participações (ii)	24.563	-	23.116	-
Empresas controladas:				
Dedini S.A Indústrias de Base	-	168.941	-	151.006
Denel - Dedini Energia e Equip. Ltda	-	239	-	211
Codistil do Nordeste Ltda	-	113	-	100
Total empresas controladas	24.563	169.293	23.116	151.317
Empresas relacionadas:				
Dedini S/A Administração e Participações	-	156	-	137
Nidar Participações Ltda..(ii)	18.188	-	16.805	-
AD Participações Ltda. (ii)	19.879	-	18.663	-
Dedini Refratários Ltda	-	14	-	12
Total empresas relacionadas	38.067	170	35.468	149
Total do ativo não circulante	62.630	169.463	58.584	151.466

Consolidado

	2023 Ativo não circul.	2023 Pas. não circul.	2022 Ativo não circul.	2022 Pas. não circul.
Controladora:				
Doado S.A. Participações (ii)	32.984	-	30.571	-
Empresas relacionadas:				
Nidar Participações Ltda. (ii)	18.363	-	16.970	-
AD Participações Ltda (ii)	19.881	-	18.664	-
Dedini S.A. Adm. e Particip. (iii)	19.147	-	14.045	-
Dedini S.A. Equip. e Sistemas (i)	94.010	-	86.679	-
Dedini Service Proj. Constr. Montag. Ltda (iv)	141.161	-	124.838	-
Dedini Refratários Ltda (v)	78.726	-	69.238	-
Comercial Paraisolândia Ltda.	776	-	669	-
Total empresas relacionadas	372.064	-	331.103	-
Total do Ativo não circulante	405.048	-	361.674	-

Os saldos a receber e a pagar entre as empresas relacionadas estão classificados de acordo com a expectativa de recebimento e liquidação da Administração da Companhia. Sobre os saldos com determinadas empresas relacionadas incide atualização monetária que mantém relação com os indicadores inflacionários atuais, conforme detalhado a seguir: **(i)** Dedini S.A. Equip. e Sistemas (DES): decorrente de adiantamento realizados pela controlada direta DIB, para compensação com saldo de Royalties a pagar e aluguéis de equipamentos, que vem sendo atualizado com juros que variam entre TJLP e 100% da CDI/SELIC. Tal saldo será amortizado no longo prazo com os seguintes valores: a) "royalties", advindos da utilização de ativos intangíveis de propriedade da DES. A remuneração acordada entre as partes foi calculada com base na aplicação do percentual 0,5% sobre a receita operacional líquida mensal da controladora direta DIB. O contrato firmado entre as partes é de caráter não exclusivo e por tempo indeterminado; b) aluguel de máquinas e equipamentos, edificações e móveis, são alugados para a DIB. Em 31 de dezembro de 2023 as receitas de aluguel das propriedades mencionadas totalizaram o montante de R$ 1.800 (R$ 1.800 em 2022). Referido aluguel não transfere a propriedade dos ativos para a DIB e compreende bens que podem ser utilizados por terceiros, à opção dos proprietários, ao final do contrato, se este não for renovado; **(ii)** AD Participações Ltda., Doado S.A. Participações e Nidar Participações Ltda.: refere-se basicamente à transferência de numerários cujo saldo vem sendo corrigido mensalmente através do índice da poupança; **(iii)** Dedini S.A. Administr. e Participações (DDN): o saldo refere-se a repasse de numerários e principalmente a assunção de dívida pela Dedini S.A. Administração e Participações da controlada direta Dedini S.A. Equipamentos e Sistemas. Os saldos vêm sendo atualizados com juros que variam entre T.R e 100% da CDI; **(iv)** Dedini Service Proj.Constr.Montag. Ltda: refere-se basicamente a repasse de numerários, os saldos vêm sendo atualizados com juros conforme taxa

continua

continuação

SELIC/CDI; e (v) Dedini Refratários Ltda.: refere-se basicamente a repasse de numerários, os saldos vêm sendo atualizados com juros conforme taxa SELIC/CDI.

c. Operações com acionistas:

	Controladora			
	2023		2022	
	Ativo não circul.	Pas. não circul.	Ativo não circul.	Pas. não circul.
Dovilio Ometto	840	-	840	-
Juliana Dedini Ometto	223	-	223	-
Mario Dedini Ometto	223	-	223	-
Marcos Dedini Ricciardi	456	-	456	-
Mario Dresselt Dedini	482	-	482	-
Total do não circulante	2.224	-	2.224	-

	Consolidado			
	2023		2022	
	Ativo não circul.	Pas. não circul.	Ativo não circul.	Pas. não circul.
Dovilio Ometto	840	-	840	-
Juliana Dedini Ometto	223	-	223	-
Mario Dedini Ometto	223	-	223	-
Marcos Dedini Ricciardi	456	-	456	-
Mario Dresselt Dedini	482	-	482	-
Giuliano Dedini Ometto Duarte	-	-	-	-
	2.224	-	2.224	-
Total do circulante e não circulante	2.224		2.224	

d. Principais transações que afetaram o resultado:

Os principais e relevantes saldos que influenciaram os resultados dos exercícios em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas empresas relacionadas, conforme demonstrado a seguir:

Transações da Controladora	Receitas (despesas) financeiras 2023	2022
Controladora:		
Doado S.A. Participações	1.446	1.361
Controlada:		
Dedini S.A. Indústrias de Base	(13.546)	(11.781)
Empresas relacionadas:		
AD Participações Ltda.	1.170	1.098
Nidar Participações Ltda.	1.062	982
	2.232	2.080
	(9.868)	(8.340)

Transações do Consolidado

	2023 Vendas	2023 Receitas (despesas) de aluguéis	2023 Compras	2023 Receitas (despesas) de royalties	2023 Receitas (despesas) financeiras	2022 Vendas	2022 Receitas (despesas) de aluguéis	2022 Compras	2022 Receitas (despesas) de royalties	2022 Receitas (despesas) financeiras
Empresa Controladora:										
DDP Partic. S.A X DOADO S.A Participações	-	-	-	-	1.446	-	-	-	-	1.361
Empresas relacionadas:										
Dedini S.A. Ind. de Base X DOADO S.A. Partic.	-	-	-	-	724	-	-	-	-	609
Dedini S.A. Ind. de Base X Dedini Refrat. Ltda	-	(75)	-	-	8.656	-	-	(3)	-	7.229
Dedini S.A. Ind. de Base X Dedini Service Ltda	-	-	-	-	16.281	-	-	-	-	13.777
Dedini S.A. Ind. de Base X Dedini S.A. Equip. e Sist.	-	(1.800)	-	(4.432)	10.918	-	(1.800)	-	(3.948)	10.274
Dedini S.A. Ind. de Base X Dedini S.A. Adm. e Part.	-	-	-	-	2.726	-	-	-	-	2.080
Dedini S.A. Ind. de Base X Comercial Parais. Ltda	-	-	-	-	88	-	-	-	-	72
Dedini S.A Ind. de Base X NIDAR Partic. Ltda	-	-	-	-	10	-	-	-	-	10
Codistil do Nordeste Ltda X Dedini Refratários Ltda	-	-	-	-	586	-	-	-	-	495
Codistil do Nord. Ltda X Dedini S.A Equip. e Sist.	-	-	-	-	182	-	-	-	-	153
Codistil do Nord. Ltda X Dedini S.A Adm e Partic.	-	-	-	-	(435)	-	-	-	-	(368)
Codistil do Nord. Ltda X DOADO S.A Particip.	-	-	-	-	35	-	-	-	-	29
Codismon Metalúrgica Ltda X Dedini Refrat. Ltda	-	-	-	-	94	-	-	-	-	80
Codismon Metal. Ltda X Dedini S.A. Adm. e Partic.	-	-	-	-	(160)	-	-	-	-	(135)
DENEL - Dedini Energia e Equip. Ltda X Dedini Refratários Ltda	-	-	-	-	(288)	-	-	-	-	(243)
DENEL - Dedini Energia e Equip. Ltda X Dedini S.A. Adm. e Participações	-	-	-	-	(79)	-	-	-	-	(67)
DDP Participações S.A. X Dedini Refratários Ltda	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(1)
DDP Partic. S.A X Dedini S.A. Adm. e Particip.	-	-	-	-	(18)	-	-	-	-	(14)
DDP Participações S.A X AD Participações Ltda	-	-	-	-	1.170	-	-	-	-	1.098
DDP Partic. S.A. X NIDAR Participações Ltda	-	-	-	-	1.062	-	-	-	-	982
Total das empresas relacionadas	-	(1.875)	-	(4.432)	41.550	-	(1.800)	(3)	(3.948)	36.060
Total Geral	-	(1.875)	-	(4.432)	42.996	-	(1.800)	(3)	(3.948)	37.421

12 - Ativos e passivos fiscais diferidos

a. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negat. de contrib. social acum.	115.522	102.905	1.768.532	1.856.499
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Total	115.522	102.905	1.768.532	1.856.499
Benef. fiscal não regist. (34%)	39.277	34.988	601.301	631.210

As diferenças temporárias dedutíveis, os prejuízos fiscais e as bases negativas acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

b. Passivos fiscais diferidos reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos, demonstrados conforme a movimentação abaixo:

Consolidado

	Saldo em 31/12/2021	Rec. no Result.	Saldo em 31/12/2022	Rec. no Result.	Saldo em 31/12/2023
Ativo e passivo não circulante					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	97.984	-	97.984	(65.128)	32.856
Base negativa da contribuição social	35.366	-	35.366	(23.509)	11.857
Adições temporárias	21.857	-	21.857	(14.533)	7.324
Imobilizado - custo atribuído	(72.404)	2.402	(70.002)	2.384	(67.618)
Imobilizado - reavaliação	(10.532)	241	(10.291)	240	(10.051)
Exclusões temporárias	-	-	-	-	-
	72.271	2.643	74.914	(100.546)	(25.632)
Ativo não circulante	155.207		155.207		52.037
Passivo não circulante	(82.936)		(80.293)		(77.669)
	72.271		74.914		(25.632)

A Companhia, nos exercícios de 2023 e 2022, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e na medida em que existiam diferenças temporárias tributáveis suficientes para compensação futura dos créditos fiscais não utilizados, manteve reconhecido o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e adições temporárias, porém, em 2023, conforme análise dos resultados futuros, a companhia baixou parte dos créditos fiscais não utilizados até este exercício. A Companhia não estimou neste exercício como será a recuperabilidade total dos créditos tributários nos exercícios futuros.

A conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Resultado antes dos impostos	(324)	6.021	(2.948)	3.378
Alíquota efetiva - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
	110	(2.047)	1.002	(1.149)
Reconciliação para taxa efetiva:				
Diferenças temporárias:	-	-	19.655	30.423
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial / provisão para perdas em investimentos	4.180	5.990	-	-
Outras diferenças permanentes	-	-	(3.246)	(1.828)
	4.180	5.990	(3.246)	(1.828)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrado sobre prej. fiscal e base neg.	(4.290)	(3.943)	(14.787)	(24.803)
Imposto de renda e contribuição social diferidos registrados sobre prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores	-	-	-	-
Imposto de renda e contr. Social diferidos registrado s/ diferenças	-	-	-	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	-	-	-	-
	(4.290)	(3.943)	(14.787)	(24.803)
	(110)	2.047	1.622	3.792
Total	-	-	2.624	2.643
Corrente	-	-	-	-
Diferidos	-	-	2.624	2.643
	-	-	2.624	2.643

13 - Depósitos judiciais

	Consolidado 2023	2022
Depósitos Judiciais	13.494	14.539

14 - Investimentos e provisão para perdas de investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Investimentos:				
Participações em outras empresas	-	-	-	-
Outros investimentos	-	-	18	18
	-	-	18	18
Resultado da equiv. a patrimonial	-	-	-	-
Provisão para desvalorização de empresas controladas	(1.336.762)	(1.349.015)	-	-
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	-	-
	(1.336.762)	(1.349.015)	18	18

b. Movimentação do saldo em companhia controlada

	Dedini S.A. Indúst. de Base
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.366.613)
Resultado Equiv. Patrim. e provisão para perdas de investim.	17.619
Variação Cambial do PL da Rio Plateado	(21)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.349.015)
Resultado Equival. Patrimonial e prov. para perdas de inves.	12.294
Variação Cambial do PL da Rio Plateado	(41)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.336.762)

c. Informações da investida

	Dedini S.A. Indúst. de Base 2023	2022
Capital social	117.000	117.000
Quantidade de ações possuídas (em lote de mil):		
Ordinárias	85.894.550	85.894.550
Preferenciais	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos control.	(1.336.762)	(1.349.015)
Participação no capital social	100,00%	100,00%
Valor do investimento ajustado	(1.336.762)	(1.349.015)
Resultado do exercício	12.294	17.619
Resultado de equivalência patrimonial e provisão para perdas de investimentos	12.294	17.619

15 - Imobilizado (Consolidado)

a. Custo

2023	Saldo em 31/12/2022	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Edificações	110.055	-	-	-	110.055
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	329.676	14.933	-	-	344.609
Benfeitorias em propriedades de terceiros e outras imob.	144.195	4.499	(2)	-	148.692
Móveis e utensílios	8.596	102	-	-	8.698
Veículos	4.944	365	(59)	-	5.250
Equipamentos de informática	8.427	314	-	-	8.741
Imobilizações em andamento	2.553	189	-	-	2.742
Terrenos	106.866	-	-	-	106.866
	715.312	20.402	(61)	-	735.653

2022	Saldo em 31/12/2021	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Edificações	110.055	-	-	-	110.055
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	320.923	9.163	(410)	-	329.676
Benfeitorias em propriedades de terc. e outras imobiliz.	141.796	2.399	-	-	144.195
Móveis e utensílios	8.451	145	-	-	8.596
Veículos	5.139	-	(195)	-	4.944
Equipamentos de informática	8.004	423	-	-	8.427
Imobilizações em andamento	432	2.121	-	-	2.553
Terrenos	106.866	-	-	-	106.866
	701.666	14.251	(605)	-	715.312

b. Depreciação

2023	Saldo em 31/12/2022	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Edificações	(26.065)	(2.005)	-	-	(28.070)
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	(226.679)	(10.624)	2	-	(237.301)
Benfeitorias em propriedades de terc. e outras imobiliz.	(86.967)	(6.911)	-	(5)	(93.883)
Móveis e utensílios	(8.160)	(55)	-	-	(8.215)
Veículos	(4.935)	(66)	59	-	(4.942)
Equipam. de informática	(7.916)	(148)	-	-	(8.064)
	(360.722)	(19.809)	61	(5)	(380.475)

2022	Saldo em 31/12/2021	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Edificações	(24.060)	(2.005)	-	-	(26.065)
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	(217.392)	(9.615)	328	-	(226.679)
Benfeitorias em propriedades de terc. e outras imobiliz.	(80.773)	(6.194)	-	-	(86.967)
Móveis e utensílios	(8.113)	(47)	-	-	(8.160)
Veículos	(5.130)	-	195	-	(4.935)
Equipam. de informática	(7.824)	(92)	-	-	(7.916)
	(343.292)	(17.953)	523	-	(360.722)

c. Valor contábil líquido

	2023 Custo	Depr.	Líquido	2022 Custo	Deprec.	Líquido
Edificações	110.055	(28.070)	81.985	110.055	(26.065)	83.990
Máquinas, equip. e inst. industriais	344.609	(237.301)	107.308	329.676	(226.679)	102.997
Benfeitorias em propr. de terceiros e outras imob.	148.692	(93.883)	54.809	144.195	(86.967)	57.228
Móveis e utensílios	8.698	(8.215)	483	8.596	(8.160)	436
Veículos	5.250	(4.942)	308	4.944	(4.935)	9
Equipamentos de informática	8.741	(8.064)	677	8.427	(7.916)	511
Imobilizações em andamento	2.742	-	2.742	2.553	-	2.553
Terrenos	106.866	-	106.866	106.866	-	106.866
	735.653	(380.475)	355.178	715.312	(360.722)	354.590

16 - Intangível

	Consolidado 2023	2022
Gastos de implantação de sistema de processamento de dados e licença de uso de software	20.473	20.473
Gastos com desenvolvimento de software e outros	22.922	22.922
Amortização acumulada	(33.119)	(33.109)
	10.276	10.286

17 - Empréstimos e financiamentos (a)

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Modalidade	Indexador/taxa	Garantias	Vcto	Consolidado 2023	2022
	cdi + juros				
CC/CCE/FINANC	méd. de 1,81% am	(b)	divs	96.663	100.436
Bancos - Recup. Jud.	SELIC	(c)	2027	10.464	11.599
Dup. descont.	até 1,61% ao mês	(d)	mensal	-	2.382
Fundos de Inv.	até 2,51% ao mês	(d)	mensal	23.236	26.999
Total				130.363	141.416
Passivo Circulante				21.325	28.838
Passivo não circulante		(e)		109.038	112.578

(a) Com a homologação do Plano de Recuperação Judicial da controlada direta "DIB" e indireta Codismon Metalúrgica Ltda, os valores devidos a título de empréstimos e financiamentos bancários, inclusos no referido Plano, sofreram deságio de 50% com prazo total de onze anos para quitação do saldo devedor. (b) Esses Empréstimos e financiamentos, com exceção ao Banco BVA, estão compostos pelas modalidades: Cédula de Crédito Bancário - CCB, Cédula de Crédito à Exportação - CCE, e estão garantidos por: i) duplicatas a receber de clientes (de 3% a 50% do montante do empréstimo) em caráter rotativo, de emissão da Companhia; ii) eventos de contratos a receber de clientes; iii) Imóveis próprios e de empresas relacionadas no valor contábil de R$ 18.960 em 2022 (R$ 18.960 em 2021); iv) notas promissórias com aval da Diretoria entre 100% a 130% do montante captado; v) aval da Controladora DDP Participações S.A; e, vi) avais da diretoria. Em função da instituição financeira contraparte da operação de CCB, ou seja, Banco BVA, encontrar-se em intervenção desde 2012 e sob liquidação extrajudicial desde junho de 2013 a Companhia optou por manter a suspensão das amortizações e reclassificou os saldos para o passivo não circulante. Os pagamentos foram efetuados tempestivamente até a data de decretação da intervenção da respectiva instituição financeira (19 de outubro de 2012), não existindo inadimplência financeira até tal data. Em abril de 2020 a Companhia Nova Portfolio Participações S/A e a Dedini S/A Indústrias de Base-"DIB"- assinaram um acordo no qual a "Nova Portfólio" assumiu parte do crédito do "BVA" junto a Dedini, o qual deverá ser quitado em 10 anos conforme determina o referido acordo. Tal "acordo" foi registrado na rubrica "outras contas a pagar", com parte do saldo no passivo circulante e parte no passivo não circulante. (c) Este saldo refere-se aos valores devidos aos Bancos Bradesco, Santander e Fractal/Votorantim, valores estes inclusos na Recuperação Judicial, já com o devido deságio, que tem prazo total de 11 anos para ser quitado, conforme determina a Recuperação judicial. (d) Estes valores tem características de curto prazo e as garantias são as próprias Duplicatas a receber de clientes bem como Notas Promissórias com aval da diretoria e emitidas pela DDP Participações S/A., controladora direta da "DIB". No exercício encerrado em 31/12/2023 a companhia não tem débitos referente a essa modalidade. (e) No saldo apresentado no passivo não circulante, em 2022 e 2023, o valor mais significativo refere-se ao Banco BVA, ou seja, (R$ 74.989), inerente a valores de determinados "Fundos" do próprio "BVA", os quais estão pendentes de realização visto o aguardo de definição judicial entre "Fundos" e a "DIB".

18 - Fornecedores (a)

	Consolidado 2023	2022
Fornecedores vencidos	44.117	46.984
Fornecedores a vencer	176.218	191.318
	220.335	238.302
Passivo Circulante (b)	80.398	86.145
Passivo Não Circulante (c)	139.937	152.157

(a) Com a homologação do Plano de Recuperação Judicial da Controlada direta "DIB" e controlada indireta "Codismon", os valores devidos a fornecedores, inclusos no referido Plano, sofreram deságio de 50% com prazo atual de onze anos para quitação. (b) O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023, no passivo circulante, refere-se aos fornecedores correntes e também aqueles que foram inclusos na "RJ", conforme definição do Plano de Recuperação Judicial, já com o referido deságio. (c) O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023, no passivo não circulante refere-se aos fornecedores inclusos no Plano de Recuperação Judicial e que serão quitados num período de longo prazo, conforme definição do referido Plano. No saldo de 2023 já se contempla o deságio da recuperação judicial.

19 - Adiantamentos de clientes

Correspondem a adiantamentos obtidos junto a clientes, já deduzidos dos valores compensados com a receita de contratos de construção, para viabilização financeira das encomendas de equipamentos, conforme demonstrado abaixo:

	Nota	Consolidado 2023	2022
Adiantamentos recebidos		290.066	487.852
(-) Valores comp; com contr; de construção	7	(214.995)	(275.499)
Saldo de adiantamentos - contratos a executar		75.071	212.353

20 - Impostos e contribuições a recolher

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Impostos e contribuições a vencer	140	655	14.829	15.412
Impostos e contribuições em atraso: (a)				
ISS (b)	-	-	68.333	65.634
IPI (c)	-	-	44.106	41.445
PIS (c)	68	68	44.702	44.702
COFINS (c)	583	583	213.641	213.641
INSS (d)	3.517	3.517	755.734	715.446
ICMS (g)	-	-	70.047	70.187
FGTS (e)	-	-	52.634	56.715
IRRF (f)	4.645	4.129	103.870	96.561
SESI (h)	-	-	20.318	20.318
SENAI (h)	-	-	12.930	12.763
CSRF (i)	-	-	9.281	9.279
Outros	-	-	7.532	9.700
	8.813	8.297	1.403.128	1.356.391
Total	8.953	8.952	1.417.957	1.371.803

(a) O saldo, basicamente da controlada "DIB", é atualizado por juros e multas conforme determina a legislação vigente sem a aplicação dos encargos legais sobre os débitos em fase de execução, nos termos do Decreto Lei 1.025/69. Conforme descrito na nota explicativa nº31, a Companhia firmou acordo com a procuradoria para renegociação dos passivos tributários federais. O deságios concedidos, bem como compensações permitidas com prejuízos fiscais e o saldo atualizado do passivo fiscais será reconhecido em 2024. (b) O saldo do ISS refere-se às competências vencidas do exercício de 2005 a Dezembro de 2023, basicamente da controlada "DIB". (c) Os saldos de IPI refere-se às competências vencidas de Março/2007 e Dezembro/2009 a Outubro de 2022. O saldo de PIS/COFINS refere-se às competências de Setembro/2007 a Janeiro/2022, com exceção a algumas competências no decorrer de 2020, as quais foram quitadas. (d) O saldo de INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) se refere à retenção sobre a folha de pagamento, onde a parte "empregados" está vencida no período de Fevereiro de 2009 a Dezembro de 2021 e a parte "empresa" está vencida de janeiro de 2009 até janeiro de 2022; o INSS retido de terceiros, vencido no período de abril de 2010 a novembro de 2020. (e) O saldo do FGTS refere-se basicamente à Controladora DIB e é constituído pelas competências de setembro a dezembro de 2014, bem como sobre o décimo terceiro salário de 2014 e janeiro de 2015 a dezembro de 2022 bem como sobre o décimo terceiro salário de 2015 até 2022. Como parte do acordo firmado do Grupo e a União, os saldos em atraso do FTGS serão regularizados junto a Caixa Econômica Federal. A Companhia tem perspectiva de reguralização dos débitos ao longo de 2024. (f) Refere-se principalmente a IRRF sobre a folha de pagamentos, apurados na controlada "DIB", em competências compreendidas entre janeiro e dezembro de 2007, e março de 2009 a dezembro de 2023, exceto algumas competências as quais foram pagas.

(g) O saldo refere-se aos débitos de ICMS apurados nas competências de fevereiro de 2013 a setembro de 2021, com exceção há algumas competências quitadas. (h) Os saldos de SESI/SENAI referem-se às competências do exercício de 2009 a junho de 2019. (i) O saldo de CSRF refere-se às competências de março e abril de 2007, março a dezembro de 2010 até março de 2022, até setembro de 2021, exceto há algumas competências quitadas.

21 - Impostos diferidos sobre contratos de construção

	Consolidado 2023	2022
ICMS	29.496	28.115
PIS	2.725	2.753
COFINS	13.584	12.573
ISS	473	273
	46.278	43.714

Refere-se ao ICMS apurado sobre os contratos de construção e PIS, COFINS e ISS sobre os contratos de construção de curto prazo os quais terão os impostos recolhidos no momento do faturamento efetivo.

22 - Parcelamento de impostos

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
REFIS IV: (a)				
INSS	-	-	129.751	129.755
SESI	-	-	3.702	3.702
SENAI	-	-	3.091	3.092
Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	-	-	314.741	314.747
(-) Depósitos judiciais	-	-	(746)	(746)
	-	-	450.539	450.550
Passivo circulante	-	-	353.897	341.220
Passivo não circulante	-	-	96.642	109.330
REFIS V: (b)				
Previdenciários	344	343	1.581	1.580
Demais débitos	192	192	623	623
Previdenciários - dívida ativa	811	811	2.506	2.505
Demais débitos - dívida ativa	1.582	1.582	3.221	3.221
	2.929	2.928	7.931	7.929
Passivo circulante	1.871	1.670	4.938	4.409
Passivo não circulante	1.058	1.258	2.993	3.520
Passivo circulante total	1.871	1.670	358.835	345.629
Passivo não circulante total	1.058	1.258	99.635	112.850

(a) Em novembro de 2009 a Companhia e suas controladas DIB e Codismon optaram pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias e impostos federais, vencidos até novembro de 2008, através da adesão ao REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Em junho de 2011 houve a consolidação dos débitos tributários pelas autoridades fiscais, Receita Federal do Brasil ("RFB") e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"), os efeitos dessa consolidação, foram, à época, demonstrados na nota explicativa nº 28. As Companhias foram inevitavelmente atingidas pela forte crise que afetou o setor sucroenergético nos anos de 2008 a 2021, o que acarretou diretamente na redução de novos negócios e, consequentemente, redução de seu faturamento. Por essa razão, as mesmas deixaram de pagar em 2011, 2012 e 2013 algumas das prestações mensais das modalidades do REFIS IV, tanto os débitos administrados pela "RFB" - Receita Federal do brasil, como também aqueles débitos administrados pela "PGFN" - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sendo, por tal motivo, excluídas do REFIS IV. A Administração das Companhias vêm buscando junto aos Orgãos Públicos eventuais possibilidades para conseguir novos parcelamentos e regularizar a atual situação. (b) Em julho de 2014 as empresas controladas Codistil do Nordeste Ltda e DAP Desenvolvimento e Automação de Processos Ltda optaram pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias, vencidos até dezembro de 2013, através da adesão ao "REFIS V", instituído pela Lei 12.996 de 18 de junho de 2014. As controladas, em agosto de 2014, efetuaram parcelamentos referentes aos seus impostos classificados como "em atraso", os quais foram rompidos e reclassificados para o "REFIS V". Como as Empresas optaram pelo parcelamento em 180 parcelas, foram beneficiadas com redução de 60% sobre as multas isoladas e 25% sobre os juros de mora. Na controlada Codistil do Nordeste, a modalidade "PGFN Prev." foi rejeitada na consolidação, na modalidade "PGFN Demais Débitos", a Empresa foi excluída visto estar com 17 parcelas em atraso, na modalidade RFB, também houve rejeição na consolidação e na modalidade "RFB Demais Débitos", foi excluída visto estar também com 17 parcelas em atraso. Na Controlada "DAP", na modalidade "PGFN PREV.", houve rejeição quando da consolidação do parcelamento e na modalidade "RFB PREV", os pagamentos estão em dia e não há pendência alguma. A Administração das Companhias vêm buscando junto aos Orgãos Públicos eventuais possibilidades para conseguir novos parcelamentos e regularizar a atual situação.

23 - Outros parcelamentos de impostos

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Passivo circulante:				
ICMS (a)	-	-	20.809	20.600
ISS (b)	-	-	538	538
FNDE (c)	-	-	1.545	1.467
FGTS (d)	-	-	1.502	1.614
INSS (e)	-	-	237	237
PIS (f)	-	-	126	126
COFINS (f)	-	-	908	908
Acordo Transação IPTU - Municial (h)	-	-	1.556	-
Acordo Transação Tributário - PGFN (g)	-	-	3.443	2.160
Acordo Transação Previd. - PGFN (g)	24	20	4.877	2.606
	24	20	35.541	30.256
Passivo não circulante:				
ICMS (a)	-	-	4.851	5.224
FNDE (c)	-	-	1.316	1.394
FGTS (d)	-	-	13.704	14.659
INSS (e)	-	-	28	44
Acordo Transação IPTU - Municial (h)	-	-	4.499	-
Acordo Transação Tributário - PGFN (g)	-	-	11.446	14.096
Acordo Transação Previd. - PGFN (g)	62	71	6.163	11.856
	62	71	42.007	47.273
Total dos passivos circul. e não circul.	86	91	77.548	77.529

(a) O saldo apresentado refere-se a: i) débitos do ICMS das competências de março de 1997 a junho de 2005 parcelados em 120 meses, parcelamento este instituído pelo Decreto nº 51.960, publicado em julho de 2007, denominado "PPI do ICMS", parte deste saldo, no valor de R$ 8.267, foi quitado, no exercício de 2012 com saldo de crédito acumulado da matriz, outra parte deste saldo, no valor de R$ 10.031, foi quitada no exercício de 2016, com liberação de crédito acumulado da filial sertãozinho. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é devido em até 51 meses, atualizado pela taxa SELIC; ii) parcelamento convencional da filial em Sertãozinho das competências 01/2005 a 05/2005 e 03/2006 a 06/2006 parcelado em 60 meses, instituído pela Resolução SF 108/10, rompido em 24/11/2015 e efetuado a recomposição contábil em 31/10/2016, transferido para impostos a recolher. Atualmente todos os parcelamentos citados neste parágrafo encontram-se rompidos. Em 27 de junho de 2014 a controlada Dedini S/A Indústrias de Base solicitou, referente a unidade Matriz, parcelamento de ICMS junto à Fazenda Estadual do Estado de São Paulo. O parcelamento, denominado de "PEP ICMS", de nº 20085157-8, contempla à competência de abril de 2012 e o mesmo foi efetuado em 120 parcelas, o saldo devedor em 31 de dezembro de 2020 é de 102 parcelas. Atualmente encontra-se rompido. Em 29 de agosto de 2014 a controlada Dedini S/A Indústrias de Base solicitou, referente a unidade Matriz, parcelamento de ICMS junto à Fazenda Estadual do Estado de São Paulo. O parcelamento, denominado de "PEP ICMS", de nº 20109774-5, contempla competências inseridas nos seguintes períodos: julho a novembro de 2009, janeiro a novembro de 2010, fevereiro a novembro de 2011, fevereiro a dezembro de 2012 e julho a outubro de 2013. O mesmo foi efetuado em 120 parcelas e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2020 é de 104 parcelas. Atualmente encontra-se rompido e a atualização é baseada na taxa Selic. Em 26 de julho de 2018 a controlada Dedini S/A Indústrias de Base efetuou um parcelamento convencional da sua unidade matriz, CNPJ 50109271/0001-58, parcelamento esse de nº 01610469-3, referente à competência de março de 2018, no total de 60 parcelas, com vencimento final para julho de 2023. Em janeiro de 2019 a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo reconsolidou o citado parcelamento visto que a mesma (SEFAZ-SP) estava cobrando taxa diária indevida, a qual foi alterada para a SELIC. Até a data de emissão dessa nota explicativa, ou seja, fevereiro de 2024, a Empresa encontrava-se adimplente com todas as parcelas do parcelamento. Em 03 de setembro de 2020 a controlada Dedini S/A Indústrias de Base consolidou um parcelamento de nº 50031639-3, da sua unidade matriz em Piracicaba-SP, da CDA 1215072099, referente a diversas competências entre o período de julho de 2009 até outubro de 2013 a ser quitado em 36 parcelas mensais. O pagamento do parcelamento se encerrou em setembro de 2023. Em 12 de agosto de 2021 a controlada Dedini S/A Indústrias de Base consolidou um parcelamento de nº 50046256-3, da sua antiga unidade de Sertãozinho-SP, da CDA 1252024988, referente a competência de dezembro de 2017, a ser quitado em 24 parcelas mensais. O pagamento do parcelamento se encerrou em julho de 2023. Em 03 de junho de 2022 a controlada Dedini S/A Indústrias de Base consolidou sete novos parcelamentos da sua unidade de Maceió-AL, com a seguinte composição: Processo 18071096-CDA nº 39 competência dezembro de 2011, Processo 18071092-CDA nº 820, competências diversas entre março de 2010 até agosto de 2011, Processo 18071094-CDA nº 947, competências de março, abril e maio de 2015, Processo 18071095-CDA nº 1361, competências diversas entre abril de 2014 a fevereiro de 2015, Processo 18071098-CDA nº 1538, das competências de dezembro de 2015 e janeiro de 2016, Processo 18071093-CDA nº 2221, das competências de outubro de 2013 e fevereiro e março de 2014 e Processo 18071098- CDA nº 2926, das competências de julho de 2016 a fevereiro de 2017. Todos os parcelamentos são compostos de 60 parcelas mensais e o vencimento final será em 31 de maio de 2027. Em 07 de dezembro de 2022 a controlada Dedini S/A Indústrias de Base consolidou um parcelamento de nº 70096619-7, da sua matriz em Piracicaba-SP, da CDA 1266384913, referente as competências de janeiro, fevereiro e março de 2000 e junho de 2005, a ser quitado em 84 parcelas mensais. O pagamento do parcelamento se encerrará em novembro de 2029. Em 04 de abril de 2023 a companhia consolidou um parcelamento de nº 128539, de sua unidade em Maceio-AL, referente competências de setembro, novembro e dezembro de 2020, num montante de R$ 168, em 60 parcelas de R$ 3, que será encerrado em março de 2028. Em novembro de 2023 a controlada Codistil do Nordeste Ltda consolidou um parcelamento de nº 10564162-03, em Recife-PE, referente diversas competências de 2017, 2020 e 2021, num montante de R$ 283, em 60 parcelas mensais de R$ 9, que será encerrado em setembro de 2028. (b) Refere-se basicamente a dois parcelamentos de tributos municipais (ISS) das competências de 1998 a 2005, devidos à Prefeitura de Piracicaba. Em novembro de 2006 e janeiro de 2007, esses débitos foram parcelados em 60 meses; parcelamentos estes rompido pelo motivo de Dação em Pagamento Processo nº 102529/2008 de 29/08/2008. (c) Referem-se a impostos apurados sobre as competências de maio de 2001 a janeiro de 2003. Em novembro de 2009, a Sociedade optou pelo parcelamento desses débitos através da adesão ao REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Esse parcelamento atualmente encontra-se rompido, a atualização ocorrida mensalmente pela Selic. (d) Em 12 de Setembro de 2014, a "DIB" e a Caixa Econômica Federal firmaram um novo Contrato de Parcelamento Administrativo/Inscrito sob. nº 2014005390, num total de 180 parcelas, onde foram inclusos todos os débitos de FGTS em atraso, referente a todos funcionários, tanto ativos quanto demitidos, abrangendo às competências de dezembro de 2009 até agosto de 2014. O saldo é atualizado pela Taxa Referencial - TR acrescidas de juros de 3% ao ano. Até 31 de dezembro de 2018 a Empresa estava adimplente em relação a este parcelamento. O parcelamento foi rompido em janeiro de 2019. (e) Referem-se basicamente a débitos de INSS (R$ 218) da controlada indireta Codistil, das competências de dezembro de 2008 ao 13º salário de 2011, parcelados junto ao Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil, em 60 meses, o qual encontra-se rompido e em 31 de dezembro de 2020 é devido em até 28 meses, pela taxa Selic. Em dezembro de 2020 a controlada direta "DIB" firmou junto ao estado de Alagoas um parcelamento de INSS num montante atualizado de R$ 93 mil, em sessenta parcelas e com vencimento final para novembro de 2025, referente às competências de fevereiro a setembro de 2015, exceto o mês de maio de 2015. (f) O saldo refere-se ao PIS/COFINS da controlada indireta Codistil do Nordeste Ltda, parcelado em 60 meses junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN de acordo com a Lei 10.522/02, o qual encontra-se rompido e em 31 de dezembro de 2020 é devido em até 24 meses. A atualização mensal é com base na taxa Selic.

(g) A controlada direta "DIB" firmou junto a "PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional", em dezembro de 2020, dois Acordos de Transação Excepcional, da seguinte maneira: I - modalidade Tributária, de nº 3966542, num montante de R$ 15.940.978,56, a ser quitado em 84 parcelas sendo a última a vencer em 30 de novembro de 2027. II - modalidade Previdenciária, de nº 3965770, num montante de R$ 15.640.758,74, a ser quitado em 60 parcelas sendo a última a vencer em 30 de novembro de 2025. (h) O saldo refere-se a dois parcelamentos (nºs 2091 e 2730) firmados pela controlada "DIB" com a Prefeitura Municipal de Piracicaba, para regularização do saldo de Iptu, com as seguintes situações: I - modalidade Iptu, de nº 2091, num montante de R$ 5.880, referente competências de 2013 a 2020, a ser quitado em 60 parcelas sendo a última a vencer em fevereiro de 2028, com parcela principal no montante mensal de R$ 98. II - modalidade Iptu, de nº 2730, num montante de R$ 960, referente competências de 2017 a 2021, a ser quitado em 96 parcelas sendo a última a vencer em dezembro de 2030, com parcela principal no montante mensal de R$ 10.

24 - Outras contas a pagar

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Funcionários (a)	99	226	26.646	39.168
Novaportfolio Participações S/A (b)	-	-	207.985	214.085
Outras contas	11	11	1.340	572
	110	237	235.971	253.825
Passivo circulante	110	237	35.830	45.814
Passivo não circulante	-	-	200.141	208.011

(a) Refere-se a acordos trabalhistas firmados, decorrente de processos trabalhistas em que o Grupo é polo passivo. (b) O saldo à pagar para a Empresa NovaPortfólio S/A refere-se à Confissão de Dívidas que a controlada direta "DIB" assumiu, face ao saldo devedor que havia, da própria "DIB" bem como de sua coligada "DES - Dedini S/A Equipamentos e Sistemas, perante ao Banco BVA. A Confissão de Dívidas será quitada em até 120 parcelas e conforme a "DIB" for cumprindo os pagamentos de acordo com o cronograma estipulado, haverão bônus de adimplência os quais poderão chegar a aproximadamente 70% do total da dívida.

25 - Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 45.145 (idêntico em 2022), representado por 45.144.733 ações ordinárias, sem valor nominal (idêntico número em 2022).

b. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c. Reservas de reavaliação reflexa

Constituída em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado das controladas, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Decorrente do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

26 - Receita líquida

Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado 2023	2022
Decorrente de cont. de constr. para o merc. interno	792.884	757.141
Decorrente de cont. de constr. para o merc. externo	153.860	107.985
Serviços prestados	93.313	72.214
Receita bruta	1.040.057	937.340
Menos:		
Devoluções	(23.367)	(13.932)
Impostos sobre vendas	(130.299)	(133.734)
Total da receita contábil	886.391	789.674

27 - Despesas operacionais por natureza

	Consolidado 2023	2022
Matéria prima consumida	(401.851)	(424.476)
Serviços prestados por terceiros	(85.902)	(63.025)
Salários e encargos sociais	(220.371)	(232.275)
Depreciação e amortização	(19.828)	(17.956)
Aluguéis	(17.412)	(9.332)
Outros gastos de produção	(46.427)	(35.746)
Outros gastos	(25.353)	(18.904)
	(817.144)	(801.714)
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custos dos prod. vend. e dos serv. prestados	(704.181)	(663.400)
Despesas de vendas	(33.990)	(28.294)
Despesas administrativas	(78.973)	(110.020)
	(817.144)	(801.714)

28 - Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Consolidado 2023	2022
Outras despesas:		
ICMS e IPI sobre outras entradas e saídas	(1.996)	(1.767)
Impostos e taxas diversas	(2.438)	(1.778)
Pis e Cofins sobre receitas Financeiras	(3.014)	(3.299)
ICMS s/ ativo imobilizado não realizado	(135)	(62)
Custo na baixa de imobilizado	-	(120)
Baixa de créditos fiscais não realizáveis	(103.170)	-
Baixa de outros valores não realizáveis	(8.553)	-
Outras	(1.129)	(31.798)
	(120.435)	(38.824)
Outras receitas:		
Venda de sucata	6.764	2.412
Receita na venda de imobilizado	16	1.121
Reversão de provisão para contingências	640	14.666
Reversão de provisão para devedores duvidosos	18.929	18.653
Outras	2.060	1
	28.409	36.853
Líquido	(92.026)	(1.971)

29 - Receitas financeiras

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Atualização de saldos com empr. do grupo e acionistas	3.678	3.441	45.196	39.282
Rendimentos sobre aplicação financeira	-	-	211	199
Variação cambial	-	-	11.089	17.305
Variação monetária sobre créditos	-	-	-	248
Juros ativos sobre duplicatas a receber	-	-	328	130
Descontos obtidos	-	-	-	6.471
Outros	-	-	364	1.094
	3.678	3.441	57.188	64.729

30 - Despesas financeiras

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Atualização de saldos com empresas do grupo	(13.606)	(11.831)	(2.200)	(1.861)
Juros e multa sobre impostos, encargos e outros	(12)	(5)	(10.257)	(3.555)
Juros sobre financiamentos	-	-	(11.023)	(9.918)
Juros passivos	-	-	(1.036)	(574)
Despesas bancárias	-	-	(2.029)	(5.836)
Variação cambial	-	-	(10.787)	(24.728)
Outras	-	-	(25)	(868)
	(13.618)	(11.836)	(37.357)	(47.340)

31 - Evento subsequente:

Em 28 de dezembro de 2022, a controlada direta, DEDINI S/A INDÚSTRIAS DE BASE e todas as demais Empresas "DEDINI", apresentaram para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, proposta de Transação Tributária Individual, contemplando a negociação de todo passivo fiscal federal das companhias. A referida proposta recebeu o número de requerimento 20220467544 (Protocolo: 3638152022) e passou a tramitar na Unidade da PGFN da Terceira Região. Desde então foram negociados com a PGFN os descontos que serão aplicados à cada uma das CDAs, as garantias adicionais aos bens que já se encontravam penhorados em ações de execução fiscal, a compensação de parte do saldo devedor mediante a utilização de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, a utilização de direitos creditórios em desfavor da União para fins de amortização ou liquidação de saldo devedor da dívida transacionada, entre outros detalhes. As negociações avançaram até que em 10 de outubro de 2023, através do DESPACHO SICAR 20220467544, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional confirmou que aceitou a proposta de pagamento apresentada pelas Empresas "DEDINI" e, por este motivo, aliado ao ajuste das garantias exigidas, e na medida que a conclusão da negociação depende exclusivamente de atividade da PGFN, foi deferido o pedido de suspensão de todas execuções fiscais que apresentam risco de penhora ou expropriação de bens. Desde então a minuta do acordo vem sendo debatida entre Contribuintes e a Procuradoria, até que os termos finais foram aprovados no mês de fevereiro de 2024 e aguarda-se, por fim, a assinatura definitiva do Acordo de Transação ainda no primeiro trimestre do ano de 2024.

Conselho de Administração:
Giuliano Dedini Ometto Duarte
Marcos Dedini Ricciardi
Márcia Farah de Toledo Dedini
Diretoria:
Giuliano Dedini Ometto Duarte - Diretor Presidente
Marcos Dedini Ricciardi - Diretor Vice-Presidente
Juracy Roberto Sarto - Contador - CT - CRC 1SP 185620/O-4

DEDINI S.A. EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

CNPJ: 67.541.961/0001-84

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	20	26
Impostos a recuperar	6	699	687
Outros créditos	8	337	308
Total do ativo circulante		**1.056**	**1.021**
Não circulante			
Realizável a longo prazo:			
Aplicações financeiras	12	643	1.244
Mútuo financeiro	7	109.766	103.388
Impostos a recuperar	6	146	146
Depósitos judiciais	9	14	-
Outros créditos	8	83.578	83.578
		194.147	188.356
Propriedades para investimento	10	135.581	136.496
Ativo imobilizado	11	61.038	70.811
Intangível		66	66
		196.685	207.373
Total do ativo não circulante		**390.832**	**395.729**
Total do ativo		**391.888**	**396.750**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	610	648
Fornecedores	13	197	338
Adiantamentos de clientes		250	250
Impostos e contribuições a recolher	14	165.627	164.357
Parcelamento de impostos	15	275.606	273.639
Outros parcelamentos de impostos	16	5.626	5.121
Salários e férias a pagar		606	418
Outras contas a pagar		30	3
Total do passivo circulante		**448.552**	**444.774**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	-	610
Fornecedores	13	56	65
Parcelamento de impostos	15	47.757	49.679
Outros parcelamentos de impostos	16	2.858	3.384
Mútuo financeiro	7	94.375	87.014
Provisões	17	11.999	11.796
Passivos fiscais diferidos	18	67.017	70.467
Total do passivo não circulante		**224.062**	**223.015**
Patrimônio líquido	19		
Capital social		143.310	143.310
Reserva de reavaliação		83.250	83.534
Ajuste de avaliação patrimonial		122.326	128.739
Prejuízos acumulados		(629.612)	(626.622)
Total do patrimônio líquido		**(280.726)**	**(271.039)**
Total do passivo		**672.614**	**667.789**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**391.888**	**396.750**

Demonstrações de resultados (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita	20	5.656	5.366
Custo dos serviços prestados	21	(12.655)	(13.847)
Lucro / (Prejuízo) bruto		(6.999)	(8.481)
Despesas de vendas	21	-	-
Despesas administrativas	21	(879)	(2.090)
Outras (desp.) / receitas operacionais	22	(281)	(2.438)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(8.159)	(13.009)
Receitas financeiras	23	6.516	6.191
Despesas financeiras	24	(11.494)	(11.035)
Financeiras líquidas		(4.978)	(4.844)
Resultado antes dos impostos		(13.137)	(17.853)
Imp. de renda e contrib. social dife.	18	3.450	4.092
Resultado do exercício		(9.687)	(13.761)

Demonstrações de resultados abrangentes (Em milhares de reais)

	2023	2022
Resultado do exercício	(9.687)	(13.761)
Resultado abrangente total	(9.687)	(13.761)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**143.310**	**83.948**	**136.269**	**(620.805)**	**(257.278)**
Realização da reserva de reavaliação	-	(414)	-	414	-
Realização do custo atribuído	-	-	(7.530)	7.530	-
Resultado do exercício	-	-	-	(13.761)	(13.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**143.310**	**83.534**	**128.739**	**(626.622)**	**(271.039)**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**143.310**	**83.534**	**128.739**	**(626.622)**	**(271.039)**
Realização da reserva de reavaliação	-	(284)	-	284	-
Realização do custo atribuído	-	-	(6.413)	6.413	-
Resultado do exercício	-	-	-	(9.687)	(9.687)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**143.310**	**83.250**	**122.326**	**(629.612)**	**(280.726)**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(9.687)	(13.761)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	10.688	10.801
Baixa líquida do ativo imobilizado e intangível	(6)	2.006
Despesas financeiras líquidas	4.914	4.818
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.450)	(4.092)
Constituição de provisão para contingências	203	203
Caixa aplicado nas atividades operacionais	2.662	(25)
Estoques	-	10
Impostos a recuperar	(12)	78
Redução em partes relacionadas	(3.770)	(1.722)
Outros ativos	(43)	1.523
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(150)	(662)
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	1.261	1.154
Salários e férias a pagar	188	110
Outras contas a pagar	27	(212)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	**163**	**254**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de (aplicação em) aplicações financeiras	601	508
Perda na baixa de investimentos não realizáveis	-	12
Venda de ativo imobilizado	6	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**607**	**520**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos bancários pagos	(776)	(777)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(776)**	**(777)**
(Redução) Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	**(6)**	**(3)**
Demonstração do movimento no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**26**	**29**
No fim do exercício	**20**	**26**
(Redução) Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	**(6)**	**(3)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional

A Dedini S.A. Equipamentos e Sistemas ("DES" ou "Companhia") têm como principais objetivos operacionais: (a) a cessão de ativos intangíveis de sua propriedade, através da cobrança de "royalties"; e (b) o arrendamento de imóveis, máquinas e equipamentos industriais para a parte relacionada Dedini S.A. Indústrias de Base ("DIB"). Adicionalmente, a Sociedade tem como objeto social a industrialização de bens de capital, a elaboração e a execução de projetos, bem como sua comercialização no País ou no exterior e a prestação de serviços e locação de mão de obra. Em função da operação da Companhia concentrar-se exclusivamente na participação em sociedades coligadas, a mesma depende do êxito das medidas incluídas no plano de recuperação financeira e operacional, principalmente de sua parte relacionada Dedini S.A. Indústrias de Base ("DIB") para a continuidade de suas operações. Com a eventual retomada do setor Sucroenergético, a parte relacionada "DIB" estará preparada para apresentar ao setor seus mais recentes lançamentos de Equipamentos e Produtos, desenvolvidos internamente por profissionais experientes e renomados do setor, objetivando eficiência, ganhos de produção, satisfação do cliente e respeito à sustentabilidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a DIB apresentou receitas líquidas no montante de R$ 886.391 (R$ 789.674 em 31/12/2022), observando-se, portanto, um aumento das receitas equivalente a 12% em relação ao exercício anterior, sendo gerado lucro no exercício correspondente a R$ 12.294. Se constatou também que a Companhia implementou os pagamentos consignados no Plano de Recuperação Judicial, além dos relativos às obrigações correntes. Por outro lado, a administração está implementando esforços no sentido de, conforme permissiva legal utilizar os prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro em créditos passíveis para abatimento da dívida consolidada dos impostos federais, cujos efeitos serão refletidos nos exercícios subsequentes. Em decorrência dos fatos descritos, corroborado principalmente pelo significativo aumento das receitas, aliados aos demais mencionados, se configuram minimizados os efeitos relacionados às incertezas quanto à continuidade operacional da Companhia.

Recuperação Judicial

Em 15 de fevereiro de 2017, a Companhia obteve a homologação de seu Processo de Recuperação Judicial, na 2ª Vara Cível de Piracicaba-SP, dando continuidade ao Plano de Recuperação Judicial, ora aprovado na Assembleia Geral dos Credores no ano de 2016. Com isso a Companhia reduziu em até 50% as dívidas existentes junto aos Credores homologados no Plano de Recuperação. Além disto, até 31 de dezembro de 2020 a Companhia já havia liquidado cerca de 99% dos saldos trabalhistas em aberto, em conformidade ao regimento da Recuperação Judicial, bem como aprovação do Juiz responsável pelo acompanhamento da recuperação. Em junho de 2021 a Companhia, conforme definição do Meritíssimo Juiz responsável pela Recuperação Judicial, deixou de ser fiscalizada mensalmente pela sua "AJ - Administradora Judicial" em função de estar cumprindo regularmente, até esse momento, com as diretrizes definidas pelo Plano de Recuperação Judicial.

2 - Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 5 de abril de 2024.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas: As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 11 - Ativo imobilizado;
- Nota nº 17 - Provisões; e
- Nota nº 18 - Ativos e passivos fiscais diferidos.

3 - Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, mútuo financeiro e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamentos de clientes, mútuo financeiro e outras contas a pagar.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b. Imobilizado e propriedades para investimento

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e propriedades para investimento são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado e propriedades para investimento são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado e propriedade para investimento. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado e propriedades para investimento. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado e propriedades para investimento têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado e propriedades para investimento. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado e propriedades para investimento (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e propriedades para investimento), são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subseqüentes

O custo de reposição de um componente da propriedade é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia da propriedade para investimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado e propriedades para investimento são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado e propriedades para investimento são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

Edificações	20-49 anos
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1-20 anos
Benfeitorias em propr. de terceiros e outras imobilizações	2-25 anos
Móveis e utensílios	2-25 anos
Veículos	2-10 anos
Equipamentos de informática	1-17 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

c. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

d. Ativos arrendados (leasing)

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos nos balanços patrimoniais da Companhia.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h. Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(i) Receita de royalties

A receita de royalties decorre da utilização de ativos intangíveis de propriedade da Companhia para a parte relacionada DIB, calculada com base em percentual de faturamento dos equipamentos que se utilizaram destes ativos intangíveis por parte desta parte relacionada e é reconhecida no resultado no momento do faturamento por esta parte relacionada.

(ii) Receita de aluguéis

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos e ajustes de desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda) e, 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, as quais levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

4 - Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- Outros recebíveis, mútuo financeiro, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação; e
- Empréstimos e financiamentos e mútuo financeiro estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	20	26
	20	26

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras de curto prazo.

6 - Impostos a recuperar

	2023	2022
Ativo Circulante:		
IPI	181	181
ICMS	446	446
Outros	72	60
	699	687
Ativo não Circulante:		
IRRF retido na fonte	146	146
	845	833

7 - Partes relacionadas

a. Composição dos saldos - Operações com empresas relacionadas

	2023 Ativo não circul.	2023 Passivo não circul.	2022 Ativo não circul.	2022 Passivo não circul.
Companhia relacionada				
Dedini S.A. Indúst. de Base (i)	-	91.813	-	84.663
Companhia controladora				
Dedini S.A. Adm. e Partic.	-	107	-	107
Companhias relacionadas:				
Dedini Refratários Ltda.	-	258	-	228
Codistil do Nordeste Ltda.	-	1.575	-	1.394
Denel Dedini Ene. e Equip. Ltda	-	622	-	622
AD Particip. Ltda. (ii)	27.054	-	25.482	-
Doado S.A. Particip. (ii)	57.087	-	53.770	-
Nidar Particip. Ltda. (ii)	25.625	-	24.136	-
	109.766	2.455	103.388	2.244
Total do circ. e não circ.	109.766	94.375	103.388	87.014

Os saldos a receber e a pagar entre as empresas relacionadas estão classificados de acordo com a expectativa de recebimento e liquidação da Administração da Companhia. Os principais saldos e operações entre as partes relacionadas têm as seguintes natureza e condições.

(i) Dedini S.A. Indústrias de Base: decorrente de adiantamento para compensação com saldo de Royalties a pagar e aluguéis de equipamentos, que vem sendo atualizado com juros que variam entre SELIC, TJLP e 100% da CDI. Tal saldo será liquidado com os seguintes valores: a) "royalties", advindos da utilização de ativos intangíveis de propriedade da DES. A remuneração acordada entre as partes foi calculada com base na aplicação do percentual de 0,5%, conforme contrato firmado e o cálculo é sobre a receita operacional líquida mensal da Companhia. O referido contrato é de caráter não exclusivo e por tempo indeterminado; e **b)** aluguel de máquinas e os equipamentos, edificações e móveis, são alugados para a Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, as receitas de aluguel das propriedades mencionadas totalizaram o montante de R$ 1.800 (R$ 1.800 em 2022). O referido aluguel não transfere a propriedade dos ativos para a Companhia e compreende bens que podem ser utilizados por terceiros, à opção dos proprietários, ao final do contrato, se este não for renovado; **(ii)** A D Participações Ltda., Doado S.A. Participações e Nidar Participações Ltda.: refere-se a cessão de créditos pela empresa Dedini International Trading, os saldos vem sendo atualizados pela TR + juros de 1% a.m.

b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos que influenciaram os resultados dos exercícios em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas empresas relacionadas, conforme demonstrado a seguir:

Transações da Sociedade	2023 Receita de aluguéis	2023 Receita de "royalties"	2023 Receita desp. financ.	2022 Receita de aluguéis	2022 Receita de "royalties"	2022 Receitas desp. financ.
Dedini S.A.						
Indústrias de Base	1.800	4.432	(10.918)	1.800	3.948	(10.274)
AD Participações Ltda.	-	-	1.572	-	-	1.480
Doado S.A. Particip.	-	-	3.316	-	-	3.124
Nidar Particip. Ltda.	-	-	1.489	-	-	1.402
Total	1.800	4.432	(4.541)	1.800	3.948	(4.268)

8 - Outros créditos

	2023	2022
Ativo circulante		
Outros valores a receber	337	308
	337	308
Ativo não circulante		
Propriedades rurais (i)	83.578	83.578
	83.915	83.886

(i) As propriedades rurais estão compostas por três fazendas adquiridas em 1999, acrescidas por reavaliação espontânea no montante de R$ 81.138, com base em laudo de avaliação fundamentado no potencial madeireiro das áreas.

As fazendas fazem parte da Ação de Indenização por Desapropriação Indireta interposta pela Companhia contra a União Federal, em trâmite perante a 4ª Vara Federal de Manaus - AM, processo nº 2004.32.00.004326-8, objetivando o recebimento de indenização em razão de o Decreto Federal nº 2.485/98 ter criado a Floresta Nacional de Humaitá, no Estado do Amazonas. Dentro da referida floresta encontram-se as Fazendas Mogno I, II e III, de propriedade da DES. Segundo conclusão do perito judicial, a desapropriação das Fazendas Mogno I, II e III foi procedida de forma ilegal, conferindo se, por tal circunstância, a obrigatoriedade de indenização por parte da União Federal à DES. Em 2008 o Laudo Pericial do referido processo, no valor de R$ 94.607, foi aceito pelo perito judicial e atualmente está aguardando homologação pelo Juiz. A realização desse montante depende do desfecho favorável. Em 2012 o Juiz da Primeira Instância entendeu ter ocorrido a prescrição do direito à indenização. Em razão, o processo foi remetido para o TRF-1ª Região - Manaus- para decisão à respeito da ocorrência ou não do prazo prescricional. O Recurso de Apelação foi distribuído para a 3ª Turma do TRF-1ª Região, e, atualmente, encontra-se no aguardo de conclusão para relatório e voto, no Gabinete do Sr. Desembargador Federal, Mário Cesar Ribeiro e, portanto, ainda não houve julgamento, conforme nossa última verificação em 14/02/2017. Em 23/11/2017 o Processo foi remetido para o gabinete do Juiz Federal Edison Moreira Grillo Junior, da 1ª Turma Recursal de Minas Gerais e até 28/02/2018 não houve definição alguma sobre o mesmo. Em 30/11/2018 o Processo foi redistribuído para o Desembargador Federal Hilton Queiroz, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região-AM- e até 31 de dezembro de 2023 não houveram novas decisões.

9 - Depósitos judiciais

Processos trabalhistas

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Retenção referente a processos durante o exercício	14
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14

10 - Propriedades para investimentos

a. Custo

2023

	Saldo em 31/12/2022	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Edificações	55.129	-	-	-	55.129
Terrenos	93.253	-	-	-	93.253
	148.382	-	-	-	148.382

2022

	Saldo em 31/12/2021	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Edificações	55.129	-	-	-	55.129
Terrenos	93.253	-	-	-	93.253
	148.382	-	-	-	148.382

b. Depreciação

2023

	Saldo em 31/12/2022	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Edificações	(11.886)	(915)	-	-	(12.801)
	(11.886)	(915)	-	-	(12.801)

2022

	Saldo em 31/12/2021	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Edificações	(10.972)	(914)	-	-	(11.886)
	(10.972)	(914)	-	-	(11.886)

c. Valor contábil líquido

	2023 Custo	2023 Deprec.	2023 Líquido	2022 Custo	2022 Deprec.	2022 Líquido
Edificações	55.129	(12.801)	42.328	55.129	(11.886)	43.243
Terrenos	93.253	-	93.253	93.253	-	93.253
	148.382	(12.801)	135.581	148.382	(11.886)	136.496

11 - Ativo imobilizado

a. Custo

2023

	Saldo em 31/12/2022	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Máquinas, equipam. e instal. indust.	252.387	-	-	-	252.387
Benf. em propried. de terc. e outras imob.	11.133	-	-	-	11.133
Móveis e utensílios	3.867	-	-	-	3.867
Veículos	1.504	-	(38)	-	1.466
Equipam. de inform.	887	-	-	-	887
	269.778	-	(38)	-	269.740

2022

	Saldo em 31/12/2021	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Máquinas, equip. e instal. industriais	258.336	-	(5.949)	-	252.387
Benf. em propr. de terc. e outras imobil.	11.133	-	-	-	11.133
Móveis e utensílios	3.867	-	-	-	3.867
Veículos	1.589	-	(85)	-	1.504
Equip. de informática	887	-	-	-	887
	275.812	-	(6.034)	-	269.778

b. Depreciação

2023

	Saldo em 31/12/2022	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Máquinas, equip. e insta. industriais	(181.612)	(9.766)	-	(1)	(191.379)
Benf. em propriedades de terc. e out. imobil.	(11.127)	(1)	-	-	(11.128)
Móveis e utensílios	(3.837)	(6)	-	-	(3.843)
Veículos	(1.504)	-	38	-	(1.466)
Equip. de informática	(887)	-	-	1	(886)
	(198.967)	(9.773)	38	-	(208.702)

2022

	Saldo em 31/12/2021	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Máquinas, equip. e instalações indust.	(175.677)	(9.879)	3.944	-	(181.612)
Benf. em propried. de terc. e outras imob.	(11.127)	-	-	-	(11.127)
Móveis e utensílios	(3.830)	(7)	-	-	(3.837)
Veículos	(1.589)	-	85	-	(1.504)
Equip. de informática	(886)	(1)	-	-	(887)
	(193.109)	(9.887)	4.029	-	(198.967)

c. Valor contábil líquido

	2023 Custo	2023 Deprec.	2023 Líquido	2022 Custo	2022 Deprec.	2022 Líquido
Máquinas, equipam. e inst. indust.	252.387	(191.379)	61.008	252.387	(181.612)	70.775
Benf. em prop. de terc. e outras imobilizações	11.133	(11.128)	5	11.133	(11.127)	6
Móveis e utensílios	3.867	(3.843)	24	3.867	(3.837)	30
Veículos	1.466	(1.466)	-	1.504	(1.504)	-
Equipamentos de informática	887	(886)	1	887	(887)	-
	269.740	(208.702)	61.038	269.778	(198.967)	70.811

12 - Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Modal.	Moeda	Index./Taxa	Garantias	Vencim. final	2023 Valor cont.	2023 Valor justo	2022 Valor cont.	2022 Valor justo
CCB	R$	1,10% a.m	(a) / (b)	Outub./2024	648	648	1.425	1.425
(-) Custo de transação a apropriar					(38)	(38)	(167)	(167)
Total					610	610	1.258	1.258
Passivo circulante					610	610	648	648
Passivo não circulante					-	-	610	610

(a) Em outubro de 2020 a Companhia firmou um empréstimo bancário na modalidade "CCB" junto ao Banco Daycoval S/A no montante de R$ 2.162 (dois milhões cento e sessenta e dois mil reais). Esse empréstimo está garantido por uma aplicação financeira, aplicação esta efetuada no mesmo banco, com prazo de resgate para outubro de 2024. **(b)** O saldo da aplicação financeira em 31/12/2023, é de R$ 643 (Seiscentos e quarenta e três mil reais) e a mesma poderá ser resgatada assim que a "DES" cumprir todas as obrigações inerentes à quitação do empréstimo bancário junto ao Banco Daycoval.

13 - Fornecedores (a)

	2023	2022
Fornecedores vencidos	131	301
Fornecedores a vencer	122	102
	253	403
Passivo circulante	197	338
Passivo não circulante	56	65

(a) Com a homologação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, os valores devidos a fornecedores, inclusos no referido Plano, sofreram deságio de 50% com prazo atual de onze anos para quitação e os valores apresentados em 31/12/2023 já estão realizados com os devidos deságios.

14 - Impostos e contribuições a recolher

	2023	2022
Impostos e contribuições a vencer	167	138
Impostos e contribuições em atraso: **(a)**		
COFINS **(b)**	17.303	16.714
PIS **(b)**	3.650	3.647
FNDE **(c)**	15.224	15.224
IRRF **(d)**	4.678	4.678
IRPJ **(e)**	3.698	3.698
CSLL **(e)**	1.333	1.333
INSS **(f)**	14.966	14.966
ICMS **(g)**	95.355	95.355
Outros	9.253	8.604
	165.460	164.219
	165.627	164.357

(a) O saldo é atualizado por juros e multas conforme determina a legislação vigente sem a aplicação dos encargos legais sobre os débitos em fase de execução, nos termos do Decreto Lei 1.025/69. Conforme descrito na nota explicativa nº25, a Companhia firmou acordo com a procuradoria para renegociação dos passivos tributários federais. O deságios concedidos, bem como compensações permitidas com prejuízos fiscais e o saldo atualizado do passivo fiscais será reconhecido em 2024. **(b)** Referem-se a débitos do Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de diversas competências entre janeiro de 2009 a dezembro de 2023 decorrente de parcelamentos convencionais rompidos; **(c)** Refere-se ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), apurado sobre a diversas competência entre agosto de 2008 a janeiro de 2020. **(d)** Refere-se ao saldo de IRRF o qual a Administração da Companhia está pleiteando junto a Receita Federal do Brasil, a quitação, através de penhora de bens de sua propriedade bem como diversas competências entre dezembro de 2009 a março de 2019. **(e)** Refere-se ao saldo de Contribuição Social sobre o lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), apurado durante o exercício de 2009 e janeiro de 2010, os quais foram parcelados em 2010 através da Lei 10.522/2002 e posteriormente rompido em setembro de 2011. A Companhia foi executada pela Justiça Federal através das Execuções Fiscais nºs 23652820114036109 (CDA 80610062844-30/CSLL e CDA 80210030884-52/IRPJ) e 51529320124036109 (CDA 80212000784-09/IRPJ e CDA 80612002013-07/CSLL), nas quais apresentou defesas por entender serem indevidas as cobranças do IRPJ e CSLL com base em estimativas, defesas estas que se encontram aguardando decisão judicial. Em dezembro de 2016, através do rendimento auferido com o Leilão do prédio da Mecânica Pesada, a Secretaria da Receita Federal amortizou parte destes impostos sendo, R$ 8.197 de IRPJ e R$ 2.986 de CSLL. Demais competências compreendidas em o exercício de junho de 2014 a dezembro de 2019. **(f)** Valor referente recomposição do artigo 3º da lei 11.941/2009, débito este não aceito pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na consolidação do Refis IV. A Companhia questiona judicialmente a exclusão, por meio do mandato de Segurança nº 0005780-19.2011-403.6109, na medida em que o ato praticado pela Procuradoria da Fazenda Nacional ocorreu, prematuramente, de forma incompatível com a legislação do REFIS, reconhecido com base da opinião dos seus assessores externos, que consideram provável o risco de perda de tal medida judicial. **(g)** Refere-se a débitos do ICMS das competências de janeiro de 1983 a julho de 2000, anteriormente parcelados em 120 meses, conforme Decreto nº 51.960, publicado em julho de 2007, denominado "PPI do ICMS", o qual foi rompido em Novembro de 2011, recalculado e transferido da rubrica "Outros parcelamentos de impostos" para o passivo circulante, na rubrica "Impostos e contribuições a recolher", bem como outras diversas competências entre o período de dezembro de 2011 a janeiro de 2021.

15 - Parcelamento de impostos

	2023	2022
REFIS IV:		
INSS	216.246	216.246
SESI	12.371	12.371
SENAI	4.959	4.950
Receita Fed. do Brasil e Proc.-Geral da Faz. Nacional	90.877	90.844
(-) Depósitos judiciais	(1.090)	(1.093)
	323.363	323.318
Passivo circulante	275.606	273.639
Passivo não circulante	47.757	49.679

Em novembro de 2009 a Companhia optou pelo parcelamento de seus débitos de impostos e contribuições federais, vencidos até novembro de 2008, através da adesão ao REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, o qual foi consolidado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") em Junho de 2011. A Companhia, cujas atividades estão voltadas ao setor de bens de capital, foi inevitavelmente atingida pela forte crise que afetou esse setor nos anos de 2008 a 2019, o que acarretou diretamente na redução de seu faturamento. Por essa razão, a Companhia deixou de pagar algumas das prestações mensais relativas ao parcelamento do REFIS IV. Por tal motivo, a Companhia foi excluída das modalidades "PGFN - Art. 3º - Demais débitos" em Maio/2011, "PGFN - Art. 3º - Débitos previdenciários" em Outubro/2011, e "PGFN - Art. 1º - Demais débitos" em Maio/2012. No tocante à modalidade "PGFN - Art. 3º - Demais débitos", a Companhia questiona judicialmente a sua exclusão, por meio do Mandado de Segurança nº 0005780-19.2011.403.6109, na medida em que o ato praticado pela Procuradoria da Fazenda Nacional ocorreu, prematuramente, de forma incompatível com a legislação do REFIS. Quanto às demais modalidades, os Recursos Administrativos interpostos tempestivamente contra as decisões de exclusão foram indeferidos, razão pela qual a Companhia permanece atualmente excluída dessas modalidades de parcelamento. Apesar de excluída dessas modalidades de parcelamento, a Companhia vem avaliando, juntamente com seus assessores externos, alternativa judicial para a sua reinclusão no citado parcelamento e vem, em paralelo a essa providência, buscando reduzir o valor em cobrança por meio de petições apresentadas administrativa e judicialmente, bem como suspender a sua cobrança enquanto não apreciados seus pleitos e/ou até que seja aprovado o novo parcelamento de débitos de tributos e contribuições federais já em tramitação perante o Congresso Nacional. Com relação às demais modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009, quais sejam, "RFB - Art. 1º - Demais débitos" e "RFB - Art. 1º - Débitos previdenciários", como a Companhia deixou de pagar em 2011 e 2013 as prestações mensais, a mesma foi excluída do referido parcelamento e aguarda decisão administrativa em função dos recursos interpostos por seus consultores jurídicos.

16 - Outros parcelamentos de impostos

	2023	2022
Passivo circulante:		
FGTS **(a)**	5.568	5.092
Acordo de Transação Tributária - PGFN **(b)**	58	29
	5.626	5.121
Passivo não circulante:		
FGTS **(a)**	2.625	3.101
Acordo de Transação Tributária - PGFN **(b)**	233	283
	2.858	3.384
Total dos passivos circulante e não circulante	8.484	8.505

(a) Referem-se ao saldo devedor do período compreendido entre fevereiro de 1995 a janeiro de 2003, o qual foi parcelado em maio de 2011, em 180 parcelas, das quais a companhia pagou corretamente até a competência de julho/2013. Como parte do acordo firmado do Grupo e a União, os saldos em atraso do FTGS serão regularizados junto a Caixa Econômica Federal. A Companhia tem perspectiva de reguralização dos débitos ao longo de 2024. **(b)** A Companhia firmou junto a "PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional", em dezembro de 2021 e em agosto de 2022, Acordos de Transação Excepcional, da seguinte maneira:

- I - modalidade Tributária Previdenciária - INSS, de nº 5556393, num montante de R$ 128, a ser quitado em 60 parcelas sendo a última a vencer em novembro de 2026.

- II - modalidade Demais Débitos - Multa CLT, de nº 6796892, num montante de R$ 181, a ser quitado em 120 parcelas sendo a última a vencer em julho de 2032.

17 - Provisões

	Trabalhistas/ Previdenciário	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2022	-	11.796	-	11.796
Atualização das provisões (a)	-	203	-	203
Saldo em 31/12/2023	-	11.999	-	11.999

Contingências ativas e passivas não registradas

A Companhia é parte em processos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis ou remotas e, portanto, não foram objeto de provisão para contingências. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de dezembro de 2023 estavam representadas por ações cíveis, no montante de R$ 11.999 (R$ 11.796 em 2022). A Companhia possui diversas contingências ativas não registradas, conforme determinam as práticas contábeis aplicáveis, nas quais, figura como autora, sendo o principal valor decorrente de uma ação de cobrança de "royalties", cujo processo se encontra em fase final, existindo sentença favorável à Companhia, a qual julgou procedente a ação, emitida pela 17ª vara cível da capital paulista. Atendendo solicitação do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), o Laudo Pericial Técnico foi refeito, sendo mantida a conclusão favorável à Companhia. O referido Laudo não foi alterado, permanecendo o valor de R$ 74.668 para 31 de dezembro de 2023 (idêntico em 2022).

18 - Ativos e passivos fiscais diferidos

a. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

	2023	2022
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados	373.048	370.341
Diferenças temporárias	-	-
Total	373.048	370.341
Benefício fiscal não registrado (34%)	126.836	125.916

As diferenças temporárias dedutíveis, os prejuízos fiscais e as bases negativas acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

b. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresenta imposto de renda e contribuição social diferidos passivo sobre os seguintes valores base:

	Saldo em 31/12/21	Rec. no result.	Saldo em 31/12/22	Rec. no result.	Transf. entre contas	Saldo em 31/12/23
Passivo não circulante						
Imob. e propr. para investim. - custo atribuído	(70.200)	3.333	(66.867)	3.303	548	(63.016)
Imob. e propr. para invest. - reaval.	(2.516)	759	(1.757)	147	(548)	(2.158)
Dif. tempor.	(1.843)	-	(1.843)	-	-	(1.843)
	(74.559)	4.092	(70.467)	3.450	-	(67.017)
Total imp. fiscais dif. reconhecidos no resultad	-	4.092	-	3.450	-	-

A conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

	2023	2022
Resultado antes dos impostos	(13.137)	(17.853)
Alíquota efetiva - imp. de renda e contrib. social	34%	34%
	4.467	6.070
Reconciliação para taxa efetiva :		
Diferenças temporárias:		
Outras diferenças temporárias	-	-
	-	-
Diferenças permanentes:		
Outras diferenças permanentes	(97)	(118)
	(97)	(118)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrado sobre prejuízo fiscal e base negativa	(920)	(1.860)
	(920)	(1.860)
Subtotal	(1.017)	(1.978)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.450	4.092

19 - Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está representado por 5.353.197 ações ordinárias, sem valor nominal, no montante de R$ 143.310.

b. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c. Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 284 (R$ 414 em 2022) e refere-se à parcela correspondente à depreciação e baixa do ativo imobilizado reavaliado da Companhia.

d. Ajuste de Avaliação Patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

20 - Receita líquida

Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas bruta e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2023	2022
Venda de Produtos	-	186
Royalties	4.432	3.948
Aluguéis	1.800	1.800
Receita bruta	6.232	5.934
Menos:		
Impostos sobre vendas	(576)	(568)
	(576)	(568)
Total da receita contábil	5.656	5.366

21 - Despesas operacionais por natureza

	2023	2022
Materiais fabris	-	(405)
Serviços prestados por terceiros	(320)	(73)
Salários e encargos sociais	(1.400)	(2.693)
Depreciação e amortização	(10.688)	(10.801)
Aluguéis	(993)	(1.814)
Outros gastos	(133)	(151)
	(13.534)	(15.937)
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custos dos serviços prestados	(12.655)	(13.847)
Despesas administrativas e gerais	(879)	(2.090)
	(13.534)	(15.937)

22 - Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2023	2022
Outras despesas:		
ICMS e IPI sobre outras entradas e saídas	-	(20)
Impostos e taxas diversas	(20)	(27)
PIS e COFINS s/ Receitas Financeiras	(266)	(288)
Custo na Baixa de Imobilizado	-	(2.005)
Outras	(1)	(98)
	(287)	(2.438)
Outras receitas:		
Resultado na Venda de Imobilizado	6	-
	6	-
	(281)	(2.438)

23 - Receitas financeiras

	2023	2022
Atualização de saldos com partes relacionadas	6.377	6.006
Outras	139	185
	6.516	6.191

24 - Despesas financeiras

	2023	2022
Atualização de saldos com partes relacionadas	(11.130)	(10.453)
Juros e multa sobre impostos e encargos	(33)	(160)
Juros sobre financiamentos	(128)	(212)
Despesas bancárias	-	(5)
Atualização monet. sobre contingências (nota - **17-a**)	(203)	(203)
Outras despesas	-	(2)
	(11.494)	(11.035)

25 - Evento subsequente:

Em 28 de dezembro de 2022, a coligada DEDINI S/A INDÚSTRIAS DE BASE e todas as demais Empresas "DEDINI", apresentaram para a Procuradoria da Fazenda Nacional, proposta de Transação Tributária Individual, contemplando a negociação de todo passivo fiscal federal das companhias. A referida proposta recebeu o número de requerimento 20220467544 (Protocolo: 3638152022) e passou a tramitar na Unidade da PGFN da Terceira Região. Desde então foram negociados com a PGFN os descontos que serão aplicados à cada uma das CDAs, as garantias adicionais aos bens que já se encontravam penhorados em ações de execução fiscal, a compensação de parte do saldo devedor mediante a utilização de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, a utilização de direitos creditórios em desfavor da União para fins de amortização ou liquidação de saldo devedor da dívida transacionada, entre outros detalhes. As negociações avançaram até que em 10 de outubro de 2023, através do DESPACHO SICAR 20220467544, a Procuradoria da Fazenda Nacional confirmou que aceitou a proposta de pagamento apresentada pelas Empresas "DEDINI" e, por este motivo, aliado ao ajuste das garantias exigidas, e na medida que a conclusão da negociação depende exclusivamente de atividade da PFN, foi deferido o pedido de suspensão de todas execuções fiscais que apresentam risco de penhora ou expropriação de bens. Desde então a minuta do acordo vem sendo debatida entre Contribuintes e a Procuradoria, até que os termos finais foram aprovados no mês de fevereiro de 2024 e aguarda-se, por fim, a assinatura definitiva do Acordo de Transação ainda no primeiro trimestre do ano de 2024.

Diretoria:
Giuliano Dedini Ometto Duarte - Diretor
Marcos Dedini Ricciardi - Diretor

Juracy Roberto Sarto - Contador - CT - CRC 1SP 185620/O-4

DEDINI S.A. INDÚSTRIAS DE BASE E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

CNPJ: 50.109.271/0001-58

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equival. de caixa	6	5.119	3.902	5.153	3.932
Aplicações financeiras	6	1.603	1.633	1.603	1.633
Contas a receber de clientes	7	207.409	185.461	207.409	185.515
Estoques	8	98.304	175.678	98.306	175.680
Impostos a recuperar	9	10.194	35.710	11.667	37.250
Despesas antecipadas		631	386	631	386
Outros créditos	10	137.190	136.970	137.372	137.097
Total do ativo circulante		**460.450**	**539.740**	**462.141**	**541.493**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras	6	453	453	453	453
Mútuo financeiro	11	616.542	545.565	511.882	454.556
Impostos a recuperar	9	1.832	1.198	12.218	11.584
Ativos fiscais diferidos	12	52.037	155.207	52.037	155.207
Depósitos judiciais	13	13.481	14.539	13.493	14.539
Outros créditos	10	-	305	87	87
		684.345	717.267	590.170	636.426
Investimentos	14	18	18	18	18
Propriedades para investimento		-	-	2.311	2.311
Imobilizado	15 e 16	351.763	351.141	355.178	354.590
Intangível	17	10.258	10.268	10.276	10.286
		362.039	361.427	367.783	367.205
Total do ativo não circulante		**1.046.384**	**1.078.694**	**957.953**	**1.003.631**
Total do Ativo		**1.506.834**	**1.618.434**	**1.420.094**	**1.545.124**

Passivo e patrim. líquido	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Empréstimos e financiam.	18	21.325	28.838	21.325	28.838
Fornecedores	19	79.166	84.120	80.398	86.145
Adiantamentos de clientes	20	74.712	211.177	75.071	212.353
Imp. e contrib. a recolher	21	1.384.222	1.338.124	1.409.004	1.362.851
Impostos diferidos sobre contr. de constr.	22	46.278	43.713	46.278	43.714
Parcelam. de impostos	23	342.153	329.474	356.964	343.959
Outros parcelam. de imp.	24	33.994	28.794	35.517	30.236
Salários e férias a pagar		29.197	28.560	29.271	28.633
Outras contas a pagar	25	35.592	45.212	35.721	45.577
Total do passivo circulante		**2.046.639**	**2.138.012**	**2.089.549**	**2.182.306**
Não Circulante					
Emprést. e financiam.	18	109.038	112.578	109.038	112.578
Fornecedores	19	139.072	151.148	139.937	152.157
Parcelam. de impostos	23	97.387	109.319	99.323	111.592
Outros parcel. de imp.	24	39.191	45.062	41.199	47.202
Mútuo financeiro	11	727	1.832	-	-
Provisão para perda com invest. em controladas	14	134.627	122.097	-	-
Passivos fiscais diferidos	12	76.774	79.390	77.669	80.293
Outras contas a pagar	25	200.141	208.011	200.141	208.011
Total do passivo não circulante		**796.957**	**829.437**	**667.307**	**711.833**
Patrimônio líquido	26				
Capital social		117.000	117.000	117.000	117.000
Reserva de reavaliação		158	161	158	161
Ajuste de avaliação patrimonial		131.259	135.888	131.259	135.888
Prejuízos acumulados		(1.585.179)	(1.602.064)	(1.585.179)	(1.602.064)
Patr. líquido atrib. aos cont.		**(1.336.762)**	**(1.349.015)**	**(1.336.762)**	**(1.349.015)**
Total do patrimônio líquido		**(1.336.762)**	**(1.349.015)**	**(1.336.762)**	**(1.349.015)**
Total do passivo		**2.843.596**	**2.967.449**	**2.756.856**	**2.894.139**
Total do pas. e do patr. líq.		**1.506.834**	**1.618.434**	**1.420.094**	**1.545.124**

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

A Dedini S.A. Indústrias de Base ("DIB" ou "Companhia") tem como atividade preponderante a industrialização de equipamentos industriais, a elaboração e a execução de projetos de engenharia, a prestação de serviços relacionados com essas atividades, bem como sua comercialização no país ou no exterior, e a participação em outras sociedades como acionista ou cotista no Brasil ou no exterior. Os principais segmentos estratégicos de atuação da Companhia são açúcar e etanol, energia, meio ambiente, biodiesel e bebidas, os quais são voltados basicamente para a sustentabilidade e energia renovável, e representam fortes pilares para o êxito futuro da Companhia e suas controladas. A Companhia possui quatro plantas industriais no Estado de São Paulo e uma planta na região Nordeste e emprega cerca de 2.0 mil funcionários. No ano de 2023, o setor de Bens de Capital sofreu queda geral de 11,0% nas vendas em relação ao ano de 2022, conforme análise dos Indicadores Estruturais da ABIMAQ, apesar do destaque positivo para as exportações de máquinas que cresceram 14,6% em relação ao período de 2022. A expectativa para o setor, quanto ao exercício de 2024, é de queda de 2,4% nos investimentos, segundo os analistas da "ABIMAQ" pois a elevada taxa de juros praticada pelo mercado inibe os investimentos e reduz atividades produtivas em diversos setores da economia que automaticamente reduz os investimentos em máquinas e equipamentos. No mercado o qual a Dedini atua, a "ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis" vêm divulgando amplamente as regras e normas do RenovaBio - Política Nacional de Biocombustíveis -, para incentivo à produção de biocombustíveis no país. A Dedini, como líder do mercado sucroenergético e uma das maiores empresas de bens de capital do Brasil, a única da América Latina a construir usinas completas - as chamadas 'Greenfield' ou chave na mão - está pronta para atender as demandas que serão geradas pelo RenovaBio. A Companhia dispõe de engenharias de produto e plantas, e fabricação próprias, compostas de mecânica e caldeiraria pesadas, e fundição, com laboratório de ensaios metalográficos, apoio técnico e laudo de avaliação. Tem um sistema com profissionais altamente especializados, para atendimento customizado às usinas e reconhecido no mercado, com assistência técnica, otimização e reposição - o RGD Programado, que já atende todo o Brasil e qualquer outra parte do mundo. Atualmente, a Companhia está em ampla escala na produção de plantas de Etanol de segunda geração, conhecidas como "E2G", que permite mais eficiência na produção de Etanol e utilização do bagaço da cana-de-açúcar como insumo. A biomassa que é extraída do processamento da cana e produção do etanol de primeira geração (1G) e açúcar. Sendo um biocombustível avançado, ele tem potencial para elevar em cerca de 50% a capacidade de produtiva da cana processada.

2 - Entidades incluídas na consolidação

As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

	Participação - % 2023	Participação - % 2022	Objeto social principal
Codismon Metalúrgica Ltda. ("Codismon")	99,99	99,99	Industrialização e comercialização de produtos metalúrgicos, montagens industriais, projetos de engenharia e construção civil.
Codistil do Nordeste Ltda. ("Codistil")	99,99	99,99	Fabricação, montagem, reforma e comercialização, de máquinas e equipamentos envolvendo mecânica e caldeiraria pesada em geral.
Denel - Dedini Energia e Equip. Ltda. ("Denel")	99,99	99,99	Desenvolvimento e coordenação de projetos relativos a termoelétricas, hidroelétricas e para produtores independentes de energia elétrica. Atualmente a Empresa encontra-se sem operação.
DAP Desenv. e Automação de Proc. Ltda. ("DAP")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à implementação de processo de automação de instalações industriais. Importação e exportação, comércio e distribuição de sistemas de softwares e hardwares para automação de plantas industriais.
Rio Plateado S.A.	-	100,00	Industrialização e comercialização em todas as suas formas, mercadorias, arrendamentos de bens obras e serviços nos ramos de: máquina, metalurgia, informática, eletrônica e outros. Esta controlada localiza-se no exterior - Uruguai e teve suas atividades encerradas em setembro/2023.

A consolidação foi feita de forma integral para todas as controladas por haver influência significativa na administração das controladas, com destaque da participação de acionistas não controladores, quando isso ocorre.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias. **b.** Quando significativos, eliminação dos lucros contidos nos estoques decorrentes de operações entre as companhias. **c.** Eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das controladas. **d.** Eliminação dos saldos de receitas, custos e despesas decorrentes de negócios entre as companhias. e **e.** Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas. Os principais grupos de contas que compõem os balanços patrimoniais e o resultado das operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, das controladas com maior representatividade no consolidado são demonstrados a seguir. As informações financeiras das demais controladas não estão sendo apresentadas devido à irrelevância dos saldos:

	Codismon Metalúrgica Ltda. ("Codismon") 2023	Codismon 2022	Codistil do Nordeste Ltda. ("Codistil") 2023	Codistil 2022	DAP Desenvolv. e Automação de Processos Ltda. ("DAP") 2023	DAP 2022
Ativo:						
Circulante	1.409	1.448	280	249	2	2
Não circulante	19.478	18.384	11.669	11.981	2.348	2.348
Total do ativo	20.887	19.832	11.949	12.230	2.350	2.350
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	27.164	27.643	14.592	14.835	1.100	1.494
Não circulante	95.791	83.926	27.798	25.057	1.946	1.907
Patrimônio líquido	(102.068)	(91.737)	(30.441)	(27.662)	(696)	(1.051)
Total do pas. e do patrim. líquido	20.887	19.832	11.949	12.230	2.350	2.350
Receita	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	(6)	(5)	(14)	(13)	-	-
Resultado antes dos impostos	(10.331)	(8.433)	(2.787)	(2.306)	355	(26)
Resultado do exercício	(10.331)	(8.433)	(2.779)	(2.297)	355	(26)

3 - Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 4 de abril de 2024.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 e 27 - definição do contas a receber decorrente de receitas de construção como recebível;
- Nota explicativa nº 12 - Ativos e passivos fiscais diferidos; e
- Nota nº 16 - Imobilizado e análise de redução ao valor recuperável de ativos (Impairment).

4 - Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação que é a data na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa no ativo financeiro transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, mútuo financeiro e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: fornecedores, mútuo financeiro e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

d. Propriedades para investimento e imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Embora tenha ocorrido a adoção do valor justo como custo atribuído e o consequente aumento da despesa de depreciação nos exercícios futuros a Companhia, isso não alterará as políticas de dividendos. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A vida útil anual para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

Edificações	20-49 anos
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1-20 anos
Benfeitorias em propr. de terceiros e outras imobilizações	2-25 anos
Móveis e utensílios	2-25 anos
Veículos	2-10 anos
Equipamentos de informática	1-17 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. A vida útil e o valor residual do ativo imobilizado da Companhia foram revisados em 31 de dezembro de 2023 e não foram encontradas quaisquer alterações.

e. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Contratos de construção em andamento

Contratos de construção em andamento representam o valor bruto não faturado a ser cobrado de clientes por obras realizadas até a presente data. Elas são medidas pelo custo acrescido do lucro reconhecido até a presente data deduzido dos valores faturados e perdas reconhecidas. O custo inclui todos os gastos relacionados diretamente a projetos específicos e uma alocação de custos gerais de produção fixos e variáveis incorridos na fase de obtenção do contrato baseados na capacidade operacional normal. Contratos de construção em andamento são apresentados como parte de contas a receber de clientes no balanço patrimonial para todos os contratos nos quais os custos incorridos acrescidos dos lucros reconhecidos excedam os valores faturados. Caso os valores faturados excedam os custos incorridos acrescidos dos lucros reconhecidos, então a diferença é apresentada como receita diferida no balanço patrimonial.

h. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

i. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k. Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(i) Receita com clientes

Em 2023, com base no Pronunciamento Técnico CPC 47, foram reconhecidos os contratos com clientes. A receita dos contratos compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

(ii) Venda de bens

No caso das vendas de bens, a receita operacional no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de produtos a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue ao cliente.

(iii) Prestação de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:
- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15%, (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda), e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam a outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.
Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

5 - Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- Contas a receber e outros recebíveis, mútuo financeiro, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação;
- Empréstimos e financiamentos e mútuo financeiro estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes; e **Instrumentos financeiros derivativos:** o valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

Demonstrações de resultados (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita	27	886.391	789.674	886.391	789.674
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	28	(704.161)	(663.382)	(704.181)	(663.400)
Lucro bruto		182.230	126.292	182.210	126.274
Despesas de vendas	28	(33.989)	(28.294)	(33.990)	(28.294)
Despesas administrativas	28	(75.424)	(106.913)	(76.447)	(107.493)
Outras (despesas) / receitas operacionais líquidas	29	(92.528)	(728)	(91.874)	(1.295)
Prov. para perdas de invest.	14	(12.992)	(11.010)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financ. líquidas e imp.		(32.703)	(20.653)	(20.101)	(10.808)
Receitas financeiras	30	77.667	82.117	67.097	73.103
Despesas financeiras	31	(35.286)	(46.479)	(37.326)	(47.319)
Financeiras líquidas		42.381	35.638	29.771	25.784
Resultado antes dos impostos		9.678	14.985	9.670	14.976
Imposto de renda e contribuição social					
Diferidos	12	2.616	2.634	2.624	2.643
		2.616	2.634	2.624	2.643
Resultado do exercício		12.294	17.619	12.294	17.619
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		12.294	17.619	12.294	17.619
Resultado do exercício		12.294	17.619	12.294	17.619

Demonstrações de resultados abrangentes (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado do exercício	12.294	17.619	12.294	17.619
Resultado abrangente total	12.294	17.619	12.294	17.619

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**117.000**	**163**	**140.551**	**(1.624.327)**	**(1.366.613)**	**(1.366.613)**
Realização da reserva de reavaliação	-	(2)	-	2	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	(4.663)	4.663	-	-
Variação cambial Patrimônio Líquido Rio Plateado	-	-	-	(21)	(21)	(21)
Resultado do exercício	-	-	-	17.619	17.619	17.619
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**117.000**	**161**	**135.888**	**(1.602.064)**	**(1.349.015)**	**(1.349.015)**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**117.000**	**161**	**135.888**	**(1.602.064)**	**(1.349.015)**	**(1.349.015)**
Realização da reserva de reavaliação	-	(3)	-	3	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	(4.629)	4.629	-	-
Variação cambial Patrimônio Líquido Rio Plateado	-	-	-	(41)	(41)	(41)
Resultado do exercício	-	-	-	12.294	12.294	12.294
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**117.000**	**158**	**131.259**	**(1.585.179)**	**(1.336.762)**	**(1.336.762)**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	**12.294**	**17.619**	**12.294**	**17.619**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	19.794	17.922	19.828	17.956
Baixa líquida do ativo imobilizado e intangível	-	82	-	82
Baixa de ativos fiscais não realizáveis	103.170	-	103.170	-
Baixa de passivos não realizáveis	(6.473)	-	(5.970)	-
Perdas na realização de ICMS ativo não circulante	135	62	135	62
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.744)	(17.493)	(18.929)	(17.593)
Provisão para perdas de investimentos em controladas	12.992	11.010	-	-
Variação cambial no PL da Rio Plateado	41	21	-	-
Despesas / (Receitas) financeiras líquidas	(42.203)	(43.819)	(29.934)	(33.916)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(2.616)	(2.634)	(2.624)	(2.643)
Impostos diferidos sobre contratos de construção	2.565	27.706	2.564	27.706
(Reversão) constituição de provisões	(11.292)	(10.849)	(11.292)	(10.849)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	72.663	(373)	69.242	(1.576)
(Aumento) e redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	(11.219)	11.273	(7.980)	11.376
Estoques	77.399	(39.674)	77.399	(39.669)
Impostos a recuperar	24.747	(27.889)	24.814	(27.777)
Mútuo financeiro	(7.470)	(2.737)	(4.402)	(1.554)
Outros ativos e despesas antecipadas	898	(125.404)	526	(124.264)
Aumento e (redução) nos passivos				
Fornecedores	(16.737)	139.449	(17.674)	139.153
Impostos e contribuições e impostos parcelados	36.510	39.173	35.922	38.941
Salários e férias a pagar	637	(5.722)	638	(6.048)
Adiantamento de clientes	(133.490)	57.451	(134.307)	57.382
Outras contas a pagar	(17.490)	14.044	(17.726)	13.634
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	**26.448**	**59.591**	**26.452**	**59.598**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Resgate de (aplicação em) aplicações financeiras	30	(1.749)	30	(1.749)
Aquisição de ativo imobilizado, propriedade para investimento e intangível	(20.402)	(14.251)	(20.402)	(14.251)
Venda de ativo imobilizado	16	1.121	16	1.121
Fluxo de caixa aplicado nas (proveniente das) atividades de investimentos	**(20.356)**	**(14.879)**	**(20.356)**	**(14.879)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Financiamentos bancários tomados	125.857	192.423	125.857	192.423
Financiamentos bancários pagos	(130.732)	(236.022)	(130.732)	(236.022)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(4.875)**	**(43.599)**	**(4.875)**	**(43.599)**
Aumento ou (Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	**1.217**	**1.113**	**1.221**	**1.120**
Demonstração do movimento no caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	3.902	2.789	3.932	2.812
No fim do exercício	5.119	3.902	5.153	3.932
Aumento ou (Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	**1.217**	**1.113**	**1.221**	**1.120**

6 - Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos conta movimento	5.100	1.990	5.134	2.012
Aplicações financeiras	19	1.912	19	1.920
Total de caixa e equivalentes de caixa	5.119	3.902	5.153	3.932
Aplicações financeiras				
Circulante	1.603	1.633	1.603	1.633
Não Circulante (a)	453	453	453	453
Total de aplicações financ. vinculadas	2.056	2.086	2.056	2.086

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez.
(a) Refere-se à aplicação financeira no Banco Santos, com falência decretada, a qual a Companhia tem processo judicial buscando solução para resgatar o valor aplicado.

7 - Contas a receber de clientes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
No país (i)	114.228	207.223	114.962	211.727
No exterior (i)	4.764	11.010	4.764	11.064
Clientes em recuperação judicial	33.135	34.317	33.135	34.317
Contratos de clientes / construção em andamento (ii)	341.375	351.163	341.375	351.163
Adiantamentos recebidos por conta de valores a faturar - contratos de constr. em andam. (nota 20) (ii)	(214.995)	(275.499)	(214.995)	(275.499)
	278.507	328.214	279.241	332.772
Menos:				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	(51.111)	(66.856)	(51.845)	(71.360)
Vendas para entrega futura	(19.987)	(75.897)	(19.987)	(75.897)
	(71.098)	(142.753)	(71.832)	(147.257)
	207.409	185.461	207.409	185.515
Contas a receber de clientes classificado no ativo circulante	207.409	185.461	207.409	185.515
Contas a receber de clientes classificado no ativo não circulante	-	-	-	-

(i) A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

a. Duplicatas a receber no país

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Valores a vencer	70.089	104.541	70.089	104.541
Vencidos:				
Até 30 dias	7.000	21.173	7.000	21.173
De 31 a 60 dias	7.615	40.578	7.615	40.578
De 61 a 90 dias	4.985	5.093	4.985	5.093
De 91 a 180 dias	5.762	3.632	5.762	3.632
De 181 a 365 dias	1.214	1.362	1.214	1.362
Acima de 365 dias	17.563	30.844	18.297	35.348
	114.228	207.223	114.962	211.727

b. Duplicatas a receber no exterior

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Valores a vencer	487	3.601	487	3.601
Vencidos:				
Até 30 dias	3.122	934	3.122	934
De 31 a 60 dias	275	295	275	295
De 61 a 90 dias	418	-	418	-
De 91 a 180 dias	343	222	343	222
De 181 a 365 dias	119	-	119	-
Acima de 365 dias	-	5.958	-	6.012
	4.764	11.010	4.764	11.064

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é reconhecida a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, tendo como base uma análise dos títulos vencidos e a vencer por cliente e a expectativa de perda considerando: **a)** a capacidade financeira de cada cliente em honrar tais obrigações; **b)** garantias prestadas por tais clientes, e c) possibilidade de renegociações e acordos realizados com tais clientes.
(ii) A receita e os custos (transferência do custo para o resultado) associados ao contrato de clientes / construção são reconhecidas tomando como base à proporção do trabalho executado até a data do balanço. Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2023 e 2022 compreendem a receita associada ao contrato de cliente / construção tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço aplicada sobre o valor total de cada contrato deduzindo a quantia de adiantamentos recebidos. Adicionalmente, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 47, a Companhia está divulgando para os contratos em curso na data do balanço: a quantia agregada de custos incorridos e lucros reconhecidos (menos perdas reconhecidas) até 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Valores contratados	1.156.717	1.116.689	1.156.717	1.116.689
Valor da receita reconhecida	661.619	919.469	661.619	919.469
Percentual médio de execução	57,20%	82,34%	57,20%	82,34%
(-) Faturamentos parciais	(320.243)	(591.206)	(320.243)	(591.206)
(-) Adian. conc. (Nota 20)	(214.995)	(275.499)	(214.995)	(275.499)
Saldo de contas a receber decorrentes de contr. de const. em and.	126.381	52.764	126.381	52.764
Demonstrativos das margens incorridas nos contratos de execução em construção (a)				
Valor da receita reconhecida	661.619	919.469	661.619	919.469
(-) Impostos sobre vendas	(90.485)	(133.734)	(90.485)	(133.734)
(-) Custo incorrido	(346.354)	(659.382)	(346.354)	(659.382)
Lucro bruto	224.780	126.353	224.780	126.353
Margem sobre a rec. líquida %	39,36%	16,08%	39,36%	16,08%
Demonstrativo das margens reconhecidas nas demonstrações de resultado do exercício (a)				
Mercado interno	881.988	829.354	881.988	829.354
Mercado externo	158.069	107.986	158.069	107.986
(-) Imp. sobre vend. e devol.	(153.666)	(147.666)	(153.666)	(147.666)
(-) Custo dos prod. vendidos	(704.161)	(663.400)	(704.181)	(663.400)
Lucro bruto	182.230	126.274	182.210	126.274
Margem sobre a rec. líquida %	20,56%	16,00%	20,56%	16,00%

(a) A margem reconhecida no resultado de 2023 de 19,26%, está reduzida em comparação a margem dos contratos em execução correspondente ao percentual de 39,36% em função de custos fixos e variáveis, decorrente de hora extra e custos fixos incorridos, extra orçamentários.

8 - Estoques

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Produtos em processo	178.172	266.204	178.172	266.204
Provisão para perdas	(11.994)	-	(11.994)	-
Custos incorridos sobre encomendas em andamento	(174.238)	(225.677)	(174.238)	(225.677)
Matéria prima	74.166	84.989	74.166	84.989
Materiais diversos	2.397	2.573	2.399	2.621
Adiantamentos a fornecedores - mercado interno	17.217	25.823	17.217	25.777
Importação em andamento	12.584	21.766	12.584	21.766
	98.304	175.678	98.306	175.680

9 - Impostos a recuperar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante				
ICMS sobre aquis. de insumos (a)	2.257	21.729	2.314	21.786
IPI (b)	2.739	2.754	2.764	2.784
PIS e COFINS (b)	4.278	10.451	5.668	11.904
Imp. de renda e contrib. social (c)	892	775	892	775
Outros	28	1	29	1
Total do ativo circulante	10.194	35.710	11.667	37.250
Ativo não circulante				
ICMS sobre aquis. de insumos (a)	251	251	251	251
PIS e COFINS (b)	-	-	29	29
ICMS sobre aquis. de ativo imob. (a)	1.199	565	1.199	565
INSS pedido restituição (d)	-	-	2.654	2.654
IRCS pedido restituição	-	-	19	19
Outros	382	382	8.066	8.066
Total do ativo não circulante	1.832	1.198	12.218	11.584
Total do ativo circul. e não circul.	12.026	36.908	23.885	48.834

(a) A Companhia e sua controlada direta "Codistil do Nordeste" possuem créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, decorrentes de: a) aquisições de insumos tais como matérias-primas e energia elétrica no montante de R$ 2.314 (R$ 21.786 em 2022), alocados no ativo circulante, segundo a perspectiva de realização da Administração; **b)** aquisições de insumos no montante de R$ 251 registrado como ativo não circulante, por não haver expectativa de realização do mesmo no exercício de 2024. A companhia possui também saldo de ICMS no montante de R$ 1.199 (R$ 565 em 2022) referente aquisição de ativo imobilizado, alocado no ativo não circulante, conforme natureza da rubrica. **(b)** Os créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, são decorrentes de compras de insumos e estão disponíveis para compensação com o imposto a ser recolhido em decorrência das vendas das controladas, ou para compensação com outros tributos federais. **(c)** Referem-se ao imposto de renda e contribuição social retidos na fonte sobre aplicações financeiras e prestação de serviços, os quais estão disponíveis para compensação com impostos federais de qualquer natureza. Os valores estão classificados com base na expectativa de realização da Administração da Companhia. **(d)** O saldo dessa rubrica, R$ 2.654, registrado no ativo não circulante é representado basicamente pelas retenções de impostos do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, efetuadas pelos clientes sobre as notas fiscais de prestação de serviços emitidas pela controlada direta Codismon.

10 - Outros créditos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Outros créditos				
Direito Creditório (a)	132.000	132.000	132.000	132.000
Outros	5.190	5.275	5.459	5.184
	137.190	137.275	137.459	137.184
Ativo circulante	137.190	136.970	137.372	137.097
Ativo não circulante	-	305	87	87

b) A companhia firmou em 03 de novembro de 2022 um Contrato Particular de Compra e Venda de Direito Creditório com perspectiva de realização em até 365 dias.

11 - Mútuo financeiro

Composição dos saldos

Controladora	2023 Ativo não circulante	2023 Pas. não circulante	2022 Ativo não circulante	2022 Pas. não circulante
Operações com emp. relac.	616.542	727	545.565	1.832

Consolidado	2023 Ativo não circulante	2023 Pas. não circulante	2022 Ativo não circulante	2022 Pas. não circulante
Operações com emp. relac.	511.882	-	454.556	-

Operações com empresas relacionadas:

Controladora	2023 Ativo não circulante	2023 Pas. não circulante	2022 Ativo não circulante	2022 Pas. não circulante
Controladora:				
DDP Participações S.A. (ii)	168.941	-	151.006	-
Empresas controladas				
Codismon Metalúrgica Ltda.	91.749	-	79.539	-
Codistil do Nordeste Ltda.	-	727	-	1.832
Dedini Autom. de Proc. Ltda.	1.946	-	1.906	-
Denel - Dedini En. Equip. Ltda.	11.364	-	9.988	-
Total empresas controladas	274.000	727	91.433	1.832
Empresas relacionadas:				
AD Participações Ltda	2	-	1	-
Nidar Participações Ltda	175	-	165	-
Doado S.A. Participações	8.119	-	7.187	-
Dedini S.A. Adm., Particip. (iii)	25.153	-	19.357	-
Dedini S.A. Equip. e Sist. (i)	91.813	-	84.663	-
Dedini Service Proj. Constr. Montag. Ltda. (iv)	141.161	-	124.838	-
Dedini Refratários Ltda. (v)	75.343	-	66.246	-
Comercial Paraisolândia Ltda.	776	-	669	-
Total empresas relacionadas	342.542	-	303.126	-
	616.542	727	545.565	1.832

Consolidado	2023 Ativo não circulante	2023 Pas. não circulante	2022 Ativo não circulante	2022 Pas. não circulante
Controladora:				
DDP Participações S.A. (ii)	169.293	-	151.317	-
Empresas relacionadas:				
AD Participações Ltda.	2	-	1	-
Nidar Participações Ltda.	175	-	165	-
Doado S.A. Participações	8.422	-	7.455	-
Dedini S.A. Adm.. e Partic. (iii)	19.303	-	14.182	-
Dedini S.A. Equip. e Sist. (i)	94.010	-	86.679	-
Dedini Service Proj. Constr. Montag. Ltda. (iv)	141.161	-	124.838	-
Dedini Refratários Ltda. (v)	78.740	-	69.250	-
Comercial Paraisolândia Ltda.	776	-	669	-
Total empresas relacionadas	342.589	-	303.239	-
	511.882	-	454.556	-

Os saldos a receber e a pagar entre as empresas relacionadas estão classificados de acordo com a expectativa de recebimento e liquidação pela Administração da Companhia. Sobre os saldos com determinadas empresas relacionadas incide atualização monetária que mantém relação com os indicadores inflacionários atuais, conforme detalhado a seguir:
(i) Dedini S.A. Equip. e Sistemas (DES): decorrente de adiantamento para compensação com saldo de Royalties a pagar e aluguéis de equipamentos, que vem sendo atualizado com juros conforme a taxa SELIC mensal. Tal saldo será parcialmente amortizado em 2024 com os seguintes valores: a) "royalties", advindos da utilização de ativos intangíveis de propriedade da DES. A remuneração acordada entre as partes foi calculada com base na aplicação do percentual 0,5% sobre a receita operacional líquida mensal da Companhia. O contrato firmado entre as partes é de caráter não exclusivo e por tempo indeterminado; e b) aluguel de máquinas e equipamentos, edificações e móveis, são alugados para a Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as receitas de aluguel das propriedades mencionadas totalizaram o montante de R$ 1.800 (R$ 1.800 em 2022). Referido aluguel não transfere a propriedade dos ativos para a Companhia e compreende bens que podem ser utilizados por terceiros, à opção dos proprietários, ao final do contrato, se este não for renovado; **(ii)** DDP Participações S.A.: refere-se basicamente a repasse de numerários, os saldos vêm sendo atualizados com juros conforme a a taxa SELIC mensal; **(iii)** Dedini S.A. Administr. e Participações: o saldo refere-se ao repasse de numerários e, principalmente, à assunção de dívida pela Dedini S.A. Administração e Participações da controlada direta Dedini S.A. Equipamentos e Sistemas. Os saldos vêm sendo atualizados com juros conforme a taxa SELIC mensal; **(iv)** Dedini Service Proj.Constr. Montag. Ltda.: refere-se basicamente a repasse de numerários, os saldos vêm sendo atualizados com juros conforme a taxa SELIC mensal; e **(v)** Dedini Refratários Ltda.: refere-se basicamente a repasse de numerários e assunção de débitos e créditos entre as empresas relacionadas (basicamente créditos da Codismon Metalúrgica Ltda. e Codistil do Nordeste Ltda. e débitos da Insertec Dedini Ltda. e Dedini S.A. Equipamentos e Sistemas), os saldos vêm sendo atualizados com juros conforme a taxa SELIC mensal.

continua

continuação

a. Principais saldos e transações que afetaram o resultado
Os principais saldos que influenciaram os resultados dos exercícios em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, sua Controladora e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

Transações da Controladora	2023 Vendas	2023 Receitas (despesas) de aluguéis	2023 Compras	2023 Despesas de Royalties	2023 Receitas (despesas) financeiras	2022 Vendas	2022 Receitas (despesas) de aluguéis	2022 Compras	2022 Despesas de Royalties	2022 Receitas (despesas) financeiras
Controladora:										
DDP Participações S.A.	-	-	-	-	13.546	-	-	-	-	11.781
Controladas e empresas relacionadas:										
DOADO S/A Participações	-	-	-	-	724	-	-	-	-	610
NIDAR Participações Ltda	-	-	-	-	10	-	-	-	-	10
Codismon Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	10.458	-	-	-	-	8.735
Codistil do Nordeste Ltda.	-	-	-	-	(140)	-	-	-	-	(233)
Dedini Automação de Processos Ltda.	-	-	-	-	37	-	-	-	-	19
Denel Dedini Energia e Equip. Ltda	-	-	-	-	1.307	-	-	-	-	1.112
Dedini S.A. Administr. e Participações	-	-	-	-	2.726	-	-	-	-	2.080
Dedini S.A. Equip. e Sistemas	-	(1.800)	-	(4.432)	10.918	-	(1.800)	-	(3.948)	10.274
Dedini Service Proj. Constr. Montag. Ltda.	-	-	-	-	16.281	-	-	-	-	13.777
Dedini Refratários Ltda.	-	(75)	-	-	8.656	-	-	(3)	-	7.229
Comercial Paraisolândia Ltda.	-	-	-	-	89	-	-	-	-	72
Total empresas relacionadas	-	(1.875)	-	(4.432)	51.066	-	(1.800)	(3)	(3.948)	43.687
Total	-	(1.875)	-	(4.432)	64.612	-	(1.800)	(3)	(3.948)	55.466

12 - Ativos e passivos fiscais diferidos
a. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos
Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados	1.653.010	1.753.594
Diferenças temporárias	-	-
Total	1.653.010	1.753.594
Benefício fiscal não registrado (34%)	562.023	596.222

As diferenças temporárias dedutíveis, os prejuízos fiscais e as bases negativas acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.
b. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos tributários sobre os seguintes valores base:

Controladora

	Saldo em 31/12/2021	Rec. no resultado	Saldo em 31/12/2022	Rec. no resultado	Saldo em 31/12/2023
Ativo e passivo não circulante					
Prejuízos fiscais do imp. de renda	97.984	-	97.984	(65.128)	32.856
Base negativa da contrib. social	35.366	-	35.366	(23.509)	11.857
Adições temp.	21.857	-	21.857	(14.533)	7.324
Imob. - custo atrib.	(71.576)	2.395	(69.181)	2.377	(66.804)
Imob. - reaval.	(10.448)	239	(10.209)	239	(9.970)
Exclusões temporárias	-	-	-	-	-
	73.183	2.634	75.817	(100.554)	(24.737)
Ativo não circulante	155.207		155.207		52.037
Passivo não circulante	(82.024)		(79.390)		(76.774)
	73.183		75.817		(24.737)

Consolidado

	Saldo em 31/12/2021	Rec. no result.	Saldo em 31/12/2022	Rec. no result.	Saldo em 31/12/2023
Ativo e passivo não circulante					
Prejuízos fiscais do imp. de renda	97.984	-	97.984	(65.128)	32.856
Base negativa da contrib. social	35.366	-	35.366	(23.509)	11.857
Adições temp.	21.857	-	21.857	(14.533)	7.324
Imob. - custo atrib.	(72.404)	2.402	(70.002)	2.384	(67.618)
Imob. - reaval.	(10.532)	241	(10.291)	240	(10.051)
Exclusões temp.	-	-	-	-	-
	72.271	2.643	74.914	(100.546)	(25.632)
Ativo não circulante	155.207		155.207		52.037
Passivo não circulante	(82.936)		(80.293)		(77.669)
	72.271		74.914		(25.632)

A Companhia, nos exercícios de 2023 e 2022, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e na medida em que existiam diferenças temporárias tributáveis suficientes para compensação futura dos créditos fiscais não utilizados, manteve reconhecido o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e adições temporárias, porém, em 2023, conforme análise dos resultados futuros, a companhia baixou parte dos créditos fiscais não utilizados até este exercício. A conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Res. antes dos imp.	9.678	14.985	9.670	14.976
Alíquota efetiva - imposto de renda e contr. soc.	34%	34%	34%	34%
	(3.290)	(5.095)	(3.288)	(5.092)
Reconciliação para taxa efetiva:				
Diferenças temporárias	18.373	30.010	19.655	30.423
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial / provisão para perdas em investim.	(4.417)	(3.743)	-	-
Outras dif. permanentes	(3.306)	(2.747)	(3.246)	(1.828)
	(7.723)	(6.490)	(3.246)	(1.828)
	10.650	23.520	16.409	28.595
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrado sobre prejuízo fiscal	(4.744)	(15.791)	(10.497)	(20.860)
Compensação de prej. fiscal e base negat. da CSLL	-	-	-	-
	(4.744)	(15.791)	(10.497)	(20.860)
	5.906	7.729	5.912	7.735
Total	2.616	2.634	2.624	2.643
Correntes	-	-	-	-
Diferidos	2.616	2.634	2.624	2.643
	2.616	2.634	2.624	2.643

A Companhia manteve registrado no ativo não circulante, o valor de R$ 52.037 (R$ 155.207 em 31 de dezembro de 2022), relativos a ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, baseada na capacidade futura de geração de lucros tributáveis.

13 - Depósitos judiciais:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Depósitos Judiciais	13.481	14.539	13.493	14.539

14 - Investimentos e Provisão para perdas com investimentos em controladas:
a. Composição dos saldos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Investimentos:				
Participações em empr. contr.	-	-	-	-
Participações em outras empr.	-	-	-	-
Outros investimentos	18	18	18	18
	18	18	18	18
Prov. para desval. de outros invest.	-	-	-	-
	18	18	18	18

b. Movimentação dos saldos em empresas controladas:

	Saldos em 31/12/2022	Res. da Equiv. Patrim.	Val. que trans. pelo result. acumulado	Saldo em 31/12/2023
Codistil do Nord. Ltda.	(27.662)	(2.779)	-	(30.441)
Codismon Metal Ltda.	(91.737)	(10.331)	-	(102.068)
Denel - Dedini Energia e Equipamentos Ltda.	(1.136)	(287)	-	(1.423)
Dedini Automação de Processos Ltda.	(1.050)	355	-	(695)
Rio Plateado	(512)	552	(40)	-
Investimento	-	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(122.097)	(12.490)	(40)	(134.627)
	(122.097)	(12.490)	(40)	(134.627)

	Saldos em 31/12/2021	Res. da Equiv. Patrim.	Val. que trans. pelo result. acumulado	Saldo em 31/12/2022
Codistil do Nord. Ltda.	(25.365)	(2.297)	-	(27.662)
Codismon Metal. Ltda.	(83.304)	(8.433)	-	(91.737)
Denel - Dedini Energia e Equipamentos Ltda.	(879)	(257)	-	(1.136)
Dedini Automação de Processos Ltda.	(1.024)	(26)	-	(1.050)
Rio Plateado	(494)	3	(21)	(512)
Investimento	-	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(111.066)	(11.010)	(21)	(122.097)
	(111.066)	(11.010)	(21)	(122.097)

15 - Imobilizado (Controladora)
a. Custo

2023

	Saldo em 31/12/2022	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Edificações	110.055	-	-	-	110.055
Máquinas, equipam. e instalações industriais	323.287	14.933	-	-	338.220
Benfeitorias em propr. de terc. e outras imobil.	143.204	4.499	(2)	-	147.701
Móveis e utensílios	7.952	102	-	-	8.054
Veículos	4.731	365	(59)	-	5.037
Equipam. de informática	8.120	314	-	-	8.434
Imobilizações em andam.	2.553	189	-	-	2.742
Terrenos	106.866	-	-	-	106.866
	706.768	20.402	(61)	-	727.109

2022

	Saldo em 31/12/2021	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Edificações	110.055	-	-	-	110.055
Máquinas, equipam. e instalações industriais	314.534	9.163	(410)	-	323.287
Benfeitorias em propr. de terc. e outras imobil.	140.805	2.399	-	-	143.204
Móveis e utensílios	7.807	145	-	-	7.952
Veículos	4.926	-	(195)	-	4.731
Equipamentos de inform.	7.697	423	-	-	8.120
Imobil. em andamento	432	2.121	-	-	2.553
Terrenos	106.866	-	-	-	106.866
	693.122	14.251	(605)	-	706.768

b. Depreciação

2023

	Saldo em 31/12/2022	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Edificações	(26.065)	(2.005)	-	-	(28.070)
Máquinas, equipam. e instalações industriais	(223.651)	(10.599)	2	-	(234.248)
Benfeit. em propr. de terceiros e outras imobilizações	(86.064)	(6.902)	-	(5)	(92.971)
Móveis e utensílios	(7.515)	(55)	-	-	(7.570)
Veículos	(4.722)	(66)	59	-	(4.729)
Equipam. de informática	(7.610)	(148)	-	-	(7.758)
	(355.627)	(19.775)	61	(5)	(375.346)

2022

	Saldo em 31/12/2021	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Edificações	(24.060)	(2.005)	-	-	(26.065)
Máquinas, equip. e instalações industriais	(214.390)	(9.589)	328	-	(223.651)
Benf.s em propr. de terceiros e outras imobilizações	(79.878)	(6.186)	-	-	(86.064)
Móveis e utensílios	(7.468)	(47)	-	-	(7.515)
Veículos	(4.917)	-	195	-	(4.722)
Equipam. de informática	(7.518)	(92)	-	-	(7.610)
	(338.231)	(17.919)	523	-	(355.627)

c. Valor contábil líquido

	2023 Custo	2023 Deprec.	2023 Líquido	2022 Custo	2022 Deprec.	2022 Líquido
Edificações	110.055	(28.070)	81.985	110.055	(26.065)	83.990
Máquinas, equipam. e inst. industr.	338.220	(234.248)	103.972	323.287	(223.651)	99.636
Benfeit. em propr. de terc. e outras imobilizações	147.701	(92.971)	54.730	143.204	(86.064)	57.140
Móveis e utens.	8.054	(7.570)	484	7.952	(7.515)	437
Veículos	5.037	(4.729)	308	4.731	(4.722)	9
Equip. de inform.	8.434	(7.758)	676	8.120	(7.610)	510
Imob. em andam.	2.742	-	2.742	2.553	-	2.553
Terrenos	106.866	-	106.866	106.866	-	106.866
	727.109	(375.346)	351.763	706.768	(355.627)	351.141

16 - Imobilizado (Consolidado)
a. Custo

2023

	Saldo em 31/12/2022	Aquisic.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Edificações	110.055	-	-	-	110.055
Máquinas, equip. e instalações industriais	329.676	14.933	-	-	344.609
Benf. em propr. de terceiros e outras imobilizações	144.195	4.499	(2)	-	148.692
Móveis e utensílios	8.596	102	-	-	8.698
Veículos	4.944	365	(59)	-	5.250
Equip. de informática	8.427	314	-	-	8.741
Imobilizações em andam.	2.553	189	-	-	2.742
Terrenos	106.866	-	-	-	106.866
	715.312	20.402	(61)	-	735.653

2022

	Saldo em 31/12/2021	Aquisic.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Edificações	110.055	-	-	-	110.055
Máquinas, equip; e instalações industriais	320.923	9.163	(410)	-	329.676
Benfeit. em propriedades de terc. e outras imob.	141.796	2.399	-	-	144.195
Móveis e utensílios	8.451	145	-	-	8.596
Veículos	5.139	-	(195)	-	4.944
Equip. de informática	8.004	423	-	-	8.427
Imobilizações em and.	432	2.121	-	-	2.553
Terrenos	106.866	-	-	-	106.866
	701.686	14.251	(605)	-	715.312

b. Depreciação

2023

	Saldo em 31/12/2022	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Edificações	(26.065)	(2.005)	-	-	(28.070)
Máquinas, equip. e instalações industriais	(226.679)	(10.624)	2	-	(237.301)
Benfeitorias em prop. de terc. e outras imob.	(86.967)	(6.911)	-	(5)	(93.883)
Móveis e utensílios	(8.160)	(55)	-	-	(8.215)
Veículos	(4.935)	(66)	59	-	(4.942)
Equip. de informática	(7.916)	(148)	-	-	(8.064)
	(360.722)	(19.809)	61	(5)	(380.475)

2022

	Saldo em 31/12/2021	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Edificações	(24.060)	(2.005)	-	-	(26.065)
Máquinas, equip. e instalações industriais	(217.392)	(9.615)	328	-	(226.679)
Benfeitorias em prop. de terc. e outras imob.	(80.773)	(6.194)	-	-	(86.967)
Móveis e utensílios	(8.113)	(47)	-	-	(8.160)
Veículos	(5.130)	-	195	-	(4.935)
Equip. de informática	(7.824)	(92)	-	-	(7.916)
	(343.292)	(17.953)	523	-	(360.722)

c. Valor contábil líquido

	2023 Custo	2023 Deprec.	2023 Líquido	2022 Custo	2022 Deprec.	2022 Líquido
Edificações	110.055	(28.070)	83.985	110.055	(26.065)	83.990
Máquinas, equip. e instal. indust.	344.609	(237.301)	107.308	329.676	(226.679)	102.997
Benf. em propr. de terc. e outras imob.	148.692	(93.883)	54.809	144.195	(86.967)	57.228
Móveis e utens.	8.698	(8.215)	483	8.596	(8.160)	436
Veículos	5.250	(4.942)	308	4.944	(4.935)	9
Equip. de inform.	8.741	(8.064)	677	8.427	(7.916)	511
Imobil. em and.	2.742	-	2.742	2.553	-	2.553
Terrenos	106.866	-	106.866	106.866	-	106.866
	735.653	(380.475)	355.178	715.312	(360.722)	354.590

c. Informações das investidas:

	Codistil do Nordeste Ltda. 2023	Codistil do Nordeste Ltda. 2022	Codismon Metal. Ltda. 2023	Codismon Metal. Ltda. 2022	Denel - Dedini Ener. e Equip. Ltda. 2023	Denel - Dedini Ener. e Equip. Ltda. 2022	DAP Des. e Autom. de Proces. Ltda. 2023	DAP Des. e Autom. de Proces. Ltda. 2022	Rio Plateado 2023	Rio Plateado 2022
Capital social integralizado	12.720	12.720	23.502	23.502	1.346	1.346	2.000	2.000	-	274
Quantidade de cotas possuídas (em milhares):	12.720	12.720	23.502	23.502	1.346	1.346	2.000	2.000	-	2.100
Patrimônio líquido	(30.441)	(27.662)	(102.068)	(91.737)	(1.423)	(1.136)	(696)	(1.050)	-	(512)
Participação no capital social	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%	100,00%	-	100%
Valor do investimento (provisão para perdas)	(30.441)	(27.662)	(102.068)	(91.737)	(1.423)	(1.136)	(695)	(1.050)	-	(512)
Resultado do exercício	(2.779)	(2.297)	(10.331)	(8.433)	(287)	(257)	355	(26)	51	3
Resultado de equivalência patrimonial	(2.779)	(2.297)	(10.331)	(8.433)	(287)	(257)	355	(26)	552	3

Os valores de ativos e passivos, circulantes e não circulantes, das investidas Codistil do Nordeste Ltda., Codismon Metalúrgica Ltda., Dedini Automação de Processos Ltda e Rio Plateado, estão apresentados na nota explicativa nº 2.

17 - Intangível

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Gastos de impl. de sistema de processamento de dados e lic. de uso de software	20.414	20.414	20.473	20.473
Gast. com desenv. de soft. e outros	22.860	22.860	22.922	22.922
Amortização acum.	(33.016)	(33.006)	(33.119)	(33.109)
	10.258	10.268	10.276	10.286

18 - Empréstimos e financiamentos (a)
Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Modalidade	Indexador/taxa	Garant.	Vcto	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
CCB /CCE/ FINANC.	cdi + juros médios de 1,81% am	(b)	Divs	96.663	100.436	96.663	100.436
Bancos - Recup. Judicial	SELIC	(c)	2027	10.464	11.599	10.464	1.599
Duplicatas desc.	até 1,61% ao mês	(d)	Mensal	-	2.382	-	2.382
Fundos de Invest.	até 2,51% ao mês	(d)	Mensal	23.236	26.999	23.236	26.999
Total				130.363	141.416	130.363	141.416
Passivo Circulante				21.325	28.838	21.325	28.838
Passivo não circulante		(e)		109.038	112.578	109.038	112.578

(a) Com a homologação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e sua controlada direta Codismon Metalúrgica Ltda, os valores devidos a título de empréstimos e financiamentos bancários, inclusos no referido Plano, sofreram deságio de 50% com prazo total de onze anos para quitação do saldo devedor. **(b)** Esses Empréstimos e financiamentos, com exceção ao Banco BVA, estão compostos pelas modalidades: Cédula de Crédito Bancário - CCB, Cédula de Crédito à Exportação - CCE, e estão garantidos por: i) duplicatas a receber de clientes (de 3% a 50% do montante do empréstimo) em caráter rotativo, de emissão da Companhia; ii) eventos de contratos a receber de clientes; iii) Imóveis próprios e de empresas relacionadas no valor contábil de R$ 18.960 em 2023 (R$ 18.960 em 2022); iv) notas promissórias com aval da Diretoria entre 100% a 130% do montante captado; v) aval da Controladora DDP Participações S.A; e, vi) avais da diretoria. Em função da instituição financeira contraparte da operação de CCB, ou seja, Banco BVA, encontrar-se em intervenção desde 2012 e sob liquidação extrajudicial desde junho de 2013 a Companhia optou por manter a suspensão das amortizações e reclassificou os saldos para o passivo não circulante. Os pagamentos foram efetuados tempestivamente até a data de decretação da intervenção da respectiva instituição financeira (19 de outubro de 2012), não existindo inadimplência financeira até tal data. Em abril de 2020 a Companhia Nova Portfolio Participações S/A e a Dedini S/A Indústrias de Base assinaram um acordo no qual a "Nova Portfólio" assumiu parte do crédito do "BVA" junto a Dedini, o qual deverá ser quitado em 10 anos conforme determina o referido acordo. Tal "acordo" foi registrado na rubrica "outras contas a pagar", com parte do saldo no passivo circulante e parte no passivo não circulante. **(c)** Este saldo refere-se aos valores devidos aos Bancos Bradesco, Santander e Fractal/Votorantim, valores estes inclusos na Recuperação Judicial, já com o devido deságio, que tem prazo total de 11 anos para ser quitado, conforme determina a Recuperação judicial. **(d)** Estes valores tem características de curto prazo e as garantias são as próprias Duplicatas a receber de clientes bem como Notas Promissórias com aval da diretoria e emitidas pela DDP Participações S/A., controladora direta da "DIB". No encerramento do exercício de 2023 a companhia não possuía débitos nessa rubrica. **(e)** N o saldo apresentado no passivo não circulante, em 2022 e 2023, o valor mais significativo refere-se ao Banco BVA, ou seja, (R$ 74.989), inerente a valores de determinados "Fundos" do próprio "BVA", os quais estão pendentes de realização visto o aguardo de definição judicial entre os "Fundos" e a "DIB".

19 - Fornecedores (a)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores vencidos	43.826	46.131	44.117	46.984
Fornecedores a vencer	174.412	189.137	176.218	191.318
	218.238	235.268	220.335	238.302
Passivo Circulante (b)	79.166	84.120	80.398	86.145
Passivo Não Circulante (c)	139.072	151.148	139.937	152.157

a) Com a homologação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e sua controlada direta Codismon Metalúrgica Ltda, os valores devidos a fornecedores, inclusos no referido Plano, sofreram deságio de 50% com prazo atual de onze anos para quitação. **b)** O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023, no passivo circulante, refere-se aos fornecedores correntes e também aqueles que foram inclusos na "RJ", conforme definição do Plano de Recuperação Judicial, já com o referido deságio. **c)** O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023, no passivo não circulante refere-se aos fornecedores inclusos no Plano de Recuperação Judicial e que serão quitados num período de longo prazo, conforme definição do referido Plano. No saldo de 2023 já se contempla o deságio da recuperação judicial.

20 - Adiantamentos de clientes
Correspondem a adiantamentos obtidos junto a clientes, já deduzidos dos valores compensados com a receita de contratos de construção, para viabilização financeira das encomendas de equipamentos, conforme demonstrado abaixo:

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Adiantamentos recebidos		289.707	486.676	290.066	487.852
(-) Valores comp. com contratos de construção	7	(214.995)	(275.499)	(214.995)	(275.499)
Saldo de adiant. - contr. a executar		74.712	211.177	75.071	212.353

21 - Impostos e contribuições a recolher

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Impostos e contribuições a vencer	14.443	14.747	14.689	14.757
Impostos e contribuições em atraso: (a)				
ISS (b)	67.753	65.054	68.333	65.634
IPI (c)	44.099	41.439	44.106	41.445
PIS (c)	44.011	44.011	44.634	44.634
COFINS (c)	210.108	210.108	213.058	213.058
INSS (d)	741.233	700.947	752.217	711.929
FGTS (e)	51.422	55.488	52.634	56.715
IRRF (f)	94.937	88.143	99.225	92.432
ICMS (g)	69.356	69.329	70.047	70.187
SESI (h)	20.197	20.197	20.318	20.318
SENAI (h)	12.911	12.744	12.930	12.763
CSRF (i)	9.245	9.243	9.281	9.279
Outros	4.507	6.674	7.532	9.700
	1.369.779	1.323.377	1.394.315	1.348.094
Total	1.384.222	1.338.124	1.409.004	1.362.851

(a) O saldo é atualizado por juros e multas conforme determina a legislação vigente sem a aplicação dos encargos legais sobre os débitos em fase de execução, nos termos do Decreto Lei 1.025/69. Conforme descrito na nota explicativa nº33, a Companhia firmou acordo com a procuradoria para renegociação dos passivos tributários federais. O deságios concedidos, bem como compensações permitidas com prejuízos fiscais e o saldo atualizado do passivo fiscal será reconhecido em 2024. **(b)** O saldo do ISS refere-se às competências vencidas do exercício de 2005 a Dezembro de 2023, basicamente da Controladora "DIB". **(c)** Os saldos de IPI refere-se às competências vencidas de março/2007 e Dezembro/2009 a dezembro de 2023. O saldo de PIS/COFINS refere-se às competências de Setembro/2007 a Janeiro de 2022, com exceção a algumas competências no decorrer de 2020, as quais foram quitadas. **(d)** O saldo de INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) se refere à retenção sobre a folha de pagamento, onde a parte "empregados" está vencida no período de Fevereiro de 2009 a Dezembro de 2021 e a parte "empresa" está vencida de janeiro de 2009 até janeiro de 2022; o INSS retido de terceiros, vencido no período de abril de 2010 a novembro de 2020. **(e)** O saldo do FGTS refere-se basicamente à Controladora DIB e é constituído pelas competências de setembro a dezembro de 2014, bem como sobre o décimo terceiro salário de 2014 e, janeiro de 2015 a dezembro de 2022 bem como sobre o décimo terceiro salário de 2015 até 2022. Como parte do acordo firmado do Grupo e a União, os saldos em atraso do FTGS serão regularizados junto a Caixa Econômica Federal. A Companhia tem perspectiva de regularização dos débitos ao longo de 2024. **(f)** Refere-se principalmente a IRRF sobre a folha de pagamentos, apurados na controladora "DIB", em competências compreendidas entre janeiro e dezembro de 2007, e março de 2009 a dezembro de 2023, exceto algumas competências as quais foram pagas. **(g)** O saldo refere-se aos débitos de ICMS apurados nas competências de fevereiro de 2013 a setembro de 2021, com exceção há algumas competências quitadas. **(h)** Os saldos de SESI/SENAI referem-se às competências do exercício de 2009 a junho de 2019. **(i)** O saldo de CSRF refere-se à competências de março e abril de 2007, março a dezembro de 2010 até setembro de 2021, exceto há algumas competências quitadas.

22 - Impostos diferidos sobre contratos de construção

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ICMS	29.496	28.115	29.496	28.115
PIS	2.725	2.753	2.725	2.753
COFINS	13.584	12.572	13.584	12.573
ISS	473	273	473	273
	46.278	43.713	46.278	43.714

Refere-se ao ICMS, apurado sobre os contratos de construção e PIS, COFINS e ISS, sobre os contratos de construção de curto prazo os quais terão os impostos recolhidos no momento do faturamento efetivo.

23 - Parcelamento de impostos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
REFIS IV: (a)				
INSS	129.743	129.743	129.751	129.755
SESI	3.702	3.702	3.702	3.702
SENAI	3.092	3.092	3.092	3.092
Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Faz. Nacional	303.003	303.002	314.740	314.747
(-) Depósitos judiciais	(746)	(746)	(746)	(746)
	439.794	438.793	450.539	450.550
Passivo circulante	342.153	329.474	353.897	341.220
Passivo não circulante	96.641	109.319	96.642	109.330
REFIS V: (b)				
Previdenciários	-	-	1.237	1.237
Demais Débitos	-	-	431	431
Previdenciários - dívida ativa	-	-	1.695	1.694
Demais débitos - dívida ativa	-	-	1.639	1.639
	-	-	5.002	5.001
Passivo circulante	-	-	3.067	2.739
Passivo não circulante	-	-	1.935	2.262
Passivo circulante total	342.153	329.474	356.964	343.959
Passino não circulante total	96.641	109.319	98.577	111.592

(a) - Em novembro de 2009 a Companhia e sua controlada Codismon optaram pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias e impostos federais, vencidos até novembro de 2008, através da adesão ao REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Em junho de 2011 houve a consolidação dos débitos tributários pelas autoridades fiscais, Receita Federal do Brasil ("RFB") e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"), os efeitos dessa consolidação, foram, à época, demonstrados na nota explicativa nº 28. A Companhia foi inevitavelmente atingida pela forte crise que afetou o setor sucroenergético nos anos de 2008 a 2021, o que acarretou diretamente na redução de novos negócios e, consequentemente, redução de seu faturamento. Por essa razão, a Companhia deixou de pagar em 2011, 2012 e 2013 algumas das prestações mensais das modalidades do REFIS IV, tanto os débitos administrados pela "RFB" - Receita Federal do brasil, como também aqueles débitos administrados pela "PGFN" - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sendo, por tal motivo, excluída do REFIS IV. A Administração da Companhia vêm buscando junto aos Orgãos Públicos eventuais possibilidades para conseguir novos parcelamentos e regularizar a atual situação. **(b)** - Em julho de 2014 as empresas controladas Codistil do Nordeste Ltda e DAP Desenvolvimento e Automação de Processos Ltda optaram pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias, vencidos até dezembro de 2013, através da adesão ao "REFIS V", instituído pela Lei 12.996 de 18 de junho de 2014. As controladas, em agosto de 2014, efetuaram parcelamentos referentes aos seus impostos classificados como "em atraso", os quais foram rompidos e reclassificados para o "REFIS V". Como as Empresas optaram pelo parcelamento em 180 parcelas, foram beneficiadas com redução de 60% sobre as multas isoladas e 25% sobre os juros de mora. Na controlada Codistil do Nordeste, a modalidade "PGFN Prev." foi rejeitada na consolidação, na modalidade "PGFN Demais Débitos", a Empresa foi excluída visto estar com 17 parcelas em atraso, na modalidade RFB, também houve rejeição na consolidação e na modalidade RFB Demais Débitos", foi excluída visto estar também com 17 parcelas em atraso. Na Controlada "DAP", na modalidade "PGFN PREV.", houve rejeição quando da consolidação do parcelamento e, na modalidade "RFB PREV", os pagamentos estão em dia e não há pendência alguma. A Administração das Controladas vêm buscando junto aos Orgãos Públicos eventuais possibilidades para conseguir novos parcelamentos e regularizar a atual situação.

24 - Outros parcelamentos de impostos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo circulante:				
ICMS (a)	20.753	20.600	20.809	20.600
ISS (b)	538	538	538	538
FNDE (c)	1.545	1.467	1.545	1.467
FGTS (d)	1.502	1.614	1.502	1.614
INSS (e)	19	20	237	237
PIS (f)	-	-	126	126
COFINS (f)	-	-	908	908
Acordo Trans. IPTU - Municipal (h)	1.556	-	1.556	-
Acordo Trans. Tribut. - PGFN (g)	3.443	2.160	3.443	2.160
Acordo Trans. Previdenc. - PGFN (g)	4.638	2.395	4.853	2.586
	33.994	28.794	35.517	30.236
Passivo não circulante:				
ICMS (a)	4.631	5.224	4.851	5.224
ISS (b)	-	-	-	-
INSS (e)	28	44	28	44
FNDE (c)	1.316	1.394	1.316	1.394
FGTS (d)	13.704	14.659	13.704	14.659
Acordo Trans. IPTU - Municipal (h)	4.499	-	4.499	-
Acordo Transação Tribut. - PGFN (g)	11.446	14.096	11.446	14.096
Acordo Transação Previd. - PGFN (g)	4.313	9.645	6.101	11.785
	39.937	45.062	41.945	47.202
Total dos passivos circ. e não circ.	73.931	73.856	77.462	77.438

(a) O saldo apresentado refere-se a : i) débitos do ICMS das competências de março de 1997 a junho de 2005 parcelados em 120 meses, parcelamento este instituído pelo Decreto nº 51.960, publicado em julho de 2007, denominado "PPI do ICMS", parte deste saldo, no valor de R$ 8.267, foi quitado, no exercício de 2012 com saldo de crédito acumulado da matriz, outra parte deste saldo, no valor de R$ 10.031, foi quitada no exercício de 2016, com liberação de crédito acumulado da filial sertãozinho. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é devido em até 51 meses, atualizado pela taxa SELIC; ii) parcelamento convencional da filial em Sertãozinho das competências 01/2005 a 05/2005 e 03/2006 a 06/2006 parcelado em 60 meses, instituído pela Resolução SF 108/10, rompido em 24/11/2015 e efetuado a recomposição contábil em 31/10/2016, transferido para impostos a recolher. Atualmente todos os parcelamentos citados neste parágrafo encontram-se rompidos. Em 27 de junho de 2014 a Companhia solicitou, referente a unidade Matriz, parcelamento de ICMS junto à Fazenda Estadual do Estado de São Paulo. O parcelamento, denominado de "PEP ICMS", de nº 20085157-8, contempla à competência de abril de 2012 e o mesmo foi efetuado em 120 parcelas, o saldo devedor em 31 de dezembro de 2020 é de 102 parcelas. Atualmente encontra-se rompido e a atualização mensal é baseada na taxa Selic. Em 29 de agosto de 2014 a Companhia solicitou, referente a unidade Matriz, parcelamento de ICMS junto à Fazenda Estadual do Estado de São Paulo. O parcelamento, denominado de "PEP ICMS", de nº 20109774-5, contempla competências inseridas nos seguintes períodos : julho a novembro de 2009, janeiro a novembro de 2010, fevereiro a novembro de 2011, fevereiro a dezembro de 2012 e julho a outubro de 2013. O mesmo foi efetuado em 120 parcelas e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2020 é de 104 parcelas. Atualmente encontra-se rompido e a atualização mensal é baseada na taxa Selic. Em 26 de julho de 2018 a Companhia efetuou um parcelamento convencional da sua unidade matriz, CNPJ 50109271/0001-58, parcelamento esse de nº 01610469-3, referente à competência de março de 2018, no total de 60 parcelas, com vencimento final para julho de 2023. Em janeiro de 2019 a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo reconsolidou o citado parcelamento visto que a mesma (SEFAZ-SP) estava cobrando taxa diária indevida, a qual foi alterada para a SELIC. Até a data de emissão dessa nota explicativa, ou seja, fevereiro de 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as parcelas do parcelamento. Em 03 de setembro de 2020 a Companhia consolidou um parcelamento de nº 50031639-3, da sua unidade matriz em Piracicaba-SP, da CDA 1215072099, referente a diversas competências entre o período de julho de 2009 até outubro de 2013 a ser quitado em 36 parcelas mensais. O pagamento do parcelamento se encerrou em setembro de 2023. Em 12 de agosto de 2021 a Companhia consolidou um parcelamento de nº 50046256-3, da sua antiga unidade de Sertãozinho-SP, da CDA 1252024988, referente a competência de dezembro de 2017, a ser quitado em 24 parcelas mensais. O pagamento do parcelamento se encerrou em julho de 2023. Em 03 de junho de 2022 a Companhia consolidou sete novos parcelamentos da sua unidade de Maceió-AL, com a seguinte composição: Processo 18071096-CDA nº 39 competência dezembro de 2011, Processo 18071092-CDA nº 820, competências diversas entre março de 2010 até agosto de 2011 , Processo 18071094-CDA nº 947, competências de março, abril e maio de 2015, Processo 18071095-CDA nº 1361, competências diversas entre abril de 2014 a fevereiro de 2015, Processo 18071098-CDA nº 1538, das competências de dezembro de 2015 e janeiro de 2016, Processo 18071093-CDA nº 2221, das competências de outubro de 2013 e fevereiro e março de 2014 e Processo 18071098- CDA nº 2926, das competências de julho de 2016 a fevereiro de 2017. Todos os parcelamentos são compostos de 60 parcelas mensais e o vencimento final será em 31 de maio de 2027. Em 07 de dezembro de 2022 a Companhia consolidou um parcelamento de nº 70096619-7, da sua matriz em Piracicaba-SP, da CDA 1266384913, referente as competências de janeiro, fevereiro e março de 2000 e junho de 2005, a ser quitado em 84 parcelas mensais. O pagamento do parcelamento se encerrará em novembro de 2029. Em 04 de abril de 2023 a companhia consolidou um parcelamento de nº 128539, de sua unidade em Maceió-AL, referente competências de setembro, novembro e dezembro de 2020, num montante de R$ 168, em 60 parcelas de R$ 3, que será encerrado em março de 2028. Em novembro de 2023 a controlada Codistil do Nordeste Ltda consolidou um parcelamento de nº 10564162-03,em Recife-PE, referente diversas competências de 2017, 2020 e 2021, num montante de R$ 283, em 60 parcelas mensais de R$ 9, que será encerrado em setembro de 2028. **(b)** Refere-se basicamente a dois parcelamentos de tributos municipais (ISS) das competências de 1998 a 2005, devidos à Prefeitura de Piracicaba. Em novembro de 2006 e janeiro de 2007, esses débitos foram parcelados em 60 meses; parcelamentos estes rompido pelo motivo de Dação em Pagamento Processo nº 102529/2008 de 29/08/2008. **(c)** Referem-se a impostos apurados sobre as competências de maio de 2001 a janeiro de 2003. Em novembro de 2009, a Sociedade optou pelo parcelamento desses débitos através da adesão ao REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Esse parcelamento foi rompido, a atualização ocorria mensalmente pela Selic. **(d)** Em 12 de Setembro de 2014, a "DIB" e a Caixa Econômica Federal firmaram um novo Contrato de Parcelamento Administrativo/Inscrito sob. nº 2014005390, num total de 180 parcelas, onde foram inclusos todos os débitos de FGTS em atraso, referente a todos funcionários, tanto ativos quanto demitidos, abrangendo às competências de dezembro de 2009 até agosto de 2014. O saldo era atualizado pela Taxa Referencial - TR acrescidas de juros de 3% ao ano. Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia está adimplente em relação a este parcelamento. O parcelamento foi rompido em janeiro de 2019. **(e)** Referem-se basicamente a débitos de INSS da controlada direta Codistil das competências de dezembro de 2008 ao 13º salário de 2011, parcelados junto ao Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil, em 60 meses, o qual encontra-se rompido e em 31 de dezembro de 2020 é devido em até 28 meses, atualizado pela taxa SELIC. Em dezembro de 2020 a Companhia "DIB" firmou junto ao Estado de Alagoas um parcelamento de INSS num montante atualizado de R$ 93 mil, em sessenta parcelas e com vencimento final para novembro de 2025, referente às competências de fevereiro a setembro de 2015, com exceção a maio do mesmo ano. **(f)** O saldo refere-se ao PIS/COFINS da controlada direta Codistil do Nordeste Ltda, parcelado em 60 meses junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN de acordo com a Lei 10.522/02, o qual encontra-se rompido e em 31 de dezembro de 2020 é devido em até 24 meses. A atualização mensal era com base na taxa Selic. **(g)** A Companhia firmou junto a "PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional" , em dezembro de 2020, dois Acordos de Transação Excepcional, da seguinte maneira: **I** - modalidade Tributária, de nº 3966542, num montante de R$ 15.940.978,56, a ser quitado em 84 parcelas sendo a última a vencer em 30 de novembro de 2027. **II** - modalidade Previdenciária, de nº 3965770, num montante de R$ 15.640.758,74, a ser quitado em 60 parcelas sendo a última a vencer em 30 de novembro de 2025. **(h)** O saldo refere-se a dois parcelamentos (nºs 2091 e 2730) firmados com a Prefeitura Municipal de Piracicaba, para regularização do saldo de Iptu, com as seguintes situações: **I** - modalidade Iptu, de nº 2091, num montante de R$ 5.880, referente competências de 2013 a 2020, a ser quitado em 60 parcelas sendo a última a vencer em fevereiro de 2028, com parcela principal no montante mensal de R$ 98. **II** - modalidade Iptu, de nº 2730, num montante de R$ 960, referente competências de 2017 a 2021, a ser quitado em 96 parcelas sendo a última a vencer em dezembro de 2030, com parcela principal no montante mensal de R$ 10.

25 - Outras contas a Pagar :

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Funcionários (a)	26.422	38.587	26.547	38.942
Novaportfolio Participações S/A (b)	207.985	214.085	207.985	214.085
Outras contas	1.326	551	1.330	561
	235.733	253.223	235.862	253.588
Passivo circulante	35.592	45.212	35.721	45.577
Passivo não circulante	200.141	208.011	200.141	208.011

(a) Refere-se a acordos trabalhistas firmados, decorrente de processos trabalhistas em que o Grupo é polo passivo. **(b)** O saldo à pagar para a Empresa NovaPortfólio S/A refere-se à Confissão de Dívidas que a "DIB" assumiu, face ao saldo devedor que havia, da própria "DIB" bem como de sua coligada "DES - Dedini S/A Equipamentos e Sistemas, perante ao Banco BVA. A Confissão de Dívidas será quitada em até 120 parcelas e conforme a "DIB" for cumprindo os pagamentos de acordo com o cronograma estipulado, haverão bônus de adimplência os quais poderão chegar a aproximadamente 70% do total da dívida.

26 - Patrimônio líquido - controladora
a. Capital social
O capital social subscrito e integralizado é de R$ 117.000 (idêntico em 2022), dividido em 85.894.550.000 ações ordinárias, sem valor nominal (idêntico número em 2022).
b. Dividendos
O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
c. Reserva de reavaliação reflexa
Constituída em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado da controlada "Codistil do Nordeste Ltda.", deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.
d. Ajuste de Avaliação Patrimonial
Decorrente do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

27 - Receita líquida
Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Decorrente de contr. de construção para o mercado interno	792.884	757.141	792.884	757.141
Decorrente de contr. de construção para o mercado externo	153.860	107.985	153.860	107.985
Serviços prestados	93.313	72.214	93.313	72.214
Receita bruta	1.040.057	937.340	1.040.057	937.340
Menos:				
Devoluções	(23.367)	(13.932)	(23.367)	(13.932)
Impostos sobre vendas	(130.299)	(133.734)	(130.299)	(133.734)
Total da receita contábil	886.391	789.674	886.391	789.674

28 - Despesas operacionais por natureza

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Matéria prima consumida	(401.851)	(424.476)	(401.851)	(424.476)
Serviços prestados por terceiros	(85.891)	(63.022)	(85.902)	(63.025)
Salários e encargos sociais	(217.563)	(229.355)	(217.871)	(229.775)
Depreciação e amortização	(19.795)	(17.922)	(19.828)	(17.956)
Aluguéis	(17.406)	(9.330)	(17.412)	(9.332)
Outros gastos fabris	(46.421)	(35.741)	(46.428)	(35.746)
Outros gastos	(24.647)	(18.743)	(25.326)	(18.877)
	(813.574)	(798.589)	(814.618)	(799.187)
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(704.161)	(663.382)	(704.181)	(663.400)
Despesas de vendas	(33.989)	(28.294)	(33.990)	(28.294)
Despesas administrativas	(75.424)	(106.913)	(76.447)	(107.493)
	(813.574)	(798.589)	(814.618)	(799.187)

29 - Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Outras despesas:				
ICMS e IPI sobre outras entradas e saídas	(1.996)	(1.767)	(1.996)	(1.767)
Impostos e taxas diversas	(2.428)	(1.772)	(2.438)	(1.778)
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(2.720)	(2.995)	(2.863)	(3.139)
ICMS sobre ativo imobilizado não realizado	(135)	(62)	(135)	(62)
Custo na baixa de imobilizado	-	(120)	-	(120)
Baixa de créditos fiscais não realizáveis	(103.170)	-	(103.170)	-
Baixa de outros valores não realizáveis	(5.424)	-	(8.553)	-
Outras	(1.057)	(26.946)	(1.128)	(31.280)
	(116.930)	(33.662)	(120.283)	(38.146)
Outras receitas:				
Venda de sucata	6.764	2.412	6.764	2.412
Receita na baixa de imobilizado	16	1.121	16	1.121
Reversão de provisão para contingencias	405	10.849	640	14.666
Reversão de provisão para devedores duvidosos	17.214	18.552	18.929	18.653
Outras	3	1	2.060	1
	24.402	32.935	28.409	36.853
	(92.528)	(728)	(91.874)	(1.295)

30 - Receitas financeiras

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Atual. de saldos com partes relac.	65.969	56.731	55.105	47.656
Rendim. sobre aplicação financ.	211	199	211	199
Variação cambial	10.865	17.305	11.089	17.305
Juros ativos sobre dupl. a receber	328	6.601	328	6.601
Outros	294	1.281	364	1.342
	77.667	82.117	67.097	73.103

31 - Despesas financeiras

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Atualização de saldos com partes relacionadas	(1.357)	(459)	(2.181)	(629)
Juros e multa sobre impostos, encargos e outros	(9.664)	(3.019)	(10.245)	(3.077)
Juros sobre financiamentos	(11.023)	(6.704)	(11.023)	(6.704)
Juros passivos	(421)	(834)	(1.036)	(834)
Despesas bancárias	(2.023)	(317)	(2.029)	(321)
Variação cambial	(10.787)	(12.865)	(10.787)	(12.865)
Outras	(11)	(10.045)	(25)	(10.073)
	(35.286)	(34.243)	(37.326)	(34.503)

32 - Aspectos ambientais
As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

33 - Evento subsequente:
Em 28 de dezembro de 2022, a DEDINI S/A INDÚSTRIAS DE BASE e todas as demais Empresas "DEDINI" , apresentaram para a Procuradoria da Fazenda Nacional, proposta de Transação Tributária Individual, contemplando a negociação de todo passivo fiscal federal das companhias. A referida proposta recebeu o número de requerimento 20220467544 (Protocolo: 3638152022) e passou a tramitar na Unidade da PGFN da Terceira Região. Desde então foram negociados com a PGFN os descontos que serão aplicados à cada uma das CDAs, as garantias adicionais aos bens que já se encontravam penhorados em ações de execução fiscal, a compensação de parte do saldo devedor mediante a utilização de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, a utilização de direitos creditórios em desfavor da União para fins de amortização ou liquidação de saldo devedor da dívida transacionada, entre outros detalhes. As negociações avançaram até que em 10 de outubro de 2023, através do DESPACHO SICAR 20220467544, a Procuradoria da Fazenda Nacional confirmou que aceitou a proposta de pagamento apresentada pelas Empresas "DEDINI" e, por este motivo, aliado ao ajuste das garantias exigidas, e na medida que a conclusão da negociação depende exclusivamente de atividade da PFN, foi deferido o pedido de suspensão de todas execuções fiscais que apresentam risco de penhora ou expropriação de bens. Desde então a minuta do acordo vem sendo debatida entre Contribuintes e a Procuradoria, até que os termos finais foram aprovados no mês de fevereiro de 2024 e aguarda-se, por fim, a assinatura definitiva do Acordo de Transação ainda no primeiro trimestre do ano de 2024.

Conselho de Administração
Giuliano Dedini Ometto Duarte
Marcos Dedini Ricciardi
Diretoria:
Giuliano Dedini Ometto Duarte - Diretor Presidente
Marcos Dedini Ricciardi - Diretor Vice-Presidente
Juracy Roberto Sarto - Contador - CT - CRC 1SP 185620/O-4

DOADO S.A. PARTICIPAÇÕES E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

CNPJ: 44.812.089/0001-66

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	5.215	4.003
Aplicações financeiras	6	-	-	1.603	1.633
Contas a receber de clientes	7	-	-	207.838	185.706
Estoques	8	-	-	98.360	175.734
Impostos a recuperar	9	-	-	12.414	37.965
Despesas antecipadas		8	5	641	392
Outros créditos	10	-	-	137.745	137.543
Total do ativo circulante		8	5	463.816	542.976
Não Circulante					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras	6	-	-	1.096	1.697
Mútuo financeiro	12	21.054	21.051	121.299	115.731
Impostos a recuperar	9	-	-	12.571	11.930
Ativos fiscais diferidos	13	-	-	52.037	155.207
Depósitos judiciais	11	-	-	13.633	14.663
Outros créditos	10	-	-	89.344	89.344
		21.054	21.051	289.980	388.572
Investimentos	14	1.994	2.150	448	448
Propr. para investimentos	15	-	-	13.882	13.885
Imobilizado	16	56	99	555.642	565.959
Intangível	17	-	-	10.454	10.464
		2.050	2.249	580.426	590.756
Total do ativo não circulante		23.104	23.300	870.406	979.328
Total do ativo		23.112	23.305	1.334.222	1.522.304

Passivo e patrim. líquido	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Empréstimos e financ.	18	-	-	21.935	29.486
Fornecedores	19	-	-	80.813	86.829
Adiantam. de clientes	20	-	-	75.341	212.640
Imp. e contrib. a recolher	21	2	2	1.645.476	1.597.606
Imp. diferidos sobre contratos de construção	22	-	-	46.278	43.714
Parcel. de impostos	23	-	-	668.404	653.209
Outros parcel. de imp.	24	-	-	47.077	41.287
Salários e férias a pagar		-	-	31.693	32.069
Outras contas a pagar	26	119	109	38.835	48.561
Total do passivo circulante		121	111	2.655.852	2.745.400
Não circulante					
Emprést. e financiam.	18	-	-	109.038	113.188
Fornecedores	19	-	-	140.692	153.037
Parcelamento de imp.	23	-	-	148.457	163.625
Outros parcel. de imp.	24	-	-	45.156	50.948
Mútuo financeiro	12	99.433	93.152	-	-
Provisão para perda com investim. em controladas	14	1.065.699	1.046.006	-	-
Provisões	25	-	-	11.999	11.796
Passivos fiscais diferidos	13	-	-	146.882	152.960
Outras contas a pagar	26	-	-	207.381	217.818
Total do passivo não circulante		1.165.132	1.139.158	809.605	863.372
Patrimônio líquido	27				
Capital social		41.894	41.894	41.894	41.894
Reservas de reavaliação		49.976	50.264	49.976	50.264
Ajuste de avaliação patrimonial		133.515	139.155	133.515	139.155
Prejuízos acumulados		(1.367.526)	(1.347.277)	(1.367.526)	(1.347.277)
Patrimônio líquido atribuível aos contr.		(1.142.141)	(1.115.964)	(1.142.141)	(1.115.964)
Particip. de não control.		-	-	(989.094)	(970.504)
Total do patr. líquido		(1.142.141)	(1.115.964)	(2.131.235)	(2.086.468)
Total do passivo		1.165.253	1.139.269	3.465.457	3.608.772
Total do pas. e patr. líquido		23.112	23.305	1.334.222	1.522.304

Demonstração de Resultados (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita	28	-	-	885.815	789.297
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	29	-	-	(715.175)	(675.916)
Lucro bruto		-	-	170.640	113.381
Despesas de vendas	29	-		(29.577)	(24.368)
Despesas administrativas	29	(71)	(161)	(80.615)	(113.350)
Outras desp. operac., líquidas	30	(180)	(147)	(92.750)	(18.170)
Prov. para perdas de invest.	14	(19.673)	(24.510)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(19.924)	(24.818)	(32.302)	(42.507)
Receitas financeiras	31	3	3	17.695	30.802
Despesas financeiras	32	(6.075)	(5.644)	(35.901)	(49.145)
Financeiras líquidas		(6.072)	(5.641)	(18.206)	(18.343)
Resultado antes dos impostos		(25.996)	(30.459)	(50.508)	(60.850)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	13	-	-	-	(3)
Diferidos	13	-	-	6.078	7.401
		-	-	6.078	7.398
Resultado do exercício		(25.996)	(30.459)	(44.430)	(53.452)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(25.996)	(30.459)	(25.996)	(30.459)
Acionistas não controladores		-	-	(18.434)	(22.993)
Resultado do exercício		(25.996)	(30.459)	(44.430)	(53.452)

Demonstrações de resultados abrangentes (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado do exercício	(25.996)	(30.459)	(44.430)	(53.452)
Resultado abrangente total	(25.996)	(30.459)	(44.430)	(53.452)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social integralizado	Reservas de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	41.894	50.596	146.041	(1.323.876)	(1.085.345)	(947.363)	(2.032.708)
Realização da reserva de reavaliação	-	(332)	-	332	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	(6.886)	6.886	-	-	-
Variação cambial Patrimônio Líquido Rio Plateado				(11)	(11)	(10)	(21)
Variação cambial Patrimônio Líquido Dit				(149)	(149)	(138)	(287)
Resultado do	-	-	-	(30.459)	(30.459)	(22.993)	(53.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	41.894	50.264	139.155	(1.347.277)	(1.115.964)	(970.504)	(2.086.468)
Saldos em 1º de janeiro de 2023	41.894	50.264	139.155	(1.347.277)	(1.115.964)	(970.504)	(2.086.468)
Realização da reserva de reavaliação	-	(288)	-	288	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	(5.640)	5.640	-	-	-
Variação cambial Patrimônio Líquido Rio Plateado				(25)	(25)	(16)	(41)
Variação cambial Patrimônio Líquido Dit				(156)	(156)	(140)	(296)
Resultado do exercício	-	-	-	(25.996)	(25.996)	(18.434)	(44.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	41.894	49.976	133.515	(1.367.526)	(1.142.141)	(989.094)	(2.131.235)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(25.996)	(30.459)	(44.430)	(53.452)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	43	43	30.736	28.995
Baixa líquida do ativo imobilizado e intangível	-	-	(5)	1.982
Baixa de créditos não realizáveis	-	-	103.170	
Baixa de débitos não realizáveis	-	-	(6.470)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(18.079)	(17.747)
Baixa de investimentos não realizaveis	-	-	-	12
Perda na realização de ICMS ativo não circulante	-		135	62
Provisão para perdas de investimentos	19.673	24.510	-	-
Despesas financeiras líquidas	6.070	5.640	17.957	9.687
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(6.078)	(7.401)
Impostos diferidos sobre contratos de construção	-	-	2.564	27.706
(Reversão) constituição de provisão para contingências	-	-	(11.089)	(10.646)
	(210)	(266)	68.411	(20.799)
(Aumento) redução no ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(9.069)	11.456
Estoques	-	-	77.399	(39.363)
Impostos a recuperar	-	-	24.775	(27.345)
Partes relacionadas	208	294	(71)	(16)
Outros ativos e despesas antecipadas	(3)	2	644	(122.481)
Aumento (redução) no passivos				
Fornecedores	-	-	(18.423)	138.298
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	-	-	37.606	41.159
Salários e férias a pagar	-	-	(376)	(6.639)
Adiantamento de clientes	-	-	(134.324)	57.349
Outras contas a pagar	5	(30)	(19.960)	25.700
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(3)
Fluxo de caixa decorrente das (aplicado nas) atividades operacionais	-	-	26.612	57.316
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Resgate de (aplicações em)aplicações financeiras	-	-	631	(1.241)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	-	(20.402)	(14.251)
Venda de ativo imobilizado	-	-	22	3.661
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos	-	-	(19.749)	(11.831)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Financiamentos bancários tomados	-	-	125.857	192.423
Financiamentos bancários pagos	-	-	(131.508)	(236.799)
Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de financiamentos	-	-	(5.651)	(44.376)
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.212	1.109
Demonstração (da redução) no caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	-	-	4.003	2.894
No fim do exercício	-	-	5.215	4.003
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.212	1.109

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1- Contexto operacional

A Doado S.A. Participações ("Doado" ou "Companhia") tem como objetivo social a participação na qualidade de sócia acionista ou cotista, em qualquer empresa nacional ou estrangeira. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a operação da Companhia concentrava-se exclusivamente na participação nas sociedades controladas descritas na nota explicativa nº 2. Portanto, para fins deste relatório, a referência ao termo "Companhia" significa a Doado e suas controladas diretas e indiretas e em conjunto, exceto se especificado de outra forma. Como resultado do fato de que as operações da Companhia se concentram exclusivamente na participação em sociedades controladas, a Companhia depende do êxito das medidas incluídas no plano de recuperação financeira e operacional, principalmente da sua controlada indireta Dedini S.A. Indústrias de Base ("DIB") para a continuidade das suas operações. No ano de 2023, o setor de Bens de Capital sofreu queda geral de 11,0% nas vendas em relação ao ano de 2022, conforme análise dos Indicadores Estruturais da ABIMAQ, apesar do destaque positivo para as exportações de máquinas que cresceram 14,6% em relação ao período de 2022. A expectativa para o setor, quanto ao exercício de 2024, é de queda de 2,4% nos investimentos, segundo os analistas da "ABIMAQ" pois a elevada taxa de juros praticada pelo mercado inibe os investimentos e reduz atividades produtivas em diversos setores da economia que, automaticamente, reduz os investimentos em máquinas e equipamentos. No mercado o qual a Dedini atua, a "ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis" vêm divulgando amplamente as regras e normas do RenovaBio - Política Nacional de Biocombustíveis -, para incentivo à produção de biocombustíveis no país. A Dedini, como líder do mercado sucroenergético e uma das maiores empresas de bens de capital do Brasil, a única da América Latina a construir usinas completas - as chamadas "Greenfield" ou chave na mão - está pronta para atender as demandas que serão geradas pelo RenovaBio. A Companhia dispõe de engenharias de produto e plantas, e fabricação próprias, compostas de mecânica e caldeiraria pesadas, e fundição, com laboratório de ensaios metalográficos, apoio técnico e laudo de avaliação. Tem um sistema com profissionais altamente especializados, para atendimento customizado às usinas e reconhecido no mercado, com assistência técnica, otimização e reposição - o RGD Programado, que já atende todo o Brasil e qualquer outra parte do mundo. Atualmente, a Companhia está em ampla escala na produção de plantas de Etanol de segunda geração, conhecidas como "E2G", que permite mais eficiência na produção de Etanol e utilização do bagaço da cana-de-açúcar como insumo. A biomassa que é extraída do processamento da cana e produção do etanol de primeira geração (1G) e açúcar. Sendo um biocombustível avançado, ele tem potencial para elevar em cerca de 50% a capacidade de produtiva da cana processada.

Recuperação Judicial

Em 15 de fevereiro de 2017, houve a homologação do Processo de Recuperação Judicial, na 2ª Vara Cível de Piracicaba-SP das Controladas, dando continuidade ao Plano de Recuperação Judicial, ora aprovado na Assembleia Geral dos Credores no ano de 2016. Com isso as controladas reduziram em 50% o montante das dívidas existentes junto aos Credores homologados no Plano de Recuperação. Além disto, até 31 de dezembro de 2020 as Controladas já haviam liquidado cerca de 99% dos saldos trabalhistas em aberto, em conformidade ao regimento da Recuperação Judicial, bem como aprovação do Juiz responsável. No mês de junho de 2021, em função do cumprimento até dezembro de 2020, das obrigações estipuladas no Plano de Recuperação Judicial, o Meritíssimo Juiz encarregado da "RJ" da Companhia e a "AJ - Administradora Judicial", a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, em conjunto, optaram para que a Empresa fosse retirada da atual Recuperação Judicial. Dessa maneira, a Empresa continuará a cumprir com todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial porém, sem mais ser acompanhada mensalmente pela Administradora Judicial. Até a data da elaboração destas Notas Explicativas, ou seja, 4 de abril de 2024, a Companhia vêm cumprindo com todas as obrigações pré definidas no referido Plano de Recuperação Judicial.

2 - incluídas na consolidação

As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

	Participação - % 2023	Participação - % 2022	Objeto social principal
Participação Direta (percentuais de participação da Companhia):			
DDP Participações S.A. ("DDP")	52,01	52,01	a) Venda de bens imóveis próprios, compra de imóveis de terceiros e revenda, inclusive realização de loteamento, sem exercer atividade relacionada com corretagem de imóveis; b) participação na qualidade de sócia acionista ou cotista em qualquer empresa nacional ou estrangeira
Dedini International Trading Corporation ("DIT")	52,01	52,01	Realizar toda e qualquer atividade lícita incluindo a comercialização de bens e serviços próprios e/ou de terceiros, interna e externamente. Atualmente a Companhia encontra-se sem operação
Dedini S.A. Admin. e Participações ("DDN")	52,01	52,01	a) venda de bens imóveis próprios, compra de imóveis de terceiros e revenda, inclusive realização de loteamento, sem exercer atividade relacionada com corretagem de imóveis; b) participação na qualidade de sócia acionista ou cotista em qualquer empresa nacional ou estrangeira
Participação Indireta (percentuais de participação de cada controlada direta e indireta em suas investidas):			
Controlada da DDP: Dedini S.A. de Base ("DIB")	100,00	100,00	Industrialização de equipamentos industriais, elaboração e execução de projetos de engenharia, prestação de serviços relacionados, bem como sua comercialização no País ou no exterior; e participação em outras sociedades como acionista ou cotista no Brasil ou no exterior
Controladas da DIB: Codismon Metalúrgica Ltda. ("Codismon")	99,99	99,99	Industrialização e comercialização de produtos metalúrgicos, montagens industriais, projetos de engenharia e construção civil

(continuação do quadro e demais trechos ilegíveis nesta reprodução)

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

...decorrentes de negócios entre as companhias; e e. Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas. Os principais grupos de contas que compõem os balanços patrimoniais e o resultado das operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, das controladas diretas com maior representatividade no consolidado são demonstrados a seguir. As informações financeiras da controlada DIT não estão sendo abaixo apresentadas devido à irrelevância dos saldos.

controlada DIT não estão sendo abaixo apresentadas devido à irrelevância dos saldos.

	Dedini S.A. Adm. e Part. (Consolidado) 2023	Dedini S.A. Adm. e Part. (Consolidado) 2022	DDP Particip. S.A. (Consolidado) 2023	DDP Particip. S.A. (Consolidado) 2022
Ativo:				
Circulante	1.665	1.476	462.141	541.493
Não circulante	428.676	432.546	853.344	912.973
Total do ativo	430.341	434.022	1.315.485	1.454.466
Passivo e patrimônio líquido:				
Circulante	553.469	549.139	2.102.264	2.196.146
Não circulante	478.302	448.530	668.427	713.162
Patrimônio líquido atribuível aos control.	(593.902)	(556.399)	(1.455.206)	(1.454.842)
Participação de não controladores	(7.528)	(7.248)	-	-
Total do passivo e do patrimônio líquido	430.341	434.022	1.315.485	1.454.466
Receita	5.656	5.374	886.391	789.674
Lucro (Prejuízo) bruto	(7.213)	(8.945)	182.210	126.274
Res. antes dos imp.	(41.237)	(58.279)	(2.948)	3.378
Resultado do exercício	(37.783)	(53.524)	(324)	6.021

3 - Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 4 de abril de 2024.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

"Os instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo através do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 7 e nº 28 - definição do contas a receber decorrente de receitas de construção como recebível;
- Nota nº 13 - Ativos e passivos fiscais diferidos;
- Nota nº 16 - Imobilizado e análise de redução ao valor recuperável de ativos

...aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Benefícios a empregados

...para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- Contas a receber e outros recebíveis, mútuo financeiro, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros...

...preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

6 - Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos conta movimento	5.196	2.083
Aplicações financeiras	19	1.920
Total de caixa e equivalentes de caixa	5.215	4.003
Aplicações financeiras :		
Circulante	1.603	1.633
Não circulante (a)	1.096	1.697
Total de aplicações financeiras	2.699	3.330

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. **(a)** As aplicações financeiras do ativo não circulante referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDB. No montante existe um saldo de R$ 453, da controlada indireta "DIB", que refere-se à aplicação financeira no Banco Santos e a empresa espera decisão judicial para tentar reaver o valor aplicado e seus devidos rendimentos. O maior saldo nesta rubrica refere-se a R$ 643 aplicado no Banco Daycoval S/A, e está vinculada a um empréstimo no mesmo banco e ambos, aplicação e empréstimo, vencem em outubro de 2024. Quando ocorrer a quitação do empréstimo, em outubro de 2024, a referida aplicação estará liberada e disponível para a controlada indireta DES, que é titular da aplicação financeira e também do referido empréstimo, conforme nota explicativa nº 18.

7 - Contas a receber de clientes

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
No país (i)	116.012	212.998
No exterior (i)	4.764	11.064
Clientes em recuperação judicial	33.135	34.317
Remessa para posterior faturamento	-	-
Contratos de construção em andamento (ii)	341.375	351.163
Adiantamentos recebidos por conta de valores a faturar - contratos de construção em andamento (ii) (nota 20)	(214.995)	(275.499)
	280.291	334.043
Menos:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	(52.466)	(72.440)
Vendas para entrega futura	(19.987)	(75.897)
	(72.453)	(148.337)
	207.838	185.706
Contas a rec. de clientes classif. no ativo circulante	207.838	185.706
Contas a rec. de clientes classif. no ativo não circulante	-	-

(i) A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

Duplicatas a receber no país

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Valores a vencer	70.089	104.541
Vencidos:		
Até 30 dias	7.000	21.173
De 31 a 60 dias	7.615	40.578
De 61 a 90 dias	4.985	5.093
De 91 a 180 dias	5.762	3.632
De 181 a 365 dias	1.214	1.362
Acima de 365 dias	19.347	36.619
Total vencidos	45.923	108.457
	116.012	212.998

- Duplicatas a receber no exterior

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Valores a vencer	487	3.601
Vencidos:		
Até 30 dias	3.122	934
De 31 a 60 dias	275	295
De 61 a 90 dias	418	-
De 91 a 180 dias	343	222
De 181 a 365 dias	119	-
Acima de 365 dias	-	6.012
Total vencidos	4.277	7.463
	4.764	11.064

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é reconhecida a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, tendo como base uma análise dos títulos vencidos e a vencer por cliente e a expectativa de perda considerando: **a)** a capacidade financeira de cada cliente em honrar tais obrigações; **b)** garantias prestadas por tais clientes; e, **c)** possibilidade de renegociações e acordos realizados com tais clientes. A receita e os custos (transferência do custo para o resultado) associados ao contrato de clientes / construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2023 e 2022 compreendem a receita associada ao contrato de cliente tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço aplicada sobre o valor total de cada contrato deduzindo a quantia de adiantamentos recebidos. Adicionalmente, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 47, a Companhia está divulgando para os contratos em curso na data do balanço: a quantia agregada de custos incorridos e lucros reconhecidos (menos perdas reconhecidas) até 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Valores contratados	1.156.717	1.116.689
Valor da receita reconhecida	661.619	919.469
Percentual médio de execução	57,20%	82,34%
(-) Faturamentos parciais	(320.243)	(591.206)
(-) Adiantamentos recebidos (Nota nº 20)	(214.995)	(275.499)
Saldo de contas a receber decorrentes de contratos de construção em andamento	126.381	52.764

Demonstrativos das margens incorridas nos contratos de execução em construção **(a)**

continua

continuação

Valor da receita reconhecida	661.619	919.469
(-) Impostos sobre vendas	(90.485)	(133.734)
(-) Custo incorrido	(346.354)	(659.382)
Lucro bruto	224.780	126.353
Margem sobre a receita líquida	39,36%	16,08%

Demonstrativo das margens reconhecidas nas demonstrações de resultado do exercício (a)

Mercado interno	881.988	829.547
Mercado externo	158.069	107.986
(-) Impostos sobre vendas e devoluções	(154.242)	(148.236)
(-) Custo incorrido	(715.175)	(675.916)
Lucro bruto	170.640	113.381
Margem sobre a receita líquida %	19,26%	14,36%

(a) A margem reconhecida no resultado de 2023 de 19,26%, está reduzida em comparação a margem dos contratos em execução correspondente ao percentual de 39,36% em função de custos fixos e variáveis, decorrente de hora extra e custos fixos incorridos, extra orçamentários.

8 - Estoques

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Produtos em processo	178.172	266.204
Provisão para perdas	(11.994)	-
Custos incorridos sobre encomendas em andamento	(174.238)	(225.677)
Matéria prima	74.166	84.989
Materiais diversos	2.399	2.621
Adiantamentos a fornecedores	17.217	25.777
Importação em andamento	12.584	21.766
Lotes para venda	54	54
	98.360	175.734

9 - Impostos a recuperar

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante		
ICMS sobre aquisição de insumos **(a)**	2.795	22.245
IPI **(b)**	2.948	2.968
PIS e COFINS **(b)**	5.679	11.910
Imposto de renda e contribuição social **(c)**	963	841
Outros	29	1
	12.414	37.965
Ativo não circulante		
ICMS sobre aquisição de insumos **(a)**	251	251
ICMS sobre ativo imobilizado **(a)**	1.199	565
PIS e COFINS **(b)**	29	29
Imposto de renda e contribuição social **(c)**	-	146
INSS pedido restituição	2.854	2.854
IRCS pedido restituição **(c)**	172	19
Outros	8.066	8.066
Total do ativo não circulante	12.571	11.930
Total dos ativos circulante e não circulante	24.985	49.895

(a) A Companhia possui créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, decorrentes de aquisições de insumos tais como matérias-primas e energia elétrica no montante de R$ 2.795 (R$ 22.245 em 2022), apurados basicamente nas controladas indiretas "DIB" e "Codistil" e alocados no ativo circulante e disponível para compensação com ICMS a ser apurado sobre vendas do exercício de 2024. **(b)** Os créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são decorrentes de compras de insumos e estão disponíveis para compensação com o imposto a ser recolhido em decorrência das vendas das controladas, ou para compensação com outros tributos federais. **(c)** O saldo do ativo circulante refere-se ao imposto de renda e contribuição social retidos na fonte sobre aplicações financeiras e prestação de serviços, os quais estão disponíveis para compensação com impostos federais de qualquer natureza e, no ativo não circulante, a controlada direta "DDN" e a controlada direta "DES" solicitaram restituição junto à Secretaria da Receita Federal. Os valores estão classificados com base na expectativa de realização pela Administração da Companhia.
(d)O saldo dessa rubrica é representado basicamente pelas retenções de impostos do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, efetuadas pelos clientes sobre as notas fiscais de prestação de serviços emitidas basicamente pelas controladas indiretas "DIB", "Codismon".

10 - Outros créditos

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante		
Direito Creditório **(i)**	132.000	132.000
Adiantamento a fornecedores	4.050	4.236
Outros valores a receber	1.695	1.307
	137.745	137.543
Ativo não circulante		
Propriedades rurais **(ii)**	83.578	83.578
Venda de participação acionária a receber **(iii)**	5.679	5.679
Outros valores a receber	87	87
	89.344	89.344

(i) A controlada indireta "DIB" - Dedini S/A Indústrias de Base firmou em 03 de novembro de 2022 um Contrato Particular de Compra e Venda de Direito Creditório para utilização futura. **(ii)** As propriedades rurais estão compostas por três fazendas adquiridas em 1999, acrescidas por reavaliação espontânea no montante de R$ 81.138, com base em laudo de avaliação fundamentado no potencial madeireiro das áreas. As fazendas fazem parte da Ação de Indenização por Desapropriação Indireta interposta pela controlada indireta DES contra a União Federal, em trâmite perante a 4ª Vara Federal de Manaus - AM, processo nº 2004.32.00.004326-8, objetivando o recebimento de indenização em razão de o Decreto Federal nº 2.485/98 ter criado a Floresta Nacional de Humaitá, no Estado do Amazonas. Dentro da referida floresta encontram-se as Fazendas Mogno I, II e III, de propriedade da DES. Segundo conclusão do perito judicial, a desapropriação das Fazendas Mogno I, II e III foi procedida de forma ilegal, conferindo se, por tal circunstância, a obrigatoriedade de indenização por parte da União Federal à DES.
Em 2008 o laudo pericial do referido processo, no valor de R$ 94.607, foi aceito pelo perito judicial e atualmente está aguardando homologação pelo Juiz. A realização desse montante depende do desfecho favorável. Em 2012 o Juiz da Primeira Instância entendeu ter ocorrido a prescrição do direito à indenização. Em razão, o processo foi remetido para o TRF-1ª Região - Manaus- para decisão à respeito da ocorrência ou não do prazo prescricional. O Recurso de Apelação foi distribuído para a 3ª Turma do TRF-1ª Região, e, atualmente, encontra-se no aguardo de conclusão para relatório e voto, no Gabinete do Sr. Desembargador Federal, Mário Cesar Ribeiro e, portanto, ainda não houve julgamento, conforme nossa última verificação em 14/02/2017. Em 23/11/2017 o Processo foi remetido para o gabinete do Juiz Federal Edison Moreira Grillo Junior, da 1ª Turma Recursal de Minas Gerais e até 28/02/2018 não houve definição alguma sobre o mesmo. Durante o exercício de 2018 o "processo" tramitou por diversas áreas e em 10/12/2018 estava no Gabinete do Desembargador DF Hilton Queiroz, para conclusão de relatório e voto. Até 10/04/2019, conforme verificação pela internet, não houve nenhuma definição sobre o assunto. Em 25/02/2020 e depois em março de 2022 e em fevereiro de 2023 e também de 2024, em nova verificação ao processo, pela Internet, observamos que o mesmo foi redistribuído para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região-AM- e até 31 de dezembro de 2023 não houveram novas decisões. **(iii)** Refere-se ao montante a receber, na controlada DDN, relativo à venda da participação acionária ocorrida em 1998, o qual vem sendo cobrado judicialmente. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que esse valor será recuperado e, portanto, não constituiu provisão para perdas sobre a realização desse valor a receber.

11 - Depósitos judiciais

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais - leilão imobilizado	353	376
Depósitos judiciais - retenção clientes	6.946	5.708
Depósitos judiciais - outros	6.334	8.579
	13.633	14.663

12 - Partes relacionadas

a.Composição dos saldos

Controladora	2023 Ativo não circulante	2023 Passivo não circulante	2022 Ativo não cirulante	2022 Passivo não circulante
Operações com empresas relacionadas	46	99.433	43	93.152
Operações com acionistas	21.008	-	21.008	-
Total	21.054	99.433	21.051	93.152

Consolidado	2023 Ativo não circulante	2023 Passivo não circulante	2022 Atcivo não cirulante	2022 Passivo não circulante
Operações com empresas relacionadas	94.234	-	88.368	-
Operações com acionistas	27.065	-	27.363	-
Total	121.299	-	115.731	-

b.Operações com empresas relacionadas

Controladora	2023 Ativo não circulante	2023 Passivo não circulante	2022 Atcivo não cirulante	2022 Passivo não circulante
Controladas:				
DDP Participações S.A.	-	24.562	-	23.116
Dedini S.A. Indústrias de Base	-	8.119	-	7.187
Codistil do Nordeste Ltda	-	303	-	268
Dedini S.A. Adm. e Particip.	-	8.806	-	8.288
Comercial Paraisolândia Ltda.	-	556	-	523
Dedini S.A. Equip. e Sistemas	-	57.087	-	53.770
Total controladas	-	99.433	-	93.152
Empresas relacionadas:				
Nidar Participações Ltda.	3	-	3	-
AD Participações Ltda.	43	-	40	-
Total empresas relacionadas	46	-	43	-
Total	46	99.433	43	93.152

Consolidado	2023 Ativo não circulante	2023 Passivo não circulante	2022 Atcivo não cirulante	2022 Passivo não circulante
Empresas relacionadas:				
Nidar Participações Ltda.	45.730	-	42.746	-
AD Participações Ltda.	48.504	-	45.622	-
Total empresas relac.	94.234	-	88.368	-
Total	94.234	-	88.368	-

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transferências de numerários e operações mercantis realizadas em condições e valores específicos acordados entre as partes com taxas de juros que variam de 0 % a 12,68 % ao ano. Os saldos a receber e a pagar entre as empresas relacionadas estão classificados de acordo com a expectativa de recebimento e liquidação da Administração da Companhia. Sobre os saldos com determinadas empresas relacionadas incide atualização monetária que mantém relação com os indicadores inflacionários atuais.

c.Operações com acionistas (i)

Controladora	2023 Ativo não circulante	2022 Ativo não circulante
Espólio - Dovilio Ometto	17.513	17.513
Espólio - Juliana Dedini Ometto	3.470	3.470
Mario Dedini Ometto	25	25
Total operações com acionistas	21.008	21.008

Consolidado	2023 Ativo não circulante	2022 Ativo não circulante
Espólio - Dovilio Ometto	22.186	22.484
Espólio - Juliana Dedini Ometto	3.693	3.693
Mario Dedini Ometto	248	248
Marcos Dedini Ricciardi	456	456
Mario Dresselt Dedini	482	482
Total operações com acionistas	27.065	27.363

i) Estes saldos referem-se a conta corrente com acionistas sem data de vencimento definida.

d. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos que influenciaram os resultados dos exercícios em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Financeiras líquidas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Empresas relacionadas				
DDP Participações S.A.	(1.446)	(1.361)	-	-
Dedini S.A. Ind. de Base	(724)	(609)	-	-
Dedini S.A. Equip. e Sist.	(3.316)	(3.124)	-	-
Dedini S.A. Adm. e Parti.	(518)	(488)	-	-
Comercial Paraisolândia Ltda	(33)	(31)	-	-
Codistil do Nordeste Ltda	(35)	(29)	-	-
AD Participações Ltda.	3	2	2.834	2.665
Nidar Participações Ltda.	-	-	2.663	2.490
Total empresas relac.	(6.069)	(5.640)	5.497	5.155

13 - Ativos e passivos fiscais diferidos

a. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados	78.847	64.586	2.547.030	2.589.458
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Total	78.847	64.586	2.547.030	2.589.458
Benefício fiscal não registrado (34%)	26.808	21.959	865.990	880.416

As diferenças temporárias dedutíveis, os prejuízos fiscais e as bases negativas acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

b. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as Companhias Controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos tributários sobre os seguintes valores base:

Consolidado - Ativo e pas. não circul.	Saldo em 31/12/2021	Rec. no res.	Outras baixas	Saldo em 31/12/2022	Rec. no res.	Outras baixas	Saldo em 31/12/2023
Prej. fiscais do imp. de renda	97.984	-	-	97.984	(65.128)	-	32.856
Base negativa da contrib. soc.	35.366	-	-	35.366	(23.509)	-	11.857
Adições temp.	21.857	-	-	21.857	(14.533)	-	7.324
Imobilizado - custo atribuído	(145.470)	6.948	-	(138.522)	5.690	-	(132.832)
Imobilizado - reavaliação	(13.048)	453	-	(12.595)	388	-	(12.207)
Exclusões temporárias	(1.843)	-	-	(1.843)	-	-	(1.843)
	(5.154)	7.401	-	2.247	(97.092)	-	(94.845)
Ativo não circul.	155.207			155.207			52.037
Passivo não circulante	(160.361)			(152.960)			(146.882)
	(5.154)			2.247			(94.845)

A Companhia, nos exercícios anteriores, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e na medida em que existiam diferenças temporárias tributáveis suficientes para compensação futura dos créditos fiscais não utilizados, manteve reconhecido o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e adições temporárias, porém, em 2023, conforme análise dos resultados futuros, a companhia baixou parte dos créditos fiscais não utilizados até este exercício. A Companhia não estimou como será a recuperabilidade total dos créditos tributários nos exercícios futuros. A conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado antes dos impostos	(25.996)	(30.549)	(50.508)	(60.850)
Alíquota efetiva - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
	8.839	10.356	17.173	20.689
Reconciliação para taxa efetiva:				
Diferenças temporárias:	-	-	19.821	30.475
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial / Provisão para perdas em investimentos	(6.689)	(8.333)	-	-
Outras diferenças permanentes	(75)	(59)	(3.420)	(2.122)
	(6.764)	(8.392)	16.401	28.353
Imposto de renda e contrib. social diferidos não registrado sobre prejuízo fiscal	(2.075)	(1.964)	(27.496)	(41.647)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da contrib. social	-	-	-	3
	(2.075)	(1.964)	(27.496)	(41.644)
	(8.839)	(10.356)	(11.095)	(13.291)
Total	-	-	6.078	7.398
Correntes	-	-	-	(3)
Diferidos	-	-	6.078	7.401
	-	-	6.078	7.398

14 - Investimentos e Provisão para perdas com investimento

a.Composição dos saldos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Investimentos:				
Partic. em empresas contr.	1.994	2.150	-	-
Outros investimentos	-	-	2.191	2.191
	1.994	2.150	2.191	2.191
Prov. para desval. de outros inv.	-	-	(1.743)	(1.743)
	1.994	2.150	448	448
Prov. para perdas em investimentos em cont.	1.065.699	1.046.006	-	-

b. Movimentação dos saldos em empresas controladas

	Saldo em 31/12/2022	Resul. Equival. Patrim./ Provis. p/perdas em invest.	Rec. de prov. p/perdas no invest. empr. acumul.	Saldo em 31/12/2023
DDP Participações S.A	(756.634)	(168)	(20)	(756.822)
Dedini S.A Administração e Participações	(289.372)	(19.505)	-	(308.877)
Dedini International Trading Corporation	2.150	-	(156)	1.994
Investimento	2.150	-	(156)	1.994
Provisão para perdas em investimentos	(1.046.006)	(19.673)	(20)	(1.065.699)

	Saldo em 31/12/2021	Resul. Equival. Patrim./ Provis. p/perdas em invest.	Rec. de prov. p/perdas no invest. empr. acumul.	Saldo em 31/12/2022
DDP Participações S.A	(759.754)	3.131	(11)	(756.634)
Dedini S.A Administração e Participações	(261.731)	(27.641)	-	(289.372)
Dedini International Trading Corporation	2.300	-	(150)	2.150
Investimento	2.300	-	(150)	2.150
Prov. p/ perdas em invest.	(1.021.485)	(24.510)	(11)	(1.046.006)

c. Informações das investidas

	DDP Particip. S.A 2023	DDP Particip. S.A 2022	Dedini S.A Adm. Particip. 2023	Dedini S.A Adm. Particip. 2022	Dedini Internacional Trading 2023 US$	Dedini Internacional Trading 2022 US$
Capital social	45.145	45.145	60.888	60.888	10.300	10.300
Quantidade de ações possuídas (em lote de mil):						
Ordinárias	23.479	23.479	253	253	-	-
Preferenciais	-	-	119	119	-	-
Patri. líquido atribuível aos control.	(1.455.206)	(1.454.842)	(593.902)	(556.399)	3.835	4.133
Participação no capital social	52,01%	52,01%	52,01%	52,01%	52,01%	52,01%
Valor do investimento (prov. para perdas) ajustado	(756.822)	(756.634)	(308.877)	(289.372)	1.994	2.150

Os valores de ativos e passivos, circulantes e não circulantes, das investidas estão apresentados na nota explicativa nº 2.

15 - Propriedades para investimento (Consolidado)

a.Custo

2023	Saldo em 31/12/2022	Aquis.	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Edificações	1.295	-	-	1.295
Terrenos	13.879	-	-	13.879
Outras imobilizações	662	-	-	662
	15.836	-	-	15.836

2022	Saldo em 31/12/2021	Aquis.	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Edificações	1.295	-	-	1.295
Terrenos	16.254	-	(2.375)	13.879
Outras imobilizações	662	-	-	662
	18.211	-	(2.375)	15.836

b. Depreciação

2023	Saldo em 31/12/2022	Deprec.	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Edificações	(1.289)	(3)	-	(1.292)
Outras imobilizações	(662)	-	-	(662)
	(1.951)	(3)	-	(1.954)

2022	Saldo em 31/12/2021	Deprec.	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Edificações	(1.285)	(4)	-	(1.289)
Outras imobilizações	(662)	-	-	(662)
	(1.947)	(4)	-	(1.951)

c.Valor contábil líquido

	2023 Custo	2023 Deprec.	2023 Líquido	2022 Custo	2022 Deprec.	2022 Líquido
Edificações	1.295	(1.292)	3	1.295	(1.289)	6
Terrenos	13.879	-	13.879	13.879	-	13.879
Outras imobilizações	662	(662)	-	662	(662)	-
	15.836	(1.954)	13.882	15.836	(1.951)	13.885

16 - Imobilizado (Consolidado)

a. Custo

2023	Saldo em 31/12/2022	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Edificações	168.245	-	-	-	168.245
Máquinas, equipam. e instalações indus.	589.605	14.933	(440)	-	604.098
Benfeitorias em prop. de terceiros e outras imobilizações	157.709	4.499	(2)	-	162.206
Móveis e utensílios	12.838	102	-	-	12.940
Veículos	6.984	365	(97)	-	7.252
Equip. de informática	9.464	314	-	-	9.778
Imob. em andamento	2.553	189	-	-	2.742
Terrenos	200.937	-	-	-	200.937
	1.148.335	20.402	(539)	-	1.168.198

2022	Saldo em 31/12/2021	Aquis.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Edificações	168.245	-	-	-	168.245
Máquinas, equip. e instalações indust.	587.297	9.163	(6.855)	-	589.605
Benfeitorias em prop. de terc. e outras imob.	155.310	2.399	-	-	157.709
Móveis e utensílios	12.693	145	-	-	12.838
Veículos	7.264	-	(280)	-	6.984
Equip. de informática	9.041	423	-	-	9.464
Imobil. em andamento	432	2.121	-	-	2.553
Terrenos	200.937	-	-	-	200.937
	1.141.219	14.251	(7.135)	-	1.148.335

b. Depreciação

2023	Saldo em 31/12/2022	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Edificações	(38.941)	(3.015)	-	(495)	(42.451)
Máquinas, equipam. e instal. indust.	(415.711)	(20.427)	442	491	(435.205)
Benfeitorias em prop. de terc. e outras imob.	(99.551)	(6.954)	-	(5)	(106.510)
Móveis e utensílios	(12.329)	(61)	-	-	(12.390)
Veículos	(6.890)	(106)	97	-	(6.899)
Equipam. de inform.	(8.954)	(148)	-	1	(9.101)
Imob. em andamento	-	-	-	-	-
	(582.376)	(30.711)	539	(8)	(612.556)

2022	Saldo em 31/12/2021	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2022
Edificações	(35.904)	(3.037)	-	-	(38.941)
Máquinas, equip. e instalações indust.	(400.892)	(19.527)	4.708	-	(415.711)
Benfeitorias em propr. de terc. e outras imob.	(93.314)	(6.237)	-	-	(99.551)
Móveis e utensílios	(12.275)	(54)	-	-	(12.329)
Veículos	(7.131)	(39)	280	-	(6.890)
Equip. de informática	(8.861)	(93)	-	-	(8.954)
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	-
	(558.377)	(28.987)	4.988	-	(582.376)

c. Valor contábil líquido

	2023 Custo	2023 Deprec.	2023 Líquido	2022 Custo	2022 Deprec.	2022 Líquido
Edificações	168.245	(42.451)	125.794	168.245	(38.941)	129.304
Máquinas, equip. e instal. ind.	604.098	(435.205)	168.893	589.605	(415.711)	173.894
Benfeit. orias em propr. de terceiros e outras imob.	162.206	(106.510)	55.696	157.709	(99.551)	58.158
Móveis e utens.	12.940	(12.390)	550	12.838	(12.329)	509
Veículos	7.252	(6.899)	353	6.984	(6.890)	94
Equip. de inf.	9.778	(9.101)	677	9.464	(8.954)	510
Imobil. em and.	2.742	-	2.742	2.553	-	2.553
Terrenos	200.937	-	200.937	200.937	-	200.937
	1.168.198	(612.556)	555.642	1.148.335	(582.376)	565.959

As máquinas e os equipamentos, assim como parte das edificações e dos móveis, são alugados pela DES para a DIB. Em 31 de dezembro de 2023 as receitas de aluguel totalizaram o montante de R$ 1.800 (R$ 1.800 em 2022). O referido aluguel não transfere a propriedade dos ativos para a DIB e compreende bens que podem ser utilizados por terceiros, à opção dos proprietários, ao final do contrato, se este não for renovado.

17 - Intangível

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Gastos de implantação de sistema de processamento de dados e licença de uso de software	20.922	20.922
Gastos com desenvolvimento de software e outros	25.867	25.867
Amortização acumulada	(36.335)	(36.325)
	10.454	10.464

18 - Empréstimos e financiamentos (a)

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Modalidade	Indexador/taxa	Garantias	Vcto	Consolidado 2023	Consolidado 2022
CCB/CCE/ FINANC.	cdi + juros médios de 1,81% am	(b)/(e)	divs	97.311	101.861
(-) Custo de transação a apropriar			Out/24	(38)	(167)
Bancos - Recup. Judicial	Selic	(c)	2027	10.464	11.599
Dupl. descont.	até 1,61% ao mês	(d)	mensal	-	2.382
Fund. de Invest.	até 2,51% ao mês	(d)	mensal	23.236	26.999
Total				130.973	142.674
Passivo Circulante				21.935	29.486
Passivo não circulante		(f)		109.038	113.188

(a) Com a homologação dos Planos de Recuperação Judicial das controladas indiretas "DIB", "DDN", CODISMON", "DES", "DRE", em 15 de fevereiro de 2017, os valores devidos a título de "Empréstimos e financiamentos", inclusos no referido Plano, sofreram deságio de 50% com prazo atual de onze anos para quitação do saldo devedor.
(b) Esses Empréstimos e financiamentos, com exceção ao Banco BVA, estão compostos pelas modalidades: Cédula de Crédito Bancário - CCB, Cédula de Crédito à Exportação - CCE, e estão garantidos por: i) duplicatas a receber de clientes (de 3% a 50% do montante do empréstimo) em caráter rotativo, de emissão da Companhia; ii) eventos de contratos a receber de clientes; iii) Imóveis próprios e de empresas relacionadas no valor contábil de R$ 18.960 em 2023 (R$ 18.960 em 2022); iv) notas promissórias com aval da Diretoria entre 100% a 130% do montante captado; v) aval da Controladora DDP Participações S.A; e, vi) avais da diretoria.
Em função da instituição financeira contraparte da operação de CCB, ou seja, Banco BVA, encontrar-se em intervenção desde 2012 e sob liquidação extrajudicial desde junho de 2013 a Companhia optou por manter a suspensão das amortizações e reclassificou os saldos para o passivo não circulante. Os pagamentos foram efetuados tempestivamente até a data de decretação da intervenção da respectiva instituição financeira (19 de outubro de 2012), não existindo inadimplência financeira até tal data. Em abril de 2020 a Companhia Nova Portfolio Participações S/A e a Dedini S/A Indústrias de Base assinaram um acordo no qual a "Nova Portfólio" assumiu parte do crédito do "BVA" junto a Dedini, o qual deverá ser quitado em 10 anos conforme determina o referido acordo. Tal "acordo" foi registrado na rubrica "outras contas a pagar", com parte do saldo no passivo circulante e parte no passivo não circulante. **(c)** Este saldo refere-se aos valores devidos aos Bancos Bradesco, Santander e Fractal/Votorantim, valores estes inclusos na Recuperação Judicial, já com o devido deságio, que tem prazo total de 11 anos para ser quitado, conforme determina a Recuperação judicial. **(d)** Estes valores tem características de curto prazo e as garantias são as próprias duplicatas a receber de clientes bem como notas promissórias com aval da Diretoria e emitidas pela controlada DDP Participações.
Em outubro de 2020 a controlada indireta "DES - Dedini S/A Equipamentos e Sistemas, firmou um empréstimo bancário na modalidade "CCB" junto ao Banco Daycoval S/A no montante de R$ 2.162 (dois milhões cento e sessenta e dois mil reais). Esse empréstimo está garantido por uma aplicação financeira, aplicação esta efetuada no mesmo banco, com prazo de resgate para outubro de 2024. O saldo da aplicação financeira em 31/12/2023 é de R$ 643 (R$ 1.244 em 2022) e a mesma poderá ser resgatada pela "DES", no seu vencimento, assim que forem cumpridas todas as obrigações referentes ao empréstimo bancário citado, junto ao Banco Daycoval, conforme nota explicativa nº 06.
(e) No saldo apresentado no passivo não circulante, em 2022 e 2023, o valor mais significativo refere-se ao Banco BVA, ou seja, (R$ 74.989), inerente a valores de determinados "Fundos" do próprio "BVA", os quais estão pendentes de realização visto o aguardo de definição judicial entre os "Fundos" e a controlada indireta "DIB".

19 - Fornecedores (a)

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores vencidos	44.316	47.502
Fornecedores a vencer	177.189	192.364
	221.505	239.866
Passivo Circulante **(b)**	80.813	86.829
Passivo não circulante **(c)**	140.692	153.037

(a) Com a homologação do Plano de Recuperação Judicial das Controladas indiretas "DIB", "DES", "DDN", CODM" e "DRE", em 15 de fevereiro de 2017, os valores devidos a título de fornecedores, inclusos no referido Plano, sofreram deságio de 50% com prazo atual de onze anos para quitação.
(b) O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023, no passivo circulante, refere-se aos fornecedores correntes e também aqueles que foram inclusos na "RJ", conforme definição do Plano de Recuperação Judicial, já com o referido deságio.
(c) O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023, no passivo não circulante refere-se aos fornecedores inclusos no Plano de Recuperação Judicial e que serão quitados num período de longo prazo, conforme definição do referido Plano. No saldo de 2023 já se contempla o deságio da recuperação judicial.

20 - Adiantamentos de clientes

Correspondem a adiantamentos obtidos junto a clientes, já deduzidos dos valores compensados com a receita de contratos de construção, para viabilização financeira das encomendas de equipamentos, conforme demonstrado abaixo:

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Adiantamentos recebidos		290.336	488.139
(-) Valores comp. com cont. de construção	7	(214.995)	(275.499)
Saldo de adiantamentos - contratos a executar		75.341	212.640

21 - Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Impostos e contribuições a vencer	15.018	15.582
Impostos e contribuições em atraso: **(a)**		
ISS **(b)**	69.591	65.634
COFINS **(c)**	233.725	233.116
PIS **(c)**	48.835	48.832
IPI **(c)**	52.014	49.345
FNDE **(d)**	15.224	15.224
IRRF **(e)**	108.675	101.365
INSS **(f)**	774.793	734.496
IRPJ **(g)**	34.333	32.489
CSLL **(g)**	12.873	11.727
FGTS **(h)**	52.712	56.715
ICMS **(i)**	169.155	169.295
SESI **(j)**	20.379	20.318
SENAI **(j)**	12.930	12.763
IPTU	14.254	8.689
CSRF	9.665	9.663
Outros	1.300	12.352
	1.630.458	1.582.023
Total	1.645.476	1.597.605

(a) O saldo é atualizado por juros e multas conforme determina a legislação vigente sem a aplicação dos encargos legais sobre os débitos em fase de execução, nos termos do Decreto Lei 1.025/69. Conforme descrito na nota explicativa nº34, a Companhia firmou acordo com a procuradoria para renegociação dos passivos tributários federais. O deságios concedidos, bem como compensações permitidas com prejuízos fiscais e o saldo atualizado do passivo fiscal será reconhecido em 2024. **(b)** O saldo do ISS refere-se às competências vencidas dos exercícios de 2005 a dezembro de 2023, basicamente das controladas indiretas "DIB" e "DES". **(c)** Os saldos referem-se a débitos do Programa de Integração Social (PIS), Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) das competências de: i) "DES": janeiro/2009 a outubro/2010 decorrente de parcelamentos convencionais rompidos; e também das competências de abril 2011 a dezembro de 2022; ii) "DRE": março/2010, fevereiro a junho/2011, setembro e novembro/2011 e janeiro a outubro/2012, janeiro, fevereiro, setembro e novembro/2013 a novembro/2014 e janeiro/15 a dezembro/23; iii) "DIB" e controladas: diversas competências do exercício de 2009 ao exercício de 2022. **(d)** O saldo apresentado para FNDE está registrado no passivo circulante da controlada indireta "DES", apurado sobre a competência de março de 1996 a julho de 2004, que não foi transferido para a rubrica "Parcelamento de impostos" visto que o FNDE ainda não confirmou sua adesão ao Programa REFIS IV, bem como, as competências do exercício de 2008 a 2020, também da controladas indireta "DES". **(e)** O saldo refere-se basicamente: i) IRRF registrado na controlada indireta "DES", no montante de R$ 4.690, para o qual a Administração da Companhia está pleiteando junto a Receita Federal do Brasil, a quitação, através de penhora de bens de sua propriedade e, ii) IRRF registrado na controlada direta "DDP S/A", no montante de R$ 4.735 e, iii) IRRF registrado na controlada indireta "DIB" e suas controladas, no montante de R$ 102.801, apurados principalmente sobre a folha de pagamentos, em competências compreendidas entre janeiro e dezembro de 2007, e março de 2009 a dezembro de 2023. **(f)** O saldo de INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) refere-se a impostos apurados na controlada indireta "DIB" e suas controladas, conforme segue: i) retido sobre a folha de pagamento dos empregados, vencidos no período de fevereiro de 2009 a dezembro de 2023; ii) retido de terceiros, vencido no período de abril de 2010 a dezembro de 2020 e iii) INSS sobre a folha de pagamento (parte empregador), vencido no período de fevereiro de 2009 a dezembro de 2023, bem como da controlada direta "DDN" e suas controladas; e controlada direta "DDP", nas competências de 2012 a 2023. **(g)** O saldo refere-se basicamente a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) apurados sobre o lucro tributável, conforme segue: a) na controlada direta "DDN", referente ao exercício de 2012 e 2016, no montante atualizado de R$ 39.186; b) na controlada indireta "DES", referentes ao exercício de 2009 e janeiro de 2010, no montante de R$ 5.031, os quais foram parcelados em 2010 através da Lei 10.522/2002 e posteriormente rompido em setembro de 2011; a Companhia foi executada pela Justiça Federal através das Execuções Fiscais nºs 23652820114036109 (CDA 80610062844-30/CSLL e CDA 80210030884-52/IRPJ) e 51529320124036109 (CDA 80212000784-09/IRPJ e CDA 80612002013-07/CSLL), nas quais apresentou defesas por entender serem indevidas as cobranças do IRPJ e CSLL com base em estimativas, defesas estas que se encontram aguardando decisão judicial. Em dezembro de 2016, através do rendimento auferido com o Leilão do prédio da Mecânica Pesada, a Secretaria da Receita Federal amortizou parte destes impostos sendo, R$ 8.197 de IRPJ e R$ 2.986 de CSLL, referente a controlada indireta "DES". **(h)** O saldo do FGTS em 31 de dezembro de 2022 referia-se basicamente à controlada indireta DIB e é constituído pelas competências de setembro de 2014 a dezembro de 2022, bem como sobre o décimo terceiro salário de 2014 a 2022. Como parte do acordo firmado do Grupo e a União, os saldos em atraso do FTGS serão regularizados junto a Caixa Econômica Federal. A Companhia tem perspectiva de regularização dos débitos ao longo de 2024. **(i)** O saldo refere-se basicamente: i) débitos recompostos do ICMS, da controlada indireta "DES", no montante de R$ 95.312, das competências de janeiro de 1983 a julho de 2000, anteriormente parcelados em 120 meses, conforme Decreto nº 51.960, publicado em julho de 2007, denominado "PPI do ICMS", o qual foi rompido em Novembro de 2011, recomposto e transferido da rubrica "Impostos e Contribuições a Recolher", bem como outras competências referentes ao período de dezembro de 2011 até janeiro de 2021; e **ii)** débitos apurados, na controlada indireta "DIB" e suas controladas, no montante de R$ 70.187, nas mais diversas competências compreendidas entre o período de 2013 a dezembro de 2021. **(j)** Os saldos de SESI/SENAI referem-se basicamente às competências de 2007 a Dezembro de 2023, apurados na controlada indireta "DIB" e suas controladas, bem como na controlada indireta "DES".

22 - Impostos diferidos sobre contratos de construção

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ICMS	29.496	28.115
PIS	2.725	2.753
COFINS	13.584	12.573
ISS	473	273
	46.278	43.714

Refere-se ao ICMS apurado sobre os contratos de construção e PIS, COFINS E ISS sobre os contratos de construção de curto prazo os quais terão os impostos recolhidos no momento do faturamento efetivo.

23 - Parcelamento de impostos

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
REFIS IV:		
INSS	364.118	364.127
SESI	16.073	16.072
SENAI	8.050	8.043
Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	422.495	422.468
(-) Depósitos judiciais	(1.836)	(1.839)
	808.900	808.871
Passivo circulante	663.460	648.793
Passivo não circulante	145.440	160.078
REFIS V:		
Previdenciários	1.581	1.580
Demais débitos	653	657
Previdenciários - Dívida ativa	2.506	2.505
Demais débitos - Dívida ativa	3.221	3.221
	7.961	7.963
Passivo circulante	4.944	4.416
Passivo não circulante	3.017	3.547
Passivo circulante total	668.404	653.209
Passivo não circulante total	148.457	163.625

Refis IV - Em novembro de 2009 a Companhia e suas controladas DDN, DES, DRE, DSE, Codismon e DIB optaram pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias e impostos federais, vencidos até novembro de 2008, através da adesão ao REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Em junho de 2011, houve a consolidação dos débitos tributários pelas autoridades fiscais, Receita Federal do Brasil ("RFB") e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"). Abaixo a situação das Empresas no REFIS IV: **(a)** DIB e controladas: A Companhia foi inevitavelmente atingida pela forte crise que afetou o setor sucroenergético nos anos de 2008 a 2021, o que acarretou diretamente na redução de novos negócios e, consequentemente, redução de seu faturamento. Por essa razão, as mesmas deixaram de pagar em 2011, 2012 e 2013 algumas das prestações mensais das modalidades do REFIS IV, tanto os débitos administrados pela "RFB" - Receita Federal do brasil, como também aqueles débitos administrados pela "PGFN" - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sendo, por tal motivo, excluída do REFIS IV. A administração das companhias vêm buscando junto aos órgãos públicos eventuais possibilidades para conseguir novos parcelamentos e regularizar a atual situação.
DDN e controladas: A Companhia e suas contraladas, cujas atividades estão voltadas à industrialização de equipamentos para o setor de bens de capital, à elaboração e a execução de projetos de engenharia, à prestação de serviços relacionados, bem como à sua comercialização no País e no exterior, foi inevitavelmente atingida pela forte crise que afetou esse setor nos anos de 2008 a 2021, o que acarretou diretamente na redução de novos negócios e, consequentemente, redução de seu faturamento. Por essa razão, a Companhia deixou de pagar em 2011, 2012 e 2013 algumas das prestações mensais das modalidades "PGFN - Art. 1º - Demais débitos", "PGFN - Art. 3º - Demais débitos" e "PGFN - Art. 3º - Débitos previdenciários" do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (REFIS IV), tendo sido, por tal motivo, excluídas do parcelamento. A Companhia vem buscando alternativas para regularizar os débitos, e tentando reduzir o valor em cobrança por meio de petições apresentadas administrativa e judicialmente, bem como suspender a sua cobrança enquanto não apreciados seus pleitos e/ou até que seja aprovado o novo parcelamento de débitos de tributos e contribuições federais.
(b) Doado: excluída da modalidade "PGFN - Art. 3º - Demais débitos" em Maio/2012. Após cientificada de sua exclusão da modalidade de parcelamento supracitada, a Companhia interpôs tempestivamente, no mês de Maio de 2012, o competente Recurso Administrativo com Efeito Suspensivo, o qual foi indeferido no mesmo mês. Contra essa decisão, a Companhia impetrou, no mês de Junho de 2012, o Mandado de Segurança nº 0005135-57.2012.4.03.6109, objetivando a sua reinclusão na modalidade de parcelamento da qual fora excluída, cujo processo se encontra em tramitação perante a 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária (Justiça Federal) de Piracicaba/SP. Em 25 de julho de 2012 em 1ª Instancia, foi concedida a SEGURANÇA, declarando a nulidade do ato de exclusão da Companhia e a sua imediata reinclusão no parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Em janeiro de 2015 a Companhia quitou os débitos inerentes a PGFN - Art. 3º - Demais débitos e em março de 2016 a Companhia quitou os débitos referentes a RFB - Art. 3º - Demais débitos. Com relação a outra modalidade do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (REFIS IV), ou seja, "PGFN - Art. 1º - Demais débitos" , a Companhia foi excluída em abril/2016. Os administradores da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, no decorrer dos anos vêm buscando alternativas para a regularização dos débitos junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e Receita Federal do Brasil - RFB. Refis V - Em julho de 2014 as controladas indiretas Codistil do Nordeste Ltda e DAP Desenvolvimento e Automação de Processos Ltda; e em 30 de novembro de 2014, a Dedini Refratários Ltda, optaram pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias, vencidos até dezembro de 2013, através da adesão ao "REFIS V", instituído pela Lei 12.996 de 18 de junho de 2014. As controladas, em agosto de 2014, efetuaram parcelamentos referentes aos seus impostos classificados como "em atraso", os quais foram rompidos e reclassificados para o "REFIS V". Como as Empresas optaram pelo parcelamento em 180 parcelas, foram beneficiadas com redução de 60% sobre as multas isoladas e 25% sobre os juros de mora. A controlada "Codistil do Nordeste" , teve rejeitada na consolidação, as modalidades "PGFN PREV" e também "RFB Demais Débitos". Na modalidade "PGFN Demais débitos", em função de atrasos nos pagamentos das parcelas devidas, foi excluída do REFIS V; a controlada "DAP", na modalidade "RFB PREV", está adimplente com os pagamentos das parcelas, porém não foi aceito a consolidação da modalidade "PGFN PREV". A Controlada Dedini Refratários aptou pela modalidade "RFB - IPI, PIS e COFINS" e está adimplente com os pagamentos das parcelas.

24- Outros parcelamentos de impostos

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo circulante:		
ICMS **(a)**	26.719	26.510
ISS **(b)**	538	538
FNDE **(c)**	1.545	1.467
FGTS **(d)**	7.070	6.706
PIS **(e)**	126	126
COFINS **(f)**	908	908
INSS **(g)**	237	237
Acordo Transação Iptu - Municipal **(h)**	1.556	-
Acordo de Transação Tributário - PGFN **(h)**	3.501	2.189
Acordo de Transação Previdenciário - PGFN **(h)**	4.877	2.606
Outros	-	-
	47.077	41.287
Passivo não circulante:		
ICMS **(a)**	5.142	5.515
FNDE **(c)**	1.316	1.394
FGTS **(d)**	16.328	17.760
INSS **(g)**	28	44
Acordo Transação Iptu - Municipal **(h)**	4.499	-
Acordo de Transação Tributário - PGFN **(h)**	11.680	14.379
Acordo de Transação Previdenciário - PGFN **(h)**	6.163	11.856
Outros	-	-
	45.156	50.948
Total dos passivos circulante e não circulante	92.233	92.235

(a) Refere-se substancialmente a débitos do ICMS das controladas indiretas DIB e DRE, conforme segue:
(f) DIB : O saldo apresentado refere-se a : i) débitos do ICMS das competências de março de 1997 a junho de 2005 parcelados em 120 meses, parcelamento este instituído pelo Decreto nº 51.960, publicado em julho de 2007, denominado "PPI do ICMS", parte deste saldo, no valor de R$ 8.267, foi quitado, no exercício de 2012 com saldo de crédito acumulado da matriz, outra parte deste saldo, no valor de R$ 10.031, foi quitada no exercício de 2016, com liberação de crédito acumulado da filial Sertãozinho. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é devido em até 51 meses, atualizado pela taxa SELIC; ii) parcelamento convencional da filial em Sertãozinho das competências 01/2005 a 05/2005 e 03/2006 a 06/2006 parcelado em 60 meses, instituído pela Resolução SF 108/10, rompido em 24/11/2015 e efetuado a recomposição contábil em 31/10/2016, transferido para impostos a recolher. Atualmente todos os parcelamentos citados neste parágrafo encontram-se rompidos. Em 27 de junho de 2014 a controlada Dedini S/A Indústrias de Base solicitou, referente a unidade Matriz, parcelamento de ICMS junto à Fazenda Estadual do Estado de São Paulo. O parcelamento, denominado de "PEP ICMS", de nº 20085157-8, contempla à competência de abril de 2012 e o mesmo foi efetuado em 120 parcelas, o saldo devedor em 31 de dezembro de 2020 é de 102 parcelas. Atualmente encontra-se rompido. Em 29 de agosto de 2014 a controlada Dedini S/A Indústrias de Base solicitou, referente a unidade Matriz, parcelamento de ICMS junto à Fazenda Estadual do Estado de São Paulo. O parcelamento, denominado de "PEP ICMS", de nº 20109774-5, contempla competências inseridas nos seguintes períodos : julho a novembro de 2009, janeiro a novembro de 2010, fevereiro a novembro de 2011, fevereiro a dezembro de 2012 e julho a outubro de 2013. O mesmo foi efetuado em 120 parcelas e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2020 é de 104 parcelas. Atualmente encontra-se rompido e a atualização é baseada na taxa Selic. Em 26 de julho de 2018 a controlada Dedini S/A Indústrias de Base efetuou um parcelamento convencional da sua unidade matriz, CNPJ 50109271/0001-58, parcelamento esse de nº 01610469-3, referente à competência de março de 2018, no total de 60 parcelas, com vencimento final para julho de 2023. Em janeiro de 2019 a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo reconsolidou o citado parcelamento visto que a mesma (SEFAZ-SP) estava cobrando taxa diária indevida, a qual foi alterada para a SELIC. Até a data de emissão dessa nota explicativa, ou seja, fevereiro de 2024, a Empresa encontrava-se adimplente com todas as parcelas do parcelamento. Em 03 de setembro de 2020 a controlada Dedini S/A Indústrias de Base consolidou um parcelamento de nº 50031639-3, da sua unidade matriz em Piracicaba-SP, da CDA 1215072099, referente a diversas competências entre o período de julho de 2009 até outubro de 2013 a ser quitado em 36 parcelas mensais. O pagamento do parcelamento se encerrou em setembro de 2023. Em 12 de agosto de 2021 a controlada Dedini S/A Indústrias de Base consolidou um parcelamento de nº 50046256-3, da sua antiga unidade de Sertãozinho-SP, da CDA 1252024988, referente a competência de dezembro de 2017, a ser quitado em 24 parcelas mensais. O pagamento do parcelamento se encerrou em julho de 2023.
Em 03 de junho de 2022 a controlada Dedini S/A Indústrias de Base consolidou sete novos parcelamentos da sua unidade de Maceió-AL, com a seguinte composição: Processo 18071096-CDA nº 39 competência dezembro de 2011, Processo 18071092-CDA nº 820, competências diversas entre março de 2010 até agosto de 2011 , Processo 18071094-CDA nº 947, competências de março, abril e maio de 2015, Processo 18071095-CDA nº 1361, competências diversas entre abril de 2014 a fevereiro de 2015, Processo 18071098-CDA nº 1538, das competências de dezembro de 2015 e janeiro de 2016, Processo 18071093-CDA nº 2221, das competências de outubro de 2013 e fevereiro e março de 2014 e Processo 18071098- CDA nº 2926, das competências de julho de 2016 a fevereiro de 2017. Todos os parcelamentos são compostos de 60 parcelas mensais e o vencimento final será em 31 de maio de 2027. Em 07 de dezembro de 2022 a controlada Dedini S/A Indústrias de Base consolidou um parcelamento de nº 70096619-7, da sua matriz em Piracicaba-SP, da CDA 1266384913, referente as competências de janeiro, fevereiro e março de 2000 e junho de 2005, a ser quitado em 84 parcelas mensais. O pagamento do parcelamento se encerrará em novembro de 2029. Em 04 de abril de 2023 a companhia consolidou um parcelamento de nº 128539, de sua unidade em Maceió-AL, referente competências de setembro, novembro e dezembro de 2020, num montante de R$ 168, em 60 parcelas de R$ 3, que será encerrado em março de 2028. Em novembro de 2023 a controlada Codistil do Nordeste Ltda consolidou um parcelamento de nº 10564162-03,em Recife-PE, referente diversas competências de 2017, 2020 e 2021, num montante de R$ 283, em 60 parcelas mensais de R$ 9, que será encerrado em setembro de 2028.
DRE : Parte do saldo (R$ 6.201), refere-se ao parcelamento dos débitos do ICMS , das competências de fevereiro a dezembro de 2011, exceto julho e; das competências de janeiro,fevereiro, abril e julho de 2012, conforme contrato nº 20066196-5, referente adesão ao PEP do ICMS, na data de 30 de agosto de 2013 em 120 meses, conforme determina o decreto lei nº 58.811 de 27 de dezembro de 2012,e as competências setembro de 2009 a Dezembro de 2011, setembro, outubro e dezembro de 2012, janeiro, fevereiro e abril de 2013 e julho a dezembro de 2013, conforme contrato nº 20084993-0, referente adesão ao PEP do ICMS, na data de 27 de junho de 2014. Atualmente estes parcelamentos envolvendo ICMS encontram-se rompidos. **(b)** Refere-se basicamente a dois parcelamentos de tributos municipais (ISS) das competências de 1998 a 2005, da controlada indireta DIB, devidos à Prefeitura de Piracicaba. Em novembro de 2006 e janeiro de 2007, esses débitos foram parcelados em 60 meses; parcelamentos estes rompido pelo motivo de Dação em Pagamento Processo nº 102529/2008 de 29/08/2008. **(c)** Referem-se a impostos apurados sobre as competências de maio de 2001 a janeiro de 2003, da controlada indireta DIB. Em novembro de 2009, a Sociedade optou pelo parcelamento desses débitos através da adesão ao REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Atualmente o referido parcelamento encontra-se rompido e a atualização ocorre com base na SELIC. **(d)** Os saldos apresentados referem -se a débitos de FGTS, das controladas indiretas DIB e DES, conforme abaixo:
"DIB" - Em 12 de Setembro de 2014, a controlada indireta "DIB" e a Caixa Econômica Federal firmaram um novo Contrato de Parcelamento Administrativo, Inscrito sob. nº 2014005390, num total de 180 parcelas, onde foram inclusos todos os débitos de FGTS em atraso, referente a todos funcionários, tando ativos quanto demitidos, abrangendo às competências de dezembro de 2009 até agosto de 2014. O saldo é atualizado pela Taxa Referencial - TR acrescidas de juros de 3% ano. Até 31 de dezembro de 2018 a empresa está adimplente em relação a este parcelamento. O parcelamento foi rompido em janeiro de 2.019.
"DES": competências de fevereiro de 1995 a janeiro de 2003. Nos exercícios de 2000 e 2003 foram efetuados os parcelamentos desses débitos para pagamento de 82 a 180 meses. O parcelamento encontra-se rompido. **(e)** O saldo refere-se ao PIS da controlada indireta Codistil do Nordeste Ltda, parcelado em 60 meses junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN de acordo com a Lei 10.522/02, o saldo em 31 de dezembro de 2020 é devido em até 24 meses e encontra-se rompido. A atualização mensal é com base na taxa Selic. **(f)** O saldo refere-se ao COFINS da controlada indireta Codistil do Nordeste Ltda, parcelado em 60 meses junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN de acordo com a Lei 10.522/02, o saldo em 31 de dezembro de 2020 é devido em até 24 meses e encontra-se rompido. A atualização mensal é com base na taxa Selic. **(g)** Refere-se a débitos de INSS, no valor de R$ 218 (duzentos e dezoito mil reais) da controlada indireta "Codistil" referente às competências de dezembro de 2008 ao 13º salário de 2011, parcelado junto ao Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil, em 60 meses, o qual encontra-se rompido e em 31 de dezembro de 2020 é devido em até 28 meses, a atualização é pela taxa Selic. Em dezembro de 2020 a controlada indireta "DIB" firmou parcelamento junto ao INSS do Estado de Alagoas, num montante atualizado de R$ 93 (noventa e três mil reais), em 60 parcelas com vencimento final para novembro de 2025, referente às competências de fevereiro a setembro de 2015, exceto o mês de maio de 2015.
(h)A controlada indireta "DIB" firmou junto à PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em dezembro de 2020, dois Acordos de Transação excepcional, da seguinte maneira:
I - modalidade Tributária, de nº 3966542, num montante de R$ 15.940, a ser quitado em 84 parcelas sendo a última a vencer em 30 de novembro de 2027.
II - modalidade Previdenciária, de nº 3965770, num montante de R$ 15.641, a ser quitado em 60 parcelas sendo a última a vencer em 30 de novembro de 2025.
Em dezembro de 2021, a controlada indireta "Codismon", também firmou junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dois Acordos de **Transação excepcional, da seguinte maneira:**
I - modalidade Tributária, de nº 5553649, num montante de R$ 6 em 10 parcelas sendo a última já quitada em 30 de setembro de 2022.
II - modalidade Previdenciária, de nº 5554537, num montante de R$ 2.318, a ser quitada em 60 parcelas sendo a última a ser quitada em janeiro de 2027.
No decorrer do exercício de 2023 a controlada indireta "DIB" firmou junto à Prefeitura Municipal de Piracicaba dois parcelamentos (nºs 2091 e 2730), para regularização do saldo de Iptu, com as seguintes situações:
I - modalidade Iptu, de nº 2091, num montante de R$ 5.880, referente competências de 2013 a 2020, a ser quitado em 60 parcelas sendo a última a vencer em fevereiro de 2028, com parcela principal no montante mensal de R$ 98.
II - modalidade Iptu, de nº 2730, num montante de R$ 960, referente competências de 2017 a 2021, a ser quitado em 96 parcelas sendo a última a vencer em dezembro de 2030, com parcela principal no montante mensal de R$ 10.

25 - Provisões

	Trabalhistas/ previdenciárias	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	11.796	-	11.796
Atualização das pro. (cf n.e. 32)	-	203	-	203
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	11.999	-	11.999

Baseada em opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia reconheceu provisões para contingências cíveis, para fazer face a eventuais perdas com os respectivos processos.

26 - Outras contas a Pagar

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Funcionários **(a)**	26.713	39.229
Novaportfolio Participações S/A **(b)**	207.985	214.085
Outras contas	11.518	13.065
	246.216	266.379
Passivo circulante	38.835	48.561
Passsivo não circulante	207.381	217.818

(a) Refere-se a acordos trabalhistas firmados, decorrente de processos trabalhistas em que o Grupo é polo passivo.
(b) O saldo à pagar para a Empresa NovaPortfólio S/A refere-se à Confissão de Dívidas que a controlada indireta "DIB - Dedini S/A Indústrias de Base" assumiu, face ao saldo devedor que havia, da própria "DIB" bem como de sua coligada "DES - Dedini S/A Equipamentos e Sistemas, perante ao Banco BVA. A Confissão de Dívidas será quitada em até 120 parcelas e conforme a "DIB" for cumprindo os pagamentos de acordo com o cronograma estipulado, haverão bônus de adimplência os quais poderão chegar a aproximadamente 70% do total da dívida. Até o encerramento do exercício de 2023 a controlada direta "DIB" está adimplente quanto aos pagamentos da Confissão de Dívida.

27 - Patrimônio líquido - Controladora

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 41.894 (idêntico em 2022), representado por 38.070.862 ações, sendo 37.487.344 ações ordinárias nominativas e 583.518 ações preferenciais comuns (idêntico número em 2022).

b. Dividendos

As ações preferenciais terão prioridade no recebimento do dividendo fixo referido no parágrafo 3, do artigo 5º da Lei nº 6.404/76. As demais ações terão direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, 8% do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c.Reservas de reavaliação reflexa

Constituída em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado das controladas, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

d. - Ajuste de Avaliação Patrimonial

Decorrente do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

28 - Receita líquida

Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Decorrente de cont. de const. para o mercado interno	792.884	757.141
Decorrente de cont. de const. para o mercado externo	153.860	107.985
Venda de produtos	-	196
Serviços prestados	93.313	72.214
Receita bruta	1.040.057	937.536
Menos:		
Devoluções	(23.367)	(13.932)
Impostos sobre vendas	(130.875)	(134.307)
Total da receita contábil	885.815	789.297

29- Despesas operacionais por natureza

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Matéria prima consumida	(401.851)	(425.047)
Serviços prestados por terceiros	(86.480)	(63.551)
Salários e encargos sociais	(222.103)	(235.440)
Depreciação e amortização	(30.736)	(28.995)
Aluguéis	(16.531)	(9.353)
Outros gastos na produção	(46.503)	(35.745)
Outros gastos gerais	(21.163)	(15.503)
	(825.367)	(813.634)
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custos dos prod. vendidos e dos serviços prestados	(715.175)	(675.916)
Despesas de vendas	(29.577)	(24.368)
Despesas administrativas	(80.615)	(113.350)
	(825.367)	(813.634)

30 - Outras (despesas) operacionais líquidas

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Outras despesas:		
ICMS e IPI sobre outras entradas e saídas	(1.996)	(1.796)
Impostos e taxas diversas	(3.109)	(2.303)
Pis e Cofins s/ financeiras	(3.407)	(3.709)
Perdas na realização do ICMS s/ ativo imobilizado	(135)	(62)
Resultado na venda do imobilizado (Custo)	-	(4.560)
Baixa de créditos fiscais não realizáveis	(103.170)	-
Baixa de outros valores não realizáveis	(8.553)	-
Outras	(1.622)	(45.483)
	(121.992)	(57.913)
Outras receitas:		
Venda de sucata	6.764	2.412
Resultado na venda de imobilizado (Receita)	264	3.661
Reversão de provisões para contingências	1.163	14.824
Reversão para provisão de devedores duvidosos	18.079	18.653
Outras	2.972	193
	29.242	39.743
Total líquido	(92.750)	(18.170)

continua

continuação

31 - Receitas financeiras

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Atualização de saldos com empresas do grupo e acionistas	3	3	5.499	5.155
Rend. sobre aplicação financeira	-	-	333	380
Variação monetária de créditos	-	-	-	248
Variação cambial	-	-	11.089	17.305
Juros ativos sobre dupl. a receber	-	-	328	130
Descontos obtidos	-	-	-	6.471
Outros	-	-	446	1.113
	3	3	17.695	30.802

32 - Despesas financeiras

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Atualização de saldos com empresas do grupo	(6.073)	(5.643)	(2)	-
Juros e multa sobre impostos, encargos e outros	-	-	(10.302)	(6.782)
Juros sobre financiamentos	-	-	(11.151)	(10.130)
Juros passivos	-	-	(1.391)	(584)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(2.037)	(5.848)
Variação cambial	-	-	(10.787)	(24.728)
Juros sobre contingência (nota 25)	-	-	(203)	(203)
Outras	(1)	-	(28)	(870)
	(6.075)	(5.644)	(35.901)	(49.145)

33 - Aspectos ambientais
As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

34 - Evento subsequente:
Em 28 de dezembro de 2022, a controlada indireta DEDINI S/A INDÚSTRIAS DE BASE e todas as demais Empresas "DEDINI", apresentaram para a Procuradoria da Fazenda Nacional, proposta de Transação Tributária Individual, contemplando a negociação de todo passivo fiscal federal das companhias. A referida proposta recebeu o número de requerimento 20220467544 (Protocolo: 3638152022) e passou a tramitar na Unidade da PGFN da Terceira Região. Desde então foram negociados com a PGFN os descontos que serão aplicados à cada uma das CDAs, as garantias adicionais aos bens que já se encontravam penhorados em ações de execução fiscal, a compensação de parte do saldo devedor mediante a utilização de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, a utilização de direitos creditórios em desfavor da União para fins de amortização ou liquidação de saldo devedor da dívida transacionada, entre outros detalhes. As negociações avançaram até que em 10 de outubro de 2023, através do DESPACHO SICAR 20220467544, a Procuradoria da Fazenda Nacional confirmou que aceitou a proposta de pagamento apresentada pelas Empresas "DEDINI" e, por este motivo, aliado ao ajuste das garantias exigidas, e na medida que a conclusão da negociação depende exclusivamente de atividade da PFN, foi deferido o pedido de suspensão de todas execuções fiscais que apresentam risco de penhora ou expropriação de bens. Desde então a minuta do acordo vem sendo debatida entre Contribuintes e a Procuradoria, até que os termos finais foram aprovados no mês de fevereiro de 2024 e aguarda-se, por fim, a assinatura definitiva do Acordo de Transação ainda no primeiro trimestre do ano de 2024.

Diretoria:
Giuliano Dedini Ometto Duarte - Diretor Presidente
Marcos Dedini Ricciardi - Diretor

Juracy Roberto Sarto - Contador - CT - CRC 1SP 185620/O-4

FUNDAÇÃO MARIO DEDINI

CNPJ: 08.718.366/0001-02

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2021 (Em reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	100	-
Total do ativo		100	-

Passivo	Nota	2023	2022
Fornecedores		-	-
Patrimônio liquido	7		
Patrimônio social		(604)	(604)
Superávit acumulado		704	604
Total do patrimônio liquido		100	-
Total do passivo e do patrimônio liquido		100	-

Demonstrações de resultados (Em Reais)

	2023	2022
Receita operacional	100	-
Outras doações	100	-
Investimentos socioculturais	-	-
Resultado bruto	100	-
Outras despesas operacionais		
Administrativas e gerais	-	-
Financeiras liquidas		
Despesas financeiras	-	-
Superávit do exercício	100	-

Demonstrações de resultados abrangentes (Em Reais)

	2023	2022
Superávit do exercício	100	-
Resultado abrangente do exercício	100	-

Demonstrações das mutações do patrimônio liquido (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit / (déficit) acumulado	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2022	(604)	604	-
Alteração do patrimônio social	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(604)	604	-
Alteração do patrimônio social	-	100	100
Superávit do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(604)	704	100

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (Em Reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit / (Déficit) do exercício	100	-
(Acréscimo) redução em outros créditos	-	-
Acréscimo (redução) em Caixa e equiv. de caixa	-	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades operacionais	100	-
Aumento / (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	100	-
Demonstração da movimentação no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	-	-
No fim do exercício	100	-
Aumento / (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	100	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Reais)

1 - Contexto operacional
A Fundação Mario Dedini ("Fundação"), através da escritura pública de constituição datada de 7 de fevereiro de 2007 (data da constituição), é uma instituição de direito privado de caráter assistencial, educacional, cultural e recreativo, sem fins lucrativos ou comerciais. A Fundação tem por objetivos estatutários a promoção da assistência social e saúde; o incentivo a formação educacional, pesquisa e conscientização social; a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e do meio ambiente; o desenvolvimento do trabalho voluntário; o amparo à criança e ao adolescente carente; a promoção da cidadania e a integração social da criança e do adolescente por meio de desenvolvimento, incentivo ou execução de projetos socioculturais; a promoção e colaboração com programas que privilegiem os anseios e as necessidades locais articulando-se com a comunidade; a prestação de serviços, consultoria e assessoria nas áreas de atuação da Fundação; a criação, produção, divulgação e comercialização de serviços, produtos e informações relacionadas aos objetivos da Fundação; a captação de recursos e de patrocínios para projetos educacionais, socioculturais, pesquisas e de meio ambiente; a geração de projetos nas leis de incentivo à cultura, a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais e demais atividades correlatas, através de projetos próprios ou de parcerias com terceiros. As doações são concedidas aos beneficiários através de repasse de numerários para a realização dos projetos.
Em 15 de dezembro de 2008, a Fundação Mario Dedini, por meio de processo junto ao Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Justiça, foi certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, conforme deferimento de 15 de dezembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2008 (conforme delegação da Portaria SNJ nº 28, de 10 de setembro de 2008). Com essa certificação, a Fundação pode firmar termo de parceria com o Poder Público para fomento dos seus objetivos sociais relacionados à prestação de serviços à comunidade, ressaltando o caráter institucional e a natureza de entidade sem fins lucrativos, conforme previsto no Estatuto Social.
Em 29 de fevereiro de 2016, através de Ata da Assembléia de Reunião da Diretoria, a Fundação Mario Dedini solicitou junto ao Ministério da Justiça o cancelamento da qualificação de OSCIP. A referida Ata foi registrada no 1º Cartorio Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica em 23 de Junho de 2016. Atualmente a Fundação Mario Dedini não está qualificada como OSCIP.
Quanto à declaração de Utilidade Pública, esta não foi solicitada, devido à impossibilidade de se acumular a certificação de OSCIP com outro título.
A entidade não requereu o registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), uma vez que este órgão não permite que suas entidades remunerem seus dirigentes, condição contrária ao estatuto da Fundação e à certificação de OSCIP.
A Fundação Mario Dedini nunca, em nenhum exercício, realizou desembolsos com a finalidade de remuneração de dirigentes.
A Fundação depende das doações efetuadas pela Dedini S/A Indústrias de Base (DIB) para manter suas atividades operacionais.
A Fundação apresentou durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, demonstração de resultados com saldo (R$ 0,00) zero, em função de não ter havido atividades as quais fosse necessário desembolso financeiro.
No intuito de cumprir os objetivos da Fundação para o próximo exercício, a Diretoria da mesma aprovou, exclusivamente, atividades para a área das artes, cultura e saúde preventiva, a serem desenvolvidas na sede da "Fundação", na sala de leitura da Dedini S/A Indústrias de Base (DIB) e na comunidade, desde que não haja valores a serem desembolsados pela "Fundação". Eventuais despesas administrativas e cartorárias, se ocorrerem, serão pagas através de repasse de numerários efetuados pela Dedini S/A Indústrias de Base (DIB).

2 - Base de preparação
a. Declaração de conformidade - Com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e a Resolução nº 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprova a interpretação ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, que tratam de orientações específicas para entidades sem Finalidade de Lucros.
b. Base de mensuração
As demonstrações financeiras da Fundação foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.
c. Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação.
d. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 - Principais políticas contábeis
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.
a. Apuração do superávit do exercício
As contribuições e doações são registradas em conformidade com o regime contábil de competência.
b. Instrumentos financeiros
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

4 - Caixa e equivalentes de caixa
Decorrem substancialmente de saldos de caixa e valores mantidos em contas-correntes junto às instituições financeiras.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	100	-
	100	-

5 - Outros créditos
A Fundação Mario Dedini não apresenta valores classificados como "outros créditos" em seu balanço patrimonial.

6 - Fornecedores
A Fundação Mario Dedini não apresenta valores classificados como "fornecedores" em seu balanço patrimonial.

7 - Patrimônio social
O patrimônio inicial da Fundação foi constituído por doação dos fundadores, no montante de R$ 21.000, em moeda corrente à data da capitalização a fundo perdido.
As doações recebidas pela Fundação são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1.
No eventual encerramento das atividades da Fundação, conforme art. 48º da sua escritura pública de constituição, seu patrimônio remanescente será destinado para outra instituição congênere, sem fins lucrativos, com regular funcionamento, nos termos da lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da Fundação Mario Dedini.
Em 30 de julho de 2008, através da aprovação do Conselho Deliberativo, o superávit do período de 2007, no valor de R$ 28.292, foi transferido para a conta de patrimônio social.
Em 29 de abril de 2009, através da aprovação do Conselho Deliberativo, o déficit do período de 2008, no valor de R$ 35.528, foi transferido para a conta de patrimônio social.
Em 10 de abril de 2010, através da aprovação do Conselho Deliberativo, o déficit do período de 2009, no valor de R$ 13.270, foi transferido para a conta de patrimônio social.
Em 30 de abril de 2011, através da aprovação do Conselho Deliberativo, o déficit do período de 2010, no valor de R$ 284, foi transferido para a conta de patrimônio social.
Em 30 de abril de 2012, através da aprovação do Conselho Deliberativo, o déficit do período de 2011, no valor de R$ 161, foi transferido para a conta de patrimônio social.
Em 30 de abril de 2013, através da aprovação do Conselho Deliberativo, o déficit do período de 2012, no valor de R$ 38, foi transferido para a conta de patrimônio social.
Em 30 de abril de 2014, através da aprovação do Conselho Deliberativo, o déficit do período de 2013, no valor de R$ 739, foi transferido para a conta de patrimônio social.
Em 30 de abril de 2015, através da aprovação do Conselho Deliberativo, o superávit do período de 2014, no valor de R$ 434, foi transferido para a conta de patrimônio social.
Em 30 de abril de 2016, através da aprovação do Conselho Deliberativo, o déficit do período de 2015, no valor de R$ 310, foi transferido para a conta de patrimônio social.
No transcorrer do exercício de 2017, através da aprovação do Conselho Deliberativo, o déficit do período de 2016, no valor de R$ 7 (Sete Reais), foi transferido para a conta de patrimônio social. No exercício de 2017 a Demonstração de Resultados da "Fundação" não apresentou movimentação contábil e financeira, consequentemente seu resultado foi R$ 0,00.
No exercício de 2018, a "fundação" apresentou um superávit de R$ 604,00 (seiscentos e quatro reais), o qual foi transferido para a conta de patrimônio social, durante o exercício de 2019, após aprovação de Conselho Deliberativo.
Nos exercícios de 2019, 2020, 2021 e 2022, a Demonstração de Resultados da "Fundação" não apresentou movimentação contábil e financeira, consequentemente o seu resultado foi R$ 0,00.
No exercício de 2023, a "fundação" recebeu uma doação incondicionada da Dedini S/A Indústrias de Base registrada no contrato nº 020/2023 no valor de R$100,00 (cem reais), o mesmo está registrado na nota explicativa " caixa e equivalentes de caixa" e, consequentemente, o resultado contábil superavitário apurado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 100,00 (cem reais).

8 - Aspectos fiscais
Com a certificação da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP (conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1), a Fundação, na condição de entidade com fins filantrópicos, gozaria de imunidade tributária, no que se refere ao seu patrimônio, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram esta imunidade, estando sujeita à inspeção e à aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais. Ocorre, que no exercício de 2016 a Diretoria da Fundação Mario Dedini solicitou junto ao Ministério da Justiça o cancelamento de sua qualificação como OSCIP visto que a mesma não estava atuando com Projetos de valor financeiro expressivo visto que a Dedini S/A Indústrias de Base, que é a Companhia que proporcionava o suporte financeiro à Fundação Mario Dedini, solicitou junto à justiça um Processo de Recuperação judicial, conforme citado com ênfase no Relatório da Auditoria Independente.
Em 29 de fevereiro de 2016, através de Ata da Assembléia de Reunião da Diretoria, a Fundação Mario Dedini solicitou junto ao Ministério da Justiça o cancelamento da qualificação de OSCIP. A referida Ata foi registrada no 1º Cartorio Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica em 23 de Junho de 2016. Quando da emissão das Notas Explicativas de 2016, no dia 22 de fevereiro de 2017, em consulta ao "sítio" da Receita Federal do Brasil, a Fundação Mario Dedini não mais constava como OSCIP.
Na condição de Fundação, é necessária a prestação anual de contas junto ao Ministério Público (Curadoria de Fundações), através do programa de Sistema de Cadastro de Prestação de Contas (SICAP). A prestação deve ser apresentada dentro dos seis meses seguintes ao término do exercício financeiro. Em junho de 2023, a Fundação entregou ao Ministério Público a prestação de contas anual referente ao exercício de 2022.

9 - Recursos para projetos
Os recursos captados são substancialmente repassados pela Dedini S.A. Indústrias de Base (DIB), de acordo com a necessidade do fluxo de caixa da Fundação. Nos exercícios de 2023, 2022, 2021, 2020 e 2019 não houve repasse de recursos para projetos.
Foi aprovada a proposta orçamentária do Plano de Atividades de 2024, sendo esta direcionada exclusivamente para a área da arte, cultura e saúde, a ser desenvolvida na sede da "Fundação", na sala de leitura da Dedini S/A Indústrias de Base (DIB) e na comunidade, desde que não haja valores a serem desembolsados pela "Fundação" e; liberação de somente verba de R$ 10.000 (dez mil reais) a ser provida pela Dedini S/A indústrias de Base (DIB) que será utilizada no pagamento de despesas administrativas, se ocorrer.
A Fundação não se utilizou de recursos públicos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022, 2021, 2020 e 2019.

10 - Investimentos socioculturais - Gratuidades conforme Decreto nº 2.536/98
No exercício de 2023, a Fundação não patrocinou financeiramente projetos, bem como não houve investimentos socioculturais visto que a sua provedora de recursos, Dedini S/A Indústrias de Base, em 24 de agosto de 2015, protocolou na 2º Vara Civil do Foro de Piracicaba-SP, pedido de recuperação judicial, para buscar sanar suas dificuldades financeiras. O referido pedido foi aprovado em 04 de setembro de 2015 e a provedora está ano a ano cumprindo com os requisitos da Recuperaçao Judicial.

11 - Plano de atividades para o ano de 2024
Conforme ata do dia 07/11/2023, o Plano de Atividades para o ano de 2024 foi direcionado exclusivamente para a área da Arte, Cultura e Educação, a ser desenvolvido na sede da Fundação Mario Dedini, bem como na comunidade desde que não haja valores a serem desembolsados pela mesma; incentivo à leitura através da disponibilização de jornais, livros e revistas do acervo da sala de leitura da Dedini S/A indústrias de Base. Na área da saúde haverá continuidade das campanhas informativas e de conscientização sobre prevenção ao câncer de mama, câncer de próstata e HIV, a serem promovidas através de palestras, distribuição de folders e afixação de cartazez informativos; campanhas de arrecadação de alimentos e cobertores para serem distribuídos nas entidades assistenciais de Piracicaba.

Abaixo um resumo sobre as atividades para 2024:
- Apoio logístico aos programas que vierem a ser desenvolvidos pelo Poder Público da cidade de Piracicaba, por meio das politicas públicas e voltadas para a área da cultura e educação, saúde, meio ambiente desde que não envolvam desembolsos e recursos financeiros.
- Campanhas de prevenção ao câncer de mama (outubro rosa), de próstata (novembro azul), HIV, Covid 19, vacinação, entre outras que possam surgir por meio de palestras com profissionais especializados nas áreas de esportes, cultura, saúde e educação.
- Homenagens às colaboradoras no dia Internacional da Mulher;
- Programa em parceria com o FUMDECA de modo a incentivar colaboradores a doarem recursos devidos do imposto de renda pessoa física e jurídica as entidades de Piracicaba;
- Parceria com a área de Meio Ambiente da empresa nos Projetos em desenvolvimento, principalmente aqueles direcionados à educação ambiental e desenvolvidos junto às escolas municipais e estaduais, com destaque para o "Projeto Água";
- Incentivo à leitura através da disponibilização de jornais, livros e revistas do acervo da sala de leitura da Dedini S/A Indústrias de Base.
- Campanhas internas de arrecadação de alimentos a serem encaminhados para Programa Alimentar (Banco de Alimentos) da prefeitura de Piracicaba;
- Exposições artísticas (pinturas, fotos, desenhos, esculturas nas dependências da empresa, etc.);
- Confraternização natalina com crianças de uma escola municipal a ser definida anualmente;
- Valores previstos para desembolso aos serviços de ordem administrativa: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Diretoria Executiva
Marcia Farah de Toledo Dedini - Presidente
Sergio Leme dos Santos - Vice-Presidente
Elisabeth F. Adamoli Simões - Secretária Executiva
Juracy Roberto Sarto - Contador - CT - CRC 1SP 185620/O-4